



HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

APONTAMENTOS INICIAIS DE ENSINO E PESQUISAS

Ana Beatriz Ramos de Souza
Hevelly Ferreira Acruche
(Organizadoras)

HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

APONTAMENTOS INICIAIS DE ENSINO E PESQUISAS

Ana Beatriz Ramos de Souza
Hevelly Ferreira Acruche
(Organizadoras)



Juiz de Fora

2021

© Editora UFJF, 2021

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR

MARCUS VINICIUS DAVID

VICE-REITORA

GIRLENE ALVES DA SILVA



DIRETOR DA EDITORA UFJF

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE

CONSELHO EDITORIAL

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE (PRESIDENTE)

ANDRÉ NETTO BASTOS

CHARLENE MARTINS MIOTTI

CLAUDIA HELENA CERQUEIRA MARMORA

CRISTINA DIAS DA SILVA

ILUSKA MARIA DA SILVA COUTINHO

JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR

MARCO AURELIO KISTEMANN JUNIOR

RAPHAEL FORTES MARCOMINI

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

MALORGIO STUDIO DESIGN & COMMUNICATION

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

História das Américas : apontamentos iniciais de ensino e pesquisas
/ Ana Beatriz Ramos de Souza, Hevelly Ferreira Acruche
(organizadoras.) – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 1,4 mb)

ISBN 978-65-89512-16-5

1. História da América. I. Souza, Ana Beatriz Ramos de. II.
Acruche, Hevelly Ferreira. III. Título.

CDU 971.989.9

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa,
promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



EDITORA UFJF

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790

CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400

FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645

editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

AGRADECIMENTOS

As organizadoras desta coletânea agradecem pela amizade e confiança dos autores, de professores de diversas instituições nacionais e internacionais que, prontamente, aceitaram contribuir com os resultados parciais e finais de suas pesquisas para esta publicação.

Acreditamos numa Educação que seja inclusiva, crítica e de qualidade, sabendo que somente a partir dela podemos pensar em possibilidade de mudanças para uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite e valorize suas diferenças e se orgulhe de sua história e de sua memória para, desta forma, conseguir ultrapassar tempos difíceis.

Agradecemos também a Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade pela oportunidade de publicação do nosso material. Aos que acreditam na ciência e no poder transformador da educação, o nosso muito obrigado.

“[...] E em que pátria pode o homem ter mais orgulho do que em nossas repúblicas dolorosas da América, levantadas entre as massas mudas de índios, ao rumor da luta do livro contra o círio, sobre os braços ensanguentados de uma centena de apóstolos? [...]”

“[...] o dever urgente de nossa América é mostrar-se como é, unida em alma e intenção, vencedora veloz de um passado sufocante, manchada apenas com o sangue do adubo, arrancado das mãos, na luta com as ruínas, e o das veias que nossos donos furaram [...]”

José Martí, jornalista cubano,
autor de “Nuestra América” (1891).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____ **8**

Ana Beatriz Ramos de Souza
Hevelly Ferreira Acruche

PARTE I

ENSINO DE HISTÓRIA DAS AMÉRICAS E SUAS ABORDAGENS _____ **17**

PRESENCIA Y RECONOCIMIENTO DE LOS AFRODESCENDIENTES
A TRAVÉS DE LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA DE MÉXICO _____ 18
Guillermo Alberto Rodríguez Ortiz

NARRATIVAS DE HISTÓRIA DA AMÉRICA FIXADAS NO ENEM:
UMA ABORDAGEM CURRICULAR _____ 33
Marcus Leonardo Bomfim Martins

A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM E A HISTÓRIA DA AMÉRICA:
ALGUMAS REFLEXÕES _____ 45
Hevelly Ferreira Acruche

HISTÓRIA DO ENSINO MILITAR NO BRASIL REPÚBLICA:
DA REFORMA BENJAMIN CONSTANT DE 1890 À RENOVAÇÃO EM 1958 _____ 57
Fernando da Silva Rodrigues e Fábio Pereira da Silva

PARTE II

PESQUISAS E DIÁLOGOS EM TORNO DO BRASIL E DAS AMÉRICAS _____ **71**

DEGREDO:
INSTRUMENTO DE PUNIÇÃO E PERDÃO NO REINADO DE D. JOÃO II _____ 72
Denise da Silva Menezes do Nascimento

ATLAS DIGITAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA PRÉ-CONQUISTA:
MAPEANDO LUGARES E TERRITÓRIOS NUMA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA _____ 88
Mateus Rezende de Andrade

OCEANOS CONECTADOS, HISTÓRIAS EMARANHADAS:
NOTAS SOBRE OBJETOS E ARTES ORIENTAIS
EM CIRCULAÇÃO NO MÉXICO COLONIAL _____ 99
Bruno Silva

SUMÁRIO

ATUAÇÃO DE GOVERNADORES E INSERÇÃO DAS TROPAS DE PRETOS E DE PARDOS NO DISTRITO DIAMANTINO: REFLEXÕES SOBRE REFORMA MILITAR E MOBILIDADE SOCIAL EM TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS (1766 A 1797)	112
Ana Paula Pereira Costa	
UM OLHAR ANALÍTICO SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA AMÉRICA PORTUGUESA: O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS E OUTRAS NOÇÕES	129
Carla Maria Carvalho de Almeida	
KALENDAS, BAMBOULA E CANBOULAY: UM ESTUDO TRANSNACIONAL SOBRE AFRO-AMÉRICAS (MARTINICA E TRINIDAD, CC. 1780 - 1850)	151
Eric Brasil e Letícia Gregório Canelas	
OS TROFÉUS DE GUERRA E A GEOPOLÍTICA: O PÓS-GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA E A DEVOLUÇÃO DE OBJETOS SIMBÓLICOS	171
Ana Beatriz Ramos de Souza	
SOBRE OS AUTORES	185

APRESENTAÇÃO

Pensar a História das Américas é, também, pensar a História do Brasil. Esta frase, que pode parecer óbvia, em alguns momentos não se comporta assim, sendo sempre importante ressaltar essa premissa como uma constatação importante e que, conseqüentemente, permeia os ideais dos autores deste livro. A história do nosso continente, marcada pela diversidade de povos e culturas, possui pontos de contato no interior de sua construção histórica. O colonialismo, a escravidão, o processo de formação dos Estados Nacionais, os problemas socioeconômicos do continente são alguns destes pontos de contato entre o Brasil e os demais países latino-americanos.

Durante muito tempo, as interpretações sobre a História da América Latina e do Brasil se pautaram no pessimismo, na inferioridade e no maniqueísmo. As razões para essas interpretações foram de natureza variada, indo desde os efeitos perversos do colonialismo até a busca incessante de mitos e heróis ao longo de nossa história. No início do século XX, intelectuais latino-americanos passaram a questionar o passado colonial e procuraram entender o que era a América Latina, expressão nova, surgida na França na década de 1860 sob o governo de Napoleão III para definir, – e, também subjugar – o conjunto de países que se localizavam abaixo do Rio Grande, fronteira estabelecida entre os atuais Estados Unidos e o México (FARRET & PINTO, 2011). Entender o que era a América Latina e, sobretudo, os motivos pelos quais a região era tão distinta dos Estados Unidos, foi uma tarefa árdua e que ainda impõe desafios aos historiadores e demais intelectuais das Ciências Humanas.

Ao olhar para a América do Norte, as opiniões latino-americanas eram variadas. De um lado, havia um conjunto de intelectuais que pensava que o país do Norte era um modelo a ser seguido por sua estabilidade e instituições sólidas, bem como pela capacidade de iniciativa de seus habitantes. Por outro lado, outros nomes da elite letrada latino-americana vislumbravam os Estados Unidos com temor devido às possibilidades expansionistas do mesmo (CARVALHO, 1998). As críticas aos Estados Unidos viriam acompanhadas de uma reflexão sobre a união e a valorização de uma identidade latino-americana. Ademais, nas representações estadunidenses veiculadas na imprensa, a América Latina era vista como a criança indisciplinada e de feições negroides, uma moça que gerava desejos aos americanos e um mestiço agressivo, o que levava a justificar intervenções políticas, sobretudo, na América Central (AZEVEDO, 2011).

Nesse sentido, a ideia de que a América Latina era composta de pessoas inferiores e pouco evoluídas, dialogava bem com a perspectiva excludente da população mestiça do continente, em um período onde as teorias sobre a relação entre raça e civilização, focadas principalmente nas ideias do darwinismo social, já eram latentes e disseminadas pelo globo. Portanto, era de se esperar que a América Latina, miscigenada como era, e ainda é, fosse olhada a partir dessa ótica.

Romances como *Ariel*, do uruguaio José Rodó, apresentam a construção de uma oposição clara entre América Latina e os Estados Unidos, compondo dois mundos distintos, marcados pela disputa entre a beleza, o espiritual e o material, o oportunismo e o dinheiro. Rodó criticava a “nordomanía”, que significa o ato de adequar a realidade latino-americana a modelos estrangeiros. Criticava os Estados Unidos por conta de suas contradições sociais, buscando evitar a saxonização da cultura latina (CARVALHO, 1998). Para o uruguaio, o passado colonial hispânico deveria ser revisitado, por ser positiva compreensão da cultura das repúblicas no advento da modernidade. Contudo, Rodó ignorava a participação de indígenas, negros e mestiços nas culturas nacionais. Seu romance deu origem à expressão “arielismo” que propunha um resgate da cultura latino-americana em seu conjunto, como, por exemplo, no revisionismo histórico no Paraguai com o chamado grupo dos 900, influenciado pela intensa imigração para a América Latina na virada do século XIX e pela intervenção americana na Guerra de Cuba (1898), mas, igualmente, devido ao pressuposto de exclusão daqueles que, à época, poderiam ser considerados inferiores, definindo assim, boa parte das políticas culturais da América Latina até, ao menos, meados do século XX.

Já José Martí cunhou a expressão “Nossa América” numa oposição aos anglo-saxões, entendendo que os povos latino-americanos tinham um passado comum do qual deveriam sentir orgulho (PRADO, PELLEGRINO, 2014). Almejava uma América enquanto entidade cultural autônoma, mas também percebia as ameaças provenientes dos Estados Unidos. A cultura hispânica deveria ser excluída por ser considerada fruto de um passado imposto, o qual não condizia com a realidade do continente. Logo, ideias estrangeiras eram incabíveis na realidade latino-americana, sobretudo, daqueles que se entendiam enquanto superiores aos demais (CARVALHO, 1998).

Contemporâneo a esses intelectuais, o brasileiro Manuel Bonfim publicou o livro *América Latina: males de origem*, escrito em Paris, em 1903. Bonfim vislumbrava o continente a partir de um paradigma internacionalista, onde havia uma relação estabelecida entre nações hegemônicas e dependentes. A partir dos termos “parasita” e “parasitado”, o intelectual brasileiro pensava os problemas do continente, ligados, sobretudo, a origem e ao caráter dos Estados Nacionais Latino-Americanos. Para Bonfim, havia certa leitura biológica para pensar sobre os aspectos negativos do continente americano, entendendo a América Latina como organismo que alimentava as potências europeias e, em contrapartida, eram dependentes tanto destas nações quanto dos Estados Unidos. Segundo Renato Ortiz (1985), um ponto importante a ser assinalado na obra de Bonfim é o esquecimento do contexto imperialista vivido pela Europa de fins do século XIX e como tal fenômeno esteve diretamente atrelado ao progresso do mundo europeu em detrimento da América do Sul.

Nesse sentido, a visão do pessimismo latino-americano em detrimento do otimismo estadunidense e europeu, serviu para demarcar as diferenças entre um pólo e outro do continente americano. As perspectivas em torno de um bloco de países subdesenvolvidos, de um lado, e, de outro, dos Estados Unidos e da Europa como exemplos de sucesso econômico e social, se pautaram numa inserção desigual do primeiro bloco na chamada Divisão Internacional do Trabalho, bem

como as questões envolvendo o passado escravista, o desenvolvimento da grande propriedade e o potencial agrário-exportador, como traços comuns a esses países cujas repúblicas não conseguiram sanar as desigualdades e teriam um tipo de continuidade com o passado colonial.

Ainda que pautado numa leitura conservadora, Mario Vargas Llosa escreveu em seu “Dicionário Amoroso da América Latina” que, a América Latina vive numa “fórmula inequivocadamente colonial, que traduz bem o nosso subdesenvolvimento econômico” (LLOSA, 2006: p. 21). Em termos de construção da identidade, Rafael Farrett e Simone Rodrigues Pinto (2011) salientam que a busca de uma identidade, ou identidades, latino-americanas parece infinita e é alvo de reconstruções de acordo com os interesses dos grupos sociais e contextos históricos. No século XIX, era necessário imprimir uma nova identidade frente ao passado colonialista europeu e, aos Estados Unidos, com as pretensões expansionistas expressas na “América para os americanos” e no monroísmo. No século XX, tal busca esteve diretamente associada às pautas antiimperialistas e a busca do desenvolvimento social, sobretudo, a partir da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e da teoria da dependência, ambas em voga nos anos 1950 e 1960. Nesse sentido, o que muito se discutia nas historiografias nacionais dos anos 1950 e 1960 se pautou, sobretudo, nos embates em torno do desenvolvimento e da dependência do continente latino-americano em relação a outros espaços do mundo, sobretudo os Estados Unidos (CARDOSO E FALETTO, 1977; HIRSCHMAN, 1996; WASSERMAN, 2011).

Com o fortalecimento dos cursos de Pós-Graduação no Brasil e o aumento dos intercâmbios acadêmicos entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros nos anos 1980, os olhares para o continente americano passaram por uma profunda modificação. Paralelo a isso, os processos de abertura e redemocratização política colocavam a América Latina em outro patamar de observação e houve crescimento nos estudos a respeito de temas como o colonialismo e a escravidão no âmbito do Ensino Superior. Pesquisadores passaram a buscar compreender o passado colonial e escravista da América do Sul, a partir das perspectivas da terceira geração dos *Annales* e da Nova História Cultural. Ademais, colocar as relações entre metrópoles e colônias em perspectiva de negociação e não de uma submissão unilateral, nos permite pensar em outras leituras para o passado colonial (ADELMAN, 2015; FRAGOSO, 1990). Interpretar o passado a luz dos problemas do presente continuou a ser a tônica dos estudos hispano-americanos e, por conseguinte, do Brasil. Mas, no bojo destes novos estudos estava em evidência a construção de novos temas e problemas para a História das Américas (AZEVEDO, 2011).

Nos anos 2000, as Américas passaram a ser pensadas do ponto de vista da chamada História Global ou *Global History*. Seja pela perspectiva francesa ou pela estadunidense, o continente americano passava a ser enxergado dentro de leituras mais amplas, entendendo que a América dialogava com o mundo ao seu redor e não se encerrava em si mesma (LINEBAUGH & REDIKER, 2008; ADELMAN, 2000; ARMITAGE, 2003). Outra perspectiva interessante são as *connected histories*, que tem trazido importante contribuição para o estudo das relações entre os espaços das Américas e as conexões destes com o restante do mundo conhecido (SUBRAHMANYAN, 2014; GRUZINSKI, 2014).

A percepção da centralidade das Américas e, conseqüentemente, dos oceanos Atlântico e Pacífico na consolidação do mundo moderno tem dado outra tônica às interpretações do colonialismo, do racismo e das conexões políticas, culturais, econômicas e sociais envolvendo o continente americano.

A ferramenta da comparação tem sido um exercício teórico metodológico importante para analisar a História das Américas (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2006; KLEIN & LESTON, 1966). Porém, pautar as visões em torno das Américas nas diferenças entre seus processos de colonização e construção dos respectivos Estados Nacionais reduz nossas possibilidades de análise. Em outras palavras, perceber as semelhanças entre os países latino-americanos e seus processos de colonização podem elucidar pontos de contato que até então não foram pensados. Portanto, a História da América não pode ser entendida enquanto uma área que traduz as diferenças entre seus povos, mas, para além disso, que compreende suas semelhanças.

A historiografia brasileira e sua renovação nos últimos trinta anos tem gerado contribuições que dialogam com as perspectivas dos estudos das Américas. Quando pensamos a natureza do Estado Moderno, da colonização, dos processos de independência e consolidação das repúblicas, o passado escravista e as permanências em nosso presente, também estamos analisando nosso papel e nossa história enquanto parte do continente americano. Ao longo de muito tempo se discutiu a História do Brasil como tema dissociado da História do restante do continente, sendo que fica cada vez mais evidente nas pesquisas que, em lugar de distanciamentos, é premente que o diálogo aconteça, sobretudo entre os países da Íbero-América. A questão das identidades nacionais, construídas de modo a separar os indivíduos conforme um Estado Nação deixou de lado uma série de pontos de contato entre a História do Brasil e da América Latina (WASSERMAN, 2011).

Para finalidade deste livro, nosso objetivo é trazer uma reflexão sobre o que significa estudar a História da América no Brasil e quais diálogos são possíveis nas reflexões sobre o nosso país e o vasto continente americano, em espaços acadêmicos e escolares. Procuramos estabelecer diálogos entre as histórias do Brasil e das Américas, entendendo que suas histórias possuem pontos de contato que devem ser colocados em diálogo. A partir de trabalhos de professores brasileiros e estrangeiros, intentamos traçar uma discussão que contemple temas para o ensino e a pesquisa da história de nosso vasto continente.

Os trabalhos aqui apresentados são frutos de pesquisas em andamento ou em fase de conclusão e fazem parte de um primeiro esforço para pensar a área de América e consolidá-la no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora. O conjunto dos trabalhos reúne pesquisadores ligados ao Laboratório de História Econômica e Social (LAHES), que tem passado por uma renovação nos últimos anos, incorporando novas discussões a respeito do mundo moderno, da colonização e do estabelecimento dos Estados Nacionais. Este livro é mais uma iniciativa de integração entre as pesquisas desenvolvidas no Laboratório, envolvendo, igualmente, pesquisadores de outras

instituições, abertos às novas perspectivas de interpretação que priorizam as congruências da experiência histórica latino-americana, da qual o Brasil nunca deixou de ser parte.

Para isso, inicialmente, dividimos a coletânea em dois blocos: Ensino de História da América e suas abordagens e Pesquisas e diálogos em torno do Brasil e das Américas.

No primeiro bloco, contemplamos discussões envolvendo a trajetória do ensino de História da América no Brasil, os planejamentos e bancos escolares brasileiros, as políticas governamentais em termos de currículo e o lugar da História da América nessa discussão, bem como as políticas de avaliação e relações étnico-raciais. Contamos com trabalhos como o do professor Guillermo Rodríguez, da Universidade de Puebla, no México. Em seu texto, o autor explora a questão da presença africana e afrodescendente na história do país e procura trazer o estado dessa questão no ensino da História do México. Semelhante ao que ocorre no Brasil, a discussão em torno do reconhecimento dos direitos dos descendentes de africanos escravizados esbarra na maneira em como a sociedade encarou seu passado escravista e, sobretudo, como se ensina essa história no país. O caso do México é paradigmático, sobretudo, por conta da evocação de um passado indígena a partir da Revolução Mexicana (1910 – 1920) e o “apagamento” da presença africana naquele país. Rodríguez vai pontuar os frutos recentes das ações em favor dos direitos dos afrodescendentes no tempo presente do país, bem como mostrar o andamento de um processo de reformulação da história oficial mexicana e sua difusão no ensino a partir de políticas públicas.

Em seguida, o texto de Marcus Bomfim traz uma reflexão importante sobre as políticas de avaliação e o currículo no Brasil, bem como o papel destinado a área de História da América tendo como avaliação principal o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre os anos de 2010 e 2019. A partir das discussões envolvendo o ensino de história, currículo e avaliação, o autor elucida como os conteúdos de História da América são apresentados em termos das questões elaboradas aos estudantes em vias de ingressar nas Universidades públicas do país.

Ainda neste primeiro bloco, o texto de Hevelly Ferreira Acruche pontua algumas discussões em torno do ensino de História da América no Brasil, evidenciando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um dos esforços para a construção de um currículo envolvendo os conteúdos de América entre os anos de 2015 e 2016. Ela analisa as tentativas de considerar a disciplina de História da América enquanto cadeira autônoma nas escolas ao longo do século XX, entendendo que a BNCC procurou fazer algo semelhante nas suas primeiras versões e que as críticas a essas versões por parte de grupos e associações de professores tornaram problemática a continuidade da proposta.

Por fim, o texto de Fernando Rodrigues e Fábio Pereira da Silva, apresenta o universo do ensino em instituições militares no Brasil nas primeiras décadas do século XX, mostrando a importância de reformas curriculares para a profissionalização dos oficiais do Exército, destacadamente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Compreender instituições militares e suas reformas é um passo importante na discussão da instrução das Forças Armadas e as nuances produzidas no âmbito dos currículos de formação em instituições militares e os de formação nas instituições de ensino civis.

O segundo bloco abarca temas de pesquisa em História das Américas e do Brasil, em busca de um diálogo que aproxime as áreas de estudo. Temáticas como espaço, fronteiras e meio ambiente, escravidão e pós-abolição, degredo, recrutamento militar, mobilidade social, conflitos interamericanos, circulação de objetos e difusão de ideias no continente, história intelectual e política tem contribuído ao desenvolvimento de novos olhares sobre os temas nos últimos anos.

O trabalho de Denise da Silva Menezes do Nascimento trata do fenômeno do degredo no reinado de D. João II, entendendo-o como prática que envolvia, por um lado, a punição e, por outro, a concessão do perdão régio. A autora destaca que o cumprimento do degredo poderia ser realizado nas regiões de fronteira com Portugal e nas possessões de Além-Mar, das quais a América lusitana passou a ser parte importante no processo de colonização a partir do século XVI. Usando das discussões da chamada História Atlântica, a autora pontua como é fundamental pensarmos o processo de “transplante” de leis, ideias e práticas europeias para o Novo Mundo no âmbito do processo de colonização. Assim como Sergio Buarque de Holanda pontuava que Espanha e Portugal constituíam zonas fronteiriças e “territórios – ponte pelos quais a Europa se comunicava com os outros mundos” (HOLANDA, 1995, p. 31), entende-se que a pena do degredo fora realizada em diversos momentos pela monarquia portuguesa e culminou no envio de peninsulares para as possessões ultramarinas, incluindo o Brasil. Entendendo o degredo como parte das ações de uma política do Antigo Regime, é importante analisá-lo em seu universo político e cultural, na medida em que tal penalidade também viria a impactar a história da colonização portuguesa na América.

O texto de Mateus Andrade nos oferece uma pesquisa sobre espaços e fronteiras na construção de um Atlas digital para a Amazônia pré-conquistas europeias, entendendo que aqueles espaços eram constituídos por pessoas que interagiam e possuíam suas próprias concepções sobre o espaço em que viviam. O período pré-conquistas, estudado ainda de forma preliminar, pode nos trazer questões importantes a respeito da ocupação do continente americano e dos povos autóctones que migraram para aquelas paragens. O Atlas digital, em processo de elaboração, seria uma ferramenta colaborativa importante, tanto para pesquisadores, quanto para professores de História.

Em seguida, o texto de Bruno Silva, intitulado “Oceanos conectados, histórias emaranhadas: notas sobre objetos e artes orientais em circulação no México colonial” busca trazer um olhar sobre o comércio de arte desenvolvido entre a Nova Espanha e o Oriente no século XVII, evidenciando uma conexão de oceanos onde as vinculações entre Europa, África, Novo Mundo e Oriente produziu novas sociedades a partir da circulação desses objetos. As relações entre a América e o Oriente tem sido objeto de investigações recentes, o que nos leva a refletir sobre o papel do Oceano Pacífico nessas conexões (GRUZINSKI, 2014).

Em sequência, Ana Paula Pereira Costa traz uma reflexão importante a respeito do papel dos governadores no Distrito Diamantino, em Minas Gerais, no contexto de reformas militares do período pombalino (1750 – 1777). A autora pondera que é importante compreender que, paralelamente as reformas – sobretudo a militar – pretos e pardos experienciaram estratégias de inserção social através

do recrutamento militar e que poderiam culminar na obtenção da liberdade por serviços prestados a coroa, bem como outros benefícios para a condição dos sujeitos escravizados. A inserção de pretos e pardos em regimentos militares vem sendo objeto de discussão para vários locais do continente americano ao longo do período colonial e independente, tanto como uma parte das estratégias de mobilidade social da população escravizada e liberta, mas também como forma de aquisição da alforria em sociedades escravistas (MALLO; TELESCA, 2010).

Como fruto de reflexões desenvolvidas em seus projetos de pesquisa, o texto de Carla Maria Carvalho de Almeida pensa a respeito da comunicação política entre o Império Português e suas colônias ultramarinas a partir de um olhar historiográfico. A autora explora as concepções de Império Português, monarquias compósitas, autoridades negociadas e a discussão mais recente envolvendo a ideia da constituição, no Império Português, de uma monarquia pluricontinental. Reunindo leituras clássicas da historiografia sobre o período colonial brasileiro, temos questionamentos importantes a respeito da natureza do império lusitano e, sobretudo, da relação entre este e suas possessões de Além-Mar. Ao discutir os entrelaçamentos entre teoria e empiria, ela nos apresenta o universo da nobreza nas Minas Gerais, difundindo percepções entre o geral e o particular, onde podemos apreender questões importantes tanto para a constituição do Império Português e que também tem sido objeto de discussão sobre a nobreza no Império Espanhol, tais como o que seria essa nobreza, como ela se constitui e se reproduz nos quadros institucionais da América Ibérica.

Ao falar de História das Américas, não poderíamos deixar de pensar em uma abordagem transnacional. Nesse sentido, o texto de Eric Brasil e Leticia Canelas diz respeito ao estudo das populações de ascendência africana que chegaram ao continente, vivenciaram a experiência da escravidão, da liberdade e do pós-abolição. A ideia de Afro-Américas é, na visão dos autores, crucial para a compreensão de manifestações culturais tanto no continente quanto nas ilhas caribenhas. Ao usar os espaços de Martinica e Trinidad, no Caribe, os autores discutem o fenômeno da diáspora a partir da performance estética, comunitária e política, buscando refletir sobre as experiências de escravização desses sujeitos, a obtenção da liberdade no pós-abolição e as formas de conviver naquelas sociedades.

Por fim, o texto de Ana Beatriz Ramos de Souza pretende analisar a geopolítica da região platina entre os anos de 1870 e 1954, a partir da discussão relativa ao perdão da dívida paraguaia, consequência do Tratado firmado ao fim da guerra da Tríplice Aliança (1864-70), e a devolução dos chamados troféus de guerra obtidos pelos países durante e ao final do conflito. Ao analisar a intelectualidade brasileira dos primeiros anos da República no Brasil, a autora percebe o quanto a memória da guerra da Tríplice Aliança foi acionada em determinados momentos e para propósitos que visavam valorizar a identidade nacional brasileira e a bravura de seus cidadãos. Além disso, essa mesma memória poderia ser esquecida, a depender do contexto das relações entre o Brasil e seus vizinhos no cone Sul. A autora encerra o texto mostrando os processos de devolução de

documentos e artefatos históricos por parte dos governos argentino e uruguaio e, evidenciando as contingências, no caso brasileiro, onde ainda hoje alguns “troféus de guerra” são objetos de discussão entre brasileiros e paraguaios.

Os textos, desenvolvidos por pesquisadores experientes em instituições de ensino básico ou de nível superior, pretendem tratar de temas importantes aos estudos sobre a área de História das Américas e do Brasil em sua pluralidade e conceber interpretações tanto sobre o nosso continente quanto sobre o Brasil. São textos inéditos, frutos de reflexões sobre o ensino e a pesquisa de História das Américas e do Brasil, desenvolvidos como fruto de reflexões sobre temas comuns a ambas as cadeiras. Buscamos apontar possibilidades e caminhos investigativos a respeito do ensino e da pesquisa, tanto na área de História da América quanto nos estudos sobre História do Brasil. Partindo da concepção de que estudar as questões do continente americano também implica em melhor conhecermos nossa história, acreditamos que a coletânea apresenta questões potentes, instigadoras e levantam novos subsídios para futuras pesquisas nas áreas de História da América e do Brasil.

Acreditamos na importância de pensar a História das Américas e do Brasil no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Acreditamos no potencial da área para pesquisas em andamento e futuras, sem esquecermos os pontos de contato entre a história latino-americana e a história brasileira. Seguindo as ideias de Fernando Birri, a “Utopia [...] ella está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para que sirve la utopia? Para eso sirve: para caminhar” (BIRRI *apud* GALEANO, 1994, p. 310). Longe de sermos meramente utópicos, pretendemos mostrar a validade de estudos renovados sobre a História da América Latina e as possibilidades de diálogo com o que se produz e se pensa sobre o Brasil. Nas páginas que seguem, temos alguns primeiros passos dos autores nessa direção.

As organizadoras

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, David. Tres conceptos de Historia Atlántica. *Revista de Occidente*, Madri, n. 281, p. 7-28, out. 2004.

CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Puritan conquistadors: iberianizing the Atlantic, 1550–1700*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. *Ensaio de interpretação sociológica*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

CARVALHO, Eugenio. *Ideias e identidades na América Latina: quatro visões*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XXIV, n. 2, p. 7-28, 1998.

FARRET, Rafael; PINTO, Simone. *América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 30-42, 2011.

GALEANO, Eduardo; BORGES, José. *Las palabras andantes*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo. História de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

HIRSCHMAN, Albert O. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLEIN, Herbert; LESTON, Eduardo Paz. *Sociedades escravistas en las Americas: un estudio comparativo*. Desarrollo Económico, v. 6, n. 22/23, p. 227 – 245, 1966.

LLOSA, Mario Vargas. *Dicionário amoroso da América Latina*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MALLO, Silvia; TELESCA, Ignacio (eds.). *Negros de la patria: Los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo Virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial SB, 2010.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, GARRIDO, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História e Historiografia*. Ouro Preto, n. 17, p. 30-49, abr. 2015. Disponível em: doi: 10.15848/hh.v0i17.775. Acesso em: 30 ago. 2020.

RAMINELLI, Ronald; AZEVEDO, Cecilia (orgs). *História das Américas. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia Source. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, Special Issue: *The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800*. p. 735 – 762, jul. 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/312798>. Aceso em: 30 ago. 2020.

WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 7, p. 94-115, nov/dez.

PARTE I
ENSINO DE HISTÓRIA
DAS AMÉRICAS
E SUAS ABORDAGENS

PRESENCIA Y RECONOCIMIENTO DE LOS AFRODESCENDIENTES A TRAVÉS DE LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA DE MÉXICO¹

GUILLERMO ALBERTO RODRÍGUEZ ORTIZ

INTRODUCCIÓN

La lucha iniciada por los afrodescendientes en la década de 1980 en contra de la invisibilización, junto con el apoyo de académicos afrolatinomericistas y de las Declaraciones y Planes de Acción de Santiago y Durban en 2000 y 2001, respectivamente, que promueven acciones en favor del reconocimiento de los afrolatinoamericanos en la región, está rindiendo frutos.

Demostrar la existencia del racismo sin raza (GURIDY Y HOOKER, 2018) y con ello echar abajo el mito de la democracia racial (ALBERTO Y HOFFNUNG-GARSKOF, 2018); junto con el supuesto de que las desigualdades en las sociedades que conforman el crisol de esta, nuestra América Latina, son de clase y no de raza (ANDREWS, 2018) y comprobar que la participación de africanos y afrodescendientes en la conformación de los Estados-Nación latinoamericanos es una realidad que no puede ser negada, ya que su arribo al continente americano se dio a la par de los europeos a finales del siglo XV; son pruebas claras de que los reclamos a favor del reconocimiento de los afrolatinoamericanos están debidamente justificados.

Ya fuera como hombres libres o como fuerza de trabajo esclavizada, pese a las prohibiciones de las autoridades coloniales, los africanos y afrodescendientes se mezclaron con indios y blancos, así como también tuvieron a la par la posibilidad de ascender socialmente, por tanto, es necesario aceptar que coadyuvaron en la definición del ethos latinoamericano, en el desarrollo económico de la región y que su traslado al Nuevo Mundo implicó por un lado el atraso de África y por otro el enriquecimiento de Europa (MARTÍNEZ MONTIEL, 2006).

¹ Una primera versión de este trabajo fue presentada en el Certificado de Estudios Afrolatinoamericanos 1ra cohorte (2019-2020) organizado por el Afro-Latin American Research Institut at the Hutchins Center y obtuvo el noveno puesto dentro de los diez mejores artículos producidos por los participantes. En esta ocasión, el texto se adaptó a las peticiones de la obra. Finalmente agradezco a las coordinadoras Hevelly Ferreira Acruche y Ana Beatriz Ramos de Souza por la divulgación del escrito.

De igual forma, es necesario destacar que los imperios español y portugués en América fueron los primeros en promover, desde finales del siglo XV, tanto la trata como la esclavitud y al mismo tiempo, de manera tardía, en abolir ambas. Por ejemplo, Puerto Rico y Cuba, últimas posesiones españolas en el continente americano, antes de que Estados Unidos (EEUU) derrotara a España en la guerra de 1898 y tras constantes debates, pusieron fin a la esclavitud en 1873 y 1886 respectivamente, mientras que Brasil, antiguo dominio portugués que se emancipó de la Corona lusitana en 1822, fue el último sitio en todo el continente en donde se mantuvo esta calamidad, hasta que hizo lo propio en 1888 (FERREIRA Y SEIJAS, 2018; FISCHER, GRINBERG y MATTOS, 2018).

Con lo anterior se confirma que más allá de los comparativos que se puedan dar con los EEUU sobre el racismo o la discriminación (FUENTE Y ANDREWS, 2018), existe una deuda pendiente por parte de los gobiernos latinoamericanos por renovar sus respectivas identidades nacionales,² es decir, replantear sus historias oficiales y al mismo tiempo, mediante reformas constitucionales, reconocer el carácter multicultural de sus respectivas sociedades y a través de la recopilación, análisis y difusión de datos estadísticos diseñar políticas públicas específicas para estos sectores vulnerables de la población.

En este sentido, México, aunque en apariencia manifieste un rezago frente a otras naciones en cuanto a la situación afrodescendiente (FUENTE Y ANDREWS, 2018), desde la década de 1990, académicos como Luz María Martínez Montiel, Guillermo Bonfil Batalla y, en años más recientes, María Elisa Velázquez Gutiérrez y el Programa Nacional de Investigación Afrodescendientes y Diversidad Cultural conformado por Gabriela Iturralde, Citlali Quecha, Cristina Masferrer y José Luis Martínez entre otros; junto con organizaciones afrodescendientes como México Negro A.C., Huella Negra A.C., Colectiva Ñaa Tunda, AMCO, Epoca A.C., Afrodescendencias en México A.C., Consejos Afromexicanos de Veracruz y el Comité Ciudadano en Defensa de los Naturalizados y Afromexicanos (CCDNAM) han conseguido -con el respaldo de algunas instancias gubernamentales como el Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación (CONAPRED), así como con el apoyo de algunos legisladores como Susana Harp- desde 2015 poner en marcha acciones concretas que han sumado a favor del reconocimiento que van desde la encuesta intercensal de ese mismo año hasta la modificación en 2019 del artículo 2º de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos en su apartado C, que a la letra señala que:

[...] reconoce a los pueblos y comunidades afromexicanas, cualquiera que sea su autodenominación, como parte de la composición pluricultural de la Nación. Tendrán en lo conducente los derechos señalados en los apartados anteriores del presente artículo en los términos que establezcan las leyes, a fin de garantizar su libre determinación, autonomía, desarrollo e inclusión social³ (SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN, 2019).

² En México, la historia oficial enaltece el carácter mestizo de la sociedad como resultado de la mezcla única y exclusiva entre europeos e indígenas por lo que se omite la presencia y legado de los afrodescendientes.

³ [...] reconhece aos povos e comunidades afromexicanas, qualquer que seja sua autodenominação, como parte da composição pluricultural da Nação. Terão no condizente dos direitos assinalados nas seções anteriores do presente artigo nos termos de estabelecem as leis, a fim de garantir sua livre determinação, autonomia, desenvolvimento e inclusão social. (Tradução Livre).

Estos logros serán complementados con la información que recabó el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) en el censo 2020 en el que incluyó la pregunta de autoadscripción afroamericana o afrodescendiente con el objetivo de identificar el contexto actual en el que se encuentran este sector de la población (INEGI, 2019). Sin embargo, y sin pretensiones de minimizar estos avances, aún siguen existiendo pendientes que deben de ser subsanados a la brevedad, por ejemplo: los constantes actos de racismo y de discriminación que sufren los afrodescendientes, así como también poner en marcha una reforma en programas educativos en donde se reconozca en la historia de nuestro país la presencia y contribución de los africanos afrodescendientes desde la época colonial hasta nuestros días.

En cuanto a los actos de discriminación y de racismo, urge concienciar y capacitar a diversos funcionarios, medios de comunicación y a la población en general, mediante campañas de sensibilización para evitar que estas situaciones desagradables sigan vigentes. Como muestra de ello: en enero 2020 en el programa de televisión Miembros al Aire, el cantante Enrique Guzmán en la entrevista en donde también asistió, como invitado, el artista afrodescendiente Kalimba hizo una “broma” racista cuando expresó que “los negros son buena onda como esclavos” (MILENIO DIGITAL, 2020). Del mismo modo Wilner Metelus (haitiano naturalizado mexicano) denunció, días después, en sus respectivas redes sociales que de nueva cuenta agentes migratorios, ahora en el aeropuerto de Tijuana, dudaban de que el fuera mexicano ya que su fisonomía era distinta a la de los connacionales (METELUS, 2020).

Ahora bien, llama la atención una de las acciones propuestas en Santiago y en Durban como en el Plan de Acción del Decenio de las y los Afrodescendientes en las Américas (2016-2025) de la Organización de los Estados Americanos (OEA) que está vinculada a las historias nacionales y busca la inclusión de los afrodescendientes en la formación de las identidades de cada nación y de las Américas. Esta propuesta, además de interesante, demanda ser detallada y trabajada para su cumplimiento con urgencia, pues se necesita definir las estrategias que deberán emplearse para alcanzar el objetivo.

Porello, el motivo, aunque exploratorio, de este trabajo radica en considerar las problemáticas y las posibles soluciones que se pueden presentar para el caso mexicano de manera particular en el ámbito de la enseñanza a nivel superior la promoción de programas o cursos de inclusión y reconocimiento de los afroamericanos. Dejando de lado algunas disciplinas como las Relaciones Internacionales o la Historia que pueden llegar a tener mayores posibilidades de incorporar en sus planes de estudio cursos sobre Historia de África o de hacer referencia a la presencia africana en América Latina como en México es necesario fomentar una educación destinada a erradicar el racismo y la discriminación.

AFRICANOS Y AFRODESCENDIENTES A TRAVÉS DE LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA DE MÉXICO

En su momento Marc Bloch (2006), además de definir a la historia como la ciencia de los hombres en el tiempo, aclaró que la incompreensión del presente nace de la ignorancia del pasado, y aunque este último ya no será modificado, su interpretación vive en un proceso de constante transformación y perfección. Ahora bien, si se vinculan estos planteamientos con los incidentes de discriminación y de racismo que sufren los afromexicanos, se puede considerar que expresiones como “los negros son buena onda como esclavos”, “en México no hay negros” y “un negro no puede ser mexicano” son resultado del desconocimiento generado por la historia oficial (TANIGUCHI, 2011; CISNEROS DUARTE, 2014).

Es importante puntualizar que más allá del esfuerzo que se pueda realizar, también resulta necesario que los responsables de facilitar el conocimiento histórico a las nuevas generaciones sean conscientes de los prejuicios que se tienen que sortear con la Historia como disciplina la cual muchas veces no queda exenta de estigmatizaciones como: ‘Qué aburrido, son muchas fechas’, ‘¿para qué me sirve saber algo que ya sucedió?’, ‘¿me tengo que aprender todo de memoria?’, ahora bien ¿qué se tiene que hacer para demostrar la importancia de la Historia?; y sobre todo ¿cómo se debe abordar el papel que han desempeñado los afromexicanos a lo largo de la historia de nuestro país? Resulta necesario resolver estos cuestionamientos ya que tarde o temprano los futuros ciudadanos confirmarán que la Historia no estudia simplemente fechas de batallas o acontecimientos políticos, más bien como ciencia social que estudia a las sociedades humanas con el fin de comprender y explicar los procesos y hechos económicos, sociales, políticos y culturales en el pasado, así como en el presente y vislumbrar las tendencias hacia el futuro (ARAYA RAMÍREZ *et al*, 2011).

Pese a ello la enseñanza de la Historia no ha quedado exenta de críticas en cuanto al uso excesivo de la memoria y del enciclopedismo, pero al igual que muchas otras disciplinas, ante las exigencias de la sociedad, debe saber adaptarse y cumplir con su función. En la actualidad se puede discutir el carácter democrático de nuestras instituciones políticas, por ello resulta necesario que la sociedad, además de cuestionar y exigir transparencia por parte de sus autoridades, en el ejercicio del poder por parte de sus gobernantes, critique y revise los más arraigados dogmas y fundamentos ideológicos sobre los cuales se ha levantado el sistema político mexicano (ROSAS, 2006; CRESPO, 2010). Por esta razón la historia oficial también debe ser analizada para reconocer e incorporar la presencia y legado de los afromexicanos.

No obstante, tal situación no es un caso exclusivo de México, ya que en todos los países los gobiernos tienden a utilizar la historia de acuerdo a sus intereses (CRESPO, 2001). La historia oficial en nuestro país surgió en 1929, cuando la Revolución mexicana fue institucionalizada. Por medio del sistema educativo, la élite política se encargó de forjar una historia de bronce, que tiene como protagonistas a personajes que son elevados a grado de deidades laicas por sus aciertos y omitiendo sus errores que como cualquier ser humano tuvieron.

Si son personajes “buenos” los reconocimientos se quedan cortos para Miguel Hidalgo, Benito Juárez o Francisco I. Madero;⁴ pero si es el caso de los “malos”, Agustín de Iturbide, Antonio López de Santa Anna o Porfirio Díaz,⁵ el resalto de sus errores resulta insuficiente (ROSAS, 2006).

No se puede negar que la versión de la historia oficial que se narra, además de facilitar el aprendizaje histórico, contribuye a la identidad nacional, pero se debe dejar en claro que no facilita el entendimiento de la problemática actual del país ni mucho menos favorece al reconocimiento de los afrodescendientes, razón por la cual se deben conocer los acontecimientos tal y como sucedieron, así como develar las omisiones que se hacen de hechos y protagonistas (ROSAS, 2006; CRESPO, 2010).

Determinada por las circunstancias y necesidades de los gobernantes en turno, la historia oficial es alterada para beneficio de estos. Con la firme intención de garantizar tanto el control político como la manipulación ideológica, las autoridades elaboran su propia interpretación sobre los acontecimientos del pasado. Existen varios ejemplos al respecto. En 1947, año en que se cumplieron cien años de la pérdida de más de la mitad de nuestro territorio a manos de los Estados Unidos, el presidente Harry Truman, tuvo a bien colocar una ofrenda floral en el altar a la patria. El acto generó el desagrado de la población; ante la situación adversa, y apurado por resolver la misma, el mandatario mexicano Miguel Alemán, sirviéndose del descubrimiento de seis osamentas en el Cerro de Chapultepec, y sin el aval de los especialistas, recurrió por decreto a la historia para enmendar la situación. De acuerdo con la versión oficial los restos encontrados eran nada más y nada menos que de los “Niños Héroe” (ROSAS, 2006).

De igual forma, cuando se habla de las fiestas patrias, se ha vuelto costumbre de celebrar “el Grito” los días 15 de septiembre por la noche, así como también considerar esa fecha como el día en que México alcanzó su independencia. Sin embargo, esto no es preciso, ya que no puede establecerse el día en que se llevó a cabo el Grito de Dolores, 16 de septiembre de 1810, como la fecha de la Independencia de México, la cual en todo caso debería celebrarse cada 27 de septiembre,

⁴ Mientras que a Miguel Hidalgo se le adjudica el mote de “el Padre de la Patria” por su participación en el estallido de la Independencia de México en 1810, sin importar la masacre de españoles peninsulares que permitió. Benito Juárez por su parte, también conocido como el “Benemérito de las Américas”, es reconocido por defender el proyecto liberal durante la Guerra de Reforma (1857-1861), la Segunda Intervención Francesa y el Imperio de Maximiliano (1862-1867) sin hacer mención de sus anhelos por apropiarse del poder, y, finalmente Francisco I. Madero quien tras poner fin a la dictadura de Porfirio Díaz en 1911 se ganó el sobrenombre de “El Apóstol de la democracia”.

⁵ Aunque Agustín de Iturbide logró consumar la Independencia de México en 1821, su coronación como emperador del Primer Imperio Mexicano en 1822, provocó que sus antiguos aliados hicieran lo posible por derrocarlo, consiguiéndolo en 1823 y, no conformes con exiliarlo en Livorno, en Italia lo declararon traidor; razón por la cual el Libertador de México, ante las posibles amenazas de una reconquista por parte de España desde Cuba, decidió regresar en 1824 para ofrecer sus servicios a favor de la defensa de la soberanía nacional sin saber que sería, además de detenido, pasado por las armas. En el caso de Antonio López de Santa Anna, la historia oficial se ha encargado de responsabilizarlo por la pérdida de Texas (1836) y demás territorios tras la guerra con Estados Unidos entre 1846 y 1848 y no se hace mención de que, a pesar de que ocupó once veces la presidencia de México, estuvo menos tiempo en ejercicio del poder en comparación con Benito Juárez o Porfirio Díaz. En relación con el héroe del 2 de abril, Porfirio Díaz, no debe sorprender que la historia oficial creada a partir del triunfo de la Revolución mexicana minimice el protagonismo que tuvo este oaxaqueño a favor del bando liberal durante la Guerra de Reforma, la Segunda Intervención Francesa y el Imperio de Maximiliano, y del mismo modo el papel que desempeñó como referente de la oposición ante las pretensiones políticas del “Benemérito de las Américas” de perpetuarse en el poder.

en referencia a lo sucedido en 1821. ¿Quiénes son los responsables? Aunque estigmatizado por los gobiernos emanados de la Revolución, se considera que fue Porfirio Díaz, nacido el 15 de septiembre de 1830, el causante de la imprecisión, ya que aprovechando que durante su gobierno se conmemoraba el centenario del inicio de la lucha contra España, decidió sumar su onomástico a los festejos de la patria (RODRÍGUEZ ORTIZ, 2015).

En relación con el Apóstol de la democracia, Francisco I. Madero González, existió un debate sobre el segundo nombre, pues para algunos la “I” era de Indalencio en relación con el nombre que asumió tras volverse espiritista, mientras que otros hacían referencia a Inocencio, en gran medida debido a que, durante la Decena Trágica (entre el 9 y 19 de febrero de 1913), Francisco era el único que negaba la traición de Victoriano Huerta. A fin de cuentas, ninguno de los dos nombres era correcto, hecho que generó sorpresa durante el sexenio calderonista (2006-2012), incluso el entonces presidente del Senado, Gustavo Madero Muñoz, el sobrino del aludido Francisco, confirmó que la “I” de su tío se trataba originalmente de una “Y”, abreviación de Ygnacio (AGENDA REFORMA, 2008). De acuerdo con Ross (1959) y Rosas (2006), Francisco Ygnacio Madero González fue bautizado en honor a Francisco de Asís e Ignacio de Loyola.

Y podemos seguir mencionando mitos y omisiones de la historia oficial. ¿En dónde quedó el reconocimiento para Antonio López de Santa Anna por la derrota propinada en Cabo Rojo a Isidro Barradas en 1829, con lo que evitó las pretensiones de reconquista española? (GONZÁLEZ PEDRERO, 2015) De igual modo, en lugar de conmemorar el Día de la Bandera (24 de febrero) o el inicio de la lucha de Independencia, debería reconocerse adecuadamente al Libertador de México, Agustín de Iturbide (ANNA, 1991); también podemos cuestionar el por qué se sigue negando la obra de Díaz, si a fin de cuentas Juárez hizo exactamente lo mismo (eternizarse en el poder) (ROEDER, 2013). En febrero 2020, la primera dama Beatriz Gutiérrez Müller, tomando como sustento la investigación más reciente de Josefina Mac Gregor (2019), generó polémica al hacer referencia a la caída del Apóstol de la democracia, el ascenso al poder de Huerta y posteriores asesinatos de Madero y del vicepresidente José María Pino Suárez como Quincena Trágica (GUTIÉRREZ MÜLLER, 2020) y no cómo Decena Trágica.

Ahora bien, en relación con el tema que nos atañe, ¿cómo debe ser tratado e incorporado el reconocimiento y presencia de los afroamericanos en la historia de México? ¿Cómo se deben enseñar y abordar las cuestiones de discriminación y racismo en estudiantes de nivel superior? ¿Bastará con capacitar a los docentes para que, escudándose en su libertad de cátedra, opten por incorporar o no estas temáticas en sus cursos? ¿Cómo hacer para que los estudiantes entiendan la importancia de estas temáticas en las aulas, en la vida y en el trabajo?

La presencia africana existe, pero desafortunadamente no se le ha querido dar su merecido lugar en la definición de la identidad nacional. ¿Qué tienen en común José María Morelos y Pavón, Vicente Guerrero y Juan N. Álvarez? Además de ser protagonistas de la historia política mexicana, los

tres son afromexicanos (RODRÍGUEZ ORTIZ, 2015).⁶ Para la gran mayoría de los afromexicanistas, el olvido y falta de reconocimiento de los afrodescendientes en México fue provocado por los efectos ideológicos de la Revolución mexicana, afirmación que no puede ser negada, sin que tampoco sea posible dejar de hacer mención de las consecuencias generadas por las pretensiones de establecer una nación homogénea y por el arraigo de ideas racistas en los políticos decimonónicos (VINSON, 2004; ANDREWS, 2007).

Tras la consumación de la Independencia, los políticos de la joven república se dieron a la tarea de crear una nación “mestiza”, precepto bajo el cual se pretendía garantizar el desarrollo económico del país. Ahora la clasificación de la sociedad por clase sustituía al sistema de castas. Aunque a simple vista se puede reconocer el compromiso de las autoridades para erradicar las desigualdades, no fueron capaces de aceptar la participación de la población de origen africano por considerarla inferior en relación con los blancos (BAZANT, 2001; ANDREWS, 2007).

Pese a la desaparición del sistema de castas, los prejuicios hacia el indio y al africano siguieron y se fortalecieron. En pleno siglo XIX, el racismo científico fue determinante no solo para establecer la superioridad de la raza blanca-europea, sino que también concluyó que la raza negra representaba la decadencia de la humanidad (VELÁZQUEZ E ITURRALDE, 2012).

Al considerar que cualquier referencia a los africanos implicaba vicios e incapacidad para adaptarse al progreso, los políticos e intelectuales del México decimonónico, se dieron a la tarea de menospreciar, e inclusive negar, el aporte afrodescendiente. Desde el derrocamiento de Porfirio Díaz en 1911 y hasta 1940, el nuevo régimen emanado de la Revolución, tuvo la oportunidad de cambiar el discurso frente a los africanos. Sin embargo, además de continuar, los intelectuales del régimen propiciaron la invisibilización afromexicana (VINSON, 2004). Para ellos México debía transitar hacia una sociedad estratificada en diferentes clases.

Reconociendo el carácter mestizo del pueblo, pero sin incluir al africano, el sistema político mexicano puso en marcha la construcción de un nuevo régimen surgido de la necesidad de combatir las injusticias y carencias de la masa campesina la cual, en su gran mayoría, estaba conformada por indígenas (KNIGHT, 2004). Como estrategia para garantizar su permanencia en el poder, los gobiernos revolucionarios elaboraron políticas públicas con la intención de unificar la nación. Para alcanzar el objetivo, resultaba necesario incorporar a la población indígena en el proceso de modernización. Debido al atraso en el que se encontraba este sector de la sociedad mexicana, las autoridades, a través de sus intelectuales, decidieron poner en marcha el indigenismo el cual también se sumaría a la idea de que el mestizo en México era el puente hacia el futuro (VINSON, 2004; VELÁZQUEZ E ITURRALDE, 2012).

⁶ José María Morelos y Pavón, también conocido como “El siervo de la nación”, fue entre 1811 y 1815 un insurgente que, con apoyo de pardos y mulatos dentro de su ejército, mantuvo la lucha contra la dominación española. Además, destacó por la redacción de los “Sentimientos de la Nación” (1813) y por su aportación a la Constitución de Apatzingán (1814). De la misma forma, Vicente Guerrero no sólo luchó contra las autoridades realistas sino también, tras la independencia, se convirtió en 1829 en el primer presidente afromexicano. Mientras tanto, Juan N. Álvarez, considerado el segundo presidente afrodescendiente en nuestro país tuvo, como líder de la Revolución de Ayutla, una participación determinante en la caída del último gobierno de Antonio López de Santa Anna en 1855.

Directa o indirectamente, la preocupación por el indigenismo a partir de la década de 1940, aunque paradójica, hizo que fuera el mismo Gobierno el promotor de los estudios sobre la presencia africana en nuestro país y con ello demostrar el legado afrodescendiente (WADE, 2018). A través del Departamento Demográfico de la Secretaría de Gobernación, Manuel Gamio delegó al médico y antropólogo veracruzano, Gonzalo Aguirre Beltrán, la investigación sobre el México negro (VELÁZQUEZ E ITURRALDE, 2012).

Aunque sin el éxito deseado, la publicación de La población negra en México en 1946 marcó el nacimiento de los estudios afromexicanistas, los cuales a partir de la década de 1990 del siglo pasado han reportado un incremento significativo, al que se unen las organizaciones afromexicanas que han conseguido abrir espacios ya sea en el cine o en la televisión en donde se comienzan a percibir los primeros frutos de la lucha de los afrodescendientes a favor de la visibilización (VELÁZQUEZ E ITURRALDE, 2012).

Ahora bien, a pesar de los esfuerzos, la falta de divulgación hace que toda la producción científica sobre afromexicanos existente tenga como alcance al ínfimo círculo de académicos interesados y uno que otro aficionado. Por ello resulta necesario conseguir que, desde el Gobierno, a través de la Secretaría de Educación Pública (SEP), se tome la decisión a favor de promover la presencia y reconocimiento de los africanos y afrodescendientes y en donde seguramente los responsables de la enseñanza de la Historia de México jueguen un papel fundamental. Al menos al momento, la única solución que puede tener alcance (aunque se deba trabajar) es obligando a las Instituciones de Educación Superior (IES) próximas a evaluarse como programas educativos a incorporar cursos o talleres que ayuden a la visibilización de los afromexicanos y erradicación tanto del racismo como de la discriminación, así como cualquier otra forma de intolerancia hacia ellos.

LA EVALUACIÓN Y LA ACREDITACIÓN. RECURSOS PARA PROMOVER EN LOS PREGRADOS DE LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR EL RECONOCIMIENTO DE LOS AFROMEXICANOS

A pesar de que en los últimos años la educación en nuestro país ha sido afectada por severos recortes presupuestales por parte de las autoridades mexicanas -situación que ha llevado a pretender hacer más con menos-, no se puede negar que el mismo Estado mexicano siempre manifestó interés por esta desde que la nación se emancipó de la Corona española.

Mediante la incorporación de diversos modelos educativos o de tendencias pedagógicas provenientes de Europa o de los Estados Unidos, las autoridades, convencidas de que a través de la educación el país podía salir adelante, comenzaron a dar forma, desde la educación básica hasta el posgrado, al sistema educativo en México el cual, a pesar de las adversidades, ha logrado en mayor o

en menor medida solventar diversas problemáticas vinculadas con el analfabetismo, el ausentismo, la cobertura, el desarrollo de la investigación científica o la calidad de la misma.

Sin lugar a duda fue durante el llamado Milagro mexicano cuando la educación y otros servicios proveídos por el Estado consiguieron beneficiar a un mayor número de mexicanos que, hasta antes de 1946, resultaban ser un simple anhelo. En cuanto a la educación superior, además de contar con presupuesto público y de responder a las exigencias del país, gozó de libertades frente al Estado para tomar decisiones vinculadas con el quehacer académico.

Esta situación cambió en gran medida debido a que el desenlace de la era de la posguerra en la década de 1970 implicó el fin del Estado benefactor y el arribo del neoliberal en el siguiente decenio, lo que provocó un cambio significativo en la relación entre el Estado y la educación superior.

A partir de ese momento el Estado mexicano, obligado a racionalizar el presupuesto, a vincular la educación con los bienes y los servicios, así como a elevar a la calidad educativa, asumió el rol de evaluador, con el cual impulsaría una política pública vinculada con la evaluación y la acreditación misma que, a pesar de ser cuestionada por la importancia que se da a los indicadores sobre el proceso de enseñanza-aprendizaje y por condicionar el reconocimiento y apoyos presupuestales extraordinarios, ha conseguido, más por tendencia que por conocimiento de causa, propiciar cambios en cada una de las IES públicas y privadas para garantizar así la calidad de las ofertas.

Si bien en México los procesos vinculados a la evaluación como diagnóstico y a la acreditación como prueba de credibilidad no son obligatorios para las ies, sí constituyen un factor determinante tanto para lograr su financiamiento como para incrementar su prestigio y posicionarse de este modo dentro de las preferencias de los estudiantes que desean cursar algún pregrado o posgrado y de la misma sociedad.

Por otro lado, más allá de que la evaluación y la acreditación se han convertido desde finales de la década de 1980 en el eje articulador de una política pública que pretende incidir y generar, sin atentar con la autonomía, una sutil presión para que las IES lleven a cabo cambios de forma y de fondo para garantizar la calidad educativa -entendida como la coherencia entre fines institucionales, objetivos estratégicos, actividades y medios que se utilizan para cumplir con la formación de capital humano- es importante dejar en claro que el rol de evaluador que asume el Estado mexicano data de la década de 1970 (PALLÁN FIGUEROA, 1994; BUENDÍA ESPINOSA, 2014).

A finales de esta década, por iniciativa de la SEP y de la Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (ANUIES), algunas ies elaboraron diagnósticos sobre pronósticos de demanda y crecimiento, así como programas de desarrollo institucional. Estos esfuerzos aislados fueron retomados a finales de la década de 1980 por el Programa para la Modernización Educativa, el cual promovió, por medio de la recién creada Comisión Nacional de Evaluación (CONAEVA) en 1989, la evaluación permanente tanto interna como externa con la intención de mejorar la calidad de los programas educativos (RUBIO OCA, 2007; BUENDÍA ESPINOSA, 2013).

Aunque limitada en vigencia (1990-1993) y alcance, la CONAEVA, a través de los “Lineamientos generales y estrategia para evaluar la educación superior” ponderó la valoración cuantitativa, sin tomar en cuenta las peculiaridades de las IES -las privadas no participaron- y las recomendaciones de la ANUIES de incorporar elementos cualitativos. Independientemente, lo propuesto por la conaeva destacó por ser un intento formal que contó con un marco conceptual, metodología, criterios, indicadores y parámetros generales que se incorporó a los procesos de planeación académica como apoyo para la toma de decisiones (PALLÁN FIGUEROA, 1994; RUBIO OCA, 2007).

De igual forma, la Federación de Instituciones Mexicanas Particulares de Educación Superior (FIMPES) y la ANUIES llevaron a cabo sus propios esfuerzos. Mientras FIMPES en 1992 promovió la autoevaluación entre las IES privadas, la ANUIES desde 1998 hizo lo propio para aquellas IES públicas o privadas que desearan pertenecer a la asociación.

Junto con estas iniciativas surgen en el mismo decenio los llamados Comités Interinstitucionales para la Evaluación de la Educación Superior (CIEES), el Centro Nacional de Evaluación para la Educación Superior (CENEVAL) y el Programa Nacional de Superación del Personal Académico (SUPERA) –hoy Programa para el Desarrollo Profesional Docente (PRODEP)–. El CIEES, creado en 1991, es un organismo no gubernamental pionero conformado por nueve Comités (Ciencias naturales y exactas; Ingeniería y tecnología; Ciencias agropecuarias; Ciencias de la salud; Arquitectura, diseño y urbanismo; Arte, educación y humanidades; Ciencias sociales y administrativas) que se dedica al aseguramiento de la calidad de los programas educativos y de las ies mediante evaluaciones diagnósticas externas (CIEES, 2020), mientras el ceneval, fundado en 1994, asumió la tarea de diseñar y aplicar exámenes estandarizados para evaluar aprendizajes (CENEVAL, 2020).

En cuanto al programa supera, puesto en marcha en el mismo año que ceneval, fue el primer esfuerzo de carácter nacional vinculado a impulsar la formación a nivel posgrado de los profesores universitarios, la habilitación de nuevas plazas de profesores de tiempo completo (ptcs) y la creación y promoción de Cuerpos Académicos (CAS), a partir de un diagnóstico sobre las carencias de las diferentes áreas del conocimiento en cuanto a las proporciones y niveles de habilitación del personal académico, necesarias para atender de la mejor forma posible los programas educativos de licenciatura y posgrado (COMAS RODRÍGUEZ, FRESÁN OROZCO *et al*, 2008).

Con estos referentes ya para el nuevo milenio aparecen en escena el Consejo para la Acreditación de la Educación Superior (COPAES) y el Programa Integral de Fortalecimiento Institucional (PIFI). Si bien cada uno cuenta con distintos enfoques, ambos contribuyen tanto en la evaluación como en la acreditación de la educación superior de nuestro país. Así, la copaes es una instancia capacitada y reconocida por la sep que da certeza de manera permanente sobre los treinta Organismos Acreditadores (OA) que pueden llevar a cabo procesos de acreditación de programas académicos de las ies -que deben ser renovados cada cinco años- mediante el otorgamiento de reconocimiento a cada oa. Por su parte, el PIFI hoy Programa de Fortalecimiento de la Calidad Educativa (PFCE), se constituye como un ambicioso programa que, después de evaluar

a la IES como un todo (pues a través de su metodología integra procesos de planeación, evaluación y financiamiento), asigna fondos extraordinarios que son de gran ayuda para impactar de manera significativa en otros indicadores vinculados a la calidad de la educación (financiar estancias de investigación y publicaciones de los docentes, apoyar intercambios académicos de estudiantes, adquirir recursos bibliográficos y tecnológicos, etc.).

Ahora bien, más allá del impacto o cambio institucional que se pueda derivar de cualquier nivel o reconocimiento alcanzado después de una evaluación y acreditación de pregrado o IES, la evaluación como acreditación puede ser utilizada como medio para fomentar, en las diversas IES, reformas e incorporación de programas a favor de la inclusión y el reconocimiento de los afroamericanos, así como también de la promoción de educación para erradicar el racismo de la misma forma en que se han gestado las adaptaciones de las ies como programas educativos a la nuevas exigencias gubernamentales.

CONCLUSIÓN

Aunque aún falta mucho por hacer, el presente trabajo, aunque exploratorio, tuvo como objetivo un primer acercamiento a una posible estrategia para poner en marcha la modificación de la historia oficial en México y, al mismo tiempo, su difusión en la educación a nivel superior mediante la presión que pueda ejercer el Gobierno federal a través de la SEP y la política pública de evaluación y acreditación. Sin duda alguna, aunque se pueda cuestionar la importancia del indicador sobre los resultados concretos, condicionar el financiamiento puede ser la clave para generar cambios, no solo en las instituciones, sino también influir en los mismos facilitadores del conocimiento para que se capaciten y comprendan la importancia del reconocimiento de los afroamericanos y con ello coadyuvar en la lucha contra el racismo y la discriminación.

REFERENCIAS

AGENDA REFORMA. *Es Ignacio segundo nombre de Madero*. El Siglo de Torreón, México, 21 de noviembre de 2008. Disponible en: <https://www.elsiglodetorreon.com.mx/noticia/395293.es-ignacio-segundo-nombre-de-madero.html>. Acceso en: 1 marzo 2020.

ALBERTO, Paulina; HOFFNUNG-GARSKOF, Jesse. Democracia racial e inclusión racial. Historias hemisféricas. En: FUENTE, Alejandro De la; ANDREWS, George Reid (Editores). *Estudios Afrolatinoamericanos: una introducción*. 1ª edición. Buenos Aires, Argentina: Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center- Harvard University y Clacso, 2018. p. 317-380.

ANDREWS, George Reid. *Afro-Latinoamérica 1800-2000*. Madrid: Iberoamericana Editorial, 2007.

ANDREWS, George Reid. Desigualdad: Raza, clase, género. En: FUENTE, Alejandro De la; ANDREWS, George Reid (Editores). *Estudios Afrolatinoamericanos: una introducción*. 1ª edición. Buenos Aires, Argentina: Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center-Harvard University y Clacso, 2018, p. 71-116.

ANNA, Timothy E. El imperio de Iturbide. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1991.

ARAYA RAMÍREZ, Iliana María. *et al. La formación del historiador desde las competencias profesionales y académicas: el caso de la Escuela de Historia en la Universidad de Costa Rica*. Disponible en: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-469X2010000200003. Acceso en: 2 dic. 2019.

BAZANT, Jan. De Iturbide a Juárez. En: BETHELL, Leslie (Editor). *Historia de México*. Barcelona: Critica, 2001, p. 43-81.

BLOCH, Marc. *Introducción a la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

BUENDÍA ESPINOSA, Angélica. *Genealogía de la evaluación y acreditación de instituciones en México*. En: *Perfiles Educativos*, vol. 35, p. 17-32, 2013. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/pdf/peredu/v35nspe/v35nspea3.pdf>. Acceso en: 2 dic. 2019.

BUENDÍA ESPINOSA, Angélica. La acreditación del posgrado en Argentina y México desde su dimensión institucional. En: *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, v. 19, no 62, p. 978-988, jul-sep, 2014. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662014000300017. Acceso en: 3 dic. 2019.

CENEVAL. Perfil institucional. 1 de marzo 2020. Disponible en: <http://www.ceneval.edu.mx/perfil-institucional>. Acceso en: 1 marzo 2020.

CIEES. Acerca de CIEES. 1 de marzo de 2020. Disponible en: <https://www.ciees.edu.mx/acerca/>. Acceso en: 1 marzo 2020.

CISNEROS DUARTE, José Roberto. *Afromexicanos: un rostro olvidado de México que pide ser reconocido*. CNN, México, 25 de julio de 2014. Disponible en: <http://mexico.cnn.com/nacional/2014/07/25/afromexicanos-un-rostro-olvidado-que-quiere-ser-reconocido>. Acceso en: 2 oct. 2014.

COMAS RODRÍGUEZ, Oscar, FRESÁN OROZCO, María Magdalena, BUENDÍA ESPINOSA, Angélica, y GÓMEZ MORALES, Isabel. La Universidad Mexicana y el PIFI: una mirada desde la economía institucional. En: *Revista de la Educación Superior*, v. 43, no. 169, p. 47-67, 2008.

CRESPO, José Antonio. *Contra la historia oficial*. México: De bolsillo: 2010.

CRESPO, José Antonio. México necesita su “glasnost” histórica. *En: Istor: revista de historia internacional*, año II, número 5, verano, p. 64-81, 2001. Disponible en: <http://repositorio-digital.cide.edu/bitstream/handle/11651/3331/dossier4.pdf?sequence=1>. Acceso en: 1 marzo 2020.

FERREIRA, Roquinaldo; SEIJAS, Tatiana. El comercio de esclavos a América Latina. Una evaluación historiográfica. *En: FUENTE, Alejandro De la; ANDREWS, George Reid (Ed). Estudios Afrolatinoamericanos: una introducción*. 1ª edición. Buenos Aires, Argentina: Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center-Harvard University y Clacso, 2018, p. 41-70.

FISCHER, Brodwyn; GRINBERG, Keila y MATTOS, Hebe. Las leyes, el silencio y las desigualdades racializadas en la historia afrobrasileña. *En: FUENTE, Alejandro De la; ANDREWS, George Reid (Ed). Estudios Afrolatinoamericanos: una introducción*. 1ª edición. Buenos Aires, Argentina: Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center-Harvard University y Clacso, 2018, p. 161-216.

FUENTE, Alejandro De la; ANDREWS George Reid. Los estudios afrolatinoamericanos, un nuevo campo. *En: FUENTE, Alejandro De la; ANDREWS, George Reid (Ed). Estudios Afrolatinoamericanos: una introducción*. 1ª edición. Buenos Aires, Argentina: Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center-Harvard University y Clacso, 2018, p. 11-37.

GONZÁLEZ PEDRERO, Enrique. *País de un solo hombre: el México de Santa Anna*. Vol. I: La ronda de los contrarios. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

GURIDY, Frank A.; HOOKER, Juliet. Corrientes de pensamiento sociopolítico afrolatinoamericano. *En: FUENTE, Alejandro De la; ANDREWS, George Reid (Ed). Estudios Afrolatinoamericanos: una introducción*. 1ª edición. Buenos Aires, Argentina: Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center-Harvard University y Clacso, 2018, p. 219-267.

GUTIÉRREZ MÜLLER, Beatriz. *Mucho bien nos haremos como sociedad al recordar los postulados del maderismo: “sufragio efectivo no reelección”*. Hemos estado conmemorando los 107 años de la #QuicenaTrágica, episodio nefasto de nuestra historia [Fotografía]. Instagram. [@beatrizgutierrezmuller] 23 de febrero de 2020. Disponible en: <https://www.instagram.com/p/B867zvRDOPg/?igshid=56zvj8j0a5th>. Acceso en: 1 de marzo 2020.

INEGI. *Censo de Población y Vivienda 2020. Resumen ejecutivo*. México: 2019. Disponible en: https://www.inegi.org.mx/contenidos/programas/ccpv/2020/doc/resumen_ejecutivo_2020.pdf. Acceso: 4 nov. 2020.

KNIGHT, Alan. *Racismo, revolución e indigenismo: México, 1910-1940*. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

MAC GREGOR, Josefina. *Un nuevo hallazgo sobre la Decena Trágica*. Apuntes del senador Guillermo Obregón. *En: Historia mexicana*, v 68, no 3, p. 1253-1300, 2019.

MARTÍNEZ MONTIEL, Luz María. *Afroamérica*. La ruta del esclavo. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006.

METELUS, Wilner. *Alerta en aeropuerto Tijuana agente migración le [sic] detienen mi credencial, dicen tengo cara extranjera*, 29 de febrero de 2020. Disponible en: <https://www.facebook.com/wilner.metelus.1/posts/10162961020875576>. Acceso en: 1 marzo 2020.

MILENIO DIGITAL. *Son buena onda como esclavos: La 'broma' racista de Enrique Guzmán a Kalimba*. Milenio, México, 31 de enero de 2020. Disponible en: <https://www.milenio.com/espectaculos/famosos/enrique-guzman-broma-racista-negros-kalimba-responde>. Acceso en: 1 marzo 2020.

PALLÁN FIGUEROA, Carlos. Los Procesos de Evaluación y Acreditación de las Instituciones de Educación Superior en México en los Últimos Años. *En: Revista de la Educación Superior*, v. 23, n. 91, p. 1-20, jul-sep. 1994. Disponible en: <http://publicaciones.anuies.mx/revista/91>. Acceso en: 2 feb. 2020.

RODRIGUEZ ORTIZ, Guillermo Alberto. *El lado afro de la Puebla de los Ángeles*. Un acercamiento al estudio sobre la presencia africana 1595-1710. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla y Piso 15 Editores, 2015.

ROEDER, Ralph. *Juárez y su México*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México: Planeta, 2006.

ROSS, Stanley. *Francisco I. Madero*. Apóstol de la democracia mexicana. México: Grijalbo, 1959.

RUBIO OCA, Julio. La evaluación y acreditación de la educación superior en México: un largo camino aún por recorrer. *En: Reencuentro. Análisis de Problemas Universitarios*, no 50, p. 35-44, 2007. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/340/34005006.pdf>. Acceso en: 1 marzo, 2020.

SECRETARIA DE GOBERNACIÓN. Decreto por el que se adiciona un apartado C al artículo 2o. de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos. 9 de agosto de 2019. Disponible en: https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5567623&fecha=09/08/2019. Acceso en: 1 marzo 2020.

TANIGUCHI, Hanako. *Afrodescendientes en México, la población invisible*. CNN, México, 1 de abril de 2011. Disponible en: <http://mexico.cnn.com/nacional/2011/04/01/afrodescendientes-en-mexico-la-poblacion-invisible>. Acceso en: 2 oct. 2014.

VELÁZQUEZ, María Elisa e ITURRALDE, Gabriela. *Afrodescendientes en México. Una historia de silencio y discriminación*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación, 2012.

VINSON, Ben. La historia del estudio de los negros en México. En: VINSON, Ben; VAUGHN, Bobby. *Afroméxico: El pulso de la población negra en México: Una historia recordada, olvidada y vuelta a recordar*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 19-73.

WADE, Peter. Interacciones, relaciones y comparaciones afroindígenas. En: FUENTE, Alejandro De la; ANDREWS, George Reid (Ed). *Estudios Afrolatinoamericanos: una introducción*. 1ª edición. Buenos Aires, Argentina: Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center-Harvard University y Clacso, 2018, p. 117-160.

NARRATIVAS DE HISTÓRIA DA AMÉRICA FIXADAS NO ENEM: UMA ABORDAGEM CURRICULAR

MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

Seja pelo desconhecimento dos países entre si, pela predominância de perspectivas europeias ou pela valorização das identidades nacionais, tornamo-nos “o outro” de nossa própria história. (CONCEIÇÃO; ZAMBONI, 2013, p. 421).

Entendo os itens do ENEM não como produtos de acordos / consentimentos, mas sim como discursos que se inter cruzam com diferentes demandas, expectativas, memórias, matrizes teóricas e historiográficas e concepções de avaliação. Além disso, estas narrativas priorizam determinados assuntos, personagens e períodos cronológicos, excluindo ou marginalizando tantos outros ao longo do tempo. (VELASCO, 2018, p. 37).

A escolha do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como espaço discursivo para a investigação das narrativas de História da América que circulam na educação básica não é aleatória. Ela assenta-se em uma perspectiva que concebe políticas de avaliação como políticas curriculares que participam da “disputa pelo que há, pelo que está acontecendo, pelo para-onde-vão as coisas, em suma, mais do que uma guerra de interpretações, uma disputa hegemônica pelo mundo em que vivemos.” (BURITY, 2010, p. 8).

Proponho-me, nesse texto, a explorar a questão de quais as narrativas da História da América que têm sido fixadas no Enem. Assumo como pressuposto que, essa proposta implica em dialogar com as esferas de seleção curricular, produzidas em meio a relações assimétricas de poder que terminam por definir, igualmente, lembranças e esquecimentos, que animam os processos identitários quando, o que está em jogo, são os passados da História da América, legitimados para serem ensinados/aprendidos nas aulas de História no Brasil.

Divido, pois, esse texto em duas partes. Na primeira apresento as lentes teóricas, inscritas em uma abordagem discursiva em perspectiva pós-fundacional, forjadas a partir do campo do Currículo. Na segunda, mobilizando as ferramentas produzidas e apresentadas na primeira parte, sumario a abrangência e analiso os itens de História da América que tiveram lugar no Enem nas suas

últimas dez edições (2009-2019). O foco da análise recai sobre os conteúdos, personagens, períodos cronológicos e eventuais relações com a História do Brasil. Entendo que a problematização escolhida para ser desenvolvida ao longo desse texto tem potencial para animar as contínuas discussões sobre o papel do ensino de História no contexto de disputas por projetos identitários e de diferença.

1 ENEM: ESPAÇO DE DISPUTAS E FIXAÇÃO DE CONHECIMENTO VÁLIDO A SER ENSINADO/APRENDIDO

A Teoria do Discurso é uma teoria de análise do social na qual a dimensão ontológica do *político* ocupa um lugar de destaque. Partindo do pressuposto que a realidade social não está dada *a priori*, mas que é construída politicamente, e que o acesso à materialidade se dá pelo discurso, defendo a potência desta teoria para analisar como algumas coisas adquirem estabilidade no mundo social, o que Laclau (2005) chama de hegemonia, entendida também como “luta de poder” (LACLAU, 2011, p. 50).

A abordagem pós-fundacional radicaliza as críticas às leituras essencialistas de mundo, desconfiando das afirmações categóricas e das generalizações. Contudo, não se trata de negar a existência de qualquer tipo de fundamento, mas de negar sua transcendência, seu caráter atemporal, inumano e apolítico, enfim, trata-se de explorar “seu estatuto ontológico” (MARCHAT, 2009, p. 29) percebendo-o, portanto, como contingente e histórico. Se há, pois, a impossibilidade de um fundamento último e definitivo, é no político – atravessado pelas relações de poder – que se constroem determinadas leituras de qualquer ordem social em busca de hegemonia.

O político¹ é o lugar da possibilidade da subversão, é a explicitação da precariedade dos fechamentos de sentidos, “é o que põe em xeque uma ordem constituída, demonstrando sua contingência” (MENDONÇA, 2012, p. 13). Enfim, *o político* é o conflito que, ao mesmo tempo constitui e coloca em risco o instituído, é a dimensão ontológica que constitui o social (LACLAU, 2005), enquanto *a política* é a tentativa de controlar o político, de estabelecer uma ordem, é a hegemonização, a sedimentação, o fechamento de sentido, é a dimensão ôntica.

A ênfase na linguagem é uma característica do pós-fundacionismo. Essa perspectiva parte do pressuposto que a linguagem, ao invés de representar o mundo, o constrói, isto é, a linguagem cria aquilo de que fala ao invés de simplesmente nomear o que existe no mundo. (LOPES; MACEDO, 2011). Assim, operar na pauta pós-fundacional implica em abrimos mão de certezas e verdades que se situam fora do jogo da linguagem (GABRIEL, 2013). Nesse sentido, a realidade social não aparece como algo a ser desvendado, mas compreendido a partir da sua infinidade de formas, das várias possibilidades de se alcançar múltiplas verdades, contingentes e precárias.

Operando com essas breves definições para tratar o objeto de estudo deste texto, trata-se de compreender que não existe uma História da América determinada por um fundamento último

¹ Para uma discussão teórica aprofundada entre *a política* e o político, ver Mouffe, Chantal. *On the political*. New York: Routledge, 2005.

que a constitua e, ao mesmo tempo, a legitime para ser ensinada e aprendida na educação básica. É no político que seus significados são disputados e fixados. Portanto, dizer o que é e o que não é História da América legítima não implica em mobilizar a ideia de um ente transcendental, cabendo a mim, neste texto, apresentá-lo em sua plenitude e observar empiricamente como se apresenta nos itens do Enem. É mais condizente falar em compreender o que tem sido fixado como História da América válida, deslocando a empiria do papel de referendo para a função de terreno de disputa.

Tendo essa postura epistêmica como pano de fundo, é possível descartar de imediato a ideia de que há um significado único para se pensar o currículo, decorrendo daí a necessidade de esclarecer com qual entendimento de currículo irei operar na produção das análises pretendidas. Lopes e Macedo (2011) explicitam bem como é conceber o currículo na perspectiva teórica aqui assumida:

O currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constrange nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos opostos por tais discursos e os recria. Claro que, como essa recriação está envolta em relações de poder, na interseção em que ela se torna possível, nem tudo pode ser dito. (LOPES; MACEDO, 2011, p. 41).

Interessa-me aqui situar o Enem como política de avaliação. O entendimento de currículo ora mobilizado permite que se compreenda que as políticas de avaliação se constituem como políticas curriculares na medida em que representam “espaços de hegemonização de sentidos do que deve ser ensinado/aprendido nas escolas da educação básica interpelando assim, diretamente os sujeitos posicionados nas relações de ensino-aprendizagem como professores e alunos.” (GABRIEL; MARTINS, 2018, p. 233).

Sendo o Enem, desde 2009, a principal porta de entrada (ou barragem) para o acesso ao Ensino Superior Público no Brasil, entendo, tal qual Rocha (2013), que essa política de avaliação tem se configurado como a “fina flor dos validados”. Essa expressão reafirma o status assumido pelo Enem de ser um dos principais elementos que “movimentam seleções e decisões tomadas em meio aos processos de produção e distribuição do conhecimento escolar.” (RAMOS, 2014, p. 28), e como “(...) lugar de fixação de sentidos de conhecimento escolar de qualidade e de validação do que deve ser ensinado.” (RAMOS, 2014, p. 235).

A precariedade de todo fechamento do processo de significação de qualquer ordem social (aqui o Enem é entendido como uma) permite que se reconheça que as políticas de avaliação se constituem, simultaneamente, como espaço de hegemonização, mas também, como espaço de luta pelo direito de dizer o que é conhecimento de qualidade, sendo, pois, um ato de significação. Fazendo a transposição desse entendimento para o objeto de investigação desse texto, trata-se de identificar os conhecimentos escolares particulares sobre História da América que, nas últimas

dez edições do Enem, têm assumido o papel de conhecimentos escolares universais a partir desse recorte que é não apenas geográfico, mas também político e epistemológico.

Cabe sublinhar que a perspectiva teórica discursiva na pauta pós-fundacional me permite deslocar a apreensão da tensão entre universal e particular de forma a não colocar esses dois elementos como antagônicos, mas como elementos estruturantes do jogo político da definição. Portanto, não se trata de tomar o universal como vilão e o particular como panaceia, ou vice e versa, mas de explorar a permanente tensão entre ambos nas lutas políticas inerentes aos processos de significação.

Reconheço, no entanto, que são diversas as demandas particulares de identidade/diferença que interpelam a escola e seu currículo, em busca da adequação dessa instituição a essas demandas, e a História da América legitimada, por meio do Enem, para ser ensinada e aprendida nas aulas de História na Educação Básica, não escapa a essa tensão. Dessa forma, não existe uma identidade/diferença pura em relação à História da América representada nos itens do Enem, mas um híbrido identitário hegemônico contingencialmente.

Esse híbrido identitário fixado nos itens do Enem tensiona, portanto, os limites fronteiriços do “eu” e do “outro” nas disputas pela configuração de uma identidade nacional brasileira por meio do ensino de História. Para isso, é necessário reconhecer, como o faz Gabriel (2013b), a alteridade como elemento estruturante do conhecimento histórico escolar. Para essa autora, o currículo de História é, ao mesmo tempo, condição de possibilidade das demandas de diferença e espaço-tempo híbrido produtor de identidades narrativas, nas quais o “outro” está sempre presente.

Ainda que em cada aula de História na educação básica “nós” e “outros” possam ser constituídos, contingencialmente, nas refigurações narrativas produzidas pelos sujeitos envolvidos na relação de ensino-aprendizagem, é inegável que as políticas de avaliação, e em especial o Enem, atuam no sentido de limitar o curso do jogo político de produção de sentidos de conhecimento de qualidade. No entanto, é a aposta nos sentidos de currículo aqui mobilizados, em perspectiva discursiva, que permitem o reconhecimento da impossibilidade do fechamento total de sentidos, o que torna a luta, apesar de assimétrica em termos de relações de poder, permanente, e com possibilidade de outras configurações hegemônicas, mais plurais e democráticas. São esses entendimentos que validam e tornam pertinentes as análises propostas neste texto.

2 SENTIDOS DE HISTÓRIA DA AMÉRICA FIXADOS NO ENEM

Selecionar as dez últimas edições do Enem (2010-2019) gerou um volume de 450 questões da área de Ciências Humanas e suas tecnologias² para serem analisadas. Considerando que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – órgão responsável pela gestão do Enem – articula nessa grande área as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, o primeiro desafio consistiu em identificar quantos desses itens correspondiam à disciplina de História.

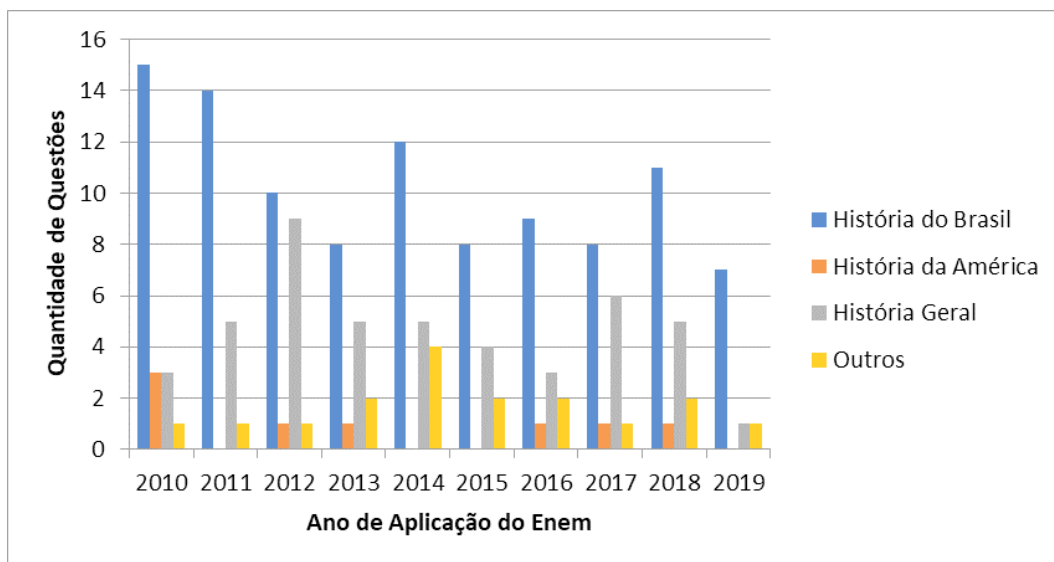
² A despeito das disputas teórico-políticas travadas no campo educacional sobre esse termo, opto por, neste estudo, reproduzir o termo tal qual estabelecido oficialmente.

Não cabe nas balizas pensadas para esse texto, discutir as fronteiras entre as disciplinas. No entanto, para que a tarefa de situar um mapa relacional da História da América nesse texto discursivo se tornasse possível, quando havia dúvidas em relação à classificação da questão no que diz respeito a sua inscrição disciplinar, optei por priorizar, nos gabaritos, a relação com conteúdos clássicos da disciplina ou ligadas ao ofício do historiador. A escolha pelo gabarito se dá pelo entendimento de que ele “cumpr[e] a função de corte antagônico do processo de produção de significados, representando a hegemonização de sentidos de *verdadeiro* sobre o que está sendo exigido pela questão.”³ (MARTINS, 2019, p. 80).

A partir desse movimento foram identificadas 173 questões de História dentre as 450 da área de Ciências Humanas, o que corresponde a 38,5% do total, representação esta que considero significativa, uma vez que a área abarca ainda outras três disciplinas escolares. Para dar conta da proposta de sumarizar a presença da História da América, explorei as 173 questões e as dividi em quatro partes: História do Brasil, História da América, História Geral⁴ e Outros⁵. Mesmo reconhecendo que essa forma de classificação tende a reatualizar tradições do código disciplinar da História (CUESTA FERNÁNDEZ, 2009) que o campo do Ensino de História tem questionado em seus aspectos políticos e epistemológicos, considero-a potente para enfrentar a questão proposta para esse trabalho.

O Gráfico 1 contempla visualmente a presença e a abrangência da História da América no contexto das questões de História no Enem entre 2010 e 2019.

Gráfico 1 – Distribuição das questões de História no Enem (2010-2019)



Fonte: Elaborada pelo autor.

³ Grifos do original.

⁴ Itens que se referiam a História dos Estados Unidos foram classificados como História da América quando relacionada aos demais países do continente e como História Geral nos demais casos.

⁵ Questões que se referem à Teoria da História, Ofício do historiador ou Ensino de História.

É facilmente justificável a liderança de questões de História do Brasil e, a depender do ângulo escolhido para olhar, até mesmo a vice-liderança de questões de História Geral neste *ranking*. O estranhamento se dá quando se observa em perspectiva comparativa a frequência e abrangência da História da América (menos de 5% do total das questões de História). Em quatro dos últimos dez anos não houve questões de História da América nesse exame, o que não chegou a acontecer em edição alguma com a categoria “Outros”. Ademais, com exceção de 2010, no qual igualou o número de questões de História Geral, e de 2012 e 2017, quando empatou com as questões ligadas à Teoria da História, Ofício do historiador ou Ensino de História, a subalternização dessa temática se evidencia pelo fato de nos demais anos da série considerada, a História da América foi a que menos se fez presente na avaliação que define a “fina flor dos validados” (ROCHA, 2013) no Brasil.

Considerando o universo obtido (oito questões)⁶ de questões de História da América identificadas⁷, optei por analisar todos os textos de referência, comandos de questão e gabaritos, tendo como foco os conteúdos, personagens, períodos cronológicos e eventuais relações com a História do Brasil. A abordagem desses elementos em escala holística e articulada permite que se construa um quadro de inteligibilidade, cuja análise apenas individual das questões impediria, do que tem sido validado, a ser ensinado e aprendido sobre História da América na educação básica. Essa escolha, no entanto, não desconsidera os limites oferecidos por questões objetivas para construções de metanarrativas, consistindo essas, portanto, em elaborações discursivas possíveis a partir da articulação dos elementos selecionados como foco da investigação empírica.

As oito questões contemplam seis conteúdos/temas: Povos pré-colombianos; Guerra do Paraguai; Ditaduras civil-militares; Conquista da América; Colonização Espanhola e Integração regional. Desses, as temáticas dos regimes militares e da conquista da América apresentaram duas questões, enquanto as demais apresentaram apenas uma.

Sobre esses conteúdos, as verdades fixadas podem ser definidas nas seguintes sentenças:

I) A principal característica da sociedade inca era a impossibilidade de se mudar de extrato social e a existência de uma aristocracia hereditária;

II) Dificuldade de elaboração de explicações convincentes sobre os motivos da Guerra do Paraguai;

III) Na ditadura chilena o poder judiciário estava subordinado aos interesses políticos dominantes;

IV) O interesse espanhol na colonização da América implicou a fundação de cidades como estratégia para controlar a circulação de riquezas;

⁶ 2010 (16, 22, 42); 2012 (10); 2013 (06); 2016 (13); 2017 (53); 2018 (68).

⁷ Para facilitar a identificação, todas as questões citadas referem-se aos cadernos da cor azul, que podem ser obtidos por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos>. Acesso em 25 mai. 2020.

V) A conquista dos astecas contou com uma frustrada resistência a um poder considerado superior;

VI) A Operação Condor tinha como objetivo coordenar a repressão de ativistas opositores;

VII) A Aliança do Pacífico foi criada em 2012 com o objetivo econômico de fomentar a competitividade no mercado externo;

VIII) Apesar da superioridade numérica e da estrutura dos povos pré-colombianos, a estratégia dos conquistadores para superar as disparidades foi explorar as rivalidades existentes entre os povos nativos.

Não é objetivo deste texto avaliar a proximidade ou o distanciamento dessas verdades históricas legitimadas no Enem com as recentes produções historiográficas sobre as temáticas identificadas. Esse movimento tenderia a reforçar perspectivas de análise que tendem a sublinhar uma espécie de tese do descompasso quando o que está em questão é a relação entre o conhecimento histórico acadêmico e o conhecimento histórico escolar. Tal tese inclina-se a reforçar dicotomias e assimetrias entre espaços distintos de produção de conhecimento desconsiderando, portanto, as especificidades epistemológicas do conhecimento histórico escolar, assim como de seus regimes de verdade e historicidade igualmente específicos.

Interessa, no entanto, explorar, ainda que ligeiramente, os efeitos de sentido que tais verdades históricas enunciadas nessa política de avaliação tendem a produzir para os processos de identificação e subjetivação que atravessam as aulas de História na Educação Básica. Para enfrentar esse desafio, a análise dos personagens e da cronologia articulados nas narrativas se mostra potente, pois como afirmam Gabriel e Martins (2016, p. 206):

A categoria “sujeito histórico” é da ordem da prática, da agência, do agir no mundo, e sua operacionalização no contexto de ensino-aprendizagem envolve questões tanto de cunho epistemológico relacionado ao debate historiográfico como referentes à formação ético-política do aluno dessa disciplina.

Os povos pré-colombianos que aparecem nessas narrativas são apenas os incas e astecas. Chama atenção que as narrativas nas quais esses povos aparecem não são mencionados anos ou séculos, nem qualquer outro registro cronológico, remetendo à ideia de ausência de historicidade desses povos. Ou seja, incas e astecas são apresentados como blocos hegemônicos no tempo e no espaço correspondendo, portanto, a sujeitos coletivos homogêneos em sua identidade coletiva de inca ou de asteca. Nessas narrativas, a superioridade numérica, a estrutura e as tentativas de resistência desses povos sucumbem à superioridade do europeu em seu processo de conquista para a satisfação de seus interesses econômicos.

Fazer menção a estrutura, em especial dos astecas, para tratar dos povos pré-colombianos, do processo de conquista espanhol e da consequente colonização (essa sim situada no século XVI), parece só fazer sentido para reforçar a superioridade intelectual europeia. Ademais, escolher

abordar esses povos por essa perspectiva, para além de reafirmar o eurocentrismo da estruturação narrativa, implica uma escolha política em priorizar mostrar “derrotas” e não relações específicas de protagonismo ou de reconhecido valor cultural desses povos. Nessas temáticas, os personagens mobilizados são incas, astecas, Cristóvão Colombo, Hernán Cortez e habitantes da América. Sublinhe-se que a superioridade europeia também pode ser observada na correlação de forças dos indivíduos europeus sobre as coletividades americanas.

Em relação à integração regional, o recorte se dá pela Aliança do Pacífico, vigente desde 2012, que contempla México, Colômbia, Peru e Chile. O foco de abordagem é a questão econômica e não há identificação comum entre os países membros, intuindo-se que ela se dá apenas pela questão geográfica. Se na análise articulada dos povos pré-colombianos, do processo de conquista e da colonização prevaleceu uma perspectiva de sujeito coletivo homogeneizado e sem historicidade, aqui a perspectiva de sujeito que emerge é a de sujeitos sem história, correspondendo a “ausência de sentido na participação singular de tais sujeitos” (GABRIEL; MARTINS, 2016, p. 221) no processo histórico em questão.

Em outros termos, trata-se de perceber que não há nada que considere a razão específica de serem esses e não outros países da América Latina na Aliança. Mobilizar essa temática, no entanto, facilita a observação do “outro” que constitui os processos de identificação. No caso dessa questão⁸, o título da reportagem da qual o trecho retirado para servir como texto de referência para o item apresenta o Mercosul ocupando esse lugar do “outro”. Sendo o Brasil um dos principais membros do Mercosul, por conseguinte, é ele também um dos “outros” da narrativa fixada nessa questão do Enem.

De forma mais explícita, o Brasil é evocado como sujeito histórico nas narrativas dos temas Guerra do Paraguai e Ditaduras civil-militares. No primeiro caso, brasileiros, argentinos, Paraguai e imperialismo inglês são os personagens articulados em divergentes narrativas que disputam hegemonia sobre as razões para o maior conflito bélico latino-americano: a Guerra do Paraguai. A ênfase no patriotismo e heroísmo dos brasileiros, com destaque para os soldados, tem sido substituída por uma perspectiva que desloca esse heroísmo para uma condição de subalternidade aos interesses econômicos do imperialismo inglês na região. Sublinha-se, no entanto, as dificuldades na produção de explicações convincentes sobre os motivos dessa guerra.

Ao priorizar validar essas dificuldades, o Enem, de alguma forma, não fecha a porta para a possibilidade de reaparecimento da figura do sujeito histórico tomado como herói, ainda que de forma coletivizada, elemento este que, tanto na historiografia acadêmica como na historiografia escolar, encontra-se em absoluto desuso, a despeito das aproximações desses campos com os estudos biográficos em diferentes matrizes teóricas e possibilidades de apropriação e articulação.

Quando o tema são as ditaduras civil-militares, o Brasil aparece em condição de igualdade com os demais países da região que experimentaram ruptura de suas ordens democráticas vigentes. O foco da questão é a Operação Condor, tomada como organização coletiva das Forças Armadas dos

⁸ Item 53 do caderno azul de 2017.

países que partilhavam a luta contra o comunismo militante na região. É o caso, além do Brasil, de Paraguai, Argentina, Bolívia, Uruguai e Chile. O ativismo comunista é, portanto, o exterior constitutivo do processo identitário dessas nações no contexto latino-americano da segunda metade do século XX. Em outras palavras, o que torna o Brasil membro de uma coletividade que podemos chamar de América Latina, nesse contexto, é a rejeição comum ao comunismo.

Chama atenção à temática que marca explicitamente a relação do Brasil com os demais países da América Latina nos itens do Enem: o protagonismo militar. Essa situação pode ensejar leituras que tanto mobilizam a denúncia desse protagonismo, como perspectivas conservadoras que entendem esse protagonismo como efeito da incapacidade da sociedade civil latino-americana organizada de oferecer respostas para seus problemas e suas crises. É, pois, no contexto de cada aula de História que uma ou outra lógica poderá ser enfatizada, pois na principal política de avaliação do país, optou-se por uma abordagem mais factual, no caso da questão sobre a Operação Condor, e de indeterminação no caso da Guerra do Paraguai.

Outras duas marcas da configuração narrativa que inscreve o Brasil como um “mesmo” e não como um “outro” na História da América são o recorte político no pós-independência e a História Geral como pano de fundo. O período colonial e o anterior a ele excluem qualquer relação com a história brasileira. Uma hipótese para esse quadro pode ser a condição de hegemonia possivelmente ocupada por perspectivas historiográficas que tendem a nomear os territórios da região como América Portuguesa e América Espanhola. Tal hipótese é reforçada pela segunda marca anunciada. Se na questão sobre a Guerra do Paraguai, o conflito entre os países latino-americanos tem sido pensado como efeitos dos interesses da até então maior liderança mundial, a Inglaterra, na questão sobre a Operação Condor, o anticomunismo tem na Guerra Fria a sua origem. Ambas as marcas assinaladas convergem para um elemento que por mais denunciado que seja parece não ter sua hegemonia abalada quando o que está em jogo são as narrativas históricas legitimadas para serem ensinadas e aprendidas na educação básica: o eurocentrismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de História da América no Brasil não é recente. Desde o período imperial brasileiro, seus conteúdos faziam parte do currículo do Colégio Pedro II (BITTENCOURT, 2005). Apesar das disputas que envolvem o *que* e o *como* ensinar qualquer tema ou conteúdo, predominou no país, independente do período histórico, a exclusão do Brasil da História da América. Nesse sentido, Bittencourt (2005: p. 10) destaca que:

A História da América, ao ser dada separadamente da História do Brasil, não possibilitava um estudo sincrônico e, portanto, de difícil entendimento da inserção do Brasil em uma história americana. Restava a possibilidade dos alunos apreenderem o sentido de uma identidade latino-americana à qual o Brasil não pertencia.

Como abordado ao longo desse texto, considerando a principal política avaliativa do país – aqui entendida como política curricular - o Brasil ainda é, majoritariamente, o “outro” da identidade latino-americana. Apenas é articulado discursivamente como um equivalente quando a narrativa em questão, considerando o contexto pós-independência, subjugua a América Latina aos processos históricos relacionados à História Geral. A análise dos itens do Enem confirma a permanência do eurocentrismo como elemento estruturante das narrativas latino-americanas, produzindo, assim, efeitos sobre os processos de identificação nacional/continental, interpelando a tensão entre universal e particular.

Sem deixar de reconhecer as políticas curriculares, em especial o Enem, como políticas que tentam estabelecer uma interrupção do processo de produção de sentidos sobre o que é conhecimento válido para ser ensinado e aprendido nas escolas da Educação Básica, conhecimento de qualidade, e, enfim, a perspectiva teórica aqui mobilizada autoriza o entendimento de que os fechamentos produzidos no momento do corte antagônico deixam sempre algumas fissuras. É nesses espaços que os sujeitos envolvidos nas relações de ensino-aprendizagem podem *agir*.

Trata-se de reconhecer que política curricular alguma impede a produção de narrativas outras nas aulas de História, uma vez que o *como* ensinar, isto é, os sentidos forjados em sala de aula por meio das ênfases, omissões, negações, analogias e metáforas, são fruto de escolhas políticas dos docentes (MONTEIRO, 2007). Obviamente esse entendimento de currículo não exige que se enfrente essa questão em múltiplos espaços - e o avanço dos estudos decoloniais e a incorporação de epistemologias outras na historiografia escolar possuem elevado potencial para esse enfrentamento - mas outras narrativas sobre História da América, que contemplem o Brasil, e que não se restrinjam ao eurocentrismo como fio condutor e a noções de sujeitos sem história são passíveis de serem criadas em cada aula de História.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades*. 2013. Revista Eletrônica Da ANPHLAC, (4), 5-15. <https://doi.org/10.46752/anphlac.4.2005.1358>. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1358>. Acesso em: 28, mai. 2020.

BURITY, Joanildo Albuquerque. *Teoria do discurso e educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política*. Revista Teias, v. 11, n. 22, pp. 7-29, maio/agosto 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24113>. Acesso em: 20 de maio 2020.

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola; ZAMBONI, Ernesta. *A educação pública e o ensino de História da América Latina no Brasil e na Argentina*. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 419-441, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> . Acesso em 28, maio 2020.

CUESTA FERNÁNDEZ, Raimundo. *Sociogénesis de una disciplina escolar: la historia*. Pomares-Corredor, Barcelona, 2009.

GABRIEL, Carmen Teresa. Discurso, demandas e fronteira: articulações teórico-metodológicas na análise de textos curriculares. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, v. 22, n. 40, p. 55-67, 16 out. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/750>. Acesso em: 28 mai. 2020.

GABRIEL, Carmen Teresa. O “outro” como elemento incontornável na produção do conhecimento histórico. In: PEREIRA, Amilcar Araujo, MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013b. p. 287-311.

GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Narrativas escolares do Rio de Janeiro: quem são os sujeitos dessas histórias? In: GABRIEL, Carmen Teresa et al (Orgs.). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 205-231.

GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. *Políticas de avaliação e subjetivação docente: uma análise curricular pós-fundacional*. V. 19, n 54, 2018. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/36308/26628>. Acesso em: 04 jun. 2020.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj.

MARCHART, Oliver. *El pensamiento político posfundacional: la diferencia política em Nancy, Lefort, Badiou y Laclau*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

MARTINS, M. L. B. *A (im)possibilidade da avaliação no ensino de História: uma análise a partir de exercícios de livros didáticos*. 2019. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

MENDONÇA, Daniel de. *O momento do político: indecidibilidade, decisão e ruptura*. 8º encontro da ABCP, Brasil, ago. 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RAMOS, Ana Paula Batalha. *Conhecimento Escolar e Qualidade da Educação nas Políticas de Avaliação da Educação Básica*. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Educação). UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, Ana Angelita da Costa Neves. *Questionando o questionário: uma análise de currículo e sentidos de Geografia no ENEM*. 2013. 323 f. Tese (Doutorado em Educação). UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

VELASCO, Diego Bruno. *Narrativas de História do Brasil no ENEM: disputas curriculares pela hegemonização do conhecimento escolar*. 2018. 276 f. Tese. (Doutorado em Educação). UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM E A HISTÓRIA DA AMÉRICA: ALGUMAS REFLEXÕES

HEVELLY FERREIRA ACRUCHE

INTRODUÇÃO

As discussões em torno do currículo e do ensino de História vem ganhando novo fôlego investigativo nos últimos anos. Uma série de discussões sobre o que devemos ou não ensinar, nos leva a reflexão da prática docente e as dificuldades inerentes a esse processo. Pensar uma Base Comum para um país de proporções e diversidade regional como o Brasil demanda tempo, esforço e reflexão. Contudo, os consensos existentes e as disputas em torno do currículo põem em evidência as tensões históricas, culturais, políticas e as subjetividades em torno de nossa sociedade.

Para fins deste texto, procuramos refletir sobre os textos da Base Nacional Comum Curricular, elaboradas entre os anos de 2015 e 2016. Pensadas no bojo da aprovação do Programa Nacional de Educação (PNE), em 2014, os textos da Base mostram, por um lado, uma iniciativa de incorporar a História da América como um conteúdo central na abordagem da disciplina, sobretudo para o Ensino Médio. Analisaremos o impacto dessas discussões e as contradições encontradas na elaboração do projeto da Base, ancoradas, sobretudo, na pressa e na falta de reflexão sobre determinados pressupostos do documento. Além disso, pontuaremos as iniciativas em prol das discussões sobre a História da América como disciplina autônoma ao longo da história de nosso país, mostrando também os problemas que essa dinâmica colocava aos educadores.

Partindo do princípio de que os problemas sul-americanos devem ser analisados em nosso país enquanto parte do continente que também possui problemas semelhantes, as discussões em torno da abordagem dos temas de América e o quantitativo de conteúdos pautou uma série de disputas curriculares que, durante muito tempo, relegaram a área um papel secundário ou mesmo inexistente. Ainda que percebamos que as primeiras versões da BNCC procuraram abordar a diversidade cultural dos “mundos americanos”, ainda existiam uma série de problemas e críticas aos documentos.

Também ponderamos algumas questões sobre o último texto da BNCC, aprovado em 2018 enquanto parte da chamada reforma do Ensino Médio. É possível notar a diferença deste

documento em relação aos anteriores, sobretudo no desmonte das disciplinas que passavam a compor áreas do conhecimento, sendo as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, formadores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nesse sentido, também é importante avaliarmos que o currículo é fonte de tensões e, portanto, não é neutro nem isento de discussões. O que tem se colocado como problema, sobretudo, são os sentidos e intenções do currículo didático escolar e, conseqüentemente, qual concepção de aprendizagem histórica se almeja na formação dos alunos e, por conseguinte, de futuros professores de História.

SOBRE A BNCC E A HISTÓRIA DA AMÉRICA

No ano de 2015, uma primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi divulgada no âmbito das instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Após 12 anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), a instituição de uma BNCC passava a ser uma primeira intervenção sobre o currículo escolar. Segundo Jean Moreno, a BNCC foi uma iniciativa gerada pelas discussões em torno do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, a qual estabeleceu um conjunto de vinte metas para a educação, as quais deveriam ser cumpridas entre os anos de 2014 e 2024 (MORENO, 2016; FRANCO; GUIMARÃES *et al*, 2018). Naquele momento, uma das metas pontuadas tinha por estratégia a implantação de uma “base nacional comum nos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local” (BRASIL, 2004).

Sabemos que o currículo escolar não está isento de seleções, critérios e escolhas. Portanto, ele não é neutro em suas abordagens e é produto de tensões, conflitos e concessões a depender do contexto, dos grupos em discussão, das estruturas culturais, sociais e políticas de um dado país e povo (APPLE, 1992). Ao longo do processo de elaboração do documento da BNCC, uma série de conflitos que envolviam gestores do Ministério da Educação e a equipe responsável pela confecção do documento transpareceu, principalmente, no que dizia respeito ao que deve ser ensinado e, por conseguinte, aprendido na disciplina de História.

No que tange a área de Ciências Humanas, onde a História se coloca ao lado da Geografia, da Sociologia e da Filosofia, temos posto que a “[...] área [das Ciências Humanas] reúne estudos de ações, de relações e de experiências coletivas e individuais que refletem conhecimentos sobre a própria pessoa e sobre o mundo em diferentes manifestações naturais e sociais [...]” (BRASIL, 2015, p. 236). Tal área do conhecimento era considerada importante ao longo de todas as fases da educação escolar e o documento defendia a necessidade de manter a continuidade dentro do processo formativo para que os alunos prosseguissem nos estudos, se inserissem no mundo do trabalho e do exercício da cidadania, bem como realizassem o uso adequado das tecnologias (BRASIL, 2015, p. 237).

Em termos do Ensino Fundamental, os objetivos da primeira versão da BNCC versavam sobre o desenvolvimento do pensamento criativo e crítico do aluno, o estímulo à compreensão de transformações sociais, espaciais, religiosas, culturais e históricas, desenvolver procedimentos de estudo e pesquisa visando, assim, a autonomia do estudante na busca pelo conhecimento. No Ensino Médio, já se pontuava a perspectiva da discussão, da problematização e investigação como meios para a aquisição de conhecimentos considerados importantes em prol do desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Na composição do currículo para o Ensino Fundamental, ficava bastante clara a discussão com enfoque na História do Brasil, ainda que em alguns conteúdos fossem apresentados os nexos envolvendo espaços como a África e a Europa. Já no Ensino Médio, ainda que houvesse uma intenção de aprofundamento das temáticas elencadas para o Ensino Fundamental, havia uma ênfase em espaços culturais/geográficos, enfatizando os conteúdos de História da América, onde o 1º Ano trabalharia “Mundos ameríndios, africanos e afro-brasileiros”, o 2º Ano, os “Mundos Americanos” e o 3º Ano analisaria, por fim, os “Mundos europeu e asiático” (BRASIL, 2015, p. 243).

O planejamento dos currículos do Ensino Fundamental levava em conta quatro objetivos de abordagem: os procedimentos de pesquisa, as representações do tempo, as categorias, noções e conceitos a serem trabalhados e, por fim, a dimensão político-cidadã expressa em cada etapa de formação do aluno. Na análise das proposições para o Ensino Médio, percebemos que houve um esforço de sistematização e de discussões em torno das Histórias do Brasil e da América, buscando um diálogo maior entre as duas áreas em termos de Educação Básica. No 2º Ano, por sua vez, é possível percebermos que os conteúdos de América apresentavam uma maior autonomia didático-pedagógica para fins de planejamento anual (BRASIL, 2015, p. 259 – 261).

Por fim, no 3º Ano, a discussão sobre América perde seu fio de continuidade e as abordagens se voltam às discussões sobre as histórias europeia e asiática.

A divulgação do documento levou muitos historiadores a se posicionarem de forma crítica a respeito de como o material foi elaborado. A pressa na qual o texto da primeira versão da BNCC foi elaborado mostra, na opinião de vários professores, a dificuldade na compreensão sobre o que deveria ser ensinado ou não na área de História, sobretudo, quando havia o diálogo entre os conteúdos e avaliações externas (MORENO, 2016).

As repercussões em torno desse texto foram as mais variadas e praticamente imediatas. O então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, revelou uma série de contradições a respeito dos interesses envolvidos na elaboração da Base. Suas colocações foram interpretadas para os mais diversos usos políticos, incluindo o fortalecimento de movimentos como o “Escola Sem Partido”. Ademais, houve uma série de protestos envolvendo a indignação de professores, sobretudo das áreas de História Antiga e Medieval, a respeito da incoerência do documento e a diminuição de suas áreas de conhecimento em relação a outras cadeiras (NETO, 2020).

Em dezembro de 2015, a Anpuh-Rio divulgou uma nota falando sobre a História da América e a BNCC. Naquele texto, havia uma clara crítica às ausências que o documento trazia a respeito dos temas da Antiguidade e da Idade Média, bem como de uma sub-representação das Histórias Moderna e Contemporânea. Era notável o objetivo de aproximar os conteúdos da realidade dos estudantes e, portanto, isto seria um facilitador do aprendizado e a intenção de escapar das discussões eurocêntricas que dominam os currículos escolares, desafio este inerente a construção de uma Base Comum (MORENO, 2016). Indo nessa direção, uma das visões críticas ao documento expressava a necessidade de estudar as conexões entre os mundos europeu e americano, entendendo que

[...] Excluir o conhecimento dos processos históricos europeus desde a antiguidade até o período da expansão ultramarina portuguesa (porque a ênfase é em Portugal) em lugar de gerar pensamento crítico capaz de analisar, desnudar e interpretar o eurocentrismo nos deixará sem ferramentas para sua crítica. O que deve mudar é o ponto de vista. Não ficarmos cegos. Não devemos trocar um etnocentrismo por outro [...]. (REIS, 2015).

Ainda seguindo a argumentação exposta pela Anpuh-Rio, embora os conteúdos de América sejam contemplados, os mesmos são abordados de forma qualitativa, e não quantitativa. Ademais, o documento expressava uma série de problemas que não eram pontuais, mas, acima disso, eram reflexo de uma determinada concepção de História marcada por presenças questionáveis e ausências que poderiam tornar prejudicial o entendimento da alteridade, conceito caro ao documento nos objetivos propostos (Reis, 2015). Jean Moreno apresenta semelhante diagnóstico ao documento, entendendo que o maior problema estava ancorado numa concepção de aprendizagem em História (MORENO, 2016).

Em 2016, um conjunto de especialistas, vinculados a ANPUH, participou de uma reunião com o então Secretário de Educação Básica, Manuel Palácios. Num documento intitulado “Carta de intenções”, o grupo procurou construir soluções aos problemas encontrados na primeira versão do texto da BNCC. Composto por oito pontos básicos, os autores reforçaram a necessidade de pensar as interações entre os mundos europeu e americano, o estudo da contemporaneidade e uma revisão do tema da cidadania (MELLO, 2016).

Mesmo havendo uma iniciativa louvável de incorporação significativa da História das Américas na BNCC, pode-se pontuar que o documento apresentava uma série de problemas, sendo importante uma reavaliação do texto preliminar. Outros problemas encontrados são a ausência de menções ao continente americano nos primeiros anos do Ensino Fundamental e a falta de uma perspectiva clara a respeito das conexões e conflitos entre os mundos europeu e americano. Outro problema apontado é a naturalização de conceitos históricos e de expressões canônicas que já foram questionadas por ampla historiografia, tais como “dependência”, por exemplo. Nesse sentido, um dos maiores desafios da área de História da América era realizar uma operação equilibrada que contemplasse, no bojo de suas discussões, a diversidade de povos, culturas e suas conexões com outros grupos humanos ao longo do tempo (MORENO, 2016; MELLO, 2016).

No mesmo ano de 2016, um novo documento foi elaborado para compor a Base Nacional Comum Curricular. Esse documento possui algumas diferenças em relação ao anterior na área de Ciências Humanas no geral e, particularmente, na História. Apresentava, diferente do documento de 2015, um movimento maior no que tange a valorização de conteúdos da História da África para os anos finais do Ensino Fundamental, bem como uma discussão a respeito de diferentes noções de tempo e narrativas na concepção da História (BRASIL, 2016). No Ensino Médio, a proposta do documento entendia que era função das Ciências Humanas fortalecer ações interdisciplinares e transversais, bem como pontua a autonomia como elemento chave para a participação social, abstração e reflexão, a fim de aprofundar conhecimentos oriundos do Ensino Fundamental (BRASIL, 2016, p. 628 – 629).

A disciplina de História no Ensino Médio foi pensada dentro de uma organização em três Unidades Curriculares a fim de aprofundar temas e problemas previamente discutidos no Ensino Fundamental. A primeira Unidade era composta de um olhar para as Américas, sobretudo as relações entre as Américas Portuguesa, Espanhola e Inglesa. Os alunos fariam um longo percurso chegando a América Latina contemporânea e suas lutas pela democracia no fim dos anos 1970. A segunda Unidade era composta de temas e problemas relativos ao mundo no século XX. Já a terceira Unidade se dedicaria ao Brasil republicano e ao processo de formação de um país “urbano, industrial e democrático” (BRASIL, 2016, p. 631). Assim como o documento de 2015, em 2016 uma série de ausências são percebidas na discussão dos conteúdos para o currículo do Ensino Médio, bem como uma ênfase maior nos estudos sobre América e Brasil.

Percebemos que, a História das Américas surgiu quase como uma disciplina praticamente autônoma no Ensino Médio, ainda que isto implicasse uma série de problemas na formação do educando. A título de exemplo, na primeira Unidade, que tem como tema central o “Escravidismo, Liberalismo, Autoritarismos e Democracia nas Américas” o colonialismo passava a ser discutido numa perspectiva comparativa sem levar em conta outras realidades que não a inglesa, espanhola e portuguesa e o singular caso do fim do colonialismo francês no Haiti (1791 – 1804). Após uma comparação entre os processos de formação dos Estados latino-americanos com o Brasileiro, o currículo dá um salto cronológico para a Revolução Mexicana (1910 – 1920) sem um entendimento prévio, por parte do alunado, de temas como o liberalismo latino-americano, fortalecido a partir de 1860 no continente e, no caso mexicano em particular, a respeito do governo de Porfírio Díaz, dos conflitos entre comunidades tradicionais e uma incipiente burguesia a respeito dos usos da terra naquele país e como este elemento contribuiu para o processo iniciado em 1910 (BARBOSA, 2006).

Apesar de uma busca maior de conexões entre os mundos americano, africano e europeu, novamente os conteúdos de História Antiga e Medieval foram abandonados no Ensino Médio, além de vários silêncios a respeito de temas como o colapso do Império do Brasil e da constituição de um governo republicano. Nesse sentido, praticamente toda a segunda metade do Oitocentos é ignorada na versão da BNCC para o Ensino Médio, exposta em 2016.

Não seria a primeira tentativa, na história do Brasil, de implantação da História da América enquanto disciplina autônoma ou presente numa das séries de escolarização. Desde o final do século XIX alguns intelectuais brasileiros procuraram incluir estudos sobre a América nos programas de História, que contava com um extenso conteúdo programático pautado na História das Civilizações, elaborado pelo Colégio Pedro II. Esses intelectuais entendiam que os problemas do Brasil não seriam plenamente resolvidos sem o conhecimento a respeito das realidades latino-americanas. Com o advento da República no Brasil, a formação das identidades nacionais passava a ser objeto de discussões no país. Naquele momento, poucos estudiosos lidavam com o continente americano em suas abordagens, destacando-se Manoel Bonfim com o livro *“América Latina: males de origem”*, escrito em Paris, em 1903.

Bonfim vislumbrava o continente a partir de um paradigma internacionalista, onde havia uma relação estabelecida entre nações hegemônicas e dependentes. Com os termos parasita e parasitado, Bonfim pensava os males do continente, ligados, sobretudo, a origem e ao caráter dos Estados Nacionais latino-americanos. Segundo Renato Ortiz, um ponto importante a ser assinalado na obra de Bonfim é o esquecimento do contexto imperialista vivido pela Europa de fins do século e como tal fenômeno estava associado ao progresso do mundo europeu em detrimento da América do Sul (ORTIZ, 1985).

Enquanto Secretário de Educação do Distrito Federal, Manoel Bonfim propôs um concurso de livros didáticos. O trabalho premiado foi o *“Compêndio de História da América”*, de Rocha Pombo, cuja primeira edição é datada de 1899. Segundo Bittencourt, Rocha Pombo era um historiador simpatizante do anarquismo e tinha uma concepção de História que misturava humanismo, pacifismo e nacionalismo ligado, sobretudo, ao culto aos heróis (BITTENCOURT, 1996). Tanto ele quanto seu contemporâneo, Manoel Bonfim, se opunham a uma visão positivista da história e expuseram isso em seus livros (SILVA, 2004). Ainda que as interpretações de Rocha Pombo a respeito do continente tivessem pouca predominância nas escolas brasileiras, o Brasil da Primeira República vivenciou debates sobre seus rumos políticos e isso proporcionou a construção de uma História da América integrante de um projeto de identidade nacional brasileira. Porém, o projeto de Rocha Pombo e Manuel Bonfim para o ensino escolar não se consolidou e, tampouco, foi preponderante (BITTENCOURT, 2005).

Em 1931, a Reforma Francisco Campos buscava uma maior uniformização do ensino, explicitando, no que diz respeito aos conteúdos de América, que tanto a *“História do Brasil e da América constituirão o centro de ensino”* (HOLLANDA, 1957, p. 19). Os conteúdos de América foram inseridos no programa da segunda série ginasial, juntamente com os de História do Brasil e temas da História Antiga Oriental e Ocidental. Contudo, os problemas enfrentados no que diz respeito à aplicação dos conteúdos e currículos propostos na década de 1930 levaram a uma nova reforma educacional, em 1942, sob a tutela de Gustavo Capanema. Nesta reforma, levava-se em conta a elaboração de currículos mínimos, objetivando um melhor tratamento as temáticas, o

que representava, em linhas gerais, uma redução dos programas escolares. De acordo com essa legislação, os alunos das duas primeiras séries do ginásio deveriam estudar a História Geral e as duas últimas séries, a História do Brasil. Nos chamados cursos clássico e científico, o estudo da História Geral seria feito em dois anos e a História do Brasil, em um ano (SILVA, 2004).

Nos anos 1950, a Lei 1359/51 determinou uma nova seriação da escola secundária e um programa específico elaborado pelo governo tornava obrigatório o ensino de História da América para alunos do segundo ano ginásial. O contexto do pós Segunda Guerra e da Guerra Fria (1945 – 1991) contribuiu para o aumento do peso dos conteúdos sobre América nas escolas, privilegiando os Estados Unidos e a necessidade de conhecer melhor o país que, a partir de então, era uma potência mundial (DIAS, 1997). Ademais, no contexto do pan-americanismo, havia a perspectiva de uma maior unidade no continente e de preservação dos valores do mesmo que, por outro lado, também valorizava a eliminação de qualquer ideia de cunho comunista (ALVES-KHALIL & OLIVEIRA, 2011).

A História da América passava a ser lecionada de forma separada da História do Brasil, o que gerava dificuldades no cotidiano escolar dada a execução de um programa extenso para a disciplina e a própria faixa etária dos alunos era um elemento complicador. O programa previsto em 1951 iniciava com a América pré-colombiana, passando pelo descobrimento e a conquista do continente. Em seguida, abordava os sistemas coloniais desenvolvidos pela Espanha, pelo Brasil e pelos Estados Unidos; além de uma abordagem sobre os processos de emancipação política e as nações no Novo Mundo. Encerrava com a América contemporânea (VECHIA & LORENZ, 1998).

Outro ponto interessante era o conflito existente pela inclusão de América como disciplina autônoma naquele momento, haja vista que, para seus opositores, poderia prejudicar o ensino da História Pátria. Além disso, havia a falta de sincronicidade nos estudos das duas áreas. Nessa direção, a inserção de História da América como disciplina autônoma nas escolas não constituiu uma ampliação da aprendizagem dos alunos a respeito do continente e, por conseguinte, não contribuiu para formar uma identidade latino-americana em nosso país (BITTENCOURT, 2005).

Nos anos 1960, passamos a certa “desaparição” dos conteúdos de América e uma construção de críticas à dominação estadunidense. Com a ascensão das ditaduras civis-militares, os conteúdos a respeito do continente americano passaram a ser silenciados nas escolas. A História cedia lugar aos Estudos Sociais, o que perdurou até fins dos anos 1970 (CONCEIÇÃO & DIAS, 2011). Um exemplo é o projeto de retomada dos estudos de história da América nas escolas paulistas, ainda que sob um viés economicista e voltado à compreensão da dependência dos países latino-americanos. De acordo com Paulo Mello (2016), alguns desafios eram importantes na discussão do ensino de História da América nas escolas naquele momento. Para o autor, com o fim das ditaduras civis-militares

[...] Houve, inicialmente, um forte investimento para o estudo da História da América, no que hoje é o primeiro ano do Ensino Médio [...] Nos anos 1990, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), houve um novo equilíbrio, pois temáticas sugeridas pelo documento passavam necessariamente pelo espaço das Américas, inclusive nos anos iniciais. Desde

então, a implementação dos PCN tem sido ofuscada pela emergência e consolidação das propostas de História Integrada amplamente difundida pelos livros didáticos de História [...]. (MELLO, 2016: p. 277).

Nessa direção, entendemos que a composição do currículo escolar é um espaço de disputas importante onde proposições políticas também estão em jogo. Ainda que pensar a História da América represente pensar a nossa própria história, a discussão da mesma enquanto disciplina autônoma esbarrou numa série de questões inerentes do próprio espaço escolar: questões de tempo, aprendizagem, dificuldade de contemplar o conteúdo, professores sem formação ou com formação fragmentada no tema, dentre outras questões. Apesar de ser mais uma iniciativa em prol de estimular o interesse dos alunos em analisar o que está mais próximo de nós, seja em termos geográficos e culturais, o texto da Base Nacional trouxe problemas que geraram críticas diversas, sobretudo em relação ao que se está procurando ensinar na disciplina de História no geral e na cadeira de Américas, em particular.

A BNCC DE 2018: REFORMA E “ABOLIÇÃO” DAS DISCIPLINAS

Em 2018, uma nova versão da BNCC foi levada ao público com base nas orientações para uma reforma do Ensino Médio no Brasil. Esta terceira versão, aprovada em dezembro de 2017, pode ser considerada uma prescrição reguladora de conteúdos, vinculada a avaliações de cunho nacional e ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para os Ensinos Fundamental e Médio (GUIMARÃES *et al*, 2018). Em termos de conteúdo, é possível perceber que a terceira versão diferia bastante do expresso nos documentos anteriores, principalmente para o Ensino Médio. A área de Ciências Humanas enfatiza o raciocínio espaço-temporal, onde é importante que o ser humano “compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente” e se entenda enquanto responsável pelo saber produzido e pelos fenômenos dos quais é agente (BRASIL, 2018: p. 353). Numa análise do conjunto documental sobre esta versão da BNCC, percebemos que havia uma crescente sistematização dos conteúdos para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, divididos em torno de unidades temáticas, objetos de conhecimento e competências a serem desenvolvidas pelos alunos no ambiente escolar.

No Ensino Médio, por sua vez, a discussão recaía no âmbito das Ciências Humanas e Sociais aplicadas – as quais envolvem História, Geografia, Filosofia e Sociologia – voltadas à discussão de temas previamente colocados no Ensino Fundamental. No texto, os elaboradores do documento discorrem sobre o interesse pelo diálogo, pela reflexão e elaboração de hipóteses e argumentos pelos estudantes, a fim de promover o protagonismo dos jovens como agentes do conhecimento. Todavia, percebemos uma diferença sensível na composição curricular do Ensino Médio, onde passamos de um conjunto de disciplinas sistematizadoras para uma ausência das mesmas, envolvidas numa abordagem temática das discussões, sem delimitações muito claras de espaço e tempo. Portanto,

não há uma divisão tradicionalmente conteudista e dividida por áreas nos três anos do Ensino Médio, mas agrupada em torno de competências específicas e habilidades desdobradas dentro dessas competências, as quais deverão ser trabalhadas conjuntamente pelos profissionais das disciplinas do grupo das Ciências Humanas ao longo de três anos (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, as disciplinas seriam “abolidas” para dar lugar ao ensino em torno de áreas do conhecimento, respondendo às dinâmicas da então Reforma do Ensino Médio, permeada por uma série de polêmicas e discussões em torno de sua aprovação¹. O cenário de aprovação da reforma, convulsionado pelo processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, evidenciava as dimensões políticas em torno da educação nacional. Quando seu vice, Michel Temer, assumiu o cargo, houve uma pressa na aprovação da dita reforma. Os argumentos favoráveis à reforma se embasavam no “excessivo” número de disciplinas para o Ensino Médio no Brasil, a necessidade de obter um melhor desempenho dos jovens em avaliações de âmbito nacional e internacional, a ênfase na educação profissional, bem como uma aproximação de setores privados, despertando um viés economicista para o discurso reformador (SILVA, 2018, p. 3). Para Monica Ribeiro da Silva (2018), o texto da Reforma do Ensino Médio recupera discussões da reforma curricular da década de 1990, entendendo que

[...] Esse discurso, agora revigorado, é retomado em meio às mesmas justificativas, de que é necessário adequar a escola a supostas e generalizáveis mudanças do “mundo do trabalho”, associadas de modo mecânico e imediato a inovações de caráter tecnológico e organizacional [...]. (SILVA, 2018, p. 11).

Ou seja, as discussões envolvendo as mudanças no âmbito do trabalho vão de encontro às perspectivas plurais e a uma formação que expresse a autonomia dos educandos. Sendo Português e Matemática as únicas disciplinas obrigatórias ao longo dos 3 anos do Ensino Médio, a flexibilização do currículo desta etapa de formação nas outras áreas do conhecimento pode gerar uma formação fragmentada com pouca capacidade de reflexão e, por conseguinte, de crítica sobre o mundo em que vivemos. Seguindo o raciocínio de Antonio de Almeida Neto (2020), percebemos que, na dinâmica da reforma do Ensino Médio “formar cidadãos tornou-se menos importante do que formar para o mundo do trabalho. Ou que trabalhador é uma coisa e cidadão é outra” (NETO, 2020, p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, ao longo destas linhas, mostrar que a elaboração de uma Base Nacional Comum é um processo importante e de luta política. Além disso, buscamos explorar que a área de História da América como disciplina autônoma foi objeto de várias discussões curriculares ao longo da história do nosso país. Os primeiros textos da BNCC procuraram explorar tal possibilidade, mas

¹ A Reforma do Ensino Médio foi instituída como Medida Provisória em 2016 (MP 746/16) e sancionada em fevereiro de 2017 como Lei 13.415/17. Sua homologação pelo Ministério da Educação ocorreu em dezembro de 2018.

deixaram para trás outros componentes do currículo e os textos ficaram marcados por contradições e imprecisões explicadas pela pressa de elaboração, prazos para apreciação do documento, o que conseqüentemente levou a uma série de críticas aos textos.

Percebemos também que houve uma mudança drástica dentre o que foi apresentado em 2015 e o que se apresentou em 2018, principalmente no Ensino Médio. A reforma do Ensino Médio e a BNCC surgida a partir destas orientações aboliu disciplinas e disseminou uma cultura de consenso em torno da necessidade de dar cabo aos conteúdos, imprimindo uma orientação de que cabe ao cidadão brasileiro saber escrever e contar para estar inserido no mundo do trabalho. O pacote de reformas, colocado pelas mídias como um “grande consenso nacional”, implica também em riscos decorrentes do que se vai ensinar não somente aos alunos no âmbito da Educação Básica, mas aos futuros professores de História (NETO, 2020).

Nesse sentido, o currículo é um campo de construção em constante disputa e negociação. O que ensinar e como ensinar tem sido, talvez, a mais ferrenha das discussões no que tange a área de História, principalmente quando colocamos em evidência as contradições dos currículos no que diz respeito aos objetivos de aprendizagem, habilidades e competências estimuladas pelos mesmos objetivos e sua aplicação prática nas distintas realidades escolares brasileiras. Questões relativas a carga horária da disciplina em sala de aula, a dinâmica de trabalho do professor em realidades diferentes tanto em termos materiais quanto estruturais, a falta de tempo para planejamento e execução de atividades em sala de aula também devem ser ponderadas. Nessa direção, assinalamos que a perspectiva de uma Base Curricular é necessária, mas o que deve entrar nela e, conseqüentemente, o que deve estar fora reflete o campo de disputas que não permeia apenas o campo do currículo, mas também interesses que, em boa parte dos casos, não se colocam em prol de uma educação efetivamente crítica e que desperte a experiência (BENJAMIN, 1994). A participação da escola é fundamental a discussão. Sem ela, qualquer projeto será malsucedido. Achar que é possível ensinar tudo ou ensinar fragmentado? O que ensinar e como ensinar? Quais concepções de aprendizagem estão inseridas num projeto de reforma? Eis alguns dos dilemas da construção do currículo escolar brasileiro para a área de História, o qual não pode ser discutido por aqueles que estão fora do chão da sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALVES-KHALIL; Thamar; OLIVEIRA, Wellington. *O ensino de história na América Latina e no Brasil: sobre currículos e programas*. Magis. Revista Internacional de Investigación em Educación, vol. 3, núm. 6, enero-junio, 2011, pp. 283-298; Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281021734003.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Antonio Flavio (orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 1994.

BITTENCOURT, C. M. F. O progresso acidentado do ensino de História da América. In: OIKOI, Z.M.G. e BITTENCOURT, Circe F. (orgs). *Educação na América Latina*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1996.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades*. 2013. Revista Eletrônica Da ANPHLAC, (4), 5-15. <https://doi.org/10.46752/anphlac.4.2005.1358>. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1358>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Lei 13005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.

DIAS, Maria de Fátima S. *A “invenção da América” na cultura escolar*. 1997. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1997.

GUIMARÃES, Selva et. al. *Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões*. 2018. Ensino em Revista. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393ER-v25n3e2018-10>. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46455>. Acesso em: 26 maio 2020.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: experiência, reflexões e aprendizado*. 1ª edição. Campinas: Papyrus, 2012.

HOLLANDA, Guy. *Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro, 1931 – 1956*. Rio de Janeiro: INEP – Ministério da Educação e Cultura, 1957.

MORENO, Jean. *História na Base Nacional Comum Curricular: déjà vu e novos dilemas no século XXI*. História e Ensino, v 22, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/26158>. Acesso em: 31 maio 2020.

NETO, Antonio Simplicio de Almeida. *BNCC e a formação de professores: interlocuções possíveis ou “façamos um trato”*, 2020. Disponível em: <https://histobs.hypotheses.org/1040>. Acesso em: 31 maio 2020.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, Thiago. *História da América e a BNCC*. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3129-historia-da-america-e-a-bncc>.

Acesso em: 18 maio 2020.

SILVA, Vitória Rodrigues e. *O ensino de história da América no Brasil*. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38105>. Acesso em: 4 maio 2020.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf>. Acesso em 02 jun. 2020.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850 – 1951*. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

HISTÓRIA DO ENSINO MILITAR NO BRASIL REPÚBLICA: DA REFORMA BENJAMIN CONSTANT DE 1890 À RENOVAÇÃO EM 1958

FERNANDO DA SILVA RODRIGUES
FÁBIO PEREIRA DA SILVA

1 APRESENTAÇÃO

Este texto tem como objetivo investigar como, na História do Ensino Militar do Exército Brasileiro, a reforma de seus regulamentos e normas internas visou à construção de um projeto de modernização profissional, formando atores políticos no mesmo contexto em que se formava o regime republicano. A pesquisa foi realizada através da análise da reorganização constante do modelo de ensino empregado na escola de formação de oficiais, local de preparação da liderança militar do Exército.

Durante o período de 1890 a 1958, os Institutos de Ensino Superior Militares sofreram diversas reformas regulamentares com o objetivo de melhorar o ensino de formação profissional dos oficiais do Exército. As constantes mudanças regulamentares estavam contextualizadas pelos momentos históricos e políticos que o Estado Brasileiro atravessava durante o final do século XIX e quase todo o século XX. Primeiro com a Proclamação da República, em 1889, que gerou a reforma Benjamin Constant de 1891, e, por fim, com a reforma de 1958, que estava contextualizada pelo incremento de atividades curriculares homogeneizantes no currículo da Academia Militar das Agulhas Negras (doravante denominada AMAN).

Para fundamentar a investigação, fez-se necessário adotar um procedimento empírico cujo levantamento documental privilegiou diversas fontes, a saber: regulamentos que organizaram o funcionamento do ensino militar, documentos internos gerais e escolares, acervos pessoais, artigos de revistas militares, livros e artigos de memória de integrantes do Exército. A análise do corpus documental permitiu identificar que os modelos de ensino e as reivindicações de militares nas mudanças dos regulamentos estavam em consonância com cada momento histórico vivido. Na História do Ensino do Exército, a marca principal das reformas está relacionada à aplicação do modelo

de ensino: teórico ou prático. Como exemplos dessa dualidade temos a reforma de 1890, voltada para o caráter teórico e cientificista da formação militar, tendo a frente, Benjamin Constant, importante personagem na história da Proclamação da República; Ou, a reforma de 1905, contextualizada pelo fim da revolta na Escola Militar do Brasil em novembro de 1904, que foi uma tentativa de eliminação do excesso do ensino teórico no currículo de ensino militar, procurando dar o máximo de relevo à instrução prática profissional (RODRIGUES, 2010).

Na segunda metade do século XX, o trabalho pedagógico castrense recebeu influência norte-americana, através do emprego direto da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A integração das escolas do Realengo com a Escola de Intendência, em 1945, em Resende, abriu caminho para novas especialidades surgirem na década seguinte, como, por exemplo, o Curso de Comunicações e o Curso de Material Bélico, cujas aulas iniciaram na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1959 (AMAN, 2011).

Contudo, as especialidades possuíam currículos autônomos desde o primeiro ano da formação. O advento do Curso Básico (C Bas) em 1958 trouxe uma nova perspectiva que, em grande medida, permanece até os dias atuais. Apesar de receber algumas modificações ao longo da segunda metade do século XX, o C Bas engloba o primeiro ano da Academia, período em que todos os cadetes recebem as mesmas instruções, as mesmas aulas teóricas e as mesmas avaliações. O “bicho¹”, desígnio direcionado ao cadete do primeiro ano, recebeu, assim, uma organização própria, desmembrada das Armas, Serviço e Quadro. Atualmente, a organização do Exército Brasileiro se divide nas Armas, Quadros e Serviços. As Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia englobam o militar combatente por excelência, tradicionalmente a atividade-fim da profissão. O Serviço de Intendência que, como o termo indica, têm uma atividade de apoio bem definida, normalmente atividades de apoio logístico e administrativo. Por fim, o Quadro de Material Bélico reúne os militares que, de origem técnica diversa, dedicam-se à manutenção, avaliação e apoio aos projetos de materiais de emprego militar (BRASIL, s/d). Portanto, o C Bas entrou na grade curricular visando o preparo básico do combatente para escolher a qualificação no segundo ano da AMAN.

Em resumo, a classificação em ensino fundamental e ensino profissional receberam contribuições para reforçar o espírito de corpo da elite castrense. Com relação à elite militar, Janowitz (1967) discorre sobre uma pequena proporção de homens dentro de uma profissão militar:

A profissão militar é mais do que uma ocupação: é todo um estilo de vida. O oficial faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais. [...] A missão fatal da guerra tem exigido que o oficial esteja preparado para abandonar sua rotina e seus compromissos pessoais de um momento para outro. Isto é óbvio e prosaico.

¹ Termo atualmente em desuso na AMAN. Contudo, até o final dos anos 1990, era-se de costume designar o cadete do primeiro ano de “bicho”. O termo, considerado pejorativo, era associado a animal irracional ou ao instrumento discursivo legitimador para a aplicação de trotes pelos cadetes dos outros anos, e foi gradualmente substituído a partir da influência das políticas internacionais de direitos humanos e das gestões internas dos comandantes a partir dos anos 2000 pelos termos “basicante” ou “primeiro ano”.

Contudo, um pouco menos explícito é o fato de que qualquer profissão que se preocupe continuamente com a ameaça de perigo requer um forte senso de solidariedade para que possa funcionar com eficiência. A regulamentação minuciosa do estilo de vida militar tem o fim de realçar a coesão grupal, a lealdade profissional e manter o espírito marcial. Em boa medida, a doutrinação militar tem sido eficiente devido à comunidade relativamente fechada em que os militares tem vivido. Por sua vez, o estilo de vida da comunidade militar contribui para a autoconfiança e autoconsciência da elite militar (JANOWITZ, 1967, p. 175).

O ensino fundamental visava às matérias direcionadas ao ensino acadêmico, capacitando o cadete para a observação das teorias que poderiam impactar o seu desempenho na área afim, por meio de cálculos e análises estruturais de texto e de materiais de uso militar. O ensino profissional, esse sim voltado totalmente para a atividade bélica, replica as táticas e técnicas aprendidas e compartilhadas através das experiências obtidas tanto nos campos de batalha, quanto por meio de compartilhamento dos saberes castrenses entre as “Nações Amigas”² (ONU, 1945, p. 5). A partir do ano de 1947, a AMAN passou a receber alunos de outros países para integrar o efetivo de cadetes, visando a ligação e o estreitamento dos laços político-militares. Laços estes que refletiram, de certa maneira, o alinhamento estratégico em torno do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e novamente com a França nos trinta anos seguintes.

As constantes reformas no modelo de ensino foram acompanhadas de mudanças de localização da Escola Militar responsável pela formação dos oficiais, desde a segunda metade do século XIX, quando foi instalada na Praia Vermelha permanecendo lá até o final de 1904. Em 1905, o curso foi fragmentado em quatro escolas, que funcionavam no Rio de Janeiro (Realengo e Campo Grande) e no Rio Grande do Sul (Porto Alegre e Rio Pardo). Posteriormente, o curso de formação de oficiais foi unificado no Rio de Janeiro, na Escola Militar localizada no bairro de Realengo, em 1913, lá permanecendo até 1944, quando a Escola foi transferida definitivamente para a cidade de Resende no próprio Estado do Rio de Janeiro onde se encontra até os dias atuais.

2 O ENSINO MILITAR DE 1890 A 1944: ENTRE A TEORIA E PRÁTICA PROFISSIONAL

O ensino militar no início da República compreendia o ensino elementar ou primário, o ensino secundário ou preparatório, e o ensino superior técnico e profissional realizado nas escolas regimentais, preparatórias e escolas militares que, nos dias atuais, corresponderiam respectivamente ao ensino fundamental, médio e superior. Nesse capítulo, investigaremos especificamente, o ensino superior (formação dos oficiais), ou seja, o ensino na Escola Militar, onde se ministrava os cursos das

² O artigo 1º da Carta das Nações Unidas (1945) detalha os propósitos da criação do documento, entre os quais, desenvolverem relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal. Nesse aspecto, a aplicação do termo “Amigos” vem da continuação dos propósitos em que, a harmonia das ações, visando objetivos comuns passa a ser o alvo entre as nações signatárias da Carta.

armas combatentes (Infantaria e Cavalaria), e na Escola Superior de Guerra, onde se ministrava os cursos das armas científicas (Artilharia, Engenharia e Estado-Maior). O acesso ao oficialato (ensino superior) poderia ser feito por meio do ensino preparatório, curso de três anos oferecidos nas próprias escolas militares. O candidato a matrícula no preparatório deveria ter entre 15 e 21 anos, ser voluntário ao serviço militar no Exército, saber ler e escrever corretamente em português, dominar as quatro operações matemáticas, ser aprovado na inspeção de saúde e apresentar atestados assinados por antigos professores ou oficiais que comprovassem ter bom comportamento e aptidão para a vida militar. Por fim, após cumprir essas normas, precisava-se obter autorização do Ministério da Guerra para a matrícula.

Após obter aprovação total no curso preparatório, o aluno podia automaticamente matricular-se nos cursos de Infantaria e Cavalaria da Escola Militar. No entanto, havia outros caminhos para ingressar nesses cursos. Um deles era o candidato apresentar certificado que comprovasse aprovação total nas matérias do ensino secundário e fazer a prova de seleção da Escola Militar. Nesse caso, porém, o candidato precisava submeter-se a alguns testes e frequentar um ano de formação prática profissional na Escola Militar. Para ser oficial de artilharia, o aluno deveria primeiro concluir o curso de Infantaria e Cavalaria na Escola Militar e depois receber as instruções teóricas e práticas na Escola Superior de Guerra, sob o regime de externato. Além da Artilharia a Escola Superior de Guerra formava oficiais de Estado-Maior e Engenheiros Militares. Esses cursos eram destinados aos oficiais-alunos que concluíssem o curso de Artilharia e frequentassem mais dois anos de estudos. Os alunos que concluíssem o curso de Estado-Maior e de Engenharia Militar recebiam o grau de Bacharel em Matemáticas e Ciências Física, desde que comprovassem também aprovação em Latim, Filosofia e Retórica.

Ainda no Império, pelo Regulamento de 1889, existiam três escolas militares: Escola Militar da Corte (Praia Vermelha), Escola Militar do RS (Porto Alegre) e Escola Militar do Ceará (Fortaleza). Com a reforma Benjamin Constant em 1890, essas escolas seriam fechadas, reabertas, reorganizadas ou extintas definitivamente. O Regulamento de 1890 (Brasil, 1890) foi claramente voltado para a educação científica e estabeleceu um currículo no qual predominou o ensino teórico em detrimento do ensino prático. A ideia de soldado como um cidadão armado e com um dever social é marcante, devido à influência do Ministro da Guerra na composição do novo estatuto, pelo qual defendia a visão do soldado como cooperador do progresso. Com o regulamento de 1890, mudou-se o nome da Escola Militar da Corte para Escola Militar da Capital Federal.

Pelo Regulamento de 1898 (BRASIL, 1898) houve a determinação da extinção das escolas militares do Ceará e do Rio Grande do Sul, bem como a unificação da Escola Militar com a Escola Superior de Guerra, dando origem a Escola Militar do Brasil (EMB), na Praia Vermelha, que existiu até 1905. O novo regulamento determinou que a EMB fosse destinada a oferecer o curso das três armas combatentes (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) mais os cursos de Engenharia Militar e de Estado-Maior.

Entre 1902 e 1913, a Escola Militar sofreu forte crítica ao seu cientificismo gerado pelo excesso de ensino teórico na formação dos oficiais, identificados como bacharéis de farda ou soldado cidadão. Segundo o Ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argollo (BRASIL, 1904), uma das causas que mais profundamente afetavam o sistema de ensino do Exército, enfraquecendo-o, era a defeituosa organização dos estabelecimentos escolares. Um dos questionamentos feito pelo ministro era que o civil se matriculava na Escola Preparatória, permanecia por até três anos; passava para a Escola Militar, onde, no fim de dois anos, era nomeado Alferes-Aluno da Arma de Infantaria e Cavalaria, continuava estudando, por mais três anos, saía formado em oficial de Artilharia, e, no fim de oito anos, recebia o título de bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Engenheiro Militar. Para o General Argollo, durante todo o tempo escolar, o aluno das armas chamadas científicas (Engenharia e Artilharia) gozava de regalias que o colocavam em condições excepcionais, muito diferentes das dos oficiais combatentes (Infantaria e Cavalaria) e praças dos Corpos de Tropa. Ao fim do curso levava um ano praticando em comissões de construção de estradas de ferro e linhas telegráficas. Terminado o período de seis anos, no mínimo ou oito no máximo, a Escola formava um oficial inteiramente estranho à verdadeira profissão militar, sem o hábito da disciplina e subordinação, com pronunciada tendência a discutir e criticar as ordens recebidas, um soldado cidadão. O militar argumentava, ainda, que não havia dúvida de que da escola saíam oficiais bem preparados em todas as Ciências e aptos a tratar de qualquer assunto civil a que elas se referissem, mas não acreditava que era propriamente para isso que estavam sendo criados e mantidos os estabelecimentos militares de ensino, cujo único fim deveria ser formar verdadeiros soldados profissionais, preparados para a guerra.

O novo regulamento assinado em 1905 (BRASIL, 1905) era a tentativa de se evitar a repetição dos acontecimentos do quinze de novembro de 1904, ocasião em que os alunos da Escola Militar do Brasil realizaram um levante articulados com a Revolta da Vacina definindo o futuro de uma das principais Instituições de Ensino Superior Militar no país, localizadas na Praia Vermelha. Após o fechamento da escola, ocorreu a transferência da sua sede para o subúrbio do Rio de Janeiro, e para duas outras cidades do Rio Grande do Sul. O interesse do Ministro da Guerra era afastar os alunos da instabilidade política que a região central oferecia.

O regulamento de 1905 apresenta importantes itens normativos, que servem para analisar a reforma profissional que se pretendia instalar na formação dos oficiais: matrícula exclusiva de praças de pré (recrutas do serviço militar inicial) na primeira escola (Escola de Guerra) que já tivessem feitos pelo menos seis meses de efetivo serviço em um dos corpos de tropa do Exército; ter revelado aptidão para o serviço militar e ser de conduta irrepreensível, o que seria atestado pelo respectivo comandante de corpo; ter a precisa robustez física, provada em inspeção de saúde a que seria submetido na escola, antes da matrícula; ser solteiro ou viúvo sem filhos; não seria mais permitida a matrícula de oficiais já formados; e extinção do título de Alferes-Aluno, substituído pela patente de Aspirante a Oficial.

A matrícula exclusiva de recrutas tinha como objetivo igualar todos os alunos na condição inicial de soldados, acabando com as diferenças existentes no passado, em que se separava o Aluno-Oficial (Alferes-Aluno) dos outros alunos, facilitando também o alcance da disciplina militar. O novo Regulamento visava eliminar o excesso do chamado ensino teórico e buscava implantar um ensino militar mais profissional (valorização da prática), para tanto, houve a transformação completa do regime escolar, dando ao corpo de alunos a organização de um Batalhão de Infantaria, unidade de tropa destinada, numa guerra, às ações de combate. De acordo com esse modelo, desde o início, o aluno da Escola Militar era enquadrado no cotidiano de uma unidade combatente.

Com o regulamento de 1905, o Exército dividiu a formação profissional dos oficiais por quatro escolas, as quais voltaram a ser reunidas em uma só escola no ano de 1913, com o nome de Escola Militar, localizada no Realengo. As novas escolas eram a Escola de Guerra de Porto Alegre, destinada à instrução militar preliminar teórica e prática, das armas de Infantaria e Cavalaria, com duração de dois anos; a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria (Rio Pardo-RS), curso obrigatório a todos os alunos que obtivessem aprovação na Escola de Guerra de Porto Alegre, destinado a estudos profissionais, práticos, aplicativos, com duração de dez meses quando, ao término do curso, o aluno era declarado Aspirante a Oficial. Como podemos perceber, o tempo destinado aos estudos na Escola Militar, alterado pelo Regulamento de 1905, continuou, na prática, com o predomínio das Armas científicas (Artilharia e Engenharia). A reforma do ensino teve por objetivo profissionalizar os cursos e não os reduzir, ou seja, teve como principal objetivo a formação do combatente, uma categoria social mais voltada para a guerra, e menos preocupada com as questões políticas.

O Regulamento de 1913 (BRASIL, 1913/1914), para a Escola Militar, foi idealizado para continuar dando maior importância possível à instrução prática na formação profissional de seus oficiais, conforme estabelecia o Regulamento de 1905. A reforma do ensino, de certa maneira, foi a repercussão das pressões dos oficiais que estagiaram nos Corpos de Tropa do Exército Alemão, de 1910 a 1912 (Jovens Turcos), por uma renovação da cultura militar no Brasil. Quanto ao novo regulamento podemos destacar: a redução do tempo de estudos teóricos para o curso de Artilharia e de Engenharia; um melhor enquadramento dos programas de ensino dos interesses da profissão militar, ou seja, não deveria haver ensino puramente teórico, ou seria teórico-prático (teoria seguida da prática), ou somente prático. Por último, a redução do número de escolas de quatro para duas, suprimindo as antigas escolas, e criando a Escola Militar e a Escola de Prática, ambas com funcionamento em Realengo. Posteriormente as Escolas se fundiram, em 1913, na Escola Militar, no Realengo.

A reforma do ensino feita através do regulamento da Escola Militar de 1918 (BRASIL, 1918) seguiu a linha da reforma de 1913, não pretendendo ser uma ruptura, mas sim uma atualização do antigo Regulamento. O novo Regulamento determinou para o ensino militar apenas duas categorias que consagraram os ideais de profissionalização de um grupo de oficiais que investia nesse movimento como forma de renovação da Instituição, principalmente daqueles oficiais que estagiaram na Alemanha ou daqueles ligados aos ex-estagiários do Exército alemão, ou seja, o ensino teórico-prático e o ensino prático.

O Regulamento da Escola Militar de 1919 (BRASIL, 1919) definiu que, nos estabelecimentos de ensino militar, deveria ser ministrado apenas conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de Capitão. A reforma de 1919 obrigava o oficial a manter constante aperfeiçoamento em sua profissão, enquanto durasse sua carreira no Exército, conforme era feito nos Exércitos europeus.

O Regulamento para a Escola Militar de 1924 (BRASIL, 1924) foi uma ação normativa para se retornar à ordem quebrada pelo movimento tenentista de 05 de julho de 1922, que contou também, com a participação dos alunos da Escola Militar do Realengo. O Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, colocava agora de forma imperativa a necessidade de revisão do programa de ensino. Em sua análise, seria importante a mudança no modelo nitidamente prático que se estabelecera com a reforma de 1919 e o retorno do ensino de cultura geral, que seria aplicado junto com o ensino prático de forma a assegurar, na formação dos oficiais, elementos que pudessem solucionar os diversos problemas da profissão.

O Regulamento de 1924 colocava como condição essencial à matrícula dos candidatos os seguintes requisitos: ser brasileiro nato, solteiro, ter observado boa conduta anterior atestada pela autoridade policial do distrito em que residir e possuir as condições de honorabilidade que afiançassem sua situação de futuro oficial, conforme certificado de pessoas respeitáveis, inclusive de oficiais do Exército que conhecessem seus antecedentes.

A Escola Militar teria um novo Regulamento em 1929 (BRASIL, 1929), mas, antes houve um esforço concentrado do Poder Legislativo do Brasil em dispor sobre o ensino militar de forma a sistematizá-lo na chamada *lei do ensino*. A lei do ensino era um estatuto que estabelecia as regras e os aspectos gerais do ensino militar. Segundo Motta (1998), a lei deveria classificar níveis e categorias, através da enumeração de estabelecimentos, e definindo os direitos e os deveres de seus alunos.

A primeira Lei do Ensino Militar (BRASIL, 1928), datada de 1928, identificava como medida principal que a Escola Militar era destinada à formação de oficiais combatentes. Outra disposição da lei de 1928 foi a determinação para que as Escolas procedessem à revisão de seus regulamentos. Em consequência, em 1929, houve a entrada em vigor de um novo Regulamento das Escolas Militares que em quase nada mudou o Regulamento de 1924, com exceção da redução do curso fundamental básico para todas as Armas de dois para um ano e a criação do cargo de Diretor do Ensino Militar, com as funções de orientação, planejamento, coordenação e controle do ensino, designado a um oficial francês enquanto o ensino estivesse sendo orientado pela Missão Militar Francesa.

Depois da Revolução de 1930, a formação dos oficiais brasileiros foi modificada, continuando na direção da modernização e da profissionalização iniciada com os Jovens Turcos, e com a Missão Militar Francesa. No dia 15 de janeiro de 1931, assumia o novo comandante da Escola Militar, o Coronel José Pessoa, que definiu as ações para concretizar o processo de reforma daquele estabelecimento de ensino, naquele novo momento político. Para além do regulamento fez modificações nas condições materiais da escola para assegurar aos seus alunos ambiente higiênico, asseado, limpo e, muito mais importante que isto, buscando transformar mentalidade, hábitos, costumes, que deveriam dar

dignidade e responsabilidade consciente ao novo aluno, futuro oficial do Exército. Por fim, idealizou a transferência da escola do subúrbio carioca, local próximo das agitações políticas que impregnavam a capital do Brasil, que muito desagradava aos militares, para a cidade de Resende.

O Regulamento de 1934 (BRASIL, 1934) teve como uma das principais mudanças a ampliação da duração do curso na Escola de três para quatro anos. Segundo Motta (1998), o objetivo dessa modificação foi favorecer os programas de ensino de maneira a serem ministrados em um tempo maior. No entanto, o Regulamento de 1934 durou pouco tempo, não chegando a ser aplicado na Escola. Esse estatuto foi suspenso em 1935 (BRASIL, 1935). As novas determinações do Ministro da Guerra, que entraram em choque com as construções estabelecidas durante a direção do Coronel José Pessoa, determinavam entre outras coisas o retorno do curso de três anos; um novo programa de disciplinas; e a competência do comandante da Escola para articular a combinação ou fusão dos Regulamentos de 1929 e 1934 na questão relacionada ao ensino prático e à administração escolar.

Em 1940 é implantado novo Regulamento (BRASIL, 1940) para as Escolas Militares, nessa época o país vivia sob o regime autoritário do Estado Novo e o Exército sob a gestão do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra. No contexto das mudanças de 1940, desenvolvia-se a Segunda Guerra Mundial. As diversas inovações tecnológicas davam novo ritmo nos campos de batalha e nas estatísticas sobre o quantitativo de mortos. Segundo Motta (1998), o contexto da Segunda Guerra Mundial não influenciou a nova mudança no Regulamento de ensino militar, pois as modificações foram frutos do contexto interno. O principal ponto a ser registrado foi o retorno do curso para quatro anos. Um novo Regulamento para as Escolas Militares vai aparecer em 1942 (BRASIL, 1942). Não se tratava de um novo texto, mas quase uma repetição do Regulamento de 1940. A única inovação foi o retorno do curso de três anos, cujos adeptos tomavam como base de sustentação dos seus interesses, razões econômicas, sustentando que mais um ano de curso era um desperdício de tempo, além de sustentarem a necessidade de completar o mais rápido possível os cursos de tenentes na tropa. Podemos perceber que a alteração ocorreu no momento do alinhamento militar com os Estados Unidos da América, e da possibilidade de participar da Grande Guerra. No entanto, o fato mais importante seria que o Regulamento de 1942 foi o último a ser aplicado na Escola Militar do Realengo. Em 1943 (BRASIL, 1943), por decreto foi determinada o fim da escola em 31 de dezembro de 1944, sendo que já o 1º ano do curso de formação de oficiais passaria a ser realizado na Escola Militar de Resende, com funcionamento previsto para 1º de janeiro de 1944, em concomitância com a antiga escola.

3 O ENSINO MILITAR DE 1945 A 1960: A PREPARAÇÃO PARA O APARELHAMENTO ESTATAL

O ano de 1945 marcou grandes transformações no sistema de ensino militar. Um detalhe que causou impacto foi a inserção definitiva da formação dos oficiais e dos sargentos na pauta educacional castrense. O alinhamento progressivo com os EUA e a declaração de Guerra às potências

do Eixo contribuiu para um novo impulso modernizador. A doutrina francesa, centrada na guerra estática, passou de seu molde belicista para a doutrina norte-americana, inspirado, assim, na guerra total. Como resultado imediato, todos os escalões de combate passaram a ser contemplados por especialistas. Os convocados para a Força Expedicionária Brasileira eram de origem majoritariamente civil e estavam sob grande pressão, com amplas demandas de ordem técnica e logística. O Brasil já havia experimentado outras oportunidades em que a base da hierarquia recebeu atenção especial, em que foram inaugurados alguns estabelecimentos de ensino³. O alinhamento estratégico traçado por Getúlio Vargas contribuiu para definir o posicionamento que o Brasil teve durante a Segunda Guerra Mundial. Após a decretação do Estado de Guerra contra as potências do Eixo em 1942, acelerou-se o processo de adaptação à doutrina norte-americana. Em suas observações finais, o general Alfredo Souto Malan faz uma projeção otimista sobre transição necessária para o novo contexto bélico mundial:

O ano que marca o início da 2ª Guerra Mundial encontrou o Exército devidamente flexionado para se adaptar a uma adequada divisão territorial e, já à luz do grande aliado do norte (os EUA,), se moldar na sua estrutura, particularmente face ao apoio logístico indispensável⁴ (MALAN, 1988, p. 199 – 200).

Antes mesmo da criação da FEB (Brasil, 1943b), algumas mudanças aconteceram sob o ponto de vista da instrução militar logística. A formação dos oficiais mereceu a atenção do governo, com a instituição das escolas preparatórias (Brasil, 1942), que são internatos destinados a ministrar o ensino de matérias do curso científico (2º ciclo do secundário civil) a praças do Exército e a civis, a fim de prepará-los para o concurso de admissão à Escola Militar e à de Intendência. Em resultado, a mobilização de guerra ampliou a atuação da intendência na oficialidade subalterna necessária para preencher os claros não ocupados por oficiais formados na Escola de Intendência. Os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), criados a partir de 1927 (BRASIL, 1927) e que eram destinados à formação de oficiais das armas, passou a contar, também, com Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) (BRASIL, 1942).

Adicionalmente, a carência de sargentos especialistas levou o governo federal decretar a criação do Centro de Instrução Especializada (BRASIL, 1943) em 30 de junho daquele ano. Esse estabelecimento de ensino formou 18000 (dezoito mil) militares especialistas em dois anos para atender as necessidades da FEB. Além disso, a Escola de Sargentos das Armas, esta inaugurada nas antigas dependências da Escola Militar do Realengo em 1945, foi transferida para a cidade de Três Corações (MG) em 1950, onde permanece até os dias atuais. Em consequência, os Cadetes

³ A Escola de Sargentos foi designada para a Fortaleza de São João (RJ) pelo Decreto nº 330 de 12 de abril de 1890. Porém, as atividades iniciaram através da Ordem do Dia nº 552, de 28 de maio de 1894, e terminaram no final de 1897, por motivo da extinção, através da Reforma Curricular de 1898. Outra oportunidade foi a criação, por influência direta da MMF, da Escola de Sargentos de Infantaria. Inaugurada pelo Decreto nº 14.331, de 27 de Agosto de 1920, permaneceu em atividade até 1933, onde, por consequência do envolvimento dos sargentos na Revolução de 1930 e 1932, foi extinta pelo regulamento de Ensino de 1934. Cf. CARVALHO, 1982, p. 110 e 115; Mc CANN, 2009, p. 465.

⁴ Grifos dos autores.

da EMR mudaram-se em 1944 para novas instalações em Resende, atual sede da AMAN⁵. Fruto do esforço político e pessoal do General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, as obras iniciaram em 1938 (MC CANN, 2009) e estavam em processo de conclusão no ano de 1944, momento em que a primeira turma, compostas por cadetes do primeiro e segundo anos, tomaram o trem em direção ao sul fluminense. Em 1945, a AMAN foi contemplada pela entrada dos Intendentes para a realização do curso em três anos em paralelo às armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.

A disposição dos elementos de apoio logístico em praticamente todo o campo de batalha constituiu fator irreversível de apoio à decisão para a formação combinada em uma única escola: a Escola Militar de Resende. Recipiendária dos cadetes do Realengo, a futura Academia Militar das Agulhas Negras recebeu, também, os alunos do primeiro ano do “Casarão do Andaraí”, antiga sede da MMF, da Escola de Estado-Maior e da Escola de Intendência do Exército. O regulamento escolar de 1945 define os destinos das duas correntes – francesa e norte-americana:

Art. 143. O presente Regulamento entra em vigor no ano de 1945.

§ 2º Os alunos da Escola de Intendência do Exército que passarem para o 2º ano, deverão concluí-lo pelo atual Regulamento, daquele estabelecimento. Os que, Porém, tiverem de repetir o 1º ano, prosseguirão o curso pelo presente regulamento (BRASIL, 1945).

Dessa forma, a Intendência na Escola Militar de Resende experimentou em 1945 uma grade curricular própria, distinta das armas, aprofundada em 3 (três) anos. A preparação intendente experimentou o paralelo de duas turmas distintas naquele ano, com os dois estabelecimentos funcionando plenamente. A diplomação da Turma Coronel Alcebíades Ribeiro dos Santos (BRASIL, 1945), encerrou, naquele ano, a influência direta da doutrina francesa e a grade curricular de dois anos. Assim, a Escola de Intendência foi oficialmente extinta em 1946.

Após a fusão das escolas e das principais especialidades após a Segunda Guerra Mundial, a educação castrense recebeu treze anos depois, uma nova transformação. As atividades coordenadas pelo Estado-Maior do Exército (EME) desde o início dos anos 1950 observaram variações no panorama geopolítico mundial: o advento da Guerra Fria, a permanência do alinhamento político-militar com os EUA, as ameaças de um conflito nuclear e as guerras insurrecionais financiadas pelo bloco socialista motivaram a realização de seminários de ensino e da criação de um curso de formação de oficiais técnicos na AMAN (Correio da Manhã, 1953), com a finalidade de preparar o aluno da Escola Técnica do Exército (ETE), precursora do atual Instituto Militar de Engenharia para as lides castrenses, constituindo-se, assim, um período de instrução básica de um ano. O sucesso da experiência motivou, cinco anos mais tarde, a criação de um curso de formação básica para os cadetes da própria Academia Militar. Dessa forma, por meio de nova portaria, aprovou-se um novo regulamento para a AMAN, em que o primeiro ano

⁵ A Escola Militar de Resende recebeu a designação atual através do Decreto nº 29.484, de 23 de abril de 1951. (BRASIL. Decreto nº 29.484, de 23 de abril de 1951).

técnico das especialidades foi substituído pelo Curso Básico (BRASIL, 1958). Na sequência, em Aditamento ao Boletim Interno Escolar, publicado em 14 de março, a Divisão de Ensino constaria pela primeira vez do organograma da AMAN (2011).

O currículo pretendeu passar para todo o corpo discente as noções primárias afetas às Armas e Serviços de forma homogênea, delegando a formação profissional da especialidade escolhida para os dois anos restantes do curso em Resende. Essa iniciativa, com variações ao longo dos anos, também permanece até a atualidade. Ademais, a AMAN recebeu com o Regulamento de 1958 mais duas novas especialidades: o Curso de Comunicações, oriunda da Arma de Engenharia e o Curso de Material Bélico, anteriormente chamada de “Técnica Industrial, Geodésia e Topografia”, originária do currículo do quadro de Engenheiros Militares da ETE. Com essas mudanças, as quais foram postas em prática no ano de 1959, chegaram-se aos presentes sete cursos disponíveis da Linha de Ensino Militar Bélico.

Depois de acertadas as designações dos cursos pertencentes à linha bélica central à prática castrense, a educação militar terrestre buscou propiciar maior praticidade aos materiais didáticos destinados aos discentes. Para isso, foram empregados recursos pedagógicos em voga nos anos 1950 nos EUA, fase que ficou caracterizada por tecnicismo. Além disso, o fator mais importante desse conjunto parece ser a progressiva e ascendente trajetória de produção de conhecimentos e a consequente aplicação desses conhecimentos na solução de problemas.

No período posterior à Segunda Guerra, as principais potências científicas mundiais, lideradas pelos Estados Unidos, emergiram com políticas baseadas em uma visão amplamente aceita do papel da ciência básica na inovação tecnológica. Tal proposta disseminou com êxito nos países vencedores, sobretudo nos Estados Unidos, o modelo linear de inovação, divulgado ainda em 1945 pelo Escritório de Pesquisa Científica e Desenvolvimento. Depois dos EUA, após os anos 1950, esforços variados empreendidos por diversos países para sistematizar as atividades de pesquisa científica e tecnológica incluíram as atividades de formação de recursos humanos. No Brasil, a qualificação formal de pesquisadores foi impulsionada principalmente a partir da década de 1960. Dessa forma, durante esse período, a pedagogia que supervalorizou os métodos e as técnicas de ensino como fator determinante no sucesso da aprendizagem (daí o termo tecnicismo) foi definida como política educacional, sob a influência de organismos internacionais, em especial, americanos. O ensino apostilado, por oferecer conteúdos resumidos e reescritos, serviu, naquela conjuntura, ao ensino fragmentado e aligeirado, visando preparar uma grande massa de trabalhadores nas indústrias instaladas. Com base em estudos relativos à rede urbana brasileira, formulou-se uma estratégia espacial de desenvolvimento urbano, inscrita no contexto mais amplo da política de desenvolvimento econômico regional (DUQUE BRASIL E CARNEIRO, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na História do Ensino Militar, observamos que a marca principal das reformas está relacionada ao modelo de ensino: teórico ou prático. As mudanças no regulamento ocorriam com a mesma velocidade que ocorriam as mudanças políticas no Brasil republicano. A participação do Brasil na Primeira e Segunda Guerra Mundial ao lado dos europeus mostrou a necessidade de aprofundar a reorganização e a modernização do Exército Brasileiro. As transformações ocorridas ao longo de pouco mais de setenta anos redesenharam o conceito da sistemática de estruturação e da didática na formação dos oficiais e dos sargentos da Linha de Ensino Militar Bélico. Mudanças de lugar das escolas, aberturas e fechamentos, definitivos e temporários, marcaram a dinâmica da educação castrense perante a política nacional. Esses fatos mostram que as decisões caminharam *pari passu* aos desdobramentos nacionais em um concerto global, momentos em que escolhas políticas na instituição castrense foram tomadas e que causaram impacto nas especialidades formadas, escolhidas e transferidas de um estabelecimento de ensino para outro ou simplesmente encerradas.

A significativa evolução tecnológica após a Segunda Guerra Mundial serviu de motivação para a adoção de práticas pedagógicas em que os livros e manuais eram o primeiro recurso e a última palavra para dirimir possíveis subjetividades que surgissem na relação de ensino-aprendizagem. A perspectiva da educação tradicional mudou gradativamente a partir do final dos anos 1950, momento em que os formulários e ferramentas lógicas processadas nas diretorias de ensino receberam a atenção diferenciada, centralizando cada vez mais as decisões e conteúdos programáticos transmitidos por planos sistematizados. Conseqüentemente, o papel do docente na sala de aula ou nos campos de instrução foi de padronizar procedimentos, baseado nos componentes cognitivo, psicomotor e afetivo. Assim, há que se considerar que as mudanças apresentadas no período ainda apresentam traços na política educacional atual, por intermédio da permanência das estruturas e de algumas práticas curriculares consagradas no ambiente castrense.

REFERÊNCIAS

Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). *Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército*. Resende: IPSIS, 2011.

BRASIL. Boletim do Exército Nº. 452, de 20 de outubro de 1905.

BRASIL. Boletim do Exército Nº. 18, de 4 de maio de 1940.

BRASIL. Coleção de Leis do Brasil (1890, 1918, 1919, 1924, 1928, 1934, 1935, 1942, 1943).

BRASIL. Decreto Nº. 5698, de 02 de outubro de 1905.

BRASIL. Decreto 5.543, de 25 de abril de 1940.

BRASIL. Decreto nº 9.978, de 14 de julho de 1942.

BRASIL. Decreto-lei Nº 4.130, de 26 de fevereiro de 1942.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.636, de 30 de junho de 1943.

BRASIL. Ministério da Guerra. Boletim do Exército nº 377, de 25 de abril de 1927.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *O Exército: armas, quadros e serviços*. Brasília: EB, s./d. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos>. Acesso em 27 de maio de 2020.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 47-44, do dia 9 de Agosto de 1943.

BRASIL. Relatório do Ministro da Guerra de 1904.

BRASIL. *Regulamento para os Institutos Militares de Ensino*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2881-18-abril-1898-509943-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 mai 2020

BRASIL. Regulamento das Escolas Militares. Decreto Nº. 10.198, de 30 de abril de 1913.

BRASIL. Regulamento da Escola Militar. Decreto 18.713, de 25 de abril de 1929.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/148.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

CORREIO DA MANHÃ. *Criação de Curso na AMAN*. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 6 de janeiro de 1953. Disponível em: <http://encurtador.com.br/yIW08>. Acesso em: 6 jun. 2020.

DUQUE BRASIL, F. P; CARNEIRO, R.. Os caminhos (e descaminhos) da democratização das políticas urbanas: o que há de novo no Brasil contemporâneo? In: *Cadernos gestão pública e cidadania*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 11 – 41, jul-dez 2009.

JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional: um estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

MALAN, A. S. *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MC CANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889 – 1937)*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2009.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. *Nova Iorque*: ONU, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. 1ª edição. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

TREVISAN, Leonardo N. *As Obsessões Patrióticas: Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

PARTE II
PESQUISAS E DIÁLOGOS
EM TORNO DO BRASIL
E DAS AMÉRICAS

DEGREDO: INSTRUMENTO DE PUNIÇÃO E PERDÃO NO REINADO DE D. JOÃO II

DENISE DA SILVA MENEZES DO NASCIMENTO¹

Os diferentes aspectos da vida do homem medieval estavam permeados de valores religiosos que irão fundamentar um imbricamento entre os pensamentos jurídico e religioso, o que por sua vez levava a uma assimilação entre crime/pecado e punição do delito/expição da culpa. Tal como podemos observar nas relações estabelecidas entre o monarca português e os acusados de danificar o patrimônio alheio e/ou praticar agressões contra seus opositores. Neste entrelaçamento entre justiça e religião, podemos destacar o degredo para as regiões fronteiriças de Portugal ou para o Além-Mar, como possibilidade de afastar os indivíduos causadores dos distúrbios sociais, expiar suas culpas numa terra distante e retribuir a graça régia recebida agindo em benefício daquele que o agraciara e do bem comum.

Em relação ao destino e duração do degredo, Russell-Wood nos informa que quanto mais grave o crime cometido, maior seria a distância percorrida para o cumprimento da pena. Quanto maior a gravidade, mais distante do centro de poder estaria o degredado.

Mazagão, em Marrocos, estava suficientemente perto da Europa para permitir a esperança do regresso; Angola, Benguela e Moçambique eram lugares tão malsãos que eram quase equivalentes a uma sentença de morte; o Brasil, o Maranhão e a Índia permitiam pouca esperança de regresso a Portugal (RUSSELL-WOOD, 1992, p. 161-162).

Partindo dessa lógica de afastamento do indivíduo do local no qual praticara o crime, comumente se associou o degredo a sua vertente colonial e, portanto, voltado para o banimento do indivíduo do reino, fosse para as ilhas atlânticas fosse para os continentes africano e americano. Todavia, é preciso ter em conta que o degredo colonial fazia parte de um aparato jurídico e cultura política anterior ao processo de expansão marítima, e nesse sentido, para compreendermos a complexidade do degredo como forma de punição e perdão se faz mister nos voltarmos para o degredo nas suas três vertentes, posto que

¹ Este artigo resulta do projeto de pesquisa intitulado “Os crimes de lesa-majestade no reinado de D. João II”. Projeto financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (XXX BIC/UFJF – 2017/2018).

[...] como uma pena essencialmente colonial, sobretudo no pensamento jurídico. Nos anos 1930, em Portugal, Abel de Andrade, professor da cadeira de Direito Penal da Faculdade de Direito de Lisboa, assim definiu o degredo: “Consiste o degredo na residência obrigatória do delinquente numa colônia, isto é, num país de civilização inferior sobre o qual a mãe-Pátria exerce domínio político”. Esse estatuto colonial do degredo na esfera jurídica se explica: desde o final do século XIX a pena de galés estava definitivamente extinta e, mesmo antes de sua extinção, o Código português de 1852 já definira o degredo como pena a ser cumprida no ultramar; e, uma vez que o sistema de coutos – que sustentava o degredo interno, fora abolido no século XVIII, restava apenas a vertente externa do degredo. A definição de degredo como pena colonial, consolidada no plano jurídico, é historicamente datada. Tal definição, válida para traduzir o degredo nos séculos XIX e XX, não dá conta da prática como um todo. (TOMA, 2006, p. 66).

O degredo deve ser compreendido dentro de uma lógica de normatização do comportamento que pautava a política de Estado no afastamento dos criminosos e em seu aproveitamento por parte do poder central. Lógica esta que o atrelava ao mesmo tempo à punição e ao perdão de modo que os indivíduos indesejados atuassem em prol do bem comum. Nesse sentido, pensar o degredo durante o reinado do Príncipe Perfeito implica em regressar a questão da História Atlântica que “assenta principalmente sobre a complexa trama de circuitos e interações de gentes e produtos atlânticos e o feixe múltiplo de consequências nos continentes europeu, africano e Americano”. (CUNHA, 2014, p. 275-276).

A punição através do degredo era conhecida desde a Antiguidade, período no qual já se usava o afastamento social dos indivíduos transgressores, prevalecendo no direito romano o banimento acompanhado da perda da honra, dos bens e dos direitos de cidadão. Na Idade Média, sua importância estava intimamente relacionada à defesa dos preceitos cristãos e ao resguardo da ordem social. Também estava ligado à purgação e purificação dos pecados cometidos contra Deus e a sociedade. Era visto, portanto, como a possibilidade de regeneração dos criminosos que, trabalhando em prol do bem de toda a sociedade e afastados de seus amigos e parentes, tinham a chance de expiar suas culpas numa terra distante.² A partir desta perspectiva, a Coroa portuguesa fez uso do degredo, tanto em sua modalidade interna quanto na vertente colonial, viabilizando o “envio de condenados aos coutos metropolitanos, situados nos limites do reino, às longínquas possessões no além-mar e às temíveis galés”. (TOMA, 2006, p. 62). Em todos esses casos tratava-se “(...) de enviar para as regiões limítrofes, longínquas ou inóspitas, os condenados da Justiça para que nelas pudessem atuar como povoadores, garantindo assim a defesa territorial”. (TOMA, 2006, p. 66).

As agressões e homicídios eram comuns na sociedade estudada e nesse aspecto destacamos os *arroídos*, caracterizados por rixas e lutas que podiam eclodir a qualquer momento em virtude de uma palavra mal dita, por exemplo. Assim, João Annes afirmava que “ouvera com elle [seu sobrinho] rrazoes e ouveram ambos arroydo (...) elle sopricamte ferira feridas duas pellas espadoas e duas

² “Em Portugal o degredo teve longa vigência, que se inicia no século XIII, indo se extinguir apenas em 1954, pelo Decreto 39:668”. (TOMA, 2005, p. 27).

pello pescoço E huuma pellos peitos das quaens diz que lhe dera com huum punhall”. (Chancelaria de D. João II, livro 22, fólho 1 vº). De acordo com Luis Miguel Duarte, estas brigas não decorriam de inimizades de grupos organizados nem obedeciam a regras pré-estabelecidas. Eram, portanto, confrontos que começavam repentinamente e sendo de curta duração se desfaziam rapidamente (DUARTE, 1996). Por outro lado, segundo o autor supracitado (DUARTE, 1996), as *oniões* e *assuadas* despertavam um cuidado maior, já que se caracterizavam pela união de pessoas com um intuito de agredir um indivíduo ou bem que o representasse. As *oniões* e *assuadas* eram “ajuntamento de gente armada, convocada para fazer algum dano, ou desordem; (...) Ajuntamento de dez pessoas ou mais para cometerem violentamente qualquer crime” (DUARTE, 1996, p. 236), ou seja, eram alvoroços e choques que pressupunham um líder e um objetivo manifesto. Este tipo de peleja e enfrentamento, apesar de serem efêmeros, evidenciavam um forte descontentamento em relação a um grupo ou situação, fazendo sobressair as críticas em relação à ordem ou grupos sociais pré-estabelecidos.

Outro grupo de pessoas reunidas tendo em vista a violência era o bando; “também coletivos, também refletindo tensões sociais, os bandos revelavam oposições verticais, inter pares, tanto quanto as oniões refletiam oposições horizontais” (DUARTE, 1996, p. 236). Também conhecidos como partidos, os bandos aglutinavam os amigos, a clientela, os familiares e os criados de um chefe, em geral um homem poderoso da localidade. Eram variados os fatores que faziam eclodir a violência entre os partidos, mas podemos destacar a rivalidade entre dois senhores pela posse de terras ou ainda a disputa pelo poder local. As tensões geradas pelo bando que desejava a conquista do poder poderiam gerar dias e dias de violentos enfrentamentos entre os homens armados de um poderoso local contra outro. Refletindo o envolvimento individual nos bandos que davam azo a diversas agressões, Martins Vasquez

Criado Dayres gama morador em a nosa Vylla Deluas Enujou Dizer que no tempo Das compitiçõeens e bandos que em a dicta villa avja huum lurenço Criado do dicto ayres Da gama sse fora viuer com luis mendez ssendo o dicto lujs mendez ho mayor Inimiguo De Ruy Da gama e asy do dicto ayres Da gama que na dicta vylla avya ssobre a quall cousa elle sopricante ouvera Razoeens com o dicto Lourenço e que Despoys (...) elle ssopricante de proposito lhe dera huuma ferjda por huum braço (...) Enuyando nos elle ssopricante pidir por merçee por quanto o dicto aRoydo fora no tempo Dos Dictos bandos e por causa Das dictas Conpitiçoeens e por bem do perdam Jerall por nos outorgado aos culpados Doos mallefijos acontecidos antre os moradores Da dicta Vylla por causa De sseus bandos lhe perdoássemos a nossa Justiça sse nos a ella o por dicto mallefijio em alguuma guisa era theudo (Chancelaria de D. João II, livro 10, fólho 6 vº e 7)

A tomada de conhecimento dos conflitos pelo poder central podia não acontecer imediatamente em virtude do medo da população em delatar os envolvidos ou ainda devido às distâncias e morosidades do aparato judicial. Por outro lado, tais distúrbios podiam chegar ao conhecimento dos agentes da justiça, posto que interessava às partes envolvidas nos partidos a

delação dos seus oponentes para, através da legalidade da justiça, enfraquece-los. Além disso, se a própria população não se visse estimulada a fazer a denúncia, tendo em vista o recebimento da terça parte da pena pecuniária, aos representantes do poder régio, mormente os corregedores, cabia proceder à averiguação dos fatos e a punição dos malfeitores da sua região de correição. Este medo de ser denunciado e punido ou a efetivação do processo e conseqüente punição do delito redundaram em inúmeros pedidos de perdão régio.

Por serem “homens de um senhor”, os bandos contavam com a proteção de um poderoso local que poderia se traduzir na defesa de seus interesses frente à justiça ou ainda numa maior facilidade de custear o processo que culminaria na concessão de perdão régio, como, por exemplo, o instrumento público de perdão da parte lesada e as despesas relativas à viagem para o local de estadia do rei. Esta interferência senhorial no pedido de perdão não significava a perda de poder e prestígio do rei frente aos poderes locais na medida em que a despeito da intermediação realizada, cabia ao rei, e somente a ele, o perdão do crime cometido. A fim de minimizar a interferência da elite local na pacificação dos conflitos gerados por bandos e partidos rivais, D. João II buscou agraciar os envolvidos com o perdão geral que pressupunha uma misericórdia régia isenta de outras imposições que poderiam gerar custos e/ou a necessidade de se recorrer a um intermediário. Além disso, o perdão geral pressupunha que o agraciado fazia jus ao recebimento por ter retribuído anteriormente a graça a ser recebida, participando de uma armada, lutando em guerras contra Castela ou se voluntariando para os empreendimentos Além-Mar. Assim, para resolver

a deferença e competyçam Dos Dictos bandos e por causa Delles e querendo lhe fazer Graça e merçee Teemos por bem e perdoamos lhe a nossa Justiça a que nos elle por Razam Do Dicto malleficio era theudo ssem penna algumam e ssem outro perdam da parte visto o perdam Jerall que por Nosso aluara Outorgamos aos Culpados nos [f.7] nos Malleficios acontecidos antre os moradores Da Dicta Vylla Deluas por causa de Seus bandos (Chancelaria de D. João II, livro 10, fólho 6 vº e 7).

A ideia de submissão ao poder régio dispensador de mercês e a necessidade de relações de aliança e reciprocidade entre o monarca e os habitantes do reino eram reforçadas através da misericórdia real. A concessão de perdão contribuía desta maneira para fomentar o sentimento de unidade em torno da figura de D. João II, posto que se o poder coercitivo e punitivo estava disperso, o poder de agraciar estava concentrado nas mãos do único que podia perdoar as culpas de qualquer súdito do reino sem ferir sua imagem de protetor da justiça e do bem comum.

Além de forjar a imagem do rei misericordioso, a concessão de perdão servia para minimizar os transtornos causados pelos bandos, posto que o monarca agraciava com o indulto àqueles que se dispunham a alistar-se como soldados afastando-se da proteção de seu senhor e do foco do conflito. Assim, retirava-se da região os indivíduos causadores dos distúrbios sociais na medida em que eram denunciados e posteriormente deslocados para o “serviço militar” ou para o reconhecimento e povoamento de regiões fronteiriças no reino e no Além-Mar.

Excetuando o perdão geral, o recebimento desta graça régia não era isenta de custos, posto que era preciso recorrer ao tabelião para redigir e dar pública forma ao perdão concedido pela parte ofendida, que por sua vez podia impor o pagamento de uma quantia necessária para restabelecer a honra maculada e recompensar a pessoa ferida e a família prejudicada. Certamente os acusados que faziam parte da corte ou ainda os que possuíam relações com aqueles que tinham laços mais estreitos com D. João II possuíam maiores possibilidades de recorrer ao perdão régio na medida em que tinham intercessores para mediar e/ou custear as despesas necessárias à solicitação da graça. Tal como no caso “Ruy gomçaluez de marcos caualeiro da casa do duquee de beJa meu muyto amado e prezado primo” que afirmou que

poderia ora aueer oyto ou dez meses que sobre sua menajem era presso em sua pousada na villa de tomar por huuma querella que delle e doutros Dera huum vasquo annes alcaide pequeno da dicta villa dizemdo que de proposito lhe Deram pamcadas e lhe Roubarom huuma lamça E que ora lhe fora certificado que bras afomso o ouvdor do mestrado De cristo o mamdara premdeer em ferros e meter no castello da ujlla por outra querella que se dizia teer dela Dada o pay e Jrmaaons de huum afomso martjns criado de duatee sobre aallcaide moor da dicta villa que hy ffora morto poderia ora aveer quatro ou çimco meses da quall cousa e temendo sse de asy ser presso (...) saira da dicta sua pousada e quebrara sua menajem esperando como esperava daueer carta de seguramça E se liurar por seu direito (...). [D. João II o perdoa] comtamto que ele pagasse para a piedade dous mjll Reis E comtamto outro sy que elle se liure por seu direito asy da dicta morte como do casso por que asy estaua presso (Chancelaria de D. João II. Livro 7, fólhos 6 e 6 vº).

Tal relato evidencia que as pessoas estavam inseridas numa rede de solidariedades horizontais que mobilizava o seu mundo circundante na obtenção dos meios necessários ao recebimento do perdão real, mesmo com as distâncias que os separavam do poder central. Não devemos, contudo, restringir o pedido de perdão aos indivíduos pertencentes ao círculo de convivência da nobreza ou a parentela e apaniguados dos membros mais abastados da sociedade. Fartos eram os pedidos de perdão daqueles que não pertenciam à fidalguia, não constituíam a clientela de um senhor e nem possuíam cargos de destaque nos concelhos. Havia a possibilidade dos mais desfavorecidos economicamente obterem a remissão de seus crimes nos períodos de deslocamentos do monarca quando a corte e a burocracia judicial do rei se tornavam acessíveis a diferentes indivíduos e regiões.

Convém ressaltar que a despeito das despesas inerentes ao recebimento do perdão régio, este ainda era menos oneroso que o processo judicial regular, que podia implicar em prisões, multas, degredos, condenações à morte e exclusão social. Assim, diante das custas e da morosidade de um processo, o pedido de perdão podia ser considerado uma solução rápida e mais vantajosa na resolução dos conflitos engendrados por uma agressão ou homicídio, solução ainda mais viável e acessível quando o monarca estava próximo dos suplicantes de perdão régio.

Para além dos interesses individuais dos que cometiam um crime contra a pessoa e sua honra, a comutação da pena de morte em degredo presente nas cartas de perdão concedidas por

D. João II estava estreitamente relacionada às questões econômicas no Além-Mar e ao interesse Atlântico verificado na dinastia de Avis e não descurado por D. João II.

O Príncipe Perfeito não deixaria de manter, em toda a sua orla, feitorias e representações permanentes, sobretudo nas grandes cidades manufatureiras, comerciais, centros financeiros, como Barcelona, Valência, Almeria, Málaga, Sevilha, Maiorca, Gênova, Florença, Bolonha, Roma, Nápoles, Órão, Tlemcem, Tunes, Rodes e Chios, desenvolvendo simultaneamente compromissos com as poderosas Veneza e Milão. Junto das principais cortes da área, Castela, Aragão, França, Roma e até Jerusalém, persistiria em fazer valer os seus interesses. (PEREIRA, 2003, p. 25)

Ainda príncipe, D. João mostrou extremado interesse na expansão ultramarina, que possibilitaria o incremento da economia portuguesa. A possibilidade de ampliação dos negócios pela rota atlântica e a perspectiva de passagem para o oceano Índico levavam o jovem governante a estabelecer delegações diplomáticas em diversas praças comerciais e a incrementar a vigilância sobre as ações e rotas de seus potenciais concorrentes. Para tanto solidificou as relações diplomático-comerciais com a Inglaterra, França, Castela e Roma enviando para esses países indivíduos considerados de alto prestígio intelectual e elevada capacidade de negociação em prol dos interesses lusitanos.

No começo de seu reinado, D. João II enviou embaixada à Inglaterra para reiterar antigos compromissos de amizade e respeito comercial. O monarca preocupou-se também em consolidar um tratado com a França em 1485 e, em todo o seu reinado, empenhou-se em manter a aliança e apoio da Cúria Romana para seus projetos e ações de assenhoreamento de ilhas e parte da Costa Africana, que desde a tomada de Ceuta (1415) se tornaram a chave da entrada portuguesa no Mediterrâneo (PEREIRA, 2003).

O domínio de regiões africanas por Portugal estava desde longa data assentado na descendência reivindicada pelo povo lusitano em relação aos visigodos que expandiram seu poder aos moradores romanos do norte de África. Considerando que a expansão visigótica tinha atingido a região de Marrocos e que cabia a todo monarca cristão impedir a expansão dos infiéis e recuperar as terras que agora estavam sob o domínio destes, o interesse de D. João II e dos seus predecessores no Além-Mar estava justificado e sua ação conquistadora se via legitimada (SERRÃO, MARQUES, 1998,).

A tomada de Ceuta, em 1415, marcou não só o início da expansão ultramarina, mas também o ponto de viragem na política de degredo. Isso porque a conquista de Ceuta assinala o início do degredo colonial. Consequência direta da expansão e da conquista, o surgimento do degredo colonial veio alterar de forma significativa a dinâmica do degredo em Portugal. O degredo externo, tal como era concebido antes da expansão marítima, foi profundamente alterado em sua natureza: até então, a fórmula legislativa “degredo para fora do Reino”, em nada diferia de uma sentença de banimento e parece ter sido pouquíssimo utilizada. Porém, uma vez que começava a se delinear um império em formação, e os territórios da Coroa não mais se resumiam ao espaço do reino, o degredo externo não mais significava a perda de súditos. Havia agora a oportunidade, e mais do que isso, o imperativo, de aproveitá-lo nos novos espaços. (TOMA, 2006, p. 67)

Conhecer e conquistar ilhas e demais terras em África, e posteriormente no continente Americano, sob a posse de infiéis e gentios significava a possibilidade de alargar a Cristandade e disponibilizar bens e honras em proveito daqueles que auxiliavam o monarca em tal tarefa. Tais feitos também serviam ao propósito de destacar o reino lusitano entre os mais importantes da Europa; a Coroa portuguesa via-se diante da oportunidade de se engrandecer frente à Cúria Romana, interessada em aumentar o número de fiéis, e diante dos vizinhos castelhanos que se sentiam herdeiros dos visigodos e por isso também vislumbravam a possibilidade de dominar os mares ocidentais. A importância do reino governado por “Dom Joham per graça de deus Rey de portugall E dos algarues daaquem e daallem mar em affrica e Senhor de gujnee” (Chancelaria de D. João II, livro 19, fólho 9), também cresceria perante aos demais estados mercantis europeus interessados em ampliar seus negócios nas praças africanas.

O conhecimento e domínio destas regiões tornavam prementes os incrementos do erário régio para financiar tais empreendimentos. A necessidade de aumentar a arrecadação de recursos implicou num maior controle dos bens senhoriais, eclesiásticos e concelhios, o que por sua vez levou a elaboração de tombos dos bens dos grandes senhores, bem como a uma reforma dos forais no intuito de normatizar as contribuições a que os diferentes grupos sociais estavam obrigados. Todos no reino estavam “obrigados” a ajudar no custeio das expedições: a nobreza com suas armas na tomada de cidades africanas, os concelhos e grupo mercantil com investimentos e impostos; nem os dízimos eclesiásticos escapavam das terças que incidiam, com a autorização papal, sobre as rendas da Igreja. Nem mesmo os temporariamente excluídos em função do cometimento de um delito estavam isentos de contribuir no processo de expansão da Cristandade por intermédio da coroa lusitana, assim, os criminosos poderiam ser perdoados desde que disponibilizassem suas vidas para garantir as expedições que consolidariam a ocupação joanina nas ilhas atlânticas e no continente africano.

Em 1489, D. João II mandou construir a fortaleza da Graciosa. Tal empreendimento se fazia necessário a fim de assegurar seu domínio sobre Alcácer Quibir, praça forte africana e uma das mais importantes cidades do reino de Fez. De acordo com a estratégia do Príncipe Perfeito, este golpe no monarca africano era fundamental para enfraquecê-lo, permitindo a expansão e consolidação do poder lusitano na região. Dispostos a obter a graça régia após terem agredido ou matado outrem, o primeiro passo de muitos suplicantes era a participação em armadas organizadas pelo monarca. Tal foi o caso de Bernardes Anes, escudeiro, morador em Setúbal e condenado a dois anos de degredo em Ceuta por agredir Isabel Fernandes. Na carta de perdão consta que

elle assy queremdo hir servir e manter o dicto degredo diz que se seguira a armada que fezeramos pera o cerquo da Graciosa, em a qual nos elle fora servir e se escrepvera no livro dos omiziados per nos hordenado, segundo isso mesmo ver poderiamos per asinado e certidam d’Aires da Silva, capitam da dicta armada, e alvara do doutor Diogo Pinheiro, do nosso desembargo, de como se em o dicto livro se esprevera, os quaes perante nos foram apresentados, enviando-nos elle soppricamte pedir por mercee que em galardam do serviço que no asi em a dicta armada fezera e per bem do perdam jeeral per nos outorgado

aos dictos omeziados que nos em a dicta armada forem servir lhe alevantassemos o dicto degredo de dous annos que asy avia de servir e manter a adicta nosa cidade de Cepta e ouvessemos delle por relevado (...). (Chancelaria de D. João II, livro 17, fólho 12).

Levando em conta a comprovação da participação de Bernardes Anes na armada enviada para a África, D. João II perdoa o suplicante isentando-o de qualquer outro ônus decorrente do crime cometido. Assim, o recrutamento de homens para esta e tantas outras expedições era estimulado pela já consolidada política de concessão de perdão régio. Política esta que nos leva a pensar o perdão régio a partir da perspectiva de História Atlântica, na medida em que permite pensar os

movimentos que conectaram os três continentes ligados pelo atlântico bem como das pessoas que fizeram as travessias. Para o estudo dos movimentos atlânticos, uma cronologia uniforme para toda a área não deve ser esperada e tampouco divisões precisas do tempo: em diferentes lugares, em diferentes temporalidades, os mundos dispersos Euro-Afro-Americano entraram em uma longa fase de conexões. (COSTA, 2017, p. 133)

Os degredados constituíam uma importante força de trabalho e contingente militar a disposição da Coroa. A instituição do degredo servia para transformar os indivíduos tidos como mazelas sociais em súditos a serviço do rei e do bem comum. A comutação da pena de morte ou de penas infamantes pelo degredo servia a dois propósitos: retirar do convívio social indivíduos indesejáveis e promover o povoamento e a defesa do reino e de suas possessões de Além-Mar.

O aumento do número de viagens para o continente africano, e, posteriormente, para a América, tornava imprescindível a existência de braços disponíveis para movimentar as embarcações. Na exploração da costa africana destacavam-se as galés, navios movimentados por um grande contingente de remadores. Sendo tal atividade extremamente insalubre era difícil recrutar voluntariamente mão-de-obra para tal trabalho. Assim, boa parte dos trabalhadores das galés era constituída por remadores forçados, mais precisamente os degredados. Através da aplicação da justiça, fosse pelo cumprimento da pena ou pelo perdão, se conseguia assim remadores para dar continuidade às expedições no Atlântico.

Em um alvará de 1551 o Rei ordena que os homens que ‘fossem de idade de 18 até 55 anos, não sendo escudeiros ou daí para cima, e por suas culpas merecessem ser degredados para o Brasil, fossem condenados para servirem nas galés aquele tempo que aos julgares parecesse que mereciam, tendo respeito na consideração que aqueles que merecessem ser condenados em dois anos de degredo para o Brasil fossem condenados em um ano para o serviço das galés’. Também mandou no dito alvará que os escravos que fossem condenados a serem vendidos para fora do Reino deveriam ser comprados pelo provedor do armazém de Guiné e Índias para o serviço das galés reais. (COSTA, 2017, p. 144)

A condenação às galés era considerada uma das penas mais severas do sistema judiciário português, pois em boa parte dos casos implicava em horas de trabalho sem interrupção agravadas pelos já conhecidos perigos das viagens ultramarinas. Acrescentava-se, ao medo da doença e da

morte, a infâmia que acompanhava tal punição. Por ser considerada uma pena infamante, ela não podia ser aplicada aos nobres. Os porões dos navios eram, portanto, povoados por peões e toda uma gama de criminosos que não possuíam privilégios diante da legislação da época.

Pelo rigor do castigo e os riscos que as atividades dos remadores representavam era possível recorrer ao rei para pedir o perdão pelo crime cometido ou a comutação da pena. Assim, o sistema de graça e mercê régia abria a possibilidade de um acusado condenado às galés ver sua pena mudada para o degredo. Neste caso aumentava-se o número de anos a serem cumpridos, mas subtraía-se a infâmia e o grande risco à vida que tal condenação trazia em seu bojo.

O contrário também podia acontecer, ou seja, a condenação ao degredo podia ser trocada pelo trabalho nas galés, o que implicava na redução do número de anos dedicados ao cumprimento da punição imposta pela justiça. Neste caso, o rei podia reverter a decisão da justiça e substituir a pena, pois interesses diversos e negociações distintas eram possíveis com vistas a atender às necessidades da Coroa carente de braços para os remos e dos acusados desejosos de cumprirem o quanto antes sua punição a fim de retornarem ao convívio social de amigos e parentes.

Embora o número de galés em serviço permante a Coroa fosse reduzido, uma expedição bélica poderia reunir dezenas destas embarcações que exigiam uma quantidade significativa de braços – em torno de 260 remadores³, dos quais muitos eram condenados. Estes irão formar o contingente necessário para expedição que tomará Arzila, local onde o então príncipe D. João será armado cavaleiro. Para conseguir os remadores necessários a empreitada em África, D. Afonso V (rei de Portugal e pai do futuro D. João II) determinou que “todos quantos, à data da preparação da armada, se encontrem a ferros nas prisões das Justiças do Rei sejam conduzidos ao Porto ou a Lisboa, acorrentados aos remos das galés do Capitão João da Silva ou da galiota de Gonçalo Falcão, podendo ser anistiados no termo da viagem” (DUARTE, PIZZARRO, 1989, p. 317-318). Assim, os condenados – exceto por morte de outrem – deveriam depositar junto ao juiz uma quantia a ser usada para reparar os malfeitos aos seus acusadores e/ou vítimas caso não retornassem da expedição.

Luis Miguel Duarte e José Augusto Pizarro (1989) analisam a situação de João Alvares de Montelongo, que atendendo o mandado régio foi enviado à galé e de lá fugiu. Os autores enfatizam que apesar da fuga, o condenado não deixou de ir a Arzila e Tânger. Tal como tantos outros em busca de perdão, João foi de “moto próprio” e sem ir remar. Outros casos analisados são o de um remador “que havia de ser publicamente açoitado e de cumprir 10 anos de degredo em Alcácer; o outro de pagar 4000 reais de indenização a vítima e de ser proscrito da sua terra, a Guarda, durante um ano” ((DUARTE, PIZZARRO, 1989, p. 325). A estes certamente somavam tantos outros desejosos de ver suas penas comutadas/perdoadas após terem prestado serviço ao bem comum por meio do trabalho nas galés.

³ Os remadores das galés eram de diversas proveniências, sendo, sobretudo, escravos e condenados, registando-se, fora de Portugal, voluntários, ou seja, remadores que trabalhavam a troco de um soldo. Na Idade Média portuguesa, também se recorreram aos chamados galiotes, correspondentes marítimos aos besteiros do conto. Recrutados, mais ou menos à força, nas chamadas vintenhas do mar, muitas vezes fugiam antes mesmo de serem recrutados, outros desertavam de seus postos. (BRAGA, 1999)

As galés de Portugal terão desaparecido praticamente em finais de Quinhentos. (...) Quanto aos forçados, os que fossem escravos deveriam ser repartidos pelas fortalezas de São Julião, Caparica e Setúbal, *onde forem mais necesarios para trabalharem nellas, á custa das mesmas obras e não da fazenda de Sua Alteza*. Os condenados regressariam às cadeias, devendo os seus casos ser apreciados pelas autoridades judiciais. (...) De fato, vemos que, em 1584, um documento de Felipe II refere que muitas vezes não se executavam as sentenças de degredo para as galés, por falta de tais embarcações no reino, ficando os prevaricadores encerrados em cadeias, trazendo gastos às Misericórdias e adoecendo e morrendo muitos deles (BRAGA, 1999, p. 190).

Tal como o trabalho nas galés, a condenação ao banimento para o norte da África ou para as ilhas atlânticas também estava permeada pela possibilidade de redenção dos criminosos, na medida em que o degredo acrescido da travessia trazia consigo a ideia de regeneração. O mar era sinônimo da punição imposta à humanidade na época do dilúvio, castigo que incluía o objetivo de expurgar da terra aqueles que desobedeceram às leis naturais e divinas. Por outro lado, a água também estava vinculada à ideia de purificação, principalmente através do batismo. A condenação as galés e o degredo sintetizavam, portanto, a imagem de punição, de destruição do mal e de esperança de purificação e de reinserção ao corpo social são.

Expulsos do seu local de convívio, os criminosos tinham a oportunidade de contribuir para o bem comum. Ao trabalho⁴ nas embarcações ou ao local de degredo eram atribuídas duas funções: o serviço em prol da sociedade e a ação penitencial que punia o corpo e redimia a culpa. O sofrimento possuía uma dupla vertente, na medida em que incluía sofrimento físico da labuta e o sofrimento interior que comportava o afastamento do seu local de origem, a separação dos entes queridos. Nesse sentido, a pena de degredo foi associada ao Purgatório, por simbolizar a possibilidade de reabilitação do criminoso. Se a condenação ao Purgatório ocorria através de um julgamento individual que avaliava as ações e culpas de cada um, também o degredo implicava num julgamento individual por parte dos agentes da justiça que determinava a expulsão do culpado do local onde ele cometera o crime por um determinado tempo, que em geral não era superior a 10 anos.

Os temores da travessia marítima somado aos ganhos que muitos acreditavam não serem grandes o suficiente para se aventurarem no Atlântico levavam a monarquia a buscar soluções para recrutar todo o contingente necessário às expedições ultramarinas, o que por sua vez levou D. João II a conceder inúmeras cartas de perdão mediante o cumprimento de degredo.⁵

⁴ Apesar de a pena implicar em prestação de serviço forçado para a Coroa, o exercício da atividade era remunerado para que o condenado não se visse sem os recursos necessários para a sua sobrevivência e o cumprimento da sua punição. No caso dos degredados que assumiam a função de remadores, ficava sob a responsabilidade da monarquia o pagamento de ínfimo salário e o custeio de uma ração que era distribuída diariamente para estes trabalhadores. No que se refere aos condenados ao degredo interno ou aos enviados para a costa africana, os particulares que contratavam os serviços estavam obrigados a efetuar o pagamento aos acusados (TOMA, 2002).

⁵ De acordo com Oliveira Marques, “uma caravela de 50 t, apetrechada para viagens de descoberta, precisava de um pouco mais de vinte homens de tripulação. (...) Em 27 caravelas citadas e analisadas para os anos de 1488 e 1489 – em que se incluíam caravelas redondas – o número de tripulantes oscilava entre os 6 e os 100”. (SERRÃO, MARQUES, 1998, p. 200-201).

O monarca possuía dificuldades de manter um exército numeroso e bem equipado sem a ajuda dos poderes locais. “As campanhas militares (internas e externas) levadas a cabo pelas monarquias faziam-se com combatentes recrutados temporariamente, entre as diversas franjas da nobreza e da população concelhia”. (MONTEIRO, 1999, p. 80). À parte, o contingente conseguido em decorrência das obrigações feudo-vassálicas e estatuto socioeconômico que obrigava muitos indivíduos ao serviço militar, o rei necessitava recorrer a sentenciados a fim de obter o pessoal necessário nos conflitos empreendidos pela monarquia portuguesa. Assim, tínhamos indivíduos já julgados e condenados a quem D. João II comutava a pena, desde que o acusado servisse ao reino no cumprimento de missões na África que se reverteriam em proveito da Coroa que necessitava de homens para a conquista de cidades africanas.

Alguns degredados portugueses desempenhavam funções consideradas arriscadas, dentre as quais podemos destacar os que compunham exércitos que deveriam enfrentar os mouros e gentios das terras africanas. Era comum enviar para a costa africana, degredados que deveriam atuar como *línguas*, ou seja, nas primeiras incursões os condenados eram deixados entre gentios e infiéis para aprenderem o idioma dos mesmos, possibilitando desta forma a comunicação entre os navegadores portugueses e os nativos. Aos degredados era dada a missão de se lançarem em regiões desconhecidas para conseguir informações sobre a terra e seus habitantes. Assim, “foi um degredado o primeiro europeu que chegou a estas minas e que as descreveu (Minas de Monomotapa), foram também degredados os dois primeiros portugueses que, atingindo África Oriental por via da rota do Cabo, chegaram à corte do Preste”. (CRUZ, 1985, p. 85). Eles deveriam sair para conhecer a região e depois retornar ao ponto de partida para dar ciência das notícias conseguidas aos que aí chegassem.

Convém lembrar que o recurso aos degredados não se deu apenas no continente Africano, esta foi uma prática importante na ocupação do continente Americano pela Coroa Portuguesa.

O degredo foi uma das primeiras estratégias utilizadas por Portugal para a colonização do Brasil, pois, como sabemos pela carta de Caminha, quando a expedição de Cabral deixa as terras brasílicas, ficam também dois degredados com a missão de aprender a língua e os costumes dos indígenas locais. O estudo de Pieroni permite-nos medir o impacto do degredo na colonização e povoamento do Brasil. Este autor encontra em seu denso estudo 26.034 casos de condenações pelo Santo Ofício, 3.886 penas de degredo. Destes, 1.175 foram condenados ao degredo para as galés, o que representa 30,2%. Para alguma das conquistas portuguesas foram enviados 1.186 criminosos, dentre estes 49,7% foram para o Brasil. (COSTA, 2017, p. 136).

Para além do reconhecimento de novas áreas, eram também importantes para a consolidação da permanência dos lusitanos nessas regiões. Tendo adquirido bons conhecimentos sobre a cultura local após convivência com o Outro, eram importantes fontes de informação sobre os povos africanos, servindo inclusive como intermediários nas negociações entre portugueses e nativos. Assim, os degredados podiam, ao se redimirem, ser de enorme valia a Portugal, o que por sua vez inspirava a concessão de mercês régias que comutavam a pena de certos crimes em degredo.

É importante destacar que o degredo não era necessariamente uma pena vil. A infâmia só viria se aquela punição fosse acompanhada de açoite e/ou pregão pela vila. “O degredo aparece, portanto, associado a uma condição social de qualidade” (CRUZ, 1985, p. 83). Verificamos, todavia, que indivíduos de diferentes grupos sociais foram punidos com o degredo ou agraciados com a comutação de sua pena em banimento. Assim, em consonância com a necessidade régia de homens para a guerra e para o povoamento de terras portuguesas, crescia o número de cartas de perdão concedidas aos condenados a penas vis e infamantes que suplicavam a comutação do açoite e pregão pela pena de degredo.

Há casos também de réus que recorriam ao rei não para pedirem o perdão do delito cometido e sim, a fim de obterem a mudança do local do degredo. Vitor Luis afirma que se pedia a transferência para “outras paragens em especial para as norte-africanas, então consideradas lugar bem mais aprazível do que as ilhas cabo-verdianas ou a de São Tome” (RODRIGUES, 1989, p. 12). Para conseguir a transferência do local de degredo, vários eram os motivos alegados, dentre os quais podemos destacar a idade e condições físicas do réu, que podia argumentar que devido a velhice ou debilidade não conseguiria sobreviver às duras condições de vida das ilhas atlânticas.

Quanto à lógica do degredo, a princípio, as penas pautavam-se numa relação direta entre a gravidade do crime cometido, o tempo da pena, e a distância a que o condenado era mandado. Com o advento do império ultramarino, essa lógica espaço-temporal também sofrerá alterações. Ao invés de pautar-se na relação direta entre gravidade do crime, tempo e distância do degredo, passa-se paulatinamente, através de alvarás e de comutações de penas, a aplicar reduções no tempo das penas quando os condenados eram enviados para locais longínquos. Trata-se, claramente, de um processo de intensificação da racionalização no uso da pena de degredo. Uma nova relação de proporcionalidade informa o sistema de comutações de penas, que passa a prever que um réu originalmente condenado ao degredo interno, ao comutar sua pena para degredo externo, teria a duração reduzida pela metade. O inverso também era verdadeiro: os condenados sentenciados ao degredo para a África que alegassem e comprovassem ser “de tão pouca idade ou de tanta que não sejam para cumprir os degredos nos ditos lugares”, teriam o degredo mudado para Castro-Marim, sendo o tempo da pena dobrado. (TOMA, 2006, p. 68).

Outro motivo alegado para solicitar ao rei a diminuição do tempo em degredo ou a comutação deste tipo de pena era a distância que dificultava não apenas a comunicação com os do reino, mas também a possibilidade do réu prover o sustento de sua família. Nestes casos vemos parentes ou o próprio acusado argumentarem que se a pena de degredo fosse mantida a proteção e o sustento de mulheres (esposa, mãe, filhas) e filhos não poderiam ser garantidas. A alegação de miséria imposta à família do acusado devido ao degredo era bastante válida na época estudada. Nestes casos, o monarca

Querendo lhe fazer graça e merçee aa honrra da morty e paixam de nosso Senhor Jhesus cristo teemos por bem e perdoamos lhe a nossa Justiça a que nos elle por rrezam do furto dos dictos porcos e apanhamento do punhall que asy contra o dicto Juiz Fez era theudo

contanto que elle vaa estar no couto de maruam dous anos ou pagasse para a piedade dous mjjll reis E por quanto elle antj quis acertar a pagua dos dictos dinheiros e os entregou a frey Joham de santarém nosso Esmoler segundo dello fomos certo (...) mandamos que daquy em diante o nom prendaees nem mandees prender etecetera (Chancelaria de D. João II, livro 3, fólio 2 vº).

Muitos condenados não conseguiam obter o perdão régio antes do início do cumprimento da pena e, portanto, se viam obrigados a principiar uma vida fora de sua original rede de solidariedades a fim de não acrescentarem ao delito gerador do degredo a acusação de lesa-majestade por descumprimento das decisões dos representantes do poder real. As esperanças não estavam, todavia, perdidas. Era possível solicitar ao rei o perdão que implicaria na dispensa do cumprimento do restante da pena e consequente possibilidade de retorno ao convívio social de parentes e amigos, como no caso do mercador João Pires que para que “sua fazemda nam perder nos pidia por merçee que aa homrra da morte e paixom de nosso Senhor Jhesus cristo lhe aleuamtassemos o dicto degredo e o rreleuassemos do tempo que lhe aJnda ficaua por seruir” (Chancelaria de D. João II, livro 5, fólhos 4 e 4 vº). D. João II atende a súplica comutando o degredo pelo pagamento em favor da Arca da Piedade.

A concessão de carta de perdão ou comutação da pena de degredo não dever ser entendida como um veículo através do qual o rei contrariava a necessidade e efetivo uso de condenados na expansão marítima e povoamento do território. O pedido de perdão pressupunha a prestação de serviços em prol do bem de todos, o que por sua vez podia se traduzir na participação de guerras e no abastecimento dos navios com homens que desejavam mostrar a utilidade de seus feitos para a monarquia.

Por outro lado, o desrespeito ao que estava determinado nas cartas régias implicava em agravamento da punição estabelecida, posto que uma das partes – o perdoado – rompera a necessária relação de reciprocidade estabelecida entre o rei e seus súditos. Assim, Pero Diaz culpado na morte de Lopo Vaaz Villeda teve sua pena de degredo para a cidade de Ceuta comutada por quatro anos no couto de Segura. O suplicante não cumpriu a exigência presente na carta régia e, ao invés de ir a Segura, ele fugira e se amorara. Recorrendo novamente à misericórdia, Pero Diaz solicitou a D. João II o perdão dos quatro anos de degredo. Este, todavia, o perdoou com a condição de que fosse servir a Coroa em Ceuta. O não cumprimento das disposições presentes na carta de perdão tornava a mesma inválida. Assim, ficou estabelecido que D. João II

queremdo-lhe fazer graça e mercee, a honra da dita morte e paixam de Nosso Senhor Jesus Cristo, teemos por bem e perdoamos-lhe a pena que merecia por atee gora nom hir comprir o dito degredo em outro couto, comtanto que vaa estar os ditos dous annos a Cepta (...) e d’hy em diante elle viva e more na dicta cidade de Cepta os dictos dous annos, sem lhe mais ser dada licemça pera hyr a outra parte, e, nom se apresetando elle ao dicto dia em a dita cidade e nom moramdo em ella os ditos dous annos, como dito he, esta carta lhe nom valha (Chancelaria de D. João II, livro 27, fólio 25vº).

A condenação ao degredo no reino ou no Além-Mar não se restringiu ao reinado do Príncipe Perfeito. O degredo era uma prática anterior ao processo de expansão ultramarina e teve suas funções e usos reforçados a partir do século XV, quando as viagens pelo Atlântico tornaram ainda mais evidente o desejo da Coroa de transformar aqueles que ameaçavam ordem em indivíduos úteis ao Império

Os primeiros portugueses habitantes do Brasil, que se tem notícia, eram degredados. A célebre carta de Pero Vaz de Caminha registrou que antes de retomar seu percurso em direção as Índias Orientais, a esquadra de Pedro Álvares Cabral deixou, chorando na terra de Santa Cruz entre os selvagens compadecidos, dois degredados, Afonso de Ribeiros e João de Tomar, e dois grumetes. Inaugurava-se, assim, o Brasil como lugar de degredo para o Reino de Portugal, lugar onde a Metrópole portuguesa lançou por muitos anos a sua gente indesejável. O degredo para o Brasil era uma das penalidades mais severas, considerada a última instância do condenado antes da pena capital. A relação dos crimes punidos com o degredo para o Brasil no Livro V das Ordenações Filipinas aparece, por ordem de gravidade, logo após a pena de morte e a condenação às galés. (TORRES, 2017, p. 237)

A pena de morte podia assim ser comutada em degredo [interno, galés, colonial], servindo, portanto, a interesses individuais e coletivos; garantindo a expiação da culpa e a expansão do Império Português; conectando Europa, África e América.

CONSIDERAÇÕES FINAS

A expulsão do local no qual cometera o crime significava depurar o corpo social afastando do convívio o membro indesejado. Para tanto, D. João II podia conceder sua misericórdia para que o suplicante “possa estar seguramente e morar em quaaes quer llugares de extremo destes nossos Regnos” (Chancelaria de D. João II, livro 20, fólho 4 e 4v^o). Desta maneira, podemos compreender o desejo de afastar aqueles que perturbavam a ordem social aliado à necessidade de explorar e/ou povoar as regiões fronteiriças, seja a fronteira política entre Portugal e Espanha, seja a fronteira espiritual entre cristãos e infiéis ou ainda entre cristãos e gentios.

Purgare, palavra latina que significava limpar, purificar e que conferia ao Purgatório a ideia de um estado de sofrimento necessário à expiação das faltas cometidas. Assim, em sua exclusão temporária, o criminoso se via diante da possibilidade de se regenerar prestando um bem à sociedade. O degredado e o amorado tinham assim “o corpo no Purgatório e o olhar no Paraíso”. E para sair do seu local de banimento o mais rápido possível restava-lhe a alternativa de recorrer ao perdão régio que podia comutar a sua pena ou ainda conceder-lhe a anulação total da punição prevista nas ordenações do reino.

Uma importante forma de punir os criminosos e selar a paz ocorria através do banimento do acusado do local onde ele havia cometido o crime. Na tradição cristã, o primeiro pecado foi punido com o banimento de Adão e Eva do Paraíso. Por sua desobediência este casal foi condenado a privações e sofrimentos fora do Éden, sofrimento este que ganhou a simbologia de uma penitência

que não excluía a possibilidade do pecador expiar sua culpa e se reconciliar com Deus. Tal como toda a humanidade sofreu as consequências dos atos de seus primeiros pais, também todo o reino era atingido pelo mal praticado por agressores e homicidas. Por outro lado, se a solução para a salvação do homem estava no arrependimento e contrição que possibilitavam o perdão divino, o paradigma para o criminoso era também o reconhecimento de sua culpa, a expiação de suas faltas e a reconciliação mediante o perdão régio.

FONTES PRIMÁRIAS

- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 3, fólio 2vº.
- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 5, fólhos 4 e 4vº.
- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 7, fólhos 6 e 6vº.
- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 10, fólio 6vº e 7
- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 10, fólio 6vº e 7.
- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 17, fólio 12.
- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 19, fólio 9.
- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 20, fólio 4 e 4vº.
- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 22, fólio 1vº.
- ANTT. Chancelaria de D. João II. Livro 27, fólio 25vº.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Paulo Drumond. Os forçados das galés: percursos de um grupo marginalizado. *In: BASTIN, Marie Louise. Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Porto: Universidade do Porto, 1999.
- COATES, Timothy. *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*. Lisboa: CNCDP, 1998.
- COSTA, Thaís Tanure de Oliveira. A Inquisição ou o cativo? A trajetória de dois escravizados degredados pelo Santo Ofício português. *In: Temporalidades – Revista de História*, Edição 25, V. 9, N. 3 (set./dez. 2017), pp. 132-152.
- CUNHA, Mafalda Soares da. A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625). *In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVEIA, Maria De Fátima. O Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, 2014. V. 1.: O Brasil Colonial (1443-1580).
- CRUZ, Maria Augusta Lima. Degredados e arrenegados portugueses no espaço índico, nos primórdios do século XVI. *In: Actas do I Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses*. Lisboa, 1985.

DUARTE, Luís Miguel. Bandos, bandidos e crimes no Portugal das caravelas. *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. II Série. Vol. XIII. Porto, 1996.

DUARTE, Luís Migue, PIZZARO, José Augusto de Sotto Mayor. Os forçados das galés: os barcos de João da Silva e Gonçalo Falcão na conquista de Arzila de 1471. In: *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e sua época*. Porto: Universidade do Porto, 1989. V. 2: Navegações na segunda metade do século XV. pp. 313-328.

MONTEIRO, João Gouveia. Estado Moderno e guerra: monopólio da violência e organização militar. In: COELHO, Maria Helena da Cruz, HOMEM, Armando Luis de Carvalho. (Org.). *A gênese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999.

PEREIRA, Antonio dos Santos. *Portugal, o império urgente (1475-1525): os espaços, os homens e os produtos*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003. V.1.

RODRIGUES, Vitor Luis P. G. da Conceição. *A Guiné nas cartas de perdão (1463-1500)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um Mundo em Movimento: portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: DIFEL, 1992.

SERRÃO, Joel (Dir.), MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.). *A nova história da expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1998. V.2: A expansão quatrocentista.

TOMA, Maristela. A pena de degredo e a construção do império colonial português. In: *MÉTIS: história & cultura* – v. 5, n. 10, p. 61-76, jul./dez. 2006.

TOMA, Maristela. História, legislação e degredo em Portugal. In: *Revista Justiça e História*. Porto Alegre. V.10, n.5, 2005.

TOMA, Maristela. *Imagens do degredo: História, legislação e imaginário (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

TORRES, Simei Maria de Souza. O degredo como punição: a pena de degredo para o Brasil no Livro V das Ordenações Filipinas. In: *Aedos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 224-249, Ago. 2017.

ATLAS DIGITAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA PRÉ-CONQUISTA: MAPEANDO LUGARES E TERRITÓRIOS NUMA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA

MATEUS REZENDE DE ANDRADE

1 INTRODUÇÃO

Este texto que agora apresento, mais do que um capítulo, é uma comunicação das propostas e desafios de um projeto em curso que visa criar uma plataforma digital que proporcione diversas alternativas para o ensino de História e as atividades de pesquisa no campo de estudo da América pré-Conquista. Grosso modo, este projeto segue caminhos e propostas na variada gama de possibilidades que as ferramentas digitais tem aberto na chamada era da informação, sem, contudo, deixar de lado uma perspectiva crítica sobre os processos educacionais (CASTELLS; MCLAREN, 1999).

Neste sentido, vem somar esforços ao bom desenvolvimento do campo da história indígena no Brasil, área a qual, conforme destacado por alguns especialistas, mesmo que já há décadas consolidada na historiografia brasileira (MONTEIRO, 1995), ainda hoje, carece de práticas docentes melhores refinadas teórica e pedagogicamente, inclusive em cursos de graduações em História, e uma agenda de pesquisa coordenada que envolva a experiência histórica destes povos nativos (SANTOS, 2014). Assim, o ensino e a pesquisa em História, necessita de um novo olhar para a história indígena, o qual, os englobe como agentes históricos possuidores de saberes e práticas que muito mais do que artifícios de reação aos esforços colonizadores da Conquista, evocavam conhecimentos e práticas que produziram suas próprias experiências a partir do contato.

Desta forma, pode-se dizer que este projeto de um *Atlas digital dos povos da Amazônia pré-Conquista*, visa criar meios para que as pesquisas produzidas nos âmbitos das universidades e das pós-graduações em História no Brasil, alcancem professores e alunos, do ensino básico e superior, além de fomentar novas pesquisas no campo da história indígena e da história da Amazônia.

2 AMÉRICA PRÉ-CONQUISTA

Uma das poucas certezas que se tem sobre o mundo pré-colombiano nas Américas é a da catástrofe vivenciada pelas populações nativas locais com a chegada dos europeus em 1492.¹ Apesar das várias pesquisas que pretenderam mensurar o tamanho daquelas populações no período anterior, não há qualquer estudo conclusivo com cifras que convençam (DENEVAM, 1970). Ao contrário, estes números estimados são extremamente divergentes, conseqüentemente, são múltiplas as causas explicativas ao impacto da Conquista (LIVI-BACCI, 2003).

A despeito dos embargos teóricos à pesquisa histórica, não restam dúvidas acerca da massiva destruição dos índios americanos, objeto que ganhou atenção de pesquisadores de outras disciplinas, inclusive das ciências biológicas. Todos estes estudos apontam para o fato incontestável de que as perdas são inimagináveis, principalmente levando-se em consideração que junto com as respectivas populações, foram varridas do continente as práticas culturais, suas formas de organizações, as estruturas sociais e todos os saberes que acumularam durante séculos (LIVI-BACCI, c2005).

Todos estes conhecimentos estão potencialmente condenados ao esquecimento pelas vias de historiografias que resumem a América pré-colombiana às narrativas históricas romantizadas das evoluções técnicas e irrefutáveis desenvolvimentos científicos de povos e impérios como o dos Maias, Astecas e Incas. Estas narrativas, produzidas por entusiastas da complexidade da organização social e política destes impérios pré-colombianos, relegam ao pé de página a presença de outros povos nativos e as sociedades por eles constituídas, invariavelmente, representando-as sempre em sua dependência e interrelação com os grandes impérios, o que, segundo Ciro Cardoso, deformou a produção historiográfica da América pré-colombiana, pois, “há regiões e períodos muito frequentados, enquanto outros permanecem quase desconhecidos.” (CARDOSO, 1984, p. 11).

Deste modo, ao se criar um *Atlas dos povos da Amazônia pré-Conquista*, há por trás deste projeto um claro ordenamento de equalizar em diversas escalas o entendimento sobre o passado do continente americano antes da chegada dos europeus. Pode-se dizer, dar cabo a uma história da América antes da invenção da América, colocando em primeiro plano aquelas sociedades nativas que não foram exaltadas como as altas civilizações do continente americano.

3 HISTÓRIA DO ESPAÇO E A AMAZÔNIA PRÉ-CONQUISTA

Assim, esta ferramenta digital, pretende levar adiante uma nova maneira de interpretar os espaços amazônicos, a qual não reitera os processos de subjugação daquela região, mas, traz à tona espacialidades dinâmicas em suas historicidades. Para tanto, parte-se de perspectivas teóricas e metodológicas da História do Espaço, uma área aparentemente nova no campo da pesquisa histórica, mas que tem suas perspectivas teóricas e metodológicas já bem assentadas.

¹ Sobre este tema, no ano de 2003, a Revista de Índias, em seu volume 63, número 227, publicou diversos artigos, a partir de diferentes temáticas, enfoques regionais e perspectivas interpretativas, sob o dossiê “¿Epidemias o explotaciones? La catástrofe demográfica del Nuevo Mundo”. Todos os artigos estão disponíveis em: <https://doi.org/10.3989/revindias.2003.i227>, acesso em 14 mai de 2020.

A este respeito, Fernand Braudel foi um dos primeiros a introduzir o espaço em suas análises como objeto de estudo e não somente como palco das ações e do agir histórico. Em sua principal obra, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, ele fundamenta o procedimento de se estabelecer como ponto de partida da análise historiográfica o espaço geográfico (BRAUDEL, 1990).

A corrente geográfica que influenciou a produção historiográfica de Braudel, encabeçada pelo geógrafo Vidal de La Blache, surgiu em oposição à outra escola geográfica, assumidamente determinista, a qual tinha como um dos seus maiores expoentes o geógrafo alemão Fredrich Ratzel, franco defensor da influência linear do meio sobre o destino humano (RATZEL; MORAES; FERNANDES, 1990).

Por outro lado, La Blache colocou o meio geográfico no centro da análise da vida humana, buscando enfatizar as diversas possibilidades de respostas dadas pelos seres humanos diante dos desafios do meio. Certamente o historiador Fernand Braudel bebeu desta fonte de possibilidades e alternativas de compreensão da relação estabelecida entre o sujeito e o seu ambiente, porém, suas análises oscilaram entre a ideia de que o meio determina o homem e a de que estes transformam o seu meio de maneira a torná-lo em sua base de reprodução social, findando na realização de uma espacialização da temporalidade.

A despeito do bom uso feito por Braudel deste modelo *lablachiano*, muitos historiadores valeram-se de suas premissas para a realização de monografias de estudos de histórias locais, lançando mão de um conceito não operacional de região. Assim, apesar de haver uma longa tradição de histórias que levam em consideração a historicidade e a formação do espaço, conforme alertou Pierre Goubert, foi-se deixando encoberto a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre arbitrária, perdendo de vista sua historicidade, o que implica no risco de deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não se ajustam a estes limites previamente estabelecidos (GOUBERT, 1992).

Deste modo, o espaço e a região, assentaram-se no campo das pesquisas históricas como entidades pré-concebidas, nas palavras de José D'Assunção Barros, "definidas previamente, como que estabelecidas de uma vez por todas, e bastava o historiador ou o geógrafo escolher a sua para depois trabalhar nela com suas problematizações específicas" (BARROS, 2006, p. 471).

A perspectiva da História do Espaço reclamada na concepção de um *Atlas digital dos povos da Amazônia pré-Conquista* é decorrente de uma reaproximação que, já há algumas décadas, vem reformulando as ciências humanas de um modo geral, momento em que diversos campos de pesquisa têm se voltado a uma orientação espacial na formulação de seus objetos, e neste processo, repensado o uso e aplicação de conceitos básicos da geografia como espaço, lugar, território e fronteira (WARF; ARIAS, 2009).

Nesta *virada espacial*, tem-se reclamado o espaço como uma construção social relevante para a compreensão de diferentes fenômenos culturais da experiência humana. Em suma, o pressuposto principal, ao se defender a problematização de conceitos geográficos, não é pelo simples fato de tudo se desenvolver num espaço, mas porque onde a vida social se desenvolve é um

elemento chave para saber como e por que ela se desenvolve. Muito ilustrativas são as palavras de José D'Assunção Barros:

as ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social (BARROS, 2006, p. 462)

Perspectiva interpretativa essencial a pesquisas que formulam a dinamicidade histórica de determinadas regiões e a formação múltipla de fronteiras e espaços, é a de *espacialidades diferenciais*, postulada por Yves Lacoste (1996). Segundo o geógrafo, estas espacialidades diferenciais possuem significados diversos e seus limites se recortam e se superpõem, assim, traz à tona a realidade vivida, deixando de lado o espaço encerrado em regiões administrativamente definidas, conforme aparecem nos mapas.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos esclarece que os historiadores, acostumados a uma noção de espaço metafísico kantiano, tem, recorrentemente, negligenciado o mesmo como dimensão constituinte dos próprios eventos históricos. Segundo ele, este descaso com a região se dá porque os historiadores são

formados numa tradição historiográfica em que o espaço é pensado como o lugar da imobilidade, como a garantia da própria perpetuação das memórias, que se inscreveriam em suportes espaciais para ganharem durabilidade, permanência, para garantirem sua monumentalização (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 57)

Outra distinção importante que demarcará as possibilidades de utilização e formulação do *Atlas digital* é a feita por Claude Raffestin entre espaço e território. Para ele, o primeiro antecede o segundo, pois,

o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 43)

Deste modo, perceber a territorialidade transferida ao espaço, ou o espaço vivido transferido ao ato de territorializar, torna-se um esforço basilar na tentativa de se compreender as estratégias e o corpus da ação e atividade humana no espaço amazônico. Por fim, para Raffestin, demarcar um território é, em última instância, demarcar um espaço de poder.

Acerca dos espaços de poder, Michel Foucault afirma que não há espaços de poder que não sejam imediatamente espaços de saber, assim, a região é fruto dos saberes e discursos que a constituíram (FOUCAULT, 1992). Neste sentido, o projeto deste *Atlas digital*, ao visar lançar luz a uma perspectiva histórica ampliada da experiência humana no continente americano, anterior a 1492, parte de uma investigação que tem como chave interpretativa os espaços que foram produzidos

a partir da relação entre sociedades humanas e o meio ambiente, e assim, deixando de lado a unilateralidade e imposições sobre as fronteiras e territórios amazônicos inventados pelas narrativas da conquista, colonização e formação dos estados nacionais na América.

Deste modo, a pesquisa que se propõe, parte de princípios teóricos que desconstruem os limites regionais, desmantelando as linhas de força e o “diagrama de poderes” que dominaram os discursos delineadores da história de uma região (Albuquerque Júnior, 2008: p. 58). Essa maneira de enxergar a região em foco a partir da decomposição de seus limites geográficos é fundamental, pois, desata os laços dos processos históricos que inventaram a Amazônia (GONDIM, 1994).

A partir de narrativas de conquistadores (UGARTE, 2003) que afirmavam adentrar num paraíso terreal (DA SILVEIRA COSTA, 2001), colonizadores cartografaram a região desde o século XVI (SAFIER, 2009; RABELO, 2015), criando-se um verdadeiro “emblema do Novo Mundo” (IANNI, 2001, p. 24), pautados na busca pelo eldorado escondido (HOLANDA, 1969), o que subsidiou imaginários fantásticos da vastidão de riquezas naturais, aspectos exaltados no bojo de projetos de construção nacional e consolidação da fronteira norte durante a formação do Estado Imperial (NUNES, 2012), bem como fomentou imagens de um Brasil que justificavam a integração nacional promovida pelo Estado Novo (ANDRADE; HOCHMAN, 2007; FERREIRA, 2009; ANDRADE, 2010). Todos estes procedimentos, conforme ressaltou Arthur Cezar Ferreira Reis, cristalizaram um conceito de Amazônia como um artefato constituidor da brasilidade e elemento primordial de sua integridade (REIS, 2001).

Apesar das perspectivas interpretativas deste projeto serem novas no campo de pesquisa histórica sobre o espaço da Amazônia, há algumas décadas pesquisas sobre as populações que habitaram a região amazônica são conduzidas por pesquisadores de diversas disciplinas. Por exemplo, desde finais dos anos de 1940 e início da década 1950, Betty Meggers conduz pesquisas na região amazônica (MEGGERS, 1987) e é reconhecida por muitos como a precursora da arqueologia brasileira (RAUBER, 2008).

Porém, com o desenvolvimento da antropologia brasileira, especificamente através de importantes iniciativas de pesquisa conduzidas por Darcy Ribeiro (Ribeiro, 1970) e Júlio Cezar Melatti (MELATTI, 1972), os paradigmas funcionalistas da antropologia norte-americana foram postos de lado, incluídos aí os trabalhos de Meggers, os quais sujeitavam as experiências históricas das populações do vale do rio Amazonas, expondo-os como povos rudes e efêmeros, assim como sua agricultura, retratando-os pela ótica do atraso numa marcha civilizacional (NOELLI; FERREIRA, 2007).

Deixados de lado os antigos paradigmas, surgem diversas pesquisas dedicadas em compreender o uso do solo na bacia do rio Amazonas, as quais identificaram práticas agrícolas milenares (Piperno, 1990), formularam novos problemas interpretativos a partir da identificação de solos antropogênicos (MCMICHAEL, *et. al.*, 2014), ampliaram o debate e a crítica aos determinismos ambientais e geográficos (NEVES, 2005), bem como empregaram novos métodos analíticos que demonstraram a multiplicidade linguística dos assentamentos populacionais ao longo daquele espaço (WALKER, 2008), indicando a presença milenar de um complexo mosaico de formas de organização social, o qual não pode ser reduzido à pobreza do solo e limites dos ecossistemas.

Hoje, após todos estes esforços de reavaliação da experiência humana no continente americano, os estudos sobre a Amazônia pré-colombiana são marcados por rebuscada sofisticação e importante interdisciplinaridade (CLEMENT, *et. al.*, 2015), os quais destacam um complexo mosaico de formas de organização social, uso do solo e ocupação do espaço (SOUZA, *et. al.*, 2018), a partir dos quais, indicam-se formas de um desenvolvimento sustentável para a região (SCHMIDT, 2013).

Infelizmente, apesar de todo este avanço, é indiscutível a carência de temas relacionados a América pré-colombiana no campo da pesquisa histórica no Brasil, o que é sentido principalmente no ensino à nível de graduação, aonde, de um modo geral, os cursos de História da América dedicam uma ou duas aulas àquelas populações indígenas.² Arrisco dizer, à maneira como a pesquisa histórica se arquitetou nas pós-graduações brasileiras (NOVAIS, 1990; FICO; POLITO, 1992; CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994), as possibilidades de pesquisa sobre a América pré-Conquista estiveram no avesso das práticas comuns ao universo dos historiadores, o qual, com o desenvolvimento da pós-graduação no país, assistiu um desenvolvimento de outras áreas na historiografia brasileira, como a história social, política e cultura, sacramentando o apego do campo a documentos escritos (LUCA, 2012). Apesar disso, deve-se ressaltar que, em meio às reformulações das maneiras de se fazer História, a história indígena ganhou novas roupagens e é hoje uma área consolidada na historiografia brasileira, a qual, diga-se, não pode cessar a formulação de novos paradigmas teóricos e metodológicos para suas pesquisas (ALMEIDA, 2015).

Arelado ao gradual afastamento de historiadores das pesquisas sobre a América pré-Conquista, processou-se o desenvolvimento técnico e novos paradigmas teóricos das pós-graduações em antropologia (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002).

Consequentemente, trabalhos de campo da arqueologia histórica operaram um domínio sobre as pesquisas desta área do conhecimento, muitas vezes, conduzidas por profissionais de outras disciplinas das ciências humanas e até mesmo das ciências naturais, como biólogos, engenheiros florestais e agrônomos.³ Assim, este *Atlas digital*, tem por suporte teórico à sua formulação, as intercessões entre História e Antropologia (ALMEIDA, 2012), bem como a arqueologia histórica e a história indígena (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003), assim, reaproximando história, antropologia e arqueologia no campo do conhecimento histórico sobre os povos da Amazônia pré-Conquista.

De forma alguma, postula-se uma retomada de autoridade sobre campos dos saberes, mas, gerenciar um espaço de contínua manutenção que irá aglutinar sistematicamente as informações históricas sobre os povos nativos da região amazônica tendo por premissa a interdisciplinaridade. Deste modo, além de servir como uma base de apoio aos pesquisadores da área, será uma ferramenta de suporte às práticas de ensino de história que carecem de conteúdos sobre a América pré-Conquista.

² Em um levantamento preliminar no portal do MEC, buscamos aqueles cursos reconhecidos pela instituição que disponibilizaram, on-line, seus programas de curso de disciplinas de História da América. Inclusive, nesta prospecção inicial, pudemos perceber que a América pré-colombiana nem consta em algumas ementas de disciplinas de alguns cursos de História da América.

³ Merecem os devidos reconhecimentos, dentre outros historiadores de formação, Eduardo Góes Neves e Jorge Eremites de Oliveira, os quais, fizeram uma saudável transição entre a história e antropologia e hoje conduzem importantes pesquisas na área da etno-história e arqueologia histórica.

4 CONCLUSÃO

Apesar de a história indígena ter ganho novas roupagens teóricas e metodológicas e ser hoje uma área consolidada na historiografia brasileira, é notável o pequeno número de pesquisas na pós-graduação em história no Brasil que se ocuparam da história indígena pré-Conquista.⁴ Assim, a proposta de criar um *Atlas digital dos povos da Amazônia pré-Conquista* tem por prerrogativa dispor novos paradigmas teóricos e metodológicos para a reflexão sobre a história indígena no Brasil e nas Américas.

Para tanto, este Atlas irá lançar luz sobre os entrelaçamentos entre território e espaço, populações indígenas e a floresta, tendo por enfoque as dinâmicas de organizações sociais que modificaram e ao mesmo tempo foram modificadas pelo ambiente. Assim, este projeto tem por objeto primário compreender a formação da paisagem amazônica, a qual tem muito a nos informar sobre a história social da floresta e a partir desta, abrir a possibilidade dos usuários de tal *Atlas digital*, de compreenderem, através de múltiplas perspectivas a relação histórica de domínio com a natureza, a exploração de recursos, modos de produção, ocupando-se também de valores culturais produzidos a partir destas relações, os quais ditaram mitos e crenças religiosas.

Finalmente, na busca pelo cumprimento de seus objetivos, esta pesquisa, primeiramente, prevê mapear a historiografia de uma região transfronteiriça, ou seja, fora do enquadramento das linhas invisíveis traçadas por estados nacionais sul-americanos. Deste modo, a investigação que se propõe aponta para uma Amazônia que transcenda as representações sobre aquele ambiente pautadas em narrativas colonizadoras da Conquista da América, as quais deram vazão a projetos de construção nacional e integração territorial. Por sua vez, como já salientado, no primeiro plano das investigações deste projeto estarão as experiências históricas com o meio ambiente e a formação dos espaços das populações pré-Conquista que habitaram a região amazônica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Fronteiras, Dourados. MS, v. 10, n. 17, p.55-67, jan-jun. 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Historia y Antropología: algunas reflexiones sobre abordajes interdisciplinarios. *Memoria Americana: cuadernos de etnohistoria*. Buenos Aires, v. 20, p. 111-127, 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro*. História Social, v. 2, n. 25, p.19-42. 2015.

⁴ Neste campo de pesquisa, destaca-se o Centro de Estudos Ameríndios da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, coordenado pelo professor Eduardo Natalino dos Santos, professor do departamento de História daquela universidade.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v.5, n.2, p.453-468, 2010.

ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). *História, ciências e saúde* - Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, supl. p. 257-277, 2007.

BARROS, José D’Assunção. *História, espaço e tempo: interações necessárias*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, jul-dez. 2006.

BRAUDEL, Fernand. *La Mediterranee et le monde mediterraneen a l’époque de Philippe II*. 9ª. ed. Paris: Armand Colin, 1990. 3v.

CAPELATO, M., GLEZER, R., & FERLINI, V. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, v.8, n.22, p.349-358, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A América Pré-Colombiana*. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1984

CASTELLS, Manuel; MCLAREN, Peter. *Critical education in the new information age*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

CLEMENT, Charles R.; DENEVAM, William M.; HECKENBERGER, Michael J.; *et al.* *The domestication of Amazonia before European conquest*. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rspb.2015.0813>. Acesso em 2 jan. 2020.

DA SILVEIRA COSTA, Sandro. América Portuguesa: paraíso terreal. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 9, n. 9, pp. 117-142, jan. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/567/9839>. Acesso em: 11 maio 2020.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. *A arqueologia brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v.28, n.2, p.25-52. 2002.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. *Revista de Arqueologia*, v. 15, p. 71-86, 2003.

FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. *Raízes*, Ano XVIII, n. 20, p.33-40, nov. 1999.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994

GOUBERT, Pierre. *História Local*. História e Perspectivas, Uberlândia, n. 6, p.45-67, jan-jun 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

IANNI, Octavio. Prefácio. Lendas do Novo Mundo. In: LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras, 2001.

LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

LIVI BACCI, Massimo. *Conquista: a destruição dos índios americanos*. Trad: Sandra Escobar. Lisboa: Edições 70, p. 33 – 54, c2005.

LIVI-BACCI, Massimo. Las múltiples causas de la catástrofe: consideraciones teóricas y empíricas, *Revista de Indias*, v. 63, n. 227, p.31-48, 2003.

LUCA, Tania Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. *Métis: História & Cultura*, v. 11, p. 13-21, 2012.

MCMICHAEL, C.H.; PALACE, M.W.; BUSH, M.B. *et al*. Predicting pre-Columbian anthropogenic soils in Amazonia. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rspb.2013.2475>. Acesso em: 11 maio 2020.

MEGGERS, Betty J. *Amazônia: ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELLATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Coordenada Ed. de Brasília, 1972.

MONTEIRO, John M. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luis Donizete B. (orgs). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.221-236

NEVES, E. G. O lugar dos lugares: escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia central pré-colonial em comparação com a Amazônia contemporânea. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v. 31, p. 79-91, 2005.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set. -dez. 2007.

NOVAIS, Fernando. A Universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. *Estudos Avançados*, v.4, n.8, p.108-115, 1990.

NUNES, Francivaldo Alves. A Amazônia e a formação do Estado Imperial no Brasil: unidade do território e expansão de domínio. *Almanack*. Guarulhos, n.3, p.54-65, 2012.

PIPERNO, D. R. Aboriginal agriculture and land usage in the Amazon Basin, Ecuador. *Journal of Archeological Science*, v.17, p. 665-677, 1990.

RABELO, Lucas Montalvão. *A Representação do Rio 'das' Amazonas na Cartografia Quinhentista: entre a tradição e a experiência*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich; MORAES, Antonio Carlos Robert.; FERNANDES, Florestan. *Ratzel: geografia*. São Paulo: Ática, 1990.

RAUBER, Renata. *Um novo olhar para a arqueologia da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. (Coleção Brasil 500 anos)

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: processo de formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SAFIER, Neil. Os espaços dos povos: mapas, poesias e paisagens etnográficas na Amazônia setecentista. *In: SOUZA, Laura de Melo e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. Da importância de pesquisarmos história dos povos indígenas nas universidades públicas e de a ensinarmos no ensino médio e fundamental. *Caicó*, v. 15, m.35, p.9-20, jul.- dez. 2014.

SCHMIDT, Morgan. Amazonian Dark Earths: pathways to sustainable development in tropical rainforests?. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 8, n. 1, p. 11-38, 2013.

SOUZA, J.G., SCHAAN, D.P., ROBINSON, M. *et al.* Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-018-03510-7>. Acesso em: 12 maio 2020.

UGARTE, Auxiliomar Silva. A Amazônia no imaginário europeu do século XVI. *In: PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio (orgs). Os Senhores dos Rios*. São Paulo: Campus, 2003.

WAIZBORT, Ricardo; PORTO, Filipe. Epidemias e colapso demográfico no México e nos Andes do século XVI: contribuições da biologia evolutiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.2, p. 391 – 407, abr.-jun. 2018.

WALKER, John H. Pre-Columbian Ring Ditches along the Yacuma and Rapulo Rivers, Beni, Bolivia: A Preliminary Review. *Journal of Field Archaeology*, v. 33, n. 4, p. 413-427, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25608532>. Acesso em: 06 nov. 2019.

WARF, Barney; ARIAS, Santa. Introduction: the reinsertion of space into the social sciences and humanities. *In: WARF, Barney; ARIAS, Santa. The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*. Routledge, 2009.

OCEANOS CONECTADOS, HISTÓRIAS EMARANHADAS: NOTAS SOBRE OBJETOS E ARTES ORIENTAIS EM CIRCULAÇÃO NO MÉXICO COLONIAL

BRUNO SILVA

1 ALGUNS APONTAMENTOS INICIAIS

A capital da Nova Espanha, por volta de 1604, era uma grande metrópole, um lugar destacado como de diferentes traçados. Um tumultuado centro no qual desfilavam diferentes rostos, distintos semblantes e figuras humanas que concediam ao ambiente um tom de mestiçagem cultural difícil de ser apreendida na sua mais profunda diversidade.

Homens de diferentes povos e de variados pensamentos desfilavam pela cidade do México. A leitura da crônica de Bernardo de Balbuena (1568-1627), *Grandeza Mexicana* (1604), indica que o local era um centro comercial grandioso, que mantinha trocas comerciais, culturais e artísticas com o resto do mundo. Da China a Manila, do Japão ao México, de Manila à Acapulco, da América à Espanha e da Península para o restante da Europa, eis uma mundialização do século XVI, tornando a história muito mais dinâmica e interessante, fora das amarras das narrativas históricas nacionais e imperiais que engessam nosso entendimento sobre a Primeira Modernidade. Balbuena invoca

Fui insigne en valor de metal, y preferidos los que en ella se labraban a los muy curiosos de plata, y algunos tenidos en mas estimación que el oro, Yola nombre aquí por la semejanza que México le tiene en sus dos famosos puertos, uno en el mar del Norte, por dõde le vienen las grandezas y regalos de Europa. Y otro en el del Sur con ñq goza de gran China el Piru, y fertilidades del Oriente. Y aunque con las contrataciones desta ciudad provechos y navegaciones de sus mares las de Corinto sean muy pequeñas y enanas, todavía son las que mayor rastro dexaron des en la antigüedad” (BALBUENA, 1927, p. 39).

Também no início do século XVII, em seu *Le Compendio y descripción de las Indias occidentales*, Antonio Vázquez de Espinosa destacava, de forma majestosa, as ruas da capital da

Nova Espanha, enfatizando que eram retas, largas, alegres; lotadas de muita gente e abundante em todos os aspectos; com pontes pelas quais se passava de uma parte a outra, pois, através dos lagos, entravam na cidade todos os dias, mais de mil canoas com diversos tipos de provisão para os moradores. E por terra eram, ao mesmo tempo, três mil mulas carregadas de produtos que faziam com que a cidade fosse um dos lugares mais abundantes do mundo à época (ESPINOSA, 1628).

Ao aceitar completamente a descrição feita pelo cronista a respeito dessa parcela do novo continente, pode-se pensar que a cidade do México se encontrava, no início do século XVII, em patamar de igualdade com regiões como Lisboa e Sevilha. Esta e, mais tarde, aquela, tornaram-se cidades agitadas. Por volta de 1490, a representante lusitana era marcada pelo “descarregamento de produtos exóticos nas margens suavemente inclinadas do rio Tejo – especiarias, escravos, papagaios, açúcar – evocava as esperanças de novos mundos para além da arrebenção” (CROWLEY, 2016, p. 58). Em 1628, *Le Compendio* admite ser o México, assim como a metrópoles do Velho Mundo, um local com características monumentais

La ciudad tendra mas de 15,000 vczinos Espafioles, y mas de 80,000 indios vezinos que viuen dentro de la ciudad, y en el varrio, o ciudad de Santiago de Tlatellulco, y en los demas arrabales, o chinampas, sin los cuales ay mas de 50,000 negros, y mulatos esclauos de los espafioles, y fibres, con que la habitacion de la ciudad, es muy grande, y estendida, es de mucha contratacion, assi por la grosedad de la tierra, y ser Corte de aquellos Reynos, como por la grande correspondencia que tiene con Espana, Piru, Philipinas, y con las prouincias de Guatemala, y su tierra, Yucatan, y Tabasco y todo el Reyno de la nueua Galicia, y Viscaya ay de ordinario en ella quatro ferias, con grande cantidad de mercaderias, de sedas, paiios, y todo quanto se puede hallar en las mas abastesidas del mundo: que son en San Joan. Domingo, Lunes, y Martes en Santiago la ay todos los dias; en Santa Maria la redonda, en la plaga mayor; en la de la Modorra, y en San Hipolito, Miercoles, y Juebes, y en Tomatlan, que esa hazia la albarrluida ay feria de comida todos los dias (ESPINOSA, 1628, p. 28).

Ao Sul do México, Acapulco se tornara um famoso porto por onde se embarcava para as ilhas que ficariam conhecidas por Filipinas. Ou seja: a Nova Espanha era o centro do mundo, ligando a Europa à Ásia que, por séculos, fora o desejo dos europeus.

El famoso puerto de Acapulco es el principal, donde se embarcan para las Islas Philipinas, nauegacion mas larga que la de Espana a las Indias El puerto esta en 17 grados de la Equinocial, su temple es caliente, y por tiempos algo enfermo, tiene hasta 70 vezinos espanoles, y otros tantos mulatos, y negros libres, y esclauos que viuen en el, es de mucho trato respeto de las Naos que vienen de Philipinas, prouee en el el virrey de Mexico vn alcalde mayor para que administre Justicia, ay en el presidio de espanoles, y oficiales Reales Contador, y tesorero, que cobran, y administran la hazienda de su Magestad y los derechos de las naos que van, a las islas Philipinas, y vienen de ellas, este puerto es del distrito de la audiencia y Argobispado de Mexico (ESPINOSA, 1628, p. 31).

Le Compendio y descripción de las Indias occidentales foi escrito por um religioso carmelita que esteve na América entre 1608 e 1622. Sua estadia não foi registrada visto que adentrou ao Novo Mundo de forma clandestina, uma vez que a ordem religiosa a qual ele pertencia não possuía autorização para entrar na América. A obra do autor é representativa para se compreender o papel fundamental das relações entre o mundo asiático e a Ibero-América. Através das narrativas presentes no texto sobre as cidades nas possessões hispânicas, se pode perceber que ocorreram trocas culturais relevantes entre a Europa e o novo continente.

Ademais, não se pode perder de vista que a América também manteve profícuas relações com o Oriente no setor cultural, importando bens e traços asiáticos que seriam lidos e reinterpretados à luz das realidades locais, contribuindo para forjar uma complexa identidade, da qual a arte da região da Nova Espanha é representativa dessas mestiçagens. Espinosa retrata a cidade do México, o porto de Acapulco e as relações dessas regiões com o Oriente, bem como todo tipo de objetos e materiais que faziam parte desse comércio que ligava a América ao mundo oriental, inclusive objetos artísticos.

E apesar das fortes restrições colocadas em prática pela coroa de Castela, no sentido de reduzir ao mínimo a fuga dos metais preciosos oriundos do Novo Mundo, inclusive proibindo o comércio direto das áreas peruanas com as Filipinas, não se pode perder de vista que uma fração considerável de prata americana fluía para os mercados asiáticos através da rota do oceano Pacífico. Nesses termos, é possível dizer que a mundialização estava, de fato, colocada (SERRERA, 2013). A partir daí, a prata americana foi convertida em suporte monetário que passou a articular a economia numa dimensão planetária. De Potosí à Sevilha, Amberes, Veneza, Constantinopla, Bagdá, Bombay, Cantão e Manila, o peso castelhano se tornava a moeda mundialmente aceita como forma hegemônica de pagamentos.

Para além das transações metálicas, outros produtos circularam entre a América e as diferentes partes do globo. Na verdade, tanto a Europa quanto o Novo Mundo ingressavam naquela lógica transoceânica em momento semelhante. E embora fosse um *début* para ambas, no que diz respeito ao Velho Mundo isso ocorreu de forma tardia, pois enquanto esta região da terra refletia sobre os horizontes para além do Mediterrâneo, como os mares se conectavam e o possível feitiço da África, aparentemente os chineses já sabiam de tudo isso. Afinal de contas, no século XIV, eles fizeram um mapa mostrando o continente africano como um triângulo agudo, com um grande lago no meio e rios correndo para o Norte (CROWLEY, 2016).

A entrada do Novo Mundo na órbita das terras conhecidas fez com que a América e a Ibero-América, em particular, formassem o epicentro de difusão de conhecimento com o qual se revolucionou o espaço das tecnologias e ciências numa escala global. As informações sobre novas culturas e suas técnicas de cultivo, tais como: milho, tabaco, mandioca e batata, tiveram impactos planetários, imediatos na Europa, na Ásia e na África. Ou seja: a circulação de tecnologias e competências foi decisiva para integrar distintas partes do mundo, fluindo em “muitas direções

diferentes e opostas e não apenas entre a Europa e a América. Os espanhóis reforçaram e criaram circuitos para tal difusão no Novo Mundo” (YUN-CASALLILA, 2018, p. 278-279).

Do ponto de vista da construção dessas “pontes” ligando a América e a Ásia, é inegável a proeminência crucial dos objetos orientais como propulsores de criação de uma identidade *criolla*, nem somente espanhola e tampouco americana, formando assim a base para as tratativas política e social da elite do Vice-Reino da Nova Espanha com Madri. Além disso, a capacidade extraordinária das elites americanas em introduzir técnicas inovadoras na produção de açúcar e na mineração de prata foi, de certo modo, a moeda de troca usada para a negociação com o centro imperial. Logo, a globalização da tecnologia também contribuía para enfraquecer os impérios, pois se desenhavam identidades culturais que se afastavam daquelas trazidas nas bagagens e que precisavam se adaptar ao Novo Mundo (GASCH, 2012). É sobre essas conexões inéditas entre a América e a Ásia que a presente reflexão se deterá.

Assim, a lógica globalizante torna a História mais dinâmica. Em outras palavras, se a conquista passa a ser enfatizada como um jogo no qual as disputas não possuíam desfechos pré-estabelecidos, principalmente para a Europa, também nos leva a pensar que a mundialização ou a globalização do século XVI coloca a América em uma escala planetária de forma que se fará presente nos mais distintos confins conhecidos do mundo. Logo, se a conquista do México ou, melhor dizendo, se as conquistas, no plural (RAMINELLI, 2013), apresentaram epílogos favoráveis aos espanhóis, tal façanha não seu deu, por exemplo, no Oriente, sobretudo com a China. Isso porque os mundos sino-americanos se entrelaçaram de múltiplas formas a configurar uma geografia na qual a Europa não detinha, necessariamente, um protagonismo exclusivo.

No final das contas, só poderemos entender esses espaços globais de circulação de objetos, de cultura e de pessoas, se observarmos que “l’opération « mexicaine » d’expansion commerciale vers l’Extrême-Orient est contemporaine, à peu de chose près, d’une mutation comparable de l’Inde portugaise”¹. A interconexão do Oriente com os mares da América, então, estaria intimamente ligada com “la découverte de l’immense univers chinois constitue le fait majeur du milieu du XVIe siècle. [...]. En effet cette histoire a toujours été décrite dans le découpage artificiel et inadéquat des États européens”² (CHAUNU, 1969: p. 209-210).

Dessa forma, percebe-se que incorporar a América, para além das questões relacionadas às conquistas, em um âmbito internacional, principalmente nas suas relações com o Oriente, é algo que deve estar presente na agenda dos historiadores. Tal processo, na Primeira Modernidade, ligou mundos antes desconectados e as comunidades ibéricas tiveram papel fundamental no mesmo, uma vez que não apenas os espanhóis, mas também “os portugueses puseram em movimento infindáveis interações globais, tanto boas quanto más. Eles levaram armas de fogo e pão para o

¹ “A operação ‘mexicana’ de expansão comercial para o Extremo Oriente é mais ou menos contemporânea de uma mutação comparável da Índia portuguesa”. (tradução nossa).

² “A descoberta do vasto universo chinês é o grande acontecimento de meados do século XVI. [...]. Na verdade, esta história sempre foi descrita na divisão artificial e inadequada dos estados europeus”. (tradução livre).

Japão, astrolábios e vagens verdes para a China, escravos africanos para a América, chá para a Inglaterra, pimenta-do-reino para o Novo Mundo, seda chinesa e remédios indianos para a Europa inteira e um elefante para o papa” (CROWLEY, 2016, p. 384).

2 HISTÓRIAS EMARANHADAS: OU DE QUANDO E COMO ÁSIA E AMÉRICA SE CONECTAM

Os objetos desenvolvidos com a técnica oriental do uso da *laca* – talhados a partir do uso de resina considerada de grande qualidade, razão pela qual sempre foram muito valorizados –, também apresentavam sua versão pré-hispânica e aos poucos foram forjando o gosto dos mais abastados da Nova Espanha. O brilho característico que faz transparecer, presente em baús, por exemplo, e em diferentes peças, era famoso sobretudo quando aglutinado a um fundo escuro, tendo partes decoradas com figuras douradas e flores coloridas. A bem da verdade, era algo que igualmente se mostrou presente na Europa que, a partir de seus contatos com a Ásia, havia incorporado ao repertório do Velho Mundo a predileção pela arte japonesa. De tal modo foi essa preferência que, paulatinamente, o uso da técnica da laca do Oriente acabou incorporado na arte ocidental pelos europeus, que se ocuparam de reproduções às quais se denominou como lacas *namban*. Esta palavra foi associada a esses objetos, pois era a forma como os japoneses se referiam aos portugueses, ou seja, em sua tradução: bárbaros do Sul, quando estes se estabeleceram junto ao arquipélago asiático.

Na América, sobretudo no Vice-Reino da Nova Espanha, esta arte nipônica foi introduzida de tal forma profunda que, ao fim e ao cabo, submeteu-se a apropriações muito particulares. Algo interessante de se notar seria como a laca oriental foi motivo de inspiração às pinturas incrustadas de conchas surgidas no México ao longo do século XVII principalmente. Isso porque muitas delas retratavam eventos como o episódio da conquista, sendo, portanto, bem próximas das lacas orientais que também, em várias situações, apresentavam distintos materiais, como madrepérolas embutidas. Assim, embora não se possa relacionar diretamente as pinturas com conchas e as lacas de origem mesoamericana, não se pode negar que a chegada de naus vindas do Oriente para o México foi decisiva na aparição dessas pinturas de cunho originalmente local.

Durante muito tempo, por uma lógica eurocêntrica, pensou-se que tais quadros cravados com conchas sobre laca, de alguma forma, teriam sido produzidos na Espanha. Por isso, até os dias de hoje, se discorre sobre a origem dessas pinturas e se considera, muitas das vezes, que essas obras teriam nascido de um âmbito gremial novo-hispânico, cuja missão consistia em manter a tradição de pintura europeia. Contudo, as telas chamadas de *enconchados* se desenvolvem num México no qual a associação de pintores já havia perdido substancial força em fins do século XVI e início do XVII. Dessa maneira, a técnica com conchas foi desenvolvida por artistas que não necessariamente haviam sido formados em grêmios destinados a conservar as técnicas europeias de pintura. Assim, essas obras de arte com conchas sobre laca representam algo eminentemente de origem novomundista (RUIZ, 2008).

De maneira geral, esses artefatos culturais – muitas deles existentes ainda hoje em diferentes museus – possuíam um fundo negro e a presença de diferentes figuras douradas, repetindo um *modus operandi* idêntico ao realizado junto à laca *namban*. Entretanto, acrescentava-se flores, aves, frutas e outros motivos geométricos. “Es decir que su parecido con los marcos ‘enconchados’ comprende, además de los embutidos de nácar, el repertorio, la paleta y el énfasis a la línea – aunque no la técnica, el tipo de objeto ni el tratamiento de las figuras” (RUIZ, 2008, p. 07). Logo, “as incrustações de madrepérola nas obras são marcantes e não supuseram uma ruptura com a maneira de conceber a pintura, apenas agregaram novas particularidades à diversidade da época” (Ruiz, 2015: p. 08). Portanto, os *enconchados* se inseriram no contexto pictórico da Nova Espanha, entendendo-se que não se tratava de mero produto da tradição espanhola. Neste sentido, há de se considerar o aspecto inovador de aproximação do gosto pelas lacas japonesas e a busca de renovados métodos de pintura.

Os autores que se debruçam sobre o entendimento das pinturas *enconchadas*, tem se detido em valores, qualidades e origem das obras, em cujos grêmios se encontravam os artistas responsáveis pela introdução desse novo tipo de arte, resultado de uma mistura do Oriente com o México colonial, naquela região. Contudo, para os limites do propósito aqui elencado, cabe ressaltar a importância da reflexão a respeito da pintura na Nova Espanha, ampliando o conhecimento do gosto pelas lacas japonesas, pois fora esta tendência estética um dos elementos culturais que conectou a Europa, a Ásia e a América. Entretanto, o desenvolvimento de arte com conchas, em âmbito colonial e que deste zarpava em direção à Espanha, não só marca um tom de originalidade no Novo Mundo hispânico como reflete um tecido social que se desenvolveu de forma muito autônoma em terras de domínio espanhol.

Dessa forma, o ofício com as conchas e as lacas japonesas precisou também se coadunar com as técnicas presentes nas paragens do México e que, frequentemente, se relacionavam com outros centros produtores de arte para além da pátria-mãe. Afinal, a história da pintura na Nova Espanha é a história de um difícil equilíbrio entre as circunstâncias locais e a influência externa. De um lado, as técnicas, os artistas e ateliês, os temas e o gosto da população do vice-reino; de outro, o prestígio da imagem europeia, sua força inovadora, sua capacidade para constituir-se em modelo natural para os artistas “periféricos” (GONZALBO & MUÑOZ, 2014).

Pois bem: as amostras de arte europeia que chegavam à Cidade do México e a outras localidades do Vice-Reino não eram abundantes e tampouco correspondiam a obras de pintores mais reconhecidos. Os vice-reis viajavam com suas coleções e sabemos que, no palácio do governo, houve algumas obras de Ticiano Vecellio (1473/1490-1576), por exemplo. Porém, muitas desses artefatos culturais que chegavam eram pequenas paisagens anônimas e algumas pinturas de devoção. Nessas circunstâncias, a gravura europeia cumpria a dupla tarefa de difundir e normatizar composições – como se fazia no Velho Mundo –, informando sobre as correntes, os estilos e os artistas cuja obra original nunca cruzaria o Atlântico. E entre as gravuras que chegaram à Nova

Espanha, as flamengas desempenharam um papel importante, tanto aquelas realizadas em lâminas soltas como as que ilustravam os livros das inúmeras edições antuerpianas e das mais escassas lovainenses e bruxelenses. Com frequência, encontramos nelas a chave que ajuda a explicar algumas das expressões artísticas do Vice-Reino em tela (GONZALBO & MUÑOZ, 2014, p. 417).

Assim, as pinturas que foram se desenvolvendo na Nova Espanha ao longo do século XVII são marcadas por uma identidade muito própria. Trata-se de uma arte bem distinta daquela feita na Espanha e até mesmo da apresentada no Vice-Reino do Peru. Seguramente, não pode deixar de relacionar essa singularidade artística da Nova Espanha com os processos de consolidação das escolas locais que transmitiam o ofício aos novos aprendizes. Tampouco se pode duvidar da importância dos patronos e consumidores regionais que se interessavam pelas obras com traços mais conservadores e ligados aos aspectos da devoção. E por esse ponto de vista, as gravuras e as impressões de Flandres, a título de exemplo, foram substanciais como pontapé inicial das composições, “mas é preciso também reconhecer que o uso daquelas gravuras fez parte de um processo construtivo de uma tradição local, com fortes traços de identidade” (GONZALBO & MUÑOZ, 2014, p. 430). E a arte *enconchada* se encontra entre esse traço marcante que sinalizou a obra do México.

De certo, não somente as técnicas europeias desenvolvidas em âmbito não espanhol chegaram ao Novo Mundo. As lacas *namban*, tão conhecidas no Oriente, provavelmente desembarcaram no Vice-Reino da Nova Espanha quando da passagem por aquelas paragens das embaixadas japonesas nos anos de 1610 e 1614. À época do naufrágio de Rodrigo de Vivero, sobrinho do Vice-Rei Luis de Velasco, na costa do Japão, uma embaixada nipônica o conduziu com segurança até a Cidade do México em 1610. Na segunda ocasião, japoneses em passagem pela América iam com destino à Europa. Em ambos os casos, não se pode perder de vista que a circulação de bens e objetos de luxo se fez presente nas terras da Nova Espanha. E, de fato, a introdução das lacas redundou em seu uso para a produção da arte com conchas numa perspectiva bem local.

E se as lacas *namban* tornaram-se mais conhecidas na Europa, sobretudo por conta do comércio desse tipo de arte introduzido pelos portugueses, é perceptível que a Nova Espanha desenvolveu um gosto muito particular por esse tipo de obra, operando sob uma lógica própria e redefinindo sua estética através das introduções, cada vez mais frequentes, das conchas. Entretanto, “la apropiación local del repertorio *namban* tuvo lugar en un contexto de gran interés por la producción japonesa” (Ruiz, 2018: p. 15). Afinal de contas, quando os portugueses chegaram ao Japão, tiveram grande êxito na exportação da laca oriental. Contudo, as primeiras décadas do século XVII aponta para um Japão mais unificado e reticente quanto à presença europeia em seu território, impondo diferentes restrições ao comércio. Isso significa que o acesso às artes com lacas diminuiu consideravelmente naquele momento. Levando os artistas da Nova Espanha a adaptarem a arte regional. Dessa forma, “las pinturas embutidas de concha remiten a las concepciones artísticas novohispanas, independientemente del origen de las obras que inicialmente impulsaron el trabajo” (RUIZ, 2018, p. 115).

A arte com conchas associadas à laca oriental é a evidência que não se pode mais ignorar da circulação e do apreço pelas obras artísticas asiáticas em solo do Novo Mundo. Mas também há

de se considerar que o caso dos *enconchados* é representativo da individualidade da arte na Nova Espanha que, a despeito de manter laços estreitos com a padronização que viajava de distintas escolas europeias, como a de gravura em Flandres, e de estar intimamente ligada aos objetos e técnicas orientais, fez com a incorporação desses elementos se associasse com o fabrico local, conferindo às produções do Novo Mundo aspectos que se afastavam tanto da Europa quanto da Ásia.

Ao longo do século XVIII, espalhou-se ainda mais pela Europa o gosto por objetos e artes orientais. Assim, a necessidade cada vez mais crescente desse tipo de material fez com que se desenvolvesse essa maneira de produção no Novo Mundo. Claro, para alguns analistas, tal produção vai além de uma lógica comandada pela Europa, colocando o México como central nesse processo de difusão e desse processo de mestiçagem cultural. “Os móveis lacados chineses importados em forma de baús, biombos, escrivaninhas e painéis exerciam uma enorme influência no desenho do mobiliário inglês durante a segunda metade do século XVII, refletindo em meados do século XVIII” (CARRILLO, 1987, p. 60).

A demanda por esse tipo de objeto, com arranjos orientais, era tão grande que muitos artistas, para atender aos pedidos, aproveitavam certas partes de alguns móveis orientais para a composição de novos produtos que atendessem às demandas dos senhores locais. Assim, era comum que pedaços de portas ou folhas de biombos fossem reutilizados para confeccionar outras peças. Na Nova Espanha, a título de exemplo, o púlpito da igreja de Traxcala foi construído com diversas partes de um biombo japonês em laca, original do século XVII.

Sabe-se que o gosto pela arte dos móveis lacados, traços marcantes da cultura oriental, teve grande recepção na Inglaterra do século XVII, na qual se especializaram em reproduzir esse tipo de arte, de forma local, uma vez que era praticamente impossível trazer a goma de laca do Extremo-Oriente para que se pudesse construir o mobiliário. Dessa forma, a Nova Espanha não esteve ausente desse grande movimento orientalista europeu do século XVIII, no seu território viria a confluir o gosto asiático por um duplo caminho: um direto através do Pacífico via Filipinas; e outro indireto através do Atlântico, via Inglaterra.

Contudo, não se pode negar que “quando na Europa começaram a chegar os primeiros objetos em lacas procedentes do oriente durante o século XVII, a Nova Espanha não só conhecia desde o século XVI a laca oriental, como também praticava uma técnica com resultados aparentemente similares através da laca de origem pré-hispânica”. Ou seja: a miscigenação artística que se dá no vice-reino o coloca como central no recebimento e na distribuição de artes dos mais distintos matizes. Dessa forma, enquanto na Europa se intenta por todos os meios imitar a aparência geral da laca chinesa, mediante a chamada técnica de *japanning*, desenvolvida sobretudo na Inglaterra, no México estava presente uma espécie de laca pré-hispânica que se produzia principalmente na cidade de Pátzcuaro e que era conhecida pelo seu fundo preto e motivos orientais presentes com o predomínio do dourado (CARRILLO, 1987).

Muito se discutiu a respeito da procedência dessas obras com presença marcante do Oriente em solo da América. Quando abordamos, por exemplo, as pinturas feitas com conchas,

aquilo que tenho destacado como *enconchados*, já se pensou que sua origem pudesse ser das mãos de europeus, principalmente porque a família que mais manifestamente produziu esse tipo de material foi a família dos Gonzalez, na Nova Espanha. Para muitos autores, eles eram de Madrid. Contudo, buscando marcar a especificidade da produção artística da Nova Espanha, especialistas enfatizam que a família era de origem mexicana e mantinham “uma oficina especializada na técnica do maqui mexicano e nas incrustações da concha nácar; os quadros eram forrados de linho no qual se colocava uma pasta e onde se depositava as conchas, muitas vezes o efeito amarelo ou dourado eram feitos com açafrão” (TERESA, 1986, p. 100).

Os estudos, cada vez mais, vêm demonstrando objetos orientais que se tornaram comuns nas casas da nobreza europeia e nova-hispânica. Há notícias a respeito de um átrio de origem *Namban*, encontrado recentemente no *ayuntamiento* de Tudela (Navarra), e “como documento histórico este átrio é o testemunho claro das primeiras relações tanto econômicas como culturais e humanas entre Europa e Ásia propiciadas pelos progressivos descobrimentos geográficos que desenvolveram os portugueses e espanhóis, patrocinados pelas suas respectivas coroas, durante os séculos XV e XVI” (UNANUA, 2015, p. 23). Em relação a arte *namban*, principalmente a peça encontrada em Navarra, é a manifestação mais evidente não somente do intercâmbio comercial entre o Velho Continente e o Extremo-Oriente, mas também da hibridação cultural entre Ásia e Ocidente, mostrando ao mesmo tempo outras facetas sociológicas da arte como o gosto por um consumo suntuário e o colecionismo na Europa no início da Primeira Modernidade.

De fato, a partir do contato ibérico com a arte japonesa, os mercadores portugueses se viram fascinados pelas obras decorativas realizadas pelos orientais, tanto por suas delicadas e desconhecidas técnicas como pela qualidade de suas obras, e encontraram nessa arte um filão de enriquecimento econômico através da comercialização e exportação dessas obras até a Península Ibérica. Sabiam que o gosto pelo desconhecido e pelo exótico teria uma extraordinária demanda na Europa, especialmente no âmbito do colecionismo de reis, príncipes e nobres. Como não se podia ser de outro modo, surgiu uma nova oportunidade de negócio. Nascia, então, a chamada arte *namban*, “cuja principal característica foi o sincretismo cultural entre o local e o europeu, fruto do encontro do Japão e o Ocidente, que se desenrolaria entre meados do século XVI e poucos antes de iniciar a centúria seguinte, coincidindo com o que muitos têm chamado de século ibérico do Japão” (UNANUA, 2015, p. 24).

As rotinas dos embaixadores que interligavam os impérios, numa governança feita através de papéis, foram proveitosas para a circulação de bens culturais. A comitiva japonesa de 1610 que chegou ao México é representativa dessas trocas. Esse tipo de contato teve forte impacto na sociedade da Nova Espanha. Para além da preparação das grandes cerimônias que entronizavam os ilustres visitantes na cidade do México, forjou-se um grande mercado no vice-reino, sobretudo a partir do momento em que muitos orientais se dobraram ao catolicismo. Isso, de certa maneira, foi importante para as atividades artísticas na região. Há inclusive a possibilidade que a principal família produtora, na América, de arte oriental, era de origem nipônica e que, ao fim, teria adotado

o sobrenome espanhol de *Gonzalez*. Alguns membros da *Niccoló*, Academia do Japão, também se estabeleceram na Nova Espanha (MÍNGUEZ & RODRÍGUEZ, 2009).

As telas dobráveis também foram constantes no mobiliário da Nova Espanha.

Apresentando motivos de ordem oriental, as telas eram ricamente traçadas com representações da natureza, usando o tradicional fundo dourado e apostando em cores claras nas pinturas. O embaixador japonês Rokuemon Hasekura trouxe os primeiros para o México para o Vice-Rei em 1614. Foram objetos amplamente utilizados como pedaços de móveis. Essas telas, muitas das vezes, separavam ambientes e por terem dois lados, era possível que se desenvolvessem temas diferentes em cada um deles. Telas dobráveis mexicanas foram basicamente inspirados em seus modelos japoneses, o que explica a frequente inclusão de nuvens douradas, mas também pelas tapeçarias de Bruxelas, com suas cenas estruturadas da mesma forma que nestes (MÍNGUEZ & RODRÍGUEZ, 2009).

O momento do jantar também aproximava as casas mexicanas do Oriente. Para aqueles cujas posses permitiam importar a louça do Japão, era possível deliciar-se com ela ao longo de banquetes, mostrando o poder para os convidados. Para outros, foi preciso também a adaptação local. Pode-se perceber tal fato nas imitações da porcelana *Imari*, com cores fortes e motivos orientais. Esse tipo de material atraiu sobremaneira os habitantes da Nova Espanha. Pontes, jardins, flores e pássaros são encontrados nesse tipo de porcelana. Fontes de época conseguem mapear a presença desse tipo de objeto, além do México, em regiões da Guatemala, Peru, Chile que, geralmente, recebiam esse tipo de produto através do contrabando, feito principalmente pelo Galeão de Manila.

Hoje, pela nossa perspectiva, os objetos do Oriente, sobretudo os japoneses, ainda causam uma ideia de exóticos. Ao longo dos séculos do período moderno, a arte nipônica esteve muito presente na Península Ibérica e nos territórios americanos, intensificando as trocas culturais e as apropriações. O mesmo ocorrendo, claro, com as técnicas europeias que alcançavam o Japão. Dessa forma, a rota que se abriu com os barcos que singravam mares, fez com que as permutas de temas e produtos produzissem uma nova arte japonesa, assim como as obras americanas não ficaram imunes ao contato com a Ásia.

Dessa forma, pode-se indagar se o que aconteceu nesse período aqui abordado não foi uma história e desenvolvimento das artes em comum. Faria então sentido colocar a análise somente pela perspectiva Ocidente-Oriente? A imaginação e a tradição cultural ibero-americana, então, se forjaram desses encontros com diferentes partes do mundo. Eventos históricos e religiosos ocorrendo naquele momento, mais as trocas culturais inerentes à circulação de pessoas e objetos, do qual a arte japonesa na Nova Espanha é algo representativo, foram elementos essenciais e configuradores do que hoje é a arte nacional nas diferentes partes da América Latina.

Enfim, há de se concordar com o historiador Serge Gruzinski (2014) quando este enfatiza que não se pode entender a dominação na época Moderna somente pela perspectiva do poderio das armas, da imposição da fé e pelas questões comerciais. Afinal de contas, as manifestações literárias, plásticas e musicais devem ser entendidas também pela perspectiva da lógica da mundialização. Ao fim, pode-se discorrer sobre uma arte em comum, quando falamos de bens culturais que circulavam

e eram apropriados em diferentes partes do mundo, com especial atenção para a América –; passou a não se perceber muita distinção entre as diferentes partes que unia a terra.

Assim, o avanço das monarquias ibéricas em direção aos mais distantes rincões do mundo trouxe transformações fundamentais por conta do comércio e da circulação de produtos culturais. Lugares como Traxcala e Cholula, no século XVII, estavam intimamente interligadas com as Filipinas, principalmente por conta da produção de cochonilha. Dessa forma, dentro de um contexto imperial, a cidade do México se encontrava articulada com as ilhas do Pacífico e, assim, acessava e era alcançada pelo Extremo-Oriente. O centro nevrálgico do poder imperial na Nova Espanha, então, se correspondia com a península Ibérica, com o Peru, Guatemala, Yucatã, Tabasco e Nova Galícia.

E se a monarquia ibérica era o eixo em torno do qual se forjou um sistema de interligação planetária, não se pode esquecer que Espanha e Portugal também foram grandiosamente tocados por essa vinculação da Europa com África, o Novo Mundo e o Oriente. Pessoas e objetos se misturavam e circulavam; sociedades e civilizações se reinventavam; não sendo um império forjado em terras que se uniam culturalmente, era natural que novas tramas se desenrolassem, que as histórias ficassem mais emaranhadas. Dessa forma, a grandiosidade dessa monarquia, embora inquestionável, não pode ser exagerada. No final das contas, ela dependeu bastante das circunstâncias locais; precisou lidar com culturas que se desenharam no entroncamento de mundos que antes estavam fechados em torno de si. Tateando, os ibéricos não detinham na mão um destino econômico inevitável e tampouco se estabeleceram por conta de tecnologias superiores que subjugava os povos encontrados pelo caminho. A Nova Espanha, ainda sob a fumaça da conquista, não se contentou em recriar a velha Castela. Debaixo dos escombros, deixados após os primeiros contatos, estava guardada a verve de capacidade de reorganização que se misturou com a Europa, com o Oriente e com a África, e o “resultado da conquista fora a criação de uma nova geometria étnica e de uma cultura hispano-americana distintiva, embora ainda multifacetada – uma sociedade crioula” (DARWIN, 2015, p. 111).

REFERÊNCIAS

BALBUENA, Bernardo. *Grandeza Mexicana*. Cidade do México: Sociedade de Bibliófilos Mexicanos, 1927.

CARRILLO, Sonia Pérez. Imitacion de la laca Oriental en muebles novohispanos del siglo XVIII. *Cuadernos de Arte Colonial*, Madri: Museo de America, n. 3, p. 51 – 78, 1987. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?cluster=3838966069839732641&hl=en&oi=scholar>. Acesso em: 3 fev. 2020.

CASTEALO, Ofelia Rey. Pessoas e bens em circulação (1492-1750). In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). *As Américas na Primeira Modernidade (1492-1750)*. (vol. 2). Curitiba: Editora Primas, 2018.

CHAUNU, Pierre. *Conquête et Exploitation des Nouveaux Mondes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

CORTÁZAR, Fernando García & VESGA, Manuel González Jose. *Breve Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

CROWLER, Roger. *Conquistadores: como Portugal forjou o primeiro império global*. São Paulo: Planeta, 2016.

DARWIN, John. *Ascensão e queda dos impérios (1400-2000)*. Lisboa: Edições 70, 2015.

ESPINOSA, d'Antonio Vázquez de. *Le Compendio y descripción de las Indias occidentales*, 1628.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *1492: o ano em que o mundo começou*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GASCH, J. L. *Global trade, circulation, and consumption of Asian goods in the Atlantic World: the Manila galleons and the social elites of Mexico and Seville (1580–1640)*. Ph.D. Thesis, European University Institute: Florence, 2012.

GONZALBO, Pablo & MUÑOZ, Martín. A influência da Gravura Flamenga na Nova Espanha. In: THOMAS, Werner *et al.* *Um mundo sobre papel: livros, gravuras e impressos flamengos nos impérios português e espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo / Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp / Editora da Universidade Federal de Minas Gerais – Editora UFMG, 2014.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte / São Paulo: Editora UFMG / Edusp, 2014.

MÍNGUEZ, Víctor & RODRÍGUEZ, Inmaculada. Japan in the Spanish Empire circulation of works of art and imaginings of Cipango in Metropolitan Spain and the American Viceroyalties. In: *Bulletin of Portuguese – Japanese Studies*, Universidade Nova de Lisboa, v. 18-19, 2009.

POMERANZ, Kenneth. *A grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna*. Lisboa: Edições 70, 2013.

RUIZ, Sonia Ocaña. De Japón a España, vía Nueva España: el virrey Sarmiento y Valladares y los enconchados novohispanos. In: *Anales del museo de América*, Madrid: Ministerio de Cultura e Deporte, 2018. p. 126 – 136.

RAMINELLI, Ronald. *A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

SERRERA, María Ramón. *La América de los Habsburgo (1517-1700)*. 2.ed. Sevilla: Universidade de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 2013.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. *Empires between Islam and Christianity (1500-1800)*. Albany: University of New York Press, 2019.

TERESA, Guillermo. Documentos sobre “Enconchados” y la familia mexicana de los González. *In: Cuadernos de Arte Colonial*, Madrid: Museo de America, n. 1, 1986.

UNANUA, Pilar. Una nueva pieza de arte Namban: el atril del ayuntamiento de Tudela. *In: Anales del Museo de América*, Madrid, n. XXII, 2015.

YUN-CASALILLA, Bartolomé. Social networks and the circulation of technology and knowledge in the Global Spanish Empire. *In: GARCIA, Manuel Perez and SOUSA, Lucio de (eds.). Global History and New Polycentric Approaches*, Palgrave Studies in Comparative Global History. E-book. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/29637/GlobalHistoryAndNewPolycentric.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 jan. 2020.

ZAPATERO, Alberto Baena. Apuntes sobre la elaboración de biombos en la nueva España. *In: Archivo Español del Arte*, LXXXVIII, 350, p. 173-188, abril-junio 2015. Doi: 10.3989/aearte.2015.11.

ZAPATERO, Alberto Baena. Babel no século XVI: a mundialização e globalização das línguas. *In: THOMAS, Werner et al. (orgs.). Um mundo sobre papel: livros, gravuras e impressos flamengos nos impérios português e espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo / Belo Horizonte: Edusp / Editora UFMG, 2014.

ZAPATERO, Alberto Baena. Marcos “enconchados”: autonomía y apropiación de formas japonesas en la pintura novohispana. *In: Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas*, Ciudad de Mexico, v. 30, n. 92, 2008. p. 107 – 143.

ZAPATERO, Alberto Baena. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ZAPATERO, Alberto Baena. Un ejemplo de mundialización: el movimiento de biombos desde el Pacífico hasta el Atlántico (s. XVII-XVIII). *In: Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 69, n.1, p. 31 – 62, enero-junio, 2012.

ATUAÇÃO DE GOVERNADORES E INSERÇÃO DAS TROPAS DE PRETOS E DE PARDOS NO DISTRITO DIAMANTINO: REFLEXÕES SOBRE REFORMA MILITAR E MOBILIDADE SOCIAL EM TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS (1766 A 1797)

ANA PAULA PEREIRA COSTA¹

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XVIII, sob os auspícios do Marquês de Pombal, o império português passou por um conjunto de transformações e reformas que representaram um marco de ruptura na história portuguesa e nos domínios portugueses (MONTEIRO, 2014). Dentre as instâncias que vivenciaram mudanças nesse contexto inclui-se o universo militar lusitano. A reestruturação militar, que intencionava o aprimoramento das forças bélicas, se estendeu para a América portuguesa após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e em meio aos confrontos com a coroa espanhola nas partes meridionais do Estado do Brasil. Dentro desse quadro, houve uma ampliação efetiva dos habitantes da América portuguesa que deveriam atuar no emprego das armas, estendendo-se o poder militar para todo o conjunto da população, incluindo os segmentos compostos por pretos e pardos (PAULA, 2010, p. 62).

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre duas questões articuladas ao contexto da reforma militar, implantada no império lusitano pelo Marquês de Pombal, após 1760. Por um lado, compreender como os governadores que atuaram em Minas Gerais na segunda metade do século

¹ Este artigo apresenta resultados preliminares do projeto de pesquisa intitulado “Oficialato e estratégias de afirmação social de africanos e seus descendentes em perspectiva atlântica. Distrito Diamantino, Minas Gerais (1734-1780)”. Projeto financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (XXX BIC/UFJF – 2018/2019).

XVIII colocaram em prática as instruções enviadas no contexto da reestruturação bélica. Por outro, enfocar como tal empreitada impactou a inserção de pretos e pardos no universo bélico do Distrito Diamantino, localidade pertencente à Comarca de Serro Frio. Teremos como ponto de partida a promulgação da carta régia de 1766, a qual exigia a formação de corpos militares constituídos por tais grupos.

Neste aspecto, o objetivo será ponderar, ainda em caráter introdutório, sobre a possibilidade de mobilidade social facultada aos oficiais das tropas compostas por pretos e pardos. Importante ressaltar que, socialmente, esses segmentos se constituíam na maioria da população da região investigada. Sob esta ótica leva-se em conta a presença de valores e normas típicas de Antigo Regime no universo militar colonial e o papel estrutural da escravidão africana no território colonial com a incorporação contínua de estrangeiros via tráfico negreiro, dinâmicas que interferiram na atuação dos governadores, na formação, disseminação e formas de ascensão propiciadas pelas forças bélicas compostas pelos segmentos em destaque.

A região a ser abordada pela pesquisa é o Distrito Diamantino, também conhecido como Demarcação Diamantina, pertencente à Comarca de Serro Frio em Minas Gerais. O Distrito foi criado em 1734 e constituía-se em uma área de mineração dos diamantes com fronteiras delimitadas, demarcado pela coroa portuguesa. Localizado na região centro-norte da capitania de Minas Gerais, tratava-se inicialmente de um quadrilátero em torno do Arraial do Tejuco que foi designado sede tanto do Distrito quanto da Intendência dos Diamantes, órgão criado para ser responsável pela administração da extração diamantina. Incluía outros arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro, e poderia ter seu contorno alterado para englobar outros locais nos quais fossem realizadas novas descobertas (RODRIGUES, 2014).

Com a criação da Demarcação, ficou proibida a exploração de diamantes na área e, conseqüentemente, a chegada de novos exploradores, até que o preço da pedra preciosa, que caiu vertiginosamente a partir de 1734 devido ao excesso de oferta no mercado mundial, se normalizasse. Só em 1739 a exploração foi reaberta, mas, sob um novo sistema, o de contrato. Os contratos particulares eram arrematados de quatro em quatro anos por um único interessado ou em sociedade. Para uma fiscalização mais eficaz, criou-se a Intendência dos Diamantes. A partir de 1740 foram celebrados seis contratos. Durante a vigência desse sistema, intencionando aumentar o controle sobre o território e dificultar o afluxo de pessoas não ligadas diretamente à exploração diamantina, a entrada na Demarcação passou a ser controlada podendo ocorrer somente em locais determinados: os registros. Esses foram instalados no Distrito Diamantino em 1745 e funcionavam como uma espécie de alfândega, lugares de cobrança de direitos de entradas/impostos sobre escravos, gado, carga de secos e molhados (FURTADO, 2007).

O regime dos contratos terminou em 1771 devido a dificuldades de controlar o contrabando. Para tentar sanar esse problema, a coroa instalou nova forma para explorar o diamante, a Real

Extração. O novo regime consistia no monopólio régio dos diamantes. Com o intuito de reforçar a fiscalização e minar o contrabando somou-se à antiga Intendência dos Diamantes um novo órgão denominado Administração Diamantina, cuja legislação ficou conhecida como “o livro da capa verde”. Todavia, as ações implantadas para acabar com a ilegalidade na extração nesse momento não foram suficientes, pois, fraudes, abusos de autoridades e redes de privilégio continuaram a existir durante a vigência da Real Extração. (FURTADO, 1996).

Seja no período da proibição da extração das pedras (1734-1739), no regime dos contratos (1739-1771) ou no da Real Extração (1771-1853) (FURTADO, 2003a), militares (brancos, pretos e pardos) eram vistos pela população mais ampla e pelas autoridades locais (governadores, intendentes, ouvidores, capitães-mores, contratadores) como fundamentais para ordenar o território. Esse ordenamento envolvia adentrar e “domar” o sertão, local de refúgio de quilombolas e índios bravos, matizar disputas por ouro e diamantes, controlar roubos, garimpo ilegal, contrabando e extravio – problemas que se tornaram característicos da região diamantífera (COSTA, 2016). Desse modo, e consoante com o que a recente historiografia sobre o Brasil colonial tem enfatizado, a participação de vassalos, aqui representados pela figura do militar, era absolutamente essencial para permitir a atuação da monarquia em suas colônias ultramarinas.

O recorte analisado nesta investigação engloba os anos de 1766 a 1797. O recorte inicial representa um ponto de inflexão para a presença de militares pretos e pardos no Distrito Diamantino devido à promulgação da carta régia de 22 de março de 1766 cujo conteúdo se atrelava a reforma militar portuguesa organizada pelo Marquês de Pombal. Como já indicado, para os pretos e pardos ligados ao universo militar colonial tal ordem gerou relevantes mudanças, visto que, ordenava a formação de corpos militares entre todas as camadas sociais, dentre estas estavam aquelas constituídas pelos estratos subalternos. O impacto da promulgação da carta régia e deste momento de efervescência militar para africanos e seus descendentes elevar-se socialmente através da ocupação de postos e afastar-se das máculas próprias da relação com a escravidão carece de maiores estudos.

Na capitania de Minas Gerais as primeiras orientações ligadas à reestruturação militar foram aplicadas pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva. Os demais governadores que o sucederam buscaram também organizar as tropas de pretos e pardos em coadunação com a reforma militar firmada no contexto. Neste sentido, o recorte final foi escolhido por marcar a data de encerramento do mandato do governador que por último atuou no Setecentos na capitania, a saber, Luís Antônio Furtado de Mendonça, cujo cargo ocupou de 1788-1797. Portanto, ao longo do período analisado, buscaremos visualizar como os governadores que atuaram na segunda metade do XVIII, a partir da promulgação carta régia de 1766, executaram ações atreladas a reforma militar e como as mesmas impactaram a inserção de pretos e pardos no universo militar da região abarcada.

2 REFORMAS POMBALINAS E OS REGIMENTOS MILITARES DE PRETOS E PARDOS

No contexto das reformas pombalinas, conforme ressaltou Nuno G. Monteiro, as preocupações militares, associadas às sempre complexas e recorrentemente belicosas relações com a Espanha no território americano, formou parte essencial da política externa durante o reinado de D. José I. A guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a conquista da Colônia de Sacramento, posteriormente devolvida, ao contrário de outros territórios ocupados, mostraram bem a vulnerabilidade das forças militares portuguesas. Ainda durante a guerra a reestruturação bélica foi iniciada. (MONTEIRO, 2014). O aumento da tensão luso-castelhana na década de 1760 no cenário americano levou a política pombalina a se voltar mais firmemente aos aspectos militares. Com a dominação espanhola no sul da América portuguesa (1763-1776), a coroa tomou várias medidas para elevar a capacidade defensiva do Brasil, como a promulgação da carta régia de 22 de março de 1766, responsável por reformar as milícias nos âmbitos da disciplina, competência e ampliação dos corpos, formalizando as tropas de pretos e pardos na colônia.

Sobre a utilidade e a presença das tropas de pretos e pardos no cenário mineiro, alguns trabalhos têm discutido recentemente as condições de sua origem e formas de atuação. Luiz Geraldo Silva constitui-se em um dos autores que se dedica a tal reflexão. Em artigo publicado em 2013 apresentou uma análise na qual buscou compreender o que chamou de sociogênese dos terços de pretos e pardos em Minas Gerais no século XVIII. Para Silva, a origem dessas tropas no contexto mineiro se deu a partir da urgência de ordem em meio ao processo tumultuado de instalação da estrutura político-administrativa na região, o que por sua vez levou alguns governadores e capitães gerais a atribuírem a tais forças um caráter não formal. Desse modo, “elas não foram pensadas como corpos militares estáveis e tendentes a institucionalização, mas sim, possuidoras de caráter precário” (SILVA, 2013, p. 129).

Segundo Silva, as milícias de homens de cor parecem ter sido criadas como corpos provisórios e com *status* semelhante às esquadras do mato estabelecidas desde 1715 na capitania mineira, as quais eram formadas por uma hierarquia de capitães de campo, ou do mato, visando exclusivamente o combate a mocambos e quilombos (SILVA, 2013). Tais tropas, na perspectiva deste autor, só assumiriam um caráter formal e organizado a partir da promulgação da carta régia de 1766 a qual institucionalizaria a presença delas no cenário da América lusa, bem como proporcionaria maior difusão de seu empenho e da presença de oficiais patenteados oriundos das camadas de africanos e seus descendentes. Assim sendo, tal ordem é considerada pelo autor um divisor de águas no que tange a institucionalização das forças militares de pretos e pardos.

Segundo a referida carta régia:

Sendo informado da irregularidade, e falta de disciplina a que se acham reduzidas as tropas auxiliares desse estado: e atendendo a que nelas, sendo reguladas, e disciplinadas, como

devem ser consiste uma das principais forças que tem o mesmo Estado para se defender: sou servido ordenar-vos que logo que receberes esta, mandeis alistar todos os moradores das terras vossa jurisdição, que se acharem em estado de poderem servir nas tropas auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos, e libertos; e a proporção dos que tiver cada uma das referidas classes, formeis os terços de auxiliares, e ordenanças, a fim de cavalaria, como de infantaria, que vos parecerem mais próprios para a defesa de cada uma das comarcas desse estado (Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais. Cx. 85. Doc. 42, 22 de março de 1765)².

Enviada a todas as capitanias da América portuguesa, constituía um conjunto de normas a serem aplicadas a todas as regiões de seu vasto espaço. Cada capitania reagiu ao seu modo a promulgação da carta régia, de acordo com suas relações com o tráfico de escravos, com a população de cor de seu respectivo território e com os recursos materiais que cada uma detinha (PAULA, 2010).

Foi no governo de Luís Diogo Lobo da Silva (1763 – 1768) que esta ordem chegou a capitania de Minas o qual ficou incumbido da tarefa de iniciar a organização das forças conforme solicitado. Uma das primeiras medidas desse governador foi melhor regular o fardamento e o armamento dos corpos militares que se faziam presentes na capitania de modo que ficassem adequadamente compostos, tendo por critério a hierarquização baseada no Antigo Regime. Em uma correspondência datada de agosto de 1766, Luís Diogo Lobo salientava a necessidade das tropas auxiliares e das milícias utilizarem armas e fardamento, conforme estipulado pela carta régia, mas, seguindo uma lógica ancorada na distinção social. (AHU, MG. Cx. 88. Doc. 36, 4 de agosto de 1766). No documento em análise o governador menciona o regimento de cavalaria ligeira, os Dragões de Minas Gerais, e a infantaria dos corpos de ordenanças dos brancos, pretos e pardos libertos. Todos os ocupantes de postos nas tropas deveriam se armar e fardar às suas custas, mas, realçando as distinções entre si. Homens possuidores de maiores cabedais, prestígio e nobreza tinham também no universo militar mecanismo para demarcar condição social através de armamento e fardas que evocassem nobreza (AHU, MG. Cx. 88. Doc. 36, 4 de agosto de 1766).

Em relação ao armamento a distribuição também deveria reforçar a diferenciação entre cada uma dessas forças. As armas solicitadas eram: clavinhas, pistolas, catanas e espingardas com baionetas. O regimento da cavalaria ligeira deveria portar as clavinhas, além de pistolas e catanas. Já os Dragões deveriam possuir uma arma de cada, excluindo-se as clavinhas. Por fim, os corpos de ordenanças de homens brancos, pretos e pardos libertos, deveriam possuir cada um deles uma espingarda com baioneta. As armas em destaque eram, na opinião do governador, “as de maior vantagem, benefício e melhor defesa sendo as sobreditas próprias para toda a qualidade de pais como se tem verificado” (AHU, MG. Cx. 88. Doc. 36, 4 de agosto de 1766). Percebe-se que na distribuição considerava-se a hierarquia militar que sustentava a organização das mencionadas forças. No topo, a cavalaria ligeira cujos postos eram ocupados por homens principais da terra. Em seguida os Dragões e, por último, as ordenanças de brancos, pardos e pretos libertos.

² Cabe assinalar que na transcrição dos documentos selecionados, fizemos a atualização ortográfica, visando facilitar o entendimento de algumas formas do português arcaico. Grifos nossos.

Em outra correspondência de Luís Diogo, também datada de 1766, o tema discutido foi o recrutamento dos moradores da capitania. Com o agravamento dos conflitos com os espanhóis nas partes meridionais da América portuguesa na década de 1760, se fazia necessário a mobilização de mais indivíduos para o serviço da guerra. Para resolver o problema, a solução sugerida foi a criação e a reestruturação de tropas auxiliares, as quais se encontravam reduzidas naquele momento e nas quais se enquadrassem indivíduos de todas as categorias sociais, como já mencionado. Se, por um lado, esta ordem régia contribuiu para a ampliação e fortalecimento dos corpos militares na América portuguesa, inclusive os compostos por pretos e pardos, por outro, isentava a coroa de arcar com a defesa da América lusa, visto que, ela seria feita à custa do sangue, vida e fazendas dos aptos para o serviço militar (AHU, MG. Cx. 88. Doc. 28, 24 de agosto de 1766).

As tropas regulares oneravam os cofres régios porque eram pagas. Já as tropas auxiliares não recebiam soldo, fardamento, equipamento ou armamento e deveriam ser custeadas pelos próprios integrantes. O governador Luís Diogo Lobo da Silva seguia as instruções régias e considerava estrategicamente útil que pretos e pardos servissem nas tropas auxiliares no combate aos espanhóis. Além desses segmentos, Luís Diogo determinou que os capitães mores fizessem a contagem de todos os escravos da capitania, para que da quinta parte destes fossem separados alguns para comporem terços. Aos senhores cabia a obrigação de armar e conceder a liberdade aos escravos recrutados como forma de recompensa. Esta medida polêmica gerou descontentamento e resistência dos moradores das Minas levando o governador a ceder às pressões feitas, sobretudo, por membros da elite local com relação a não composição dessas tropas (SILVA, L.G.; SOUZA, F.P.; PAULA, L.F. 2009).

O sucessor de Luís Lobo, José Luís de Menezes, Conde de Valadares (1768-1773), pouco depois de assumir o governo da capitania voltou suas atenções para a reforma das forças bélicas com base nas diretrizes da reforma militar. Em 1769, ao dar notícias sobre o andamento da reforma militar a Sebastião José de Carvalho e Melo, nesse momento ainda Conde de Oeiras, salientou que intencionava focar, num primeiro momento, as tropas pagas e não os terços auxiliares como o seu antecessor havia feito. Dessa forma, colocava como uma de suas primeiras obrigações “regular e disciplinar das tropas desta capitania, e para o fazer precisará de averiguar o estado em que se achavam outras companhias pagas, a qualidade dos oficiais de que se compõem” (AHU, MG. Cx. 94. Doc. 15, 5 de fevereiro de 1769). Entretanto, ao se deparar com essa força achou “que os soldados tenham tão precoce disciplina, que nem sabiam apresentar uma arma, quando eu esperava que em execução da ordem de vinte e dois de março de mil setecentos e sessenta e seis estivessem regulados, e disciplinados” (AHU, MG. Cx. 94. Doc. 15, 5 de fevereiro de 1769).

Diante da desordem que se apresentava entre as tropas de primeira linha, o Conde de Valadares, sugeriu que:

Porquanto não podia ser somente que se disciplinassem os auxiliares, e não os pagos; por este motivo tenho feito quanto cabe na minha possibilidade para instruí-los nos exercícios e manejo na forma do regulamento mandando mudar alguns destacamentos de sorte que todos venham pela sua ordem a esta capital; e me parece que lhe tem aproveitado esta minha diligência (AHU, MG. Cx. 94. Doc. 15, 5 de fevereiro de 1769).

Insistindo nessa ideia de focar nas tropas pagas, o governador remetia informações sobre o estado das companhias pagas e mostrava um quadro bem negativo das mesmas enfatizando a necessidade de reorganizá-las:

As três companhias pagas desta capitania não chegam bem para acautelar os referidos extravios, e descaminhos, e conduções de quintos, de sorte que tem chegado a estar um, ou dois soldados nesta capital, e sem haver guarda nos cofres da real fazenda, e dos quintos além da precisão que há deles para se acudir alguns insultos de negros quilombolas, e outras diligências que conduzem o sossego destes povos; esta falta cresce por haver nas mesmas companhias muita soldados velhos, cachaça dos, que não saem de suas casas, e outros dos hospitais, eu me não resolvo a dar-lhe baixa atendendo ao bem que tem servido, nem posso reformá-los por não ter ordem para isso (AHU, MG. Cx. 94. Doc. 15, 5 de fevereiro de 1769).

Em outra correspondência para o Conde de Oeiras, também datada de 1769, o Conde de Valadares argumentava que a reorganização militar das Minas deveria se iniciar pelo ordenamento do terço da nobreza, pois, segundo ele, havia a necessidade de se nomear sargentos mores pagos, hábeis para ensinar as táticas militares de acordo com a ordem de 1766:

Em carta regia expedida para este governo aos 22 de março de 1766 é sua majestade servido ordenar se regulem os terços dos nobres, plebeus, pardos, pretos, mestiços, e libertos; tenho dado princípios a regular os nobres, e servido em lhe o nomear sargentos mores pagos, porquanto as câmaras se acham com diminutos rendimentos, de sorte que não lhe é possível satisfazer os soldos especialmente ficando já com a obrigação de pagarem aos sargentos mores dos auxiliares: por este princípio nomeei naqueles postos pessoas hábeis que possam regular, e disciplinar os soldados da nobreza: o que ponho na presença de vossa excelência para que seja servido dizer-me se devo conservar os sargentos mores que nomeei, sem embargo do que exponho a vossa excelência, ou se devo com efeito eleger dos pagos. Vou continuando em regular as classes das mais pessoas declaradas na mesma carta (AHU, MG. Cx. 94. Doc. 16, 5 de fevereiro de 1769).

Contudo, a nomeação para este posto de acordo com as ordens expressas na carta régia recomendava que fossem feitas entre os ocupantes de postos nos terços regulares (a tropa de linha). Mas não foi o que se aplicou devido à dificuldade da câmara em pagar os sargentos mores. Deste modo, nomeou para ocupação destes cargos pessoas capazes de desempenhar essa função (AHU, MG. Cx. 94. Doc. 16, 5 de fevereiro de 1769).

Na década de 1770 as pressões para a constituição de um efetivo militar que fosse capaz de prestar socorro tiveram seu ápice, pois se vivenciava um contexto no qual as questões militares eram prementes. Este cenário foi composto pelos confrontos no Sul da América portuguesa e pelas discussões em torno do envio de ajuda militar pela capitania de Minas Gerais no governo de Antônio de Noronha (1775-1780). Neste momento, instruções de Sebastião José de Carvalho e Melo e do Secretário de Estado Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, foram passadas aos governadores de várias capitanias, entre elas a de Minas Gerais, as quais ratificavam a necessidade de regular as tropas auxiliares. No que diz respeito à capitania de Minas Gerais, quando Dom Antônio

de Noronha assumiu o governo, exerceu duas importantes ações que tiveram substantivo impacto nos quadros da reforma militar que se realizava: a criação de regimentos de cavalaria, tanto auxiliar como a de primeira linha; e a reestruturação dos terços de pretos e pardos, os quais se encontravam, em 1775, bastante desmobilizados (PAULA, 2010).

A estruturação dos terços de pretos e pardos no governo de D. Antônio de Noronha tinha um objetivo oriundo da pressão que o Marquês de Lavradio exercia sobre ele, ou seja, o envio de recrutas de Minas Gerais para as partes meridionais da América portuguesa. Esse contexto revelou um dilema para Dom Antônio de Noronha. Por um lado, se a pressão para o envio de força bélica para lutar na guerra lusa castelhana na década de 1770 foi uma realidade com a qual este governador teve que lidar, por outro, em uma região na qual a extração de ouro e pedras preciosas dava o tom, ter tropas a guarnecer os serviços minerais era crucial.

Quando recebeu ordens para enviar tropas para completar os regimentos que guarneciam o Rio de Janeiro, Noronha resolveu não enviar os corpos auxiliares em seu estado completo para que não houvesse prejuízo da extração aurífera. Por isso, suprimiu a falta de recrutas com o envio de homens pardos (COTTA, 2010).

Em carta datada de 1775 informa a ajuda que pretendia enviar a Lavradio para a guerra luso-castelhana:

Os corpos dos homens pardos, e pretos, depois de completar as companhias, as quais achei bastantemente diminutas, acrescentei a estas o maior número que me for possível; esta qualidade de gente é mais útil pela facilidade que tem de encontrar nos matos e assim não deve haver nestes corpos número certo (AHU, MG. Cx. 108, Doc. 47, 25 de julho de 1775).

Desse modo, a partir de 1775, verificamos um significativo aumento do número de companhias de homens pretos e pardos nas Minas Gerais. De acordo com Leandro Francisco de Paula, os terços de pretos e pardos reestruturados estavam conectados a duas comarcas principais: a de Vila Rica e a de Rio das Mortes. O terço da comarca de Vila Rica era comandado pelo mestre de campo Francisco Alexandrino, um homem de cor. Era composto por 17 companhias da própria Vila Rica e mais 13 companhias da cidade de Mariana, constituindo, assim, quatro esquadras. Por sua vez, o mestre de campo Joaquim Pereira da Silva liderava o terço da comarca do Rio das Mortes, composto pelas esquadras de São João Del Rei e a da vila de São José. Constituíam 22 companhias de 60 praças. Ao todo, Francisco Alexandrino comandava 1.800 homens, e Joaquim Pereira da Silva 1.320 praças. O lugar de atuação dos terços era a própria capitania de Minas Gerais (PAULA, 2010).

Cabe ressaltar que, no que diz respeito à organização dos terços de homens pretos e pardos na capitania de Minas, incluindo as existentes no Distrito Diamantino, todos os governadores que atuaram no contexto enfocado buscaram atender ao pedido da coroa e designar o conjunto de habitantes da colônia no serviço das armas, pois as autoridades reconheciam que não poderiam abrir mão da utilização deles na defesa da terra. As ações dos governadores e a organização das forças através da criação de postos que alocassem todos os segmentos sociais ampliavam a militarização

dos colonos e tornava central o papel das tropas locais na América portuguesa, reproduzindo, assim, as estratificações sociais vigentes. Por este motivo, a presença de terços pretos e pardos não se restringiu as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes e ao governo de D. Antônio de Noronha.

Indícios de forças bélicas compostas por estes segmentos são também encontrados para o Distrito Diamantino em diferentes momentos da segunda metade do século XVIII. Nas tabelas 1 e 2 são apresentados alguns dados que nos permitem argumentar sobre essa questão. É nítido que a partir da institucionalização dessas forças surgiu um número significativo de oficiais pretos e pardos patenteados na região. Até o momento não encontramos na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino referente a capitania de Minas Gerais patentes designadas para oficiais pretos e pardos no Distrito Diamantino antes de 1766. Somente depois dessa data encontrei menção a nomeações para distintas forças de indivíduos pertencentes a estes segmentos.

Tabela 1 - Oficiais ligados as tropas de pretos e pardos no Distrito Diamantino – pós 1766

Nome do oficial	Patente	Força	Localidade	Data da nomeação
Domingos Pereira de Braga	Coronel	Infantaria auxiliar dos homens pardos	Vila do Príncipe	Sem informação
	Capitão-mor das entradas	Companhia dos pedestres da intendência dos diamantes		Sem informação
José Gonçalves de Morais	Capitão-mor das entradas	Companhia dos pedestres da intendência dos diamantes		
João Ferreira de São Miguel		Ordenança de pé de homens pardos libertos	Arraial do Tejuco	31/05/1776
João Marinho de Castro	Tenente-coronel	Infantaria auxiliar dos homens pardos	Arraial do Tejuco	12/05/1789
João Pinto Coelho	Capitão	2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos	Vila do Príncipe	26/06/1769
Feliciano Barbosa Malheiro	Capitão	Ordenança de pé dos homens pardos libertos	Morro do Pilar (Serro Frio)	25/07/1771
Liberato José Cordeiro*	Capitão-mor	Ordenança	Vila do Príncipe	06/07/1768
Manuel Cardoso Pinto	Capitão	Ordenança de pé dos homens pardos e libertos	Gouveia	05/02/1773
Manuel da Fonseca Milanês	Capitão-mor	Companhia do mato	Arraial do Tejuco	Antes de 1789
Manuel de Eiro Teixeira	Capitão	Ordenança de pé dos homens pardos libertos	São Gonçalo	Antes de 1771
Manuel Pereira de Sousa	Capitão	Ordenança de pé dos homens pardos libertos	Distrito de Paraúna	Antes de 1771
Paulo José Velho Barreto	Coronel	Infantaria auxiliar dos homens pardos	Arraial do Tejuco	1786

Raimundo Correia Lobo	Sargento-mor agregado	Infantaria auxiliar dos homens pardos	Arraial do Tejuco	24/07/1789
Teodósio José de Faria	Capitão	Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos de Paraúna e 9ª Companhia do Regimento do Arraial do Tejuco	Arraial do Tejuco e Arraial da Paraúna	13/10/1788
Tomé José Martins	Capitão	Ordenança de pé dos homens pardos libertos	Arraial de Conceição do Mato Dentro (termo da Vila do Príncipe)	30/04/1771

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais. Cx. 150, doc. 78, 9 de outubro de 1799; cx. 132, doc. 22, 8 de agosto de 1789; cx. 92, doc. 68, 6 de julho de 1769; cx. 95, doc. 47, 26 de junho de 1769; cx. 100, doc. 32, 10 de abril de 1771; cx. 100, doc. 36, 30 de abril de 1771; cx. 100, doc. 72, 25 de junho de 1771; cx. 104, doc. 29, 5 de fevereiro de 1773; cx. 109, doc. 53, 31 de maio de 1776; cx. 130, doc. 8, 1 de outubro de 1788; cx. 131, doc. 61, 12 de maio de 1789; cx. 132, doc. 18, 24 de julho de 1789; cx. 101, doc. 36, 6 de setembro de 1771; cx. 126, doc. 15, 1 de fevereiro de 1787; cx. 108, doc. 9, 15 de fevereiro de 1775.

*Obs.: Embora este oficial não seja pertencente ao grupo de pretos e pardos, atuava como capitão-mor das tropas compostas por eles.

Pela tabela 1 é visível que os pardos sobressaem como patenteados em comparação aos pretos, que os oficiais estavam, em grande medida, concentrados no Arraial do Tejuco e na Vila do Príncipe e que as tropas a que tais segmentos se ligavam eram diversas passando pela ordenança de pé, pedestres, corpos do mato até a infantaria auxiliar. De acordo com Francis Cotta, tais forças agiam localmente em ataque aos quilombos, contra indígenas hostis e, também, na proteção de territórios nos quais se fazia a extração de metais preciosos (COTTA, 2005).

Em todas as cartas patentes analisadas, nas quais a data de nomeação para o posto foi possível visualizar, há menção que o mesmo estava sendo criado em decorrência da carta régia de 1766. Desse modo, observa-se que ocorreu um esforço por parte dos governadores para tentar atender a demanda de “formar os terços de auxiliares, e ordenanças, assim de cavalaria, como de infantaria, que vos parecerem mais próprios para a defesa de cada uma das comarcas desse estado: criando os oficiais competentes” (AHU, MG. Cx. 85. Doc. 42, 22 de março de 1765). (Grifos nossos).

No Distrito Diamantino, um pardo e um branco exerciam o comando das forças de pretos e pardos divididas entre infantaria auxiliar e ordenanças. As ordenanças eram comandadas por Liberato José Cordeiro, cuja patente de capitão-mor da Vila do Príncipe foi adquirida em 1768, pouco tempo depois da promulgação da carta régia. Liberato ganhou a patente por falecimento de Luís Vaz de Siqueira Mourões e havia sido sargento-mor das ordenanças na mesma localidade sendo indicado pelos oficiais da câmara da região com assistência do ouvidor geral da comarca. Ao receber a indicação da câmara, o governador Luís Diogo Lobo da Silva o confirmou no dito posto (AHU, MG. Cx. 92, Doc. 68, 6 de julho de 1769).

Consoante Francis Cotta, o comando das companhias de ordenanças de pé, de pretos e pardos, bem como de homens brancos, era exercido por um capitão-mor, o posto oficial mais alto na hierarquia militar das ordenanças. Geralmente seu perfil abarcava ser homem branco, poderoso e de considerável cabedal econômico. Todas as companhias de ordenança, fossem compostas por brancos ou por pretos e pardos, estavam submetidas hierarquicamente a este oficial. Homens pardos das ordenanças tornavam-se no máximo capitães e, em alguns casos, sargentos-mores. (COTTA, 2010). Ao que parece, tais critérios se aplicavam a Liberato, visto que, em sua carta patente vinha mencionado que o mesmo era “pessoa assistente no distrito de conhecida inteligência, tranquilidade, que se tratava com luzimento e era abundante de bens” (AHU, MG. Cx. 92, Doc. 68, 6 de julho de 1769).

Ser morador antigo na região e a experiência militar poderiam ser, também, fator de relevo na concessão de um posto. Como visto, Liberato residia na localidade e já havia ocupado o posto de sargento-mor de ordenança na Vila do Príncipe. No primeiro caso, era exigido que o oficial nomeado “residirá sempre no seu distrito sob pena de que não o fazendo se lhe dar baixa na forma das ordens de sua majestade” (AHU, MG. Cx. 92, Doc. 68, 6 de julho de 1769). Tal obrigação reforça a antiguidade, a inserção e a organização desta força militar baseada em uma lógica estritamente localista, identificada com uma concepção corporativa da sociedade e do poder político. Uma vez que tinham como função protagonizarem as ações do recrutamento local, os ocupantes de postos nas ordenanças tinham de estar habilitados para tanto, ou seja, ter conhecimento profundo dos homens militarmente úteis de sua jurisdição. O que só seria possível se residissem e fossem moradores antigos das localidades para as quais estavam sendo nomeados.

Contribuía, ainda, para a sua reputação o fato de, em 1788, ter ocupado o cargo de juiz ordinário na câmara da Vila do Príncipe (SILVA, 1928). A honra e o poder de Liberato José Cordeiro aumentariam consideravelmente com o posto de capitão-mor, visto que, atribuía a seu possuidor um poder de atuação em dois sentidos. Os capitães-mores e os capitães das companhias locais ficavam com um poder imenso de escolha dos aptos e não aptos para o serviço militar, o que proporcionava aos oficiais uma rede de influências muito importante sobre os habitantes das localidades nas quais se instituía, tanto pelo conhecimento detalhado da população, como pela autoridade de impor-lhes o treino militar (MELLO, 2002). Além disso, as patentes eram um instrumento de nobilitação, visto que, os oficiais, “não vencerá soldo algum mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções, e franquezas que em razão dele lhe pertencem” (AHU, MG. Cx. 92, Doc. 68, 6 de julho de 1769).

Em finais do século XVIII, na década de 1780, Liberato Cordeiro tinha sob sua jurisdição na Vila do Príncipe e seu termo 22 companhias de brancos, 13 companhias de pardos e 6 companhias de pretos, totalizando 41 companhias. Cada companhia era composta por 60 soldados com seus respectivos oficiais que obedeciam a hierarquia das ordenanças, na qual o capitão-mor era a autoridade máxima, como já mencionado (COTTA, 2010).

Outra forma de organização de homens pardos, e também dos pretos, nas milícias era através dos terços de infantaria auxiliar. Esses terços eram comandados por um mestre de campo.

Contudo, para o Distrito Diamantino, a infantaria de homens pardos se organizou em regimento, tendo como comandante o coronel Paulo José Velho Barreto, homem pardo, cuja patente ganhou em 1786, bem depois a promulgação da carta régia de 1766. Quando o governador Luís da Cunha Menezes (1783-1788) criou seu posto, a referida carta foi mencionada:

Luis da Cunha Meneses do conselho de sua majestade fidelíssima governador e capitão general da capitania das Minas Gerais. Faço saber aos que esta minha carta patente virem que havendo eu regulado militarmente as muitas companhias de homens pardos, que tem o continente do arraial do Tejuco, formando delas um regimento de infantaria auxiliar, muito útil ao real serviço na conformidade da carta régia de 22 de março de 1766, e instruções particularmente dirigidas ao governo desta capitania pela secretaria de Estado de 24 de janeiro de 1775, ao que atendendo eu e ser informado da aptidão, possibilidades, e préstimo de Paulo José Velho Barreto para bem exercer o posto de coronel de um dos regimentos da infantaria auxiliar dos homens pardos (AHU, MG. Cx. 132, Doc. 22, 8 de agosto de 1789).

O Conselho Ultramarino advertiu D. Maria sobre a situação irregular daquela patente (AHU, MG. Cx. 132, Doc. 22, 8 de agosto de 1789). Apenas a cavalaria e as tropas de linha se organizavam em regimentos e estavam destinadas aos homens nobres da localidade. A infantaria auxiliar de brancos, pretos e pardos deveria se organizar em terços conforme as ordens régias expressas na carta régia de 1766 e nas instruções enviadas ao governo das Minas. No comando dos regimentos estavam os coronéis, enquanto no dos terços estavam os mestres de campo (CRISPIN, 2011). Para o preenchimento do posto de coronel as autoridades deveriam “promover exames públicos versando sobre a inteligência no serviço e conhecimentos científicos da arte da guerra”, propósitos afinados com o cenário da reforma militar. Concorreriam capitães, ajudantes e tenentes da tropa regular, bem como o ajudante do próprio regimento, cujo cargo de sargento-mor estivesse vago (COTTA 2010). Não obstante o alerta do Conselho Ultramarino, o parecer da rainha foi favorável ao pardo Paulo Barreto (AHU, MG. Cx. 132, Doc. 22, 8 de agosto de 1789).

A escolha de Paulo Barreto para tão honroso posto burlando, inclusive, uma regra hierárquica da organização das forças militares, indica a acentuada posição econômica e social que devia possuir na região em que atuaria como comandante máximo das tropas de pardos. Destaque que se ampliaria com a patente adquirida. De acordo com Júnia Furtado, o coronel Paulo Barreto era fazendeiro e negociante de grosso trato e foi quem apadrinhou Rita, uma das filhas de Chica da Silva com o contratador João Fernandes de Oliveira. Além disso, era proprietário de 10 escravos e tinha uma seleta biblioteca. No inventário do coronel foram listados entre seus bens “cinco mesas, das quais uma de jantar, de jacarandá, seis tamboretos cobertos de sola, doze cadeiras, um guarda-roupa, um catre grande de jacarandá, estantes e um armário” (FURTADO, 2003, p. 126-133. Apud: CRISPIN, 2011, p.106).

Com este posto, o pardo Paulo Barreto adquiria um amplo leque de possibilidades de mando na localidade em que se inseria, visto que, passava a ostentar a patente de coronel e a ter sob sua alçada e comando grande número de pessoas, pois, cada regimento incluía diversas

companhias comandadas por capitães. Consoante sua carta patente: “todos os oficiais, e soldados seus subordinados o reconheçam por seu chefe, e como tal o tratem, honrem e estimem, e em tudo lhe obedeçam” (AHU, MG. Cx. 132, Doc. 22, 8 de agosto de 1789). Além disso, os membros dos corpos auxiliares gozariam de foro militar. Seriam isentos de contribuir com fintas, taxas e outros encargos ou tributos impostos pela câmara. Gozariam dos privilégios dos soldados pagos. Não seriam constrangidos a servirem em cargos públicos contra a vontade (COTTA, 2010).

Pouco depois de Paulo Barreto ganhar sua patente, em 1787, o governador Luís da Cunha Menezes (1783-1788), elaborou um mapa sobre as forças militares da capitania de Minas, desde as ocupadas por brancos, até pelos pretos e pardos. No que diz respeito às forças organizadas por tais grupos a divisão ficou estabelecida do seguinte modo:

Tabela 2 - Forças militares ocupadas por pretos e pardos na capitania de Minas Gerais - 1787

Terços de infantarias de pretos e pardos			
Local	Denominação dos regimentos e terços	Nomes dos coronéis e mestres de campo	Total
Vila Rica	Vila Rica	Mestre de campo Francisco Alexandrino	3
	Cidade de Mariana	Luiz Correia Lisboa	
	Inficcionado	Gregório Pereira Valadão	
Rio das Velhas	Vila do Sabará	Antônio Vieira da Costa	2
	Vila do Sabará	Gonçalo Dias	
Rio das Mortes	Vila de São João	Manuel Ignácio Alvarenga	2
	Vila de São José	Joaquim Pereira da Silva	
Regimentos de infantaria de homens brancos e pardos			
Local	Denominação dos regimentos e terços	Nomes dos coronéis e mestres de campo	Total
Vila Rica	Guarapiranga	Coronel José Alves Vieira	1
Rio das Velhas	Paracatu	Theodozio Duarte Coimbra	3
	Vila de Sabará	Manuel Pereira de Freitas	
	Caeté	José Rodrigues da Fonseca	
Rio das Mortes	Termo da Vila de São José	Miguel Teixeira da Silva	3
	Lavras do Funil	Felipe Nére Torres	
	Lagoa da Aiuroca	Thomaz da Rocha Sousa	
Serro do Frio	Vila do Príncipe	Domingos Pereira de Braga	2
	Arraial do Tejuco	Paulo José Velho Barreto	

Fonte: MAPA dos Regimentos de Cavalaria, Infantaria e Terços Auxiliares de homens brancos, pardos e pretos de Minas Gerais. AHU, MG. Cx. 126, Doc. 15, 1 de fevereiro de 1787.

Conforme apontado no mapa, para a comarca de Serro Frio, após a carta régia de 1766 criou-se dois regimentos de homens pardos, um na Vila do Príncipe e outro no Arraial do Tejuco comandados, respectivamente, pelos pardos Domingos Pereira de Braga e Paulo José Velho Barreto, ambos com patente de coronel. Importante ressaltar que no mapa não aparecem as tropas ligadas as ordenanças, só aos auxiliares. Portanto, o nome de Liberato José Cordeiro não é mencionado como comandante de um dos regimentos de pardos, já que este liderava as tropas ligadas as ordenanças e não aos auxiliares. Assim como no já analisado caso do pardo Paulo Barreto, novamente um homem oriundo deste segmento social foi indicado como coronel, desta vez na Vila do Príncipe. Embora não tenha encontrado maiores informações sobre a trajetória de Domingos Pereira de Braga, nem sua carta patente, a informação de sua condição parda é dada pelo próprio governador (AHU, MG. Cx. 126, Doc. 15, 1 de fevereiro de 1787) e sua importância na localidade é atestada por sua indicação para a ocupação de tão honroso posto.

Com as patentes militares, pardos assumiam lugar de destaque na região em que estavam inseridos e conseguiam maior distanciamento das máculas do escravismo através da prestação de serviço militar. As forças militares compostas por pretos e pardos no Distrito Diamantino, com destaque para esta última em nossa análise, serviram para impulsionar a mobilidade de tais segmentos inserindo-os em posições de maior influência e poder, mesmo que com limites. Cabe sublinhar que, neste contexto, a mobilidade social era altamente hierarquizada em termos jurídicos e sociais e dada por traços estamentais, cujo referencial era o distanciamento do passado escravista. Tal aspecto marcava a distinção entre escravos, forros e livres (FERREIRA, 2007)

Neste sentido, com a promulgação da carta régia de 1766 o contingente militar não remunerado aumentou consideravelmente ao incluir em suas hostes os mais variados segmentos sociais de forma institucionalizada. Ao realizar tal feito, a partir da instituição de uma reforma militar, ganhava o rei, seus representantes régios ultramarinos e o império, ao conseguirem incluir homens oriundos da escravidão africana para servir ao bem comum através da condução da defesa da colônia. Ademais, ao se vincularem ao universo militar, pretos e pardos tinham a possibilidade de prestar serviços ao rei reconhecendo-se como vassalos, gerando-se, portanto, sentimento de pertença ao império em grupos constantemente marginalizados pela sociedade colonial.

Por sua vez, a posse de uma patente para esses mesmos grupos tinha valor significativo ao propiciar meio de inserção diferenciada e reconhecimento social. Na América Portuguesa o caráter nivelador que se introduzia com as forças ligadas as ordenanças e aos auxiliares gerava grandes expectativas, visto que, a hierarquia social se forjava na presença do escravismo. Portanto, o corte social proposto pelas ordenanças e auxiliares era uma oportunidade de afirmação social e de distinção, sendo por isso a posse de uma patente nestas forças militares algo muito requisitado. Desse modo, os ganhos adquiridos com a posse de uma patente militar, principalmente em um cenário de Antigo Regime, para indivíduos atrelados aos segmentos subalternos, não se medem pela questão monetária.

A incorporação formal dos homens de cor ao sistema militar implicava atrelar africanos e seus descendentes ao universo do poder e política do espaço colonial. Pode-se dizer que, os privilégios da ocupação de um posto nestas tropas não representavam diretamente ganhos monetários – o que representava para a coroa uma economia em gastos diretos com a defesa – mas, sim, produção ou reprodução de prestígio e posição de comando, bens não negligenciáveis no Antigo Regime. Afinal ser capitão-mor, capitão, sargento-mor, era uma forma de identificação no mundo colonial que muitos indivíduos assumiam e essa identificação definia seu lugar social na hierarquia, algo extremamente valorizado por pretos e pardos. Em outros termos, acreditamos que a partir da influência das formas de hierarquização e relações de poder dadas pelo Antigo Regime a incorporação nas tropas militares teve significativo peso para a os grupos em questão, pois, era encarada como estratégia de mobilidade que aliviava o estigma do cativo, como já sugerido. Ou seja, apagava a desonra de um antepassado escravo, pontuando seu lugar no corpo social, denotando sua qualidade³.

Cabe sublinhar que a inclusão dos segmentos sociais em foco como vassallos do império mediante a atuação no âmbito militar não foi apenas uma ação efetivada pela coroa e vantajosa exclusivamente para esta. Ocorreu também por iniciativa de pretos e pardos na medida em que isso possibilitava protagonizar comunicação com os poderes locais e o poder central, requisitar honrarias e privilégios e, dessa forma, alcançar mobilidade social (CRISPIN, 2011, *passim*).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se até meados do século XVIII os pretos e pardos inseridos no sistema militar colonial possuíam pouca visibilidade em termos formais, este quadro iria mudar consideravelmente a partir de 1766 com a reforma militar implantada no império luso sob os auspícios do Marquês de Pombal. A promulgação da carta régia aumentou o contingente bélico formalizando as tropas de pretos e pardos, sobretudo, quando os conflitos nas regiões meridionais se intensificaram na década de 1770.

Para os grupos em foco, autoridades e monarca essa situação era vantajosa, pois, com essas forças, formava-se um espaço de negociação entre os segmentos pretos e pardos com o soberano e com os governadores que, oferecia aos primeiros, a oportunidade de se distanciarem do passado escravista e uma moderada ascensão social. Esta se instituía graças a privilégios e vantagens inerentes aos cargos que exerciam em troca de uma parceria para lidar com conflitos externos e, para o caso do Distrito Diamantino, com o controle da ordem interna devido a sua importância para a coroa portuguesa após a descoberta de ouro e dos diamantes e pela instabilidade social causada pelo grande afluxo populacional que para aí se dirigiu ao longo desse período.

³ Para esclarecimentos sobre as noções de mobilidade, Antigo Regime e qualidade ver: FRAGOSO, GOUVÊA & BICALHO, 2001.

FONTE DOCUMENTAL

Projeto Resgate. Documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino – capitania de Minas Gerais. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG

REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Paula Pereira. Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 560-581, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/21935/14714>.

COTTA, Francis A. *No rastro dos Dragões*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. *Além do acidente pardo: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 1996.

FERREIRA, Roberto Guedes. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro;

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 337-376.

MELLO, Christiane F. Pagano de. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII – As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MONTEIRO, Nuno G. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal de dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: volume 3 (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 110-156.

PAULA, Leandro Francisco de. Tropas de pretos e pardos em Minas Gerais: o recrutamento para a guerra luso-castelhana (1766-1780). *Outros tempos*, Maranhão, v. 7, n. 9, p. 61-79, 2010. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/119/94.

RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Dario A. F. da. *Memórias do Serro Antigo*. Serro, 1928/2008. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros-de-generos-diversos/805942>.

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: A. DORÉ; A.C.A. SANTOS (orgs.), *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: Fundação Araucária, 2009, p. 67-83.

SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a “etnia crioula”: o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia M. Graças & VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 71-96.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII, *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 111-144, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092013000200111.

SILVA, Luiz Geraldo. Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SILVA, Luiz Geraldo. Distrito Diamantino. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela, V. (orgs.). *Dicionário Histórico das Minas Gerais, período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a, p. 109-113.

SILVA, Luiz Geraldo. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

SILVA, Luiz Geraldo. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais, volume 1*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 303-320.

UM OLHAR ANALÍTICO SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA AMÉRICA PORTUGUESA: O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS E OUTRAS NOÇÕES¹

CARLA MARIA CARVALHO DE ALMEIDA

1 APONTAMENTOS INICIAIS

O propósito deste texto é apresentar uma leitura possível sobre a trajetória da historiografia sobre o período colonial no Brasil nas últimas décadas, seu diálogo com a historiografia internacional, sobre as monarquias modernas e como esse percurso tem influenciado os rumos das pesquisas mais recentes sobre a América Portuguesa². Mais especificamente, pretendo discutir o uso da noção de Antigo Regime nos Trópicos, algumas questões relacionadas a apreensão dos grupos de elite nestas sociedades e a pertinência ou não da utilização de categorias como principais desta terra, nobreza, nobreza da terra para compreensão da hierarquização social que os envolvia. Certamente o movimento que buscarei aqui referenciar não é exclusivo da historiografia brasileira, pelo contrário, grande parte das linhas gerais de seu desenvolvimento foram formuladas em consonância com o que ocorria também em tradições historiográficas de distintas partes das Américas. No entanto, em função das limitadas dimensões deste texto, me concentrarei exclusivamente na historiografia brasileira³. Finalmente, tomarei como exemplo minhas investigações sobre os grupos de elite na capitania de Minas Gerais para discutir algumas questões relacionadas a estatuto social na América Portuguesa.

Faz tempo que as críticas feitas por *Ciro Cardoso* (CARDOSO, 1980), *Jacob Gorender* (GORENDER, 1985) e *Maria Yedda Linhares* (LINHARES e SILVA, 1981) acerca da necessidade de um olhar mais cuidadoso para a dinâmica interna da sociedade que se estruturou na América Portuguesa foi acolhida e produziu uma vasta historiografia revisionista com abundante embasamento empírico.

¹ As reflexões apresentadas neste texto são fruto de pesquisas financiadas pelo CNPq e FAPEMIG.

² Certamente não tenho a pretensão de fazer uma análise exaustiva, mas tão somente acompanhar as reflexões que partiram da linhagem historiográfica iniciada por *Ciro Cardoso*, *Jacob Gorender* e *Maria Yeda Linhares*.

³ Ótimas sínteses sobre o assunto tratando de distintas regiões da América Hispânica podem ser encontradas em: *GARAVAGLIA*, 1990; *DONGHI*, 1997; *FRADKIN* e *GELMAN*, 2004.

Por isso mesmo, desde a década de 1990, dificilmente algum pesquisador insistiria na insignificância do mercado interno, na rigidez do exclusivo colonial, na estrutura social baseada na dicotomia senhor/escravo, no predomínio do tripé latifúndio/ monocultura/ grandes plantéis como elementos prioritários na definição da paisagem colonial.

Desde então, com a profissionalização e ampliação da pesquisa histórica no país, novas perspectivas sobre o período colonial foram delineadas, motivadas por, pelo menos, duas ordens centrais de questões. Por um lado, uma questão de caráter mais geral, que guarda relação com o rumo das Ciências Sociais como um todo. Trata-se da chamada crise do racionalismo e das análises estruturais, com todos os seus desdobramentos. Por outro lado, uma questão um pouco mais específica, mas ainda assim abrangente, que se relaciona com a aproximação cada vez mais orgânica da historiografia brasileira com noções como Império Português, monarquia corporativa, monarquias compósitas, autoridades negociadas e seus desdobramentos, que evoluíram mais recentemente para a noção de Monarquia Pluricontinental.

Os questionamentos que, desde as últimas décadas do século passado, começaram a pôr em causa a validade das grandes sínteses explicativas chamaram a atenção para o perigo de se excluir o sujeito da História ou de se perder a historicidade de suas ações. As análises estruturais baseadas em grandes cortes cronológicos e na quantificação não dariam conta de incorporar a ação do sujeito como ator histórico importante para a definição do rumo dos fenômenos e dos processos históricos. E, mais do que isso, mas disso também decorrente, não dariam conta de compreender as estratégias individuais que poderiam tornar compreensível aquela realidade mais estrutural. Também não permitiriam apreender as ações dos atores históricos de épocas recuadas, motivadas por outras lógicas que não as da sociedade contemporânea. Mais especificamente no que diz respeito ao período de que tratamos, chamou-se a atenção para o fato de que, nas sociedades anteriores à capitalista, prestígio, honra, *status* ou amizade, poderiam ser critérios mais significativos para a compreensão das ações dos homens do que a preocupação estrita com a acumulação de bens econômicos. Por uma aproximação com a antropologia, avaliou-se que tais análises estruturais seriam também muito estanques nos seus enfoques⁴.

Em meio aos grandes embates travados por tais ponderações, iniciou-se um processo de compreensão de que seria necessário colocar o sujeito no centro da análise histórica. Assim, mais do que as explicações baseadas nas deduções lógicas que as grandes sínteses teóricas produziam, a experiência, individual e coletiva, resgatada empiricamente, passou a desempenhar um papel destacado, no trabalho dos historiadores. Termos como *experiência* e *cultura* passariam a estar intimamente relacionados. Em um instigante e já clássico embate contra o estruturalismo de Louis Althusser, o historiador inglês E. P. Thompson, assim se referia a essas questões:

⁴ A literatura disponível sobre esta questão é vastíssima. Indico aqui apenas alguns textos que têm sido referenciais para a historiografia brasileira: DAVIES, 1991; GINZBURG, 1991; REVEL, 1998; VOVELLE, 1991; CASTRO, 1997; LEVI, 1989. Este último livro, de enorme repercussão no Brasil, sobretudo, entre os pesquisadores ligados ao grupo de pesquisa do Antigo Regime nos Trópicos, teve sua difusão inicial no Brasil através de sua edição francesa e, só posteriormente, foi publicado em português: LEVI, 2000.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, como o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais diversas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p.182).

Foi também nesse sentido que grande parte dos historiadores brasileiros, dedicados ao período colonial, percebeu que, somente através da análise empírica seria possível resgatar, de forma adequada, a ação do sujeito histórico, preferencialmente em uma escala mais reduzida de observação ou conjugando um olhar mais abrangente com uma análise mais pontual. Percebeu-se que o resgate das experiências individuais empiricamente comprovadas potencializava mais adequadamente o historiador para formulações de caráter teórico. Sem isso permaneceríamos no nível das idealizações lógicas. Grande parte dos estudos sobre o Brasil colonial e imperial tem, nas últimas décadas, seguido esse caminho. Como elemento unificador na diversidade desses estudos encontra-se a preocupação em colocar os escravos, ex-escravos, indígenas, mulheres ou homens livres pobres, mas também as elites locais ou os agentes da administração régia, como sujeitos históricos atuantes no centro da análise. Tal postura tem descortinado um universo social diversificado e dinâmico, bem distante das análises mais clássicas sobre o período.

A outra ordem de questões que tem definido uma mudança de rumo nas investigações dos pesquisadores brasileiros sobre a América Portuguesa está relacionada a uma maior aproximação com a historiografia internacional sobre a Idade Moderna, notadamente a portuguesa, que, por sua vez, tem sido influenciada por uma aproximação com a Antropologia, no que diz respeito a encarar as sociedades do Antigo Regime como portadoras de lógicas e motivações diversas daquelas de uma sociedade mais contemporânea. Como há muito já demonstravam Marcel Mauss e Karl Polanyi, por exemplo, não fazia sentido separar questões de âmbito cultural, político, religioso ou econômico quando se tratava de abordar sociedades anteriores ao capitalismo. Nestas sociedades não havia separação clara entre estas instâncias⁵.

Naturalmente que, como pano de fundo de toda essa problemática, encontra-se a discussão sobre a natureza do Estado e do poder nas sociedades europeias do Antigo Regime, e com toda a literatura que tem questionado a ideia de um Estado Absolutista nas monarquias católicas da Europa Moderna, nos termos clássicos em que era mais comumente definido até o início dos anos 1980. Tornou-se corrente entre os historiadores dedicados ao período a ideia de que, no sul da Europa, prevalecia uma concepção de mundo na qual o Monarca era a cabeça da sociedade, mas

⁵ Autores como Marcel Mauss (MAUSS, 2003), Karl Polanyi (POLANYI, 2000) e também Michel Foucault (FOUCAULT, 1998) tiveram grande influência sobre esta nova forma de conceber as relações sociais, a dinâmica econômica e as configurações do poder nas sociedades do Antigo Regime. Indico aqui as edições dos livros destes autores que tenho em mãos, lembrando que, suas primeiras edições foram publicadas bem anteriormente (1925, 1944 e 1979, respectivamente).

não se confundia com ela. Nesta linha de análise tornaram-se referenciais os estudos de António Manuel Hespanha (HESPANHA, 1994) e dos espanhóis Bartolomé Clavero (CLAVERO, 1981), Pablo F. Albaladejo (ALBALADEJO, 1992) e Xavier Gil Pujol (GIL PUJOL, 1991) que enfatizavam a debilidade ou passividade da coroa e o caráter corporativo da sociedade. Também as noções de monarquias compósitas e autoridades negociadas propostas por John Elliot (ELLIOT, 1992) e Jack Greene (GREENE, 1994), respectivamente, teriam grande impacto na reformulação da compreensão dos governos monárquicos deste período e suas relações com as áreas coloniais⁶.

Tendo estas duas ordens de questões como pano de fundo, entender a lógica de funcionamento da sociedade que se estruturou na América Portuguesa, entre os séculos XVI e início do XIX, no contexto do Império Luso, tem sido o mote de uma linha interpretativa que, partindo das inquietações originais de Ciro Cardoso, Jacob Gorender e Maria Yedda Linhares, avançou em seus estudos empíricos analisando-os agora à luz das novas discussões sobre o Antigo Regime. Para os historiadores que têm seguido essa orientação, não se trata mais de pensar a metrópole que submete a colônia ou a colônia que consegue enfrentar a metrópole. Trata-se de entender os homens que ali viveram como súditos de um mesmo rei e integrantes de um vasto Império estruturado em territórios descontínuos. Naturalmente que tais súditos estavam sujeitos a experiências multifacetadas ao se depararem com tradições culturais diversas, como a dos povos nativos das áreas para as quais se deslocavam, além daquelas dos diversos atores que eram submetidos à força (escravos africanos de múltiplas etnias), o que os obrigava constantemente a ressignificarem seus valores, costumes e hábitos.

Além de toda a vasta literatura que recolocou a questão do Estado Absoluto, relativizando sua capacidade de estabelecimento de uma centralização efetiva do poder nas monarquias católicas europeias, no caso específico da historiografia brasileira, tiveram enorme peso as formulações do historiador português António Manuel Hespanha em cujas obras encontra-se uma crítica sistemática à ideia de centralização precoce e à projeção retrospectiva do conceito moderno de Estado às sociedades do Antigo Regime. Em contraposição, Hespanha defendia a existência de um modelo corporativo de representação da sociedade no período moderno e dos limitados recursos disponíveis para o comando do poder central (HESPANHA, 1982; HESPANHA, 1994; MATTOSO e HESPANHA, 1998). Nesse sentido, prevalecia uma concepção de mundo na qual o Monarca era a cabeça da sociedade, mas não se confundia com ela. Diante da concepção da sociedade como um organismo naturalmente ordenado, cabia à cabeça, identificada com a figura real, a prerrogativa de organizar o corpo social ou as várias instâncias que o compunham, fosse no reino, ou nas diversas áreas do ultramar integradas ao Império. Além disso, como argumenta Hespanha, na monarquia corporativa portuguesa os deveres políticos cediam frente aos deveres morais e afetivos, personificados nas redes clientelares que perpassavam de alto a baixo a sociedade (HESPANHA, 2001).

⁶ É longa a bibliografia disponível sobre esta problemática. Aqui mencionei apenas alguns autores que, mais diretamente, tem influenciado os historiadores brasileiros. Merece, ainda, destaque um texto relativamente recente de Jean-Frédéric Schaub publicado na revista *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, em que a questão sobre os estudos coloniais é pontuada e esta viragem historiográfica é de certo modo mapeada (SCHAUB, 2008). Posteriormente, o mesmo texto foi traduzido e publicado na Revista *Locus* (SCHAUB, 2016).

A noção de redes clientelares produziria uma reviravolta nas pesquisas em Portugal e também no Brasil. Em parceria com Ângela Barreto Xavier, Hespanha demonstrou que, na sociedade portuguesa do Antigo Regime

As relações de natureza meramente institucional ou jurídica tinham tendência para se misturarem e coexistirem com outras relações paralelas, que se assumiam como tão ou mais importantes do que as primeiras, e se baseavam em critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra, serviço (...) relações que obedeciam a uma lógica clientelar, como a obrigatoriedade de conceder mercês aos mais amigos, eram situações sociais quotidianas consideradas normais (HESPANHA E XAVIER, 1998, p.339).

Noções como economia do dom (HESPANHA E XAVIER, 1998), economia de serviços circular (MONTEIRO, 1998), economia das mercês (OLIVAL, 2001), economia do bem comum (FRAGOSO, 2001), dentre outras, começaram a informar os trabalhos sobre o período. Ainda que as especificidades locais na América definissem as peculiaridades das ações dos indivíduos, compreendia-se que essas eram motivadas por uma mesma cultura política. Fernanda Bicalho, refletindo sobre as redes de relações que se constituíam entre distintos pontos desse vasto Império, afirma:

Tais redes permitiram não só a circulação de homens e a troca de mercadorias, mas também a difusão de ideias, de hábitos, gerando uma certa unificação ideológica que reforçava, por sua vez, a solidez da rede. Nesse mesmo movimento disseminavam-se, pelos trópicos, a cultura e as práticas políticas de Antigo Regime (BICALHO, 2005, p.94).

2 ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS E MONARQUIA PLURICONTINENTAL

O impacto destas ideias na historiografia brasileira tornou-se mais visível com a publicação, em 2001, do livro *O Antigo Regime nos Trópicos*, que produziria uma nova inflexão na nossa produção sobre o período colonial. Organizado por João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, a obra reuniu artigos de pesquisadores brasileiros e portugueses preocupados com uma releitura crítica do império ultramarino português (FRAGOSO, BICALHO e GOUVÊA, 2001), muitos dos quais vêm desde então trabalhando em franca associação com o *Grupo de Pesquisa Antigo Regime nos Trópicos*, sediado na UFRJ e liderado por João Fragoso. Nas palavras dos próprios organizadores, as inquietações que os conduziram a estruturar a obra, podiam ser assim descritas:

(...) como desfazer uma interpretação fundada na irredutível dualidade econômica entre a metrópole e a colônia? Como esquecer que, ao lado dos ___ e, às vezes, simultaneamente aos ___ conflitos entre colonos e Coroa, inúmeras foram as negociações que estabeleceram e ajudaram a dar vida e estabilidade ao Império? Como tecer um novo ponto de vista, ou um novo arcabouço teórico e conceitual que, ao dar conta da lógica do poder no Antigo Regime, possa explicitar práticas e instituições presentes na sociedade colonial? (FRAGOSO, BICALHO e GOUVÊA, 2001, p.22).

De fato, os 12 artigos deste livro acabaram por descortinar um dinâmico Império perpassado por redes de relações econômicas, jurídicas, políticas e sociais que eram capazes de articular espaços geográficos diversos, abrigar interesses conflitantes e resguardar poderes locais autônomos. Na primeira parte da obra, “As conjunturas do Mare Lusitano”, os capítulos de autoria de João Fragoso, Antônio Carlos Jucá e Helen Osório, ancorados em diversificada e abundante base documental, revela uma praça mercantil do Rio de Janeiro que conecta distintas partes do império português, abarcando rotas mercantis que passavam pelo ultramar americano e africano, como também as rotas de abastecimento do mercado interno. Circulam como personagens destes três capítulos a elite agrária do Rio de Janeiro portadora, até pelo menos o início do século XVIII, da condição de nobreza principal da terra no Rio de Janeiro e os homens de negócio dessa mesma praça que atuavam controlando desde o comércio de cativos com as praças africanas, os circuitos mercantis de produção de alimentos para o mercado interno até a arrematação de contratos no Rio Grande do Sul. Aparecem também nestes três artigos as estratégias de enriquecimento dos grupos de elite num contexto de *economia do bem comum* na qual os benefícios e privilégios alcançados pelas alianças familiares e clientelares tinham papel decisivo para o sucesso econômico.

No primeiro capítulo da segunda parte (“Poderes e hierarquias no ultramar”), Hebe Mattos demonstra como, em uma sociedade de base estamental como a da monarquia portuguesa da época moderna, a escravidão foi mais uma das formas de hierarquização social inscrita mesmo em sua essência, não estando, portanto em contradição com a lógica de organização social do antigo regime. As formulações para justificação da escravidão antecederam a expansão ultramarina moderna e estavam ancoradas nos fundamentos morais e religiosos que sustentavam a sociedade corporativa de antigo regime. A escravidão funcionava como mais um incentivo aos colonos portugueses interessados em se afiladagarem no ultramar na medida em que facilitava sua pretensão de se tornarem senhores de terras e gente. Nesse sentido, a autora se contrapõe aos argumentos de ordem econômica utilizados pela historiografia mais clássica para explicar o estabelecimento do regime escravista nas Américas.

No segundo capítulo desta parte, António Manuel Hespanha trata de apresentar a “A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, desmistificando a ideia de uma centralidade absoluta do poder real na monarquia portuguesa e da existência de um projeto colonial coeso e homogêneo aplicável a todos os territórios. Indica ainda a incapacidade de meios da coroa portuguesa para controlar todos os territórios sob seu domínio e demonstra a grande diversidade de situações e estatutos políticos vigentes e a grande autonomia que guardavam os poderes locais em distintas partes do império. Mostra ademais, que tal situação não era vista como um problema, pelo contrário, estava inscrita na lógica de organização de uma sociedade corporativa. No último capítulo desta parte, Maria Fernanda Bicalho reforça as ideias de Hespanha demonstrando a diversidade de condição nas relações estabelecidas entre as câmaras de distintas partes do império e a monarquia. Demonstra ademais como estes organismos funcionavam como vínculo político e de mediação entre os interesses dos vassallos ultramarinos e o monarca.

Na terceira parte do livro, “As geografias políticas do império”, aparecem as diversas experiências de evangelização no Congo, Japão e Brasil que tinham como fundamento comum a expansão da fé cristã (capítulo de Ronald Raminelli). Os artigos de Nuno Gonçalo Monteiro e Maria de Fátima Gouvêa tratam de analisar as formas de recrutamento para ocupação dos principais postos da administração colonial. Apresentam-se as diferenças entre as práticas de recrutamento da nobreza portuguesa para os postos no Brasil e nas possessões coloniais asiáticas, assim como as redes clientelares que sustentavam tais nomeações. Gouvêa demonstra a grande importância dos cargos administrativos surgidos em decorrência da expansão ultramarina para o processo de ascensão social da nobreza portuguesa, mais dependente dos postos burocráticos do que as demais nobrezas europeias. A distribuição destes cargos como mercês pelos bons serviços prestados funcionou como importante elemento no fortalecimento dos laços de vassalagem entre os súditos e o monarca, seja no reino ou no ultramar.

Finalmente, na última parte do livro os artigos de Roquinaldo Ferreira e Luís Frederico Dias Antunes reconstróem de forma minuciosa diversos aspectos dos circuitos comerciais estabelecidos entre o Rio de Janeiro e costa africana e Goa. A comprovação empírica abundante demonstrando a vinculação direta e sem intermediação de agentes residentes no reino entre a praça mercantil carioca e a Costa da Mina, Angola e Goa, reafirmou a autonomia do capital mercantil residente na América portuguesa⁷ e colocou definitivamente por terra a ideia de um pacto colonial com a exclusividade metropolitana.

Como desdobramento das ideias apresentadas nesse livro uma série de novos estudos tem sido levados à frente por experientes pesquisadores e também por jovens historiadores na elaboração de seus trabalhos de mestrado e doutorado. Tais estudos, desenvolvidos para distintas regiões da América Portuguesa, têm reforçado empiricamente as ideias chave ali apresentadas confirmando noções e argumentos que inicialmente só podiam ser tomados como hipóteses de trabalho a serem testadas. Cabe ainda destacar a intensa aproximação dos pesquisadores desta linhagem historiográfica à tradição de pesquisa proposta pela micro história italiana, notadamente dos trabalhos de Giovanni Levi (LEVI, 2000), Eduardo Grendi (GRENDI, 1993; 1997), Simone Cerruti (CERRUTI, 1992).

O desdobramento mais recente desta linha historiográfica tem sido o aprimoramento da noção de Monarquia Pluricontinental. Parte-se da premissa de que nas sociedades corporativas do Antigo Regime, cabia às comunidades não só a capacidade do auto-governo como também a interpretação do governo do Príncipe. Como tem destacado João Fragoso para o caso do Império português e outros autores para o Império espanhol, essa situação se verificava também para as possessões americanas dessas monarquias (LEMPÉRIÈRE, 2004). Embora estes autores reconheçam as diferenças existentes entre as relações do centro com as periferias vividas no Velho Mundo, daquelas que se definiram nas Américas, é certo que as sociedades que se estruturaram nas áreas

⁷ Ideia já havia sido apresentada na tese de doutoramento de João Fragoso e foi publicada posteriormente (FRAGOSO, 1992).

coloniais também tinham no seu topo o Príncipe e na sua base as comunidades e municipalidades. A noção de monarquia pluricontinental expressa de modo muito adequado a situação do Império português no Antigo Regime. O termo foi cunhado inicialmente por Nuno Monteiro que acentuou o papel fundamental das conquistas na reprodução da estrutura social metropolitana, a dependência financeira da Coroa frente às receitas imperiais, a importância do serviço à monarquia no ultramar para a reiteração das grandes casas nobiliárquicas e a capacidade de atuação autônoma das elites coloniais – que, ainda assim, não deixavam de se comunicar constantemente com a monarquia, reafirmando a “centralidade do centro” (MONTEIRO, CUNHA e CARDIM, 2005; MONTEIRO, 2010, p.337).

Retomada por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, a expressão foi também utilizada para afirmar que esta monarquia se caracterizava “pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas” (FRAGOSO E GOUVÊA, 2009, p.56). Na América portuguesa eram as municipalidades – na figura de suas elites, as responsáveis pelo gerenciamento cotidiano da vida econômica, da manutenção da ordem, da organização dos cultos e festividades religiosas, da manutenção dos bons costumes e até mesmo da garantia da governabilidade régia.

Os estudos empíricos do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos vêm aprimorando cada vez mais esta noção, “reconstruindo sua dinâmica ao rés do chão” (FRAGOSO, ALMEIDA e SAMPAIO, 2007; FRAGOSO E GOUVÊA, 2010; FRAGOSO, 2012; FRAGOSO e SAMPAIO, 2012). Em 2007 este grupo de pesquisa publicou o livro “Conquistadores e negociantes” no qual discutiam com maior profundidade o papel das elites coloniais na organização e manutenção da governabilidade da América Portuguesa. Ao longo dos nove capítulos que compõem o livro surgem imagens diversas dos pretendentes a ocuparem o topo da hierarquia social partilhando com o rei o controle do poder local, expulsando estrangeiros usurpadores e garantindo a soberania portuguesa naqueles territórios, negociado mercês com a coroa como recompensa pelos bons serviços prestados e mantendo abertos os canais de comunicação com os escravizados sob seu julgo. Desse modo, tais grupos iam desenhando no novo território uma hierarquização com ares estamentais, mas reinventada ao sabor da dinâmica específica dos trópicos.

Nove anos depois da publicação do livro “O Antigo Regime nos Trópicos”, Fragoso e Gouvêa organizaram uma nova obra que apresenta de modo ainda mais elaborado os desdobramentos dessa reconstrução ao rés do chão do mundo colonial. Procurando diferenciar o conceito de monarquia pluricontinental da ideia de monarquia compósita difundida por John Elliot para compreender o caso espanhol, no qual o império era formado por vários reinos preexistentes que tinham suas instituições e autonomia preservadas, no caso português tratava-se de um só reino, uma só aristocracia e várias conquistas. Nas palavras dos autores, na monarquia pluricontinental portuguesa:

(...) há um grande conjunto de leis, regras e corporações – concelhos, corpos de ordenanças, irmandades, posturas, dentre vários outros elementos constitutivos – que conferem aderência e significado às diversas áreas vinculadas entre si e ao reino no interior dessa monarquia.

(...)

Nesse caso, o fenômeno da autonomia e do autogoverno das comunidades ocorria na formação de tal monarquia e se dava principalmente no âmbito do poder local __ ou seja, das câmaras e dos senhorios, sendo isso verdade também na América. No Novo Mundo o autogoverno valia-se de instituições municipais vindas do reino luso. Em segundo lugar cabe destacar que foi através destas instituições municipais, __ tais como as ordenanças, as cerimônias católicas, as irmandades, dentre outras __ que foram veiculadas nas práticas e vontades surgidas no âmbito das relações sociais daquelas mesmas localidades (FRAGOSO e GOUVÊA, p.18).

Desse modo, o império luso foi um o resultado da conjugação da noção corporativa e de um pacto político que garantia a autonomia dos poderes locais. Na concepção desenvolvida em “Na trama das redes” a monarquia pluricontinental “se torna uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que vivem espalhados pelo império em busca de oportunidades de acrescentamento social e material” (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010, p.19).

Embora essa linhagem historiográfica até aqui mapeada esteja cada vez mais reconstruindo com sólida base empírica os modos de conceber a América Portuguesa e de apreender a dinâmica dos grupos sociais aqui estabelecidos, certo é que tais ideias não são unânimes. Um exemplo das discordâncias em relação aos argumentos explicativos utilizados por esses autores para explicarem a sociedade colonial partiram de dois historiadores da Universidade de São Paulo. A primeira diz respeito aos comentários publicados principalmente na parte inicial do livro *O sol e a sombra* de autoria de Laura de Mello e Souza (SOUZA, 2006). A outra crítica foi elaborada por Rafael de Bivar Marquese em artigo publicado em 2013 na *Revista de História* (MARQUESE, 2013). Em comum aos dois autores o entendimento de que as formas de articulação social que se pretendem apreender com a noção de “Antigo Regime nos trópicos”, não teriam equivalência cabível com as que regiam o universo do Antigo Regime europeu (MARQUESE, 2013). Em sua crítica Laura de Mello e Souza reforça a existência da escravidão como o principal elemento que tornaria inapropriada a aplicação de noções comuns ao Antigo Regime europeu para a compreensão da América Portuguesa. Comum também aos dois autores a proposta de retomada de noções como Antigo Sistema Colonial (no caso de Melo e Souza) e Capitalismo Histórico (Rafael Marquese) para a compreensão desta mesma realidade.

Referindo-se a obra de 1988 na qual Ciro Cardoso, cujo pensamento se encontra na gênese deste movimento de reinterpretação, se perguntava se nos estudos voltados para a investigação das determinações internas das áreas coloniais não estaria havendo um abandono pouco salutar da dependência colonial (CARDOSO, 1988), Rafael Marquese afirma: “Arrisco-me a afirmar que, um quarto de século depois, Ciro Cardoso não tenha gostado do resultado a que se chegou” (MARQUESE, 2013, p.246). Seria mesmo assim? Para quem conheceu o peso que Ciro Cardoso atribuía à empiria para o avanço do conhecimento histórico, fica a certeza de que o embasamento empírico que sustenta as afirmações dos autores que se ligam a esta renovação historiográfica, seriam a ele muito mais credíveis do que explicações derivadas de formulações teóricas genéricas e ensaísticas. Penso que veria com bons olhos as derivações atuais de suas ideias fundadoras.

3 GENTE COM ALGUMA NOBREZA EM MINAS COLONIAL

Para finalizar esta análise me debruçarei especificamente sobre as ponderações da historiadora Laura de Melo e Souza quanto ao uso das noções de nobreza ou nobreza da terra aplicadas ao contexto colonial (SOUZA, 2006, cap.4). Para tanto tomarei como ponto de partida minhas investigações sobre os grupos de elite estabelecidos na capitania das Minas Gerais no século XVIII, universo sobre o qual também recaem as principais observações críticas da autora.

Nos últimos anos tenho procurado investigar a conexão existente entre a constituição das elites mineiras e o papel dos poderes locais no funcionamento da sociedade colonial brasileira e suas relações com as instâncias centrais da monarquia lusa. Para tanto, procuro estabelecer as articulações existentes entre esta elite econômica, a composição das câmaras municipais e o acesso às mercês e privilégios reais⁸. Busco ainda perceber as redes clientelares nas quais os membros deste grupo estavam envolvidos, sobretudo aquelas relativas aos arranjos matrimoniais e aos entrelaçamentos nos negócios e como tais relações potencializaram o acesso aos bens políticos e simbólicos que nessa sociedade eram garantidores de prestígio e destaque social.

Na diversificada gama de documentos que tenho analisado fica evidente que, pela experiência de circulação por diversas partes do Império, pela constante convivência com outros homens que iam e vinham, pela presença de seus filhos e netos no Reino e pela manutenção de suas ligações parentais e afetivas com distintas partes do Império, mais do que como colonos submetidos estes homens se percebiam, atuavam e eram de fato reconhecidos como vassallos da coroa portuguesa. Por isso, entendo que os indivíduos que tenho estudado nas Minas setecentistas definiam suas ações, estratégias e relações a partir de uma lógica que era comum a grande parte dos homens que viviam em outras partes do Império Português⁹. Era a própria lógica do Antigo Regime cuja característica última me parece ser a reiteração da naturalização da diferença, ou seja, da sociedade baseada no privilégio, como elemento naturalmente ordenador da sociedade.

Mais do que a manutenção da hierarquização rigidamente estamental como a existente na Idade Média, a sociedade do Antigo Regime era exatamente marcada pela lenta desestruturação dos rigorosos estatutos que definiam os grupos no período anterior, ao mesmo tempo em que se insistia na ideia do privilégio e não do direito (ou da igualdade) como ordenador da sociedade. Toda uma relevante historiografia sobre a Europa Moderna chama a atenção para tal alteração que permitia a incorporação de novos grupos no seio da “nobreza”, do “estado do meio” ou dos

⁸ Os membros desta elite foram definidos a partir da lista mandada fazer em 1756 pelo Conselho de Marinha e Ultramar com o nome dos “mais ricos moradores” das Minas Gerais. Tal lista visava definir as pessoas mais capacitadas a contribuir para a reconstrução da capital do Império, destruída pelo terremoto de 1755. (AHU_Minis Gerais, cx. 70, doc.41). Na documentação avulsa do Rio de Janeiro, também há uma carta resposta ao Conselho Ultramarino com outra listagem com os nomes das pessoas mais ricas, elaborada pelo ouvidor do Serro Frio, na qual constava também uma indicação da fortuna (AHU – Rio de Janeiro, cx.84, doc.19524). A partir do rastreamento destes nomes e da localização de uma diversidade de documentos relativos a algumas destas pessoas, procuro compreender o que significava ser um “homem rico” nesta sociedade. As principais fontes consultadas são: inventários *post-mortem*, testamentos, habilitações matrimoniais, processos de habilitação para ingresso na Ordem de Cristo e no Santo Ofício e os requerimentos constantes na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, relativos à capitania de Minas Gerais.

⁹ Resultados destes estudos podem ser vistos de forma mais detalhada em: ALMEIDA, 2005; 2006a; 2006b, 2007.

setores privilegiados, ampliando consideravelmente a base da nobreza. Na Europa Moderna não só o sangue, mas também os serviços, as letras, a ocupação de determinados cargos, poderiam incluir os indivíduos na condição de privilegiados, ou de gente “quase nobre”.

De acordo com Nuno Monteiro, em Portugal, esse processo de mobilidade aberto para diversos grupos sociais conduziu à “adoção de uma noção excepcionalmente ampla de nobreza, distinta da fidalguia, categoria sempre mais restrita” (MONTEIRO, 2005, p.4). A historiografia portuguesa das últimas décadas vem demonstrando que, ao longo do século XVIII, se por um lado houve uma restrição ao ingresso nos círculos da nobreza titular portuguesa, por outro, em sua base, houve um alargamento desta condição podendo integrá-la um grande número de pessoas até mesmo de humilde nascimento. Segundo Nuno Monteiro:

A assunção do limiar da nobreza como uma condição tácita, adquirida pelo “viver nobremente”, pelo desempenho de funções nobilitantes (pertencer ao corpo de oficiais do exército de primeira linha ou das ordenanças, à magistratura ou simplesmente a uma câmara municipal, etc.) ou, negativamente pelo não exercício de funções mecânicas, obteve tradução em muitas práticas institucionais setecentistas (MONTEIRO, 1998, p.299)¹⁰.

No mesmo sentido caminham as argumentações de Maria Beatriz Nizza da Silva. Segundo esta autora, é pertinente e fundamental que se estude o “enobrecimento” também na sociedade colonial brasileira ressaltando-se que neste caso só caberia mesmo, a análise desta nobreza que dependia da graça ou mercê régia para existir (SILVA, 2005). Nizza da Silva ressalta ainda que, existia um modo expresso e outro tácito de se manifestar esta vontade do rei em tornar um súdito nobre:

A primeira ocorria quando o monarca, “de palavra ou por escrito”, declarava alguém “fidalgo, cavaleiro, ou simplesmente nobre”. A segunda forma tinha lugar quando fosse conferida a um indivíduo alguma dignidade, posto ou emprego “que de ordinário costume andar em gente nobre” (SILVA, 2005, p.18).

Por vezes, até mesmo o simples viver à lei da nobreza, ou seja, possuir um estilo de vida que passava por se tratar com cavalos, escravos e capelão, capacitava o indivíduo a ter acesso a títulos ou cargos que enobreciam. Nos trópicos, os grupos de elite redesenharam a hierarquia estamental do Antigo Regime, conferindo-lhe novas nuances ou, no mínimo, tornando-a mais plástica (FRAGOSO, ALMEIDA e SAMPAIO, 2007).

Nesse contexto de mobilidade possível, aqueles que conseguiam se destacar nas Minas setecentistas faziam de tudo para se diferenciarem dos cidadãos comuns. Diferentemente da sociedade contemporânea, em uma sociedade de Antigo Regime, o lugar social não passava exclusivamente pela posse de bens econômicos, mas antes pela demarcação da diferença de condição em relação aos demais indivíduos. Na América Portuguesa, considerando a existência da escravidão, todo homem livre, principalmente se fosse branco, já era a priori um indivíduo em condição de

¹⁰ Instigantes considerações sobre esta temática são feitas também por este autor em: MONTEIRO, 1987.

superioridade diante de muitos outros. Mas para aqueles que se almejavam principais, isso não bastava. Embora a riqueza pudesse por si só produzir uma condição de destaque, os homens de que falo buscavam muito mais. Desejavam de algum modo alcançar a condição de nobreza vigente no Império Português do século XVIII.

A busca por representação nas câmaras, por cargos prestigiosos da administração portuguesa, por insígnias que conferiam algum grau de nobreza (habilitação da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, patentes de oficiais, cavaleiro fidalgo, etc), pelo letramento dos filhos, pelas uniões matrimoniais com os melhores e principais da terra e, sobretudo a busca por uma maior capacidade de mando, conferia aos homens ricos das Minas atitudes semelhantes àquelas que informavam as ações dos súditos residentes no centro do Império.

Assim, penso que, a vontade de distinção que levava os integrantes das elites mineiras a buscarem a qualquer custo qualificações e títulos que os alçasse à condição de “gente com alguma nobreza”, muito mais do que a efetiva condição de nobreza titulada ou de sangue, parece dizer muito sobre a sociedade que se gestava e que se estabeleceu na América portuguesa. É por isso que discordo da afirmação da historiadora Laura de Mello e Souza quando, no livro “O sol e a sombra”, em um capítulo dedicado à discussão sobre nobreza em Minas Gerais, afirma que:

Minas não reclamou foros de nobreza ou fidalguia porque sua sociedade, quando se assentou, já trazia traços inequívocos de uma outra ordem, em que as divisões eram de classe e se fundavam, portanto, no dinheiro (SOUZA, 2006, p.181).

Segundo a autora a sociedade que se estabeleceu em São Paulo e em Minas Gerais era muito distinta daquela que se formou no nordeste. Se nesta última constituiu-se uma aristocracia capaz de reproduzir muitos dos papéis da nobreza portuguesa, em Minas, a sociedade teria sido basicamente formada por “aventureiros e arrivistas” e por isso, *convenções e códigos estamentais perdiam ali qualquer sentido* (SOUZA, 2006, p.159). Por isso mesmo, pensar em noções como nobreza da terra para o caso da sociedade das Minas não faria muito sentido.

Metodologicamente não me parece razoável partir das reclamações e impressões dos governadores - quase sempre registradas para serem enviadas ao Rei - como comprovação para a afirmativa reproduzida acima. A impressão que se tem é que a autora toma o discurso desqualificador destes representantes régios sobre os habitantes das Minas como um retrato fiel daquela sociedade. Ou seja, a principal fonte utilizada pela autora para referendar suas impressões sobre esta sociedade centra-se em documentação de caráter oficial que, quando confrontada com outros *corpus* documentais, são no mínimo contraditórias. Além disso, é preciso considerar que, em vários outros relatos desses mesmos governadores (principalmente nas certidões de serviços prestados), eles destacavam o caráter de nobreza, fidelidade, honra e capacidade dos moradores das Minas.

Quando consultamos outros *corpus* documentais, seja de caráter local (documentação camarária, pedidos de mercês, processos matrimoniais, testamentos, etc), como também aqueles

produzidos no reino (processos de habilitação para a Ordem de Cristo e para o Santo Ofício), verificamos que havia por parte destes indivíduos uma frenética busca por símbolos de distinção que os respaldasse na condição de nobreza da terra. O que me parece muito significativo e muito revelador da lógica que regia esta sociedade é a enorme importância que, nas fontes que consultei, estes homens atribuíam aos símbolos que conferiam nobreza e distinção, indicando a persistência de um ideal de Antigo Regime em que ser reconhecido por seu lugar social muito mais do que por sua riqueza, era central. Mais significativo ainda é o fato das solicitações de muitos destes homens ricos por insígnias conferidoras de nobreza serem reconhecidas e acatadas nas instâncias decisórias do Reino.

Procurarei apresentar alguns exemplos da insistente demarcação da condição de *nobres* ou *principais da terra* e de situações de busca pelo reconhecimento social ao nível do império, ainda que este precisasse ser persistentemente negociado. É interessante perceber que mesmo nas situações em que se buscava o enobrecimento e o reconhecimento social ao nível do Império - através das insígnias conferidoras de nobreza -, utilizava-se como legitimação para tal pretensão a condição de distinção reconhecida no âmbito local. Quando a Mesa da Consciência e Ordens aceita para integrar a Ordem de Cristo, a qualificação positiva do solicitante - feita através de testemunhos locais - “como pessoa nobre das principais desta terra, que se trata com todo apreço e estimação à lei da nobreza ou ainda tratando-se sempre com muita nobreza com criados e capelão”, e a utiliza como elemento de aprovação da concessão solicitada, fica clara a importância do reconhecimento local como fundamento para a legitimação social. Neste caso, vemos a chamada hierarquia costumeira (FRAGOSO, 2007), construída ao rés do chão sendo legitimada pelas instâncias decisórias do Reino.

Custódio de Sá Ferreira foi um dos membros da elite mineira Setecentista que recorrera à Mesa da Consciência e Ordens para se habilitar a receber o hábito da Ordem de Cristo. Custódio era português da região do Minho, nascido na Freguesia de São Martinho do Vale do Arcebispado de Braga (ANTT, HSO, Mç.12, N.169 – 1751)¹¹. Custódio apareceu na listagem de homens ricos das Minas de 1756 sendo ali assinalado como mineiro e morador do Antônio Dias em Vila Rica. Estava nessa ocasião com aproximadamente 54 anos de idade. Segundo avaliação do ouvidor do Serro Frio, João Evangelista Sarmiento, Custódio era possuidor de um patrimônio que giraria em torno dos 50 mil cruzados ((AHU – Rio de Janeiro, cx.84, doc.19524).

Em 1741, Gomes Freire de Andrade, então governador da capitania, “atendendo a boa informação que teve da sua capacidade e procedimento” o contemplou com o posto de Capitão de Ordenanças de Pé do Padre Faria, arrabaldes de Vila Rica, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, onde era morador. O cargo de Capitão de Ordenanças não lhe dava direito ao recebimento de soldo, no entanto, permitia-lhe gozar “de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que em razão do mesmo posto lhe pertencerem” (ANTT – Registro Geral de Mercês - D.JOÃO V – Lv.32, fl. 24 - Carta patente – 28/01/1741).

¹¹ Esta referência é do processo de habilitação de Bento Alves, na qual, Custódio de Sá Ferreira aparece depondo, em 1762, como testemunha no adendo ao processo quando foi solicitada a habilitação da esposa de Bento Alves, Ana Francisca de Jesus.

Custódio de Sá Ferreira estava na região das Minas pelo menos desde a década de 1730 (ANTT, HSO, Mç.12, N.169 – 1751)¹². Provavelmente, Custódio iniciara seus contatos com a região intermediando negócios de algum rico comerciante de escravos do Rio de Janeiro e as Minas. Segundo as testemunhas que depuseram no seu processo de habilitação para o ingresso na Ordem de Cristo, Custódio teria sido *nos seus princípios* comboieiro de pretos que levava para as Minas, onde os vendia. Por esta razão, a Mesa lhe julgou incapaz de ingressar na Ordem, ainda que tivesse ficado constatado que tinha “as partes pessoais e limpeza necessária”. Custódio recorreu desta decisão e explicou que tal impedimento teria sido motivado pelo fato das testemunhas

(...) não saberem expressar a forma do trato do suplicante, por não ter sido comboieiro de pretos e só sim o de ir com os seus próprios escravos por duas vezes às Minas com fazendas que lhes conduziam as quais vendia e a maior parte dos mesmos escravos, o que bem examinado não podia induzir impedimento ao suplicante por ser negócio que naquelas terras fazem inda as pessoas que são tidas por principais (...) (ANTT, HOC, Letra C, Mç. 12, N.114 - 1749).

Acusado de ser comboieiro de negros nos seus princípios, diziam as testemunhas em sua terra natal “que é pessoa nobre das principais desta terra e o foram seu pai cavaleiro do Hábito de Cristo e seu avô paterno das principais famílias desta Ribeira”. Ainda que as testemunhas ressaltassem esta sua condição, pelos impedimentos verificados por conta de sua prática mercantil nas Minas, Custódio teve de recorrer insistentemente à Mesa até ter seu pleito finalmente aprovado. Ainda que procurasse legitimar sua atividade, Custódio só conseguiu a aprovação depois de oferecer o donativo de “4 marinhos para a Índia” e de lembrar à Mesa ter concorrido para a obra pia.

De comboieiro de negros a rico minerador, como centenas de outros portugueses vindos do norte, Custódio de Sá Ferreira teve nas Minas do século XVIII, a oportunidade de construir uma trajetória social ascendente. Para isso, teria grande contribuição o cargo de Capitão de Ordenança e o Hábito da Ordem de Cristo. No entanto, Custódio coroaria sua trajetória ascendente ao casar-se com Ana Inácia de Oliveira, filha mais velha de Maximiliano de Oliveira Leite, um dos homens mais proeminentes do termo de Mariana (ALMEIDA, 2007). Com essa união, passaria a integrar uma das famílias reconhecida pelos contemporâneos como da melhor nobreza da terra. Por sua vez, tal enlace só foi possível pela sua insistente busca por precedências, ainda que estas tivessem sido alcançadas através do dinheiro.

Também Estevão Gonçalves Fraga, como a grande maioria dos mineiros do século XVIII e dos homens ricos listados em 1756, era português, natural da freguesia de Santo André do Rio Douro do termo de Cabeceiras de Basto, comarca de Guimarães, província do Minho (ANTT, HOC, Letra E, Mç.2 – no.5 (1765)). Ainda muito jovem viera para Minas Gerais para a casa de um tio por “o mandar buscar para sua companhia por este não ter parentes ao pé de si”. O tio, João Gonçalves

¹² Tal suposição é uma inferência, a partir do seu depoimento no referido processo, no qual diz conhecer o pai da habilitanda “há mais de 30 anos” na região.

Fraga, era cavaleiro professo da Ordem de Cristo e coronel, morador no Morro de Bento Rodrigues do Ribeirão do Carmo, mineiro muito rico e pessoa das “principais daquele terreno”. Estando nas Minas o tio lhe entregou a administração de suas lavras e engenhos de tirar ouro e “dentro de pouco tempo lhas vendeu e muitas herdou do dito coronel” (ANTT, HOC, Letra E, Mç.2 – no.5 (1765)).

Quando em 1765 se habilitou para ingressar na Ordem de Cristo, apresentava o título de Sargento Mor das Ordenanças. Ao lhe fazerem as provanças para se habilitar, todas as testemunhas foram unânimes em afirmar que, tanto o tio quanto ele próprio, se tratavam *sempre com muita nobreza, com criados e capelão com a maior grandeza das principais pessoas daqueles estados*¹³. Quando da morte do tio, Estevão, que morava na mesma casa, “nela ficou, por morte do dito seu tio com todo o seu cabedal, vivendo sempre à lei da nobreza com seus cavalos, capelão e criados mandando tratar das suas roças e cabedais” (ANTT, HOC, Letra E, Mç.2 – no.5 (1765)). Outra testemunha no mesmo processo assim se refere ao habilitando:

(...) conhece muito bem o habilitando (...) tratando-se sempre com muita nobreza com criados e capelão, fazendo naquelas Minas uma figura das principais dela, pelo magnífico trato com que nelas sempre se tratou e vive (ANTT, HOC, Letra E, Mç.2 – no.5 (1765)).

A trajetória deste homem rico difere da maioria dos outros pela ausência de mecânica nele, nos avós ou nos pais. Por isso mesmo, foi dos poucos casos de que dispomos, em que seria habilitado para receber o hábito sem lhe ser imposta condição alguma. Neste caso, o unânime reconhecimento de que vivia à lei da nobreza lhe garantiu a autorização para se tornar cavaleiro da Ordem de Cristo.

Também é recorrente encontrar este mesmo tipo de legitimação para a aquisição de precedências e insígnias em outros documentos, como por exemplo, os processos de habilitação para o Santo Ofício. Para se habilitar à condição de irmão do Santo Ofício, Francisco Paes de Oliveira Leite, filho do Guarda Mor Maximiliano de Oliveira Leite, foi descrito pelas testemunhas que depuseram em seu processo como pessoa “de bons procedimentos de vida e costumes, capaz de ser encarregado de negócios de importância e segredo, vive limpa e abastadamente na companhia de seus pais” (ANTT / HSO – Mç.77, Dil.1371). Afirmavam ainda que “não tem ainda cabedal próprio por ser filho famílias, mas seus pais são abundantíssimos dele e se tratam com todo apreço e estimação à lei da nobreza” (ANTT / HSO – Mç.77, Dil.1371.). Também neste caso, a aprovação se fez sem maiores negociações, garantida pela condição do tratarem-se à lei da nobreza.

Destacarei, finalmente, outro conjunto documental em que a recorrência a este tipo de condição é fundamental para o sucesso do pleito e para o reconhecimento social. No processo matrimonial de 1746, José Caetano Rodrigues Horta pleiteava se casar com sua prima Inácia Maria Pires de Oliveira, o pedido de dispensa de consanguinidade vinha baseado principal na condição de que:

Os oradores são pessoas principais deste bispado, nobres e de nobre geração por si e seus pais e sempre como tais se trataram, foram tidos e havidos e reputados, tanto assim, que o

¹³ ANTT, HOC, Letra E, Mç.2 – no.5 (1765)

orador e pai da oradora são Cavaleiros do Hábito, e com a mesma insígnia foi condecorado o pai do orador.

(...)

A oradora não tem em no lugar onde vive e de que é natural, sujeito igual no gênio, idade, estado e condição, com quem possa casar se não com o orador, e como mulher lhe é assaz penoso deixar a companhia de seus pais e parentes, casando fora do lugar de sua naturalidade e domicílio (PM – AEAM, No. 4768, Ar. 04 – Pasta 477).

Tal condição, também neste caso, legitimou a dispensa de consanguinidade dos noivos, que na ocasião contavam com 12 anos de idade, para que pudessem se casar com todas as honras e pompas.

Para além dos exemplos citados acima, no caso dos estudos que já consegui empreender até o momento, acho que é possível afirmar que, na região da Comarca de Vila Rica, existiam algumas pré-condições para aqueles súditos naturais ou estabelecidos na região que pretendessem reconhecimento social, não só a nível local como também no âmbito do Império. Em primeiro lugar era necessário se construir enquanto uma nobreza da terra, o que implicava em ocupar cargos concelhios, atuar na conquista e na defesa da soberania da coroa na colônia, integrar as ordenanças, possuir hábitos das ordens militares e acumular cabedais ou preservar o já adquirido. Em segundo lugar era preciso manter ou estabelecer vínculos fortes e decisivos com o centro do Império, o que podia ser feito pelo sistema de casamentos, incorporando, constantemente, recém-chegados do reino, pela colocação de descendentes ou aparentados no centro do Império e pela proximidade com altos funcionários régios (governadores principalmente). Finalmente, era fundamental manter uma base local de sustentação com fortes redes parentais sustentando e reforçando constantemente os laços constituídos localmente, mas também, com vínculos fortes com os grupos subalternos (escravos principalmente).

Acompanhando a trajetória de vários indivíduos que compunham a elite das Minas, percebe-se que, em sua grande maioria, eram, sem dúvida, homens rústicos saídos das regiões do norte de Portugal e que vinham para a América imbuídos do sonho do enriquecimento fácil, como afirmou Laura de Mello e Souza (SOUZA, 2006). Neste sentido, tem razão esta autora quando os qualifica como arrivistas e aventureiros. Mas a questão é que, mesmo no século XVIII, nem só de riqueza viviam estes homens. Para eles, enriquecer podia ser o passo inicial e necessário para alcançar aquilo que mais contava: honra, poder, prestígio, precedências e, conseqüentemente, reconhecimento público. Nas palavras de Joaquim Romero Magalhães, “estes nobres não são fidalgos mas gozam do privilégio de nobres. Estes privilégios, e as honras correspondentes, vão ser reforçados pela acumulação de outros, de diversa origem” (MAGALHÃES, 1993, p.337). Para eles era essencial a demarcação da sua condição de nobres ou principais na terra, além da busca pelo reconhecimento social ao nível do império, ainda que este último precisasse ser persistentemente negociado.

ABREVIATURAS

AEAM – Arquivo Eclesiástico de Mariana
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AUH – Arquivo Histórico Ultramarino
HOC – Habilitações da Ordem de Cristo
HSO – Habilitações do Santo Ofício
PM – Processos Matrimoniais

REFERÊNCIAS

ALBALADEJO, Pablo Fernández. *Fragmentos de Monarquia*: trabajos de historia politica. Madrid: Alianza, 1992.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes*: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla M. C. de e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes*: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Do Reino às Minas: o “cosmopolitismo” da elite mineira setecentista. In: FRAGOSO João; FORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Nas rotas do Império*: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. 1 ed. Vitória: Edufes, 2006a.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Nomes e números*: alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006b.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Homens ricos em Minas colonial. In: BICALHO, Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (orgs.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Modos de producción en América Latina*. Cidade do México: *Cuadernos de Pasado y Presente*, 1979.

BICALHO, Maria Fernanda. Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português. *In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Culturas políticas: ensaios de História Cultural, História Política e ensino de História.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

CARDOSO, Ciro F. S. Reflexões conclusivas: uma sociedade, não um mero quintal da Europa. *In: CARDOSO, Ciro F. S. Escravidão e abolição no Brasil.* Novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração do excedente”. *In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). Modos de produção e realidade brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Sobre los modos de producción coloniales de América. *In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat. Modos de producción en América Latina.* Cidade do México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1979.

CASTRO, Hebe. História Social. *In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CLAVERO, Bartolomé. *Andidora: antropologia católica de La economia.* Milão: Giuffrè, 1991.

CERUTTI, Simona. *Mestieri e privilegi: nascita delle corporazioni a Torino, secoli-XVII-XVIII.* Torino: Einaudi, 1992.

DAVIES, Natalie. Las formas de la Historia Social. *Historia Social*, n.10, p.177-182, primavera-verano 1991.

DONGHI, Tulio Halperin. Historiografia colonial hispano-americana e multiculturalismo: a história da colonização entre a perspectiva do colonizador e do colonizado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 163-194, dez. 1997.

ELLIOT, John. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, n.137, p.48-71, nov.1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FRADKIN, Raúl e GELMAN, Jorge. Recorridos y desafíos de una historiografía. Escalas de observación y fuentes en la historia rural rioplatense. *In: BRAGONI, Beatriz (editora). Microanálisis. Ensayos de historiografía argentina.* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. *História*. São Paulo, v.31, n.2, p.106-145, jul/dez - 2012.

FRAGOSO, João e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI –XVIII. In: *Tempo*, Niterói: Departamento de História, p. 36 – 50, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla M. C. de e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla M. C e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 33-120.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Historiografía de la historia agraria colonial. In: *La Historiografía Argentina, 1958-1988*. Buenos Aires: CICH, 1990.

GIL PUJOL, Xavier. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope: Fazer e Desfazer História*, n. 6, Lisboa, 1991.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

GREENE, Jack. *Negotiated authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville-London: University Press of Virginia, 1994.

GRENDI, Edoardo. *Il Cervo e la repubblica: il modello ligure di antico regime*. Torino: Einaudi, 1993.

GRENDI, Edoardo. *I Balbi: una famiglia genovese fra Spagna e Impero*. Torino: Einaudi, 1997.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo regime. *Ler história*, nº8, p. 35-60, 1986.

HESPANHA, António Manuel. *História das instituições*. Épocas medieval e moderna. Coimbra, 1982.

HESPANHA, António Manuel. *História das instituições*. Épocas medieval e moderna. Coimbra, 1982.

HESPANHA, António, M. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

LEMPÉRIÈRIE, Annick. *Entre Dieu et le roi, la République*. Mexico, XVIe - XIXe siècles. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. *Le Pouvoir au village*. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIIe siècle, Gallimard, Paris, 1989.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve econômico, 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*. São Paulo, n.169, pp.223-253, jul/dez. – 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p223-253>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MATTOSO, José (dir.) & HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. O antigo regime (1620-1807). Volume 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MONTEIRO, Nuno G. A tragédia dos Távora. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: GOUVÊA, Maria de Fátima S. e FRAGOSO, João (orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CUNHA, Mafalda Soares da e CARDIM, Pedro (orgs.). *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005a.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. Almanack Braziliense*. São Paulo, n.2, p. 4-20, nov. - 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br>. Acesso em: 12 ago. 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos grandes(1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime. *Ler História*, n.10, pp.15-51, 1987.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens sociais de nossa época*. 6a. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SCHAUB, Jean-Frédéric. 2016. A Categoria 'estudos coloniais' é indispensável?. *Locus: Revista De História*. v.20, n.1. p. 17 – 41, maio - 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20762>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VOVELLE, Michel. A longa duração. *In: Ideologias e mentalidades*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. *In: HESPANHA, António Manuel (org.). História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

KALENDAS, BAMBOULA E CANBOULAY: UM ESTUDO TRANSNACIONAL SOBRE AFRO-AMÉRICAS (MARTINICA E TRINIDAD, CC. 1780 - 1850)¹

ERIC BRASIL
LETÍCIA GREGÓRIO CANELAS

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Os estudos sobre as experiências e contextos históricos que envolveram os povos de ascendência africana nas Américas constituem um campo de pesquisa potente desde a primeira metade do século XX. A crescente demanda tanto na academia quanto dos movimentos sociais por reflexões sobre a história de homens e mulheres afrodescendentes na Era das Emancipações e após a Abolição da escravidão, ao longo de todo o continente americano, tem impulsionado importantes pesquisas entre os historiadores brasileiros.

Neste capítulo, propomos destacar a noção de Afro-Américas,² analisando um fenômeno central da história das diásporas africanas nas Américas e no Caribe: as performances culturais expressas em manifestações coletivas de ritual, do carnaval, da dança e dos batuques realizados por africanos e seus descendentes no continente americano e, especialmente, nas ilhas caribenhas. Nosso objetivo não é reduzir ou confinar o lugar social da população negra no espaço da Cultura. Ao contrário, procuramos contribuir com os debates sobre mobilização política e cultural na diáspora africana nas Américas e no Caribe que buscaram transformações sociais. Portanto, o objetivo central deste capítulo é analisar formas de performance estética, comunitária, política e a expressão das percepções dos sujeitos afrodescendentes sobre suas experiências na escravidão e no contexto de liberdade no pós-abolição.

Sob uma abordagem de história transnacional, buscamos destacar indícios que apontam “zonas de contato” – os pontos, não necessariamente físicos e nem geográficos, onde os “encontros”

¹ Esse artigo é baseado em pesquisas, argumentos e conclusões previamente publicadas em BRASIL, 2016a, 2016b, 2018, 2020; BRASIL e CANELAS, 2019; CANELAS, 2017 e 2019.

² Para uma discussão mais aprofundada deste conceito ver BRASIL e CANELAS, 2019.

e interações internacionais de um processo histórico transparece (PRATT, 1999) – e circularidade cultural – constante reformulação de ideias e de práticas culturais e políticas dentro do espaço transnacional e de um contexto para outro (WEINSTEIN, 2013, p. 16-17) – nas performances culturais negras em Trinidad e na Martinica, entre o final do século XVIII e as décadas após a abolição do escravismo francês e britânico no século XIX (décadas de 1830-1850), através da perspectiva de história social da cultura. Para tanto, utilizaremos, além de bibliografia especializada, um conjunto de fontes primárias amplo, abarcando jornais, relatos de viajantes e memorialistas e documentação colonial.

A cultura negra no Mundo Atlântico tem sido objeto de estudos desde o início do século XX, com inúmeros trabalhos de folcloristas, memorialistas, antropólogos, empreendendo debates sobre sentidos, formas, caráter de sua constituição, transformação e continuidade.³ Das últimas décadas do século XX em diante, a produção historiográfica sobre esses debates e histórias vem se ampliando, com pesquisas sobre escravidão e pós-abolição, principalmente, no Brasil, nos Estados Unidos e no Caribe. (ABREU E ASSUNÇÃO, 2018; ABREU, 2017; MONTEIRO, 2016; ROCHA 2019; SANTOS, 2012; SILVA, 2017; SLENES, 2007).

Em um *podcast* recente, a historiadora Martha Abreu relembra que até a década de 1980, as festas, sobretudo as “festas” que manifestam culturas negras no Brasil, nas Américas, não era um assunto abordado pelos historiadores com o cuidado e o rigor acadêmico de sua disciplina. “As performances culturais em espaços da coletividade popular eram vistas como um tema de folcloristas, antropólogos, políticos e até policiais”. Para alguns intelectuais, as festas eram vistas como espaços da alienação, e não contribuíam para a transformação e politização das lutas sociais. Contudo, quando os historiadores começaram a observar a cultura popular, sobretudo as culturas negras, as festas, as danças e os batuques se revelaram como espaços de conflitos de classe e de raça e como lugares de importantes performances que conectam política e cultura. (ABREU, 2020).⁴

Seguindo essa perspectiva, compreendemos que não é possível definir cultura negra ou culturas negras como um conjunto de práticas com certas características comuns e imutáveis. As culturas se tornaram negras a partir dos processos de lutas e de identidades políticas e sociais construídas pelos descendentes de africanos em todas as Américas, depois da tragédia do tráfico, da escravidão e da experiência do racismo (ABREU, BRASIL, MONTEIRO *et al*, 2018).

Pensando as “culturas negras” – e mesmo “caribenhas” ou “americanas” – como fenômenos dinâmicos, vários autores que têm investigado as expressões culturais do Atlântico Negro utilizam a noção de performance para compreender as experiências de contato entre diferentes povos nas Américas e no Caribe (ADAMS, BIBLER & ACCILIEN, 2007; BRASIL, 2016^a). Acionam este conceito,

³ Ver o longo debate sobre “africanismos” e “crioulização”, por exemplo. Herkovits, c1941; Mintz e Price, 2003 (c1992); Sidburdy e Cañizares-Esguerra, 2011; Marcussi, 2016.

⁴ Martha Abreu, “O lugar das festas e o lugar das festas negras na História”, *podcast ANPUH Brasil*, Episódio 41, 10 de junho de 2020. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/4IDmuiZNEb3Kep3iD0yy7c?si=yFd_H1TPSPODY98-FshzCA

especialmente, a partir das manifestações coletivas de ritual, do teatro, do carnaval, da dança, entre outras. O uso do termo performance possibilita um novo olhar sobre certos fenômenos que já foram analisados sob prismas diversos, pois permite compreender o uso de linguagens corporais e musicais em manifestações públicas como contribuições à construção de identidades coletivas, que ao mesmo tempo refletem e influenciam os processos históricos (LOPES, 1994).

De acordo com Jessica Adams, as diversas performances nas Américas, sobretudo no Caribe, evidenciam relações de confronto e colaboração entre povos originários da África, da Europa, da América indígena e, mesmo, da Ásia, e refletem formas culturais que foram herdadas de outros lugares, assim como mitos e interpretações destes “outros lugares”. Momentos de gênese cultural frequentemente ocorreram no contexto de outras performances de apagamento—colonial, escravista, imperial ou neocolonial—, às vezes como resposta a elas. Desse modo, a ideia de performance, em um sentido cultural não é separada das estruturas de poder e dos modos “disciplinares” das sociedades, e as análises das performances culturais nas sociedades escravistas das Américas e do Caribe podem iluminar a compreensão, tanto das imposições do poder dominante, como as formas de subversão a ele (ADAMS in ADAMS, BIBLER & ACCILLEN, 2007).

Dentro dessa chave analítica da performance, Jessica Adams afirma que a música tem sido um dos fenômenos mais significativos através do qual as culturas caribenhas têm interagido historicamente. Nesse sentido, não é coincidência que o importante trabalho de Paul Gilroy, *O Atlântico Negro*, emergiu de seu interesse na “música negra”. Seus apontamentos interpretativos acerca das performances culturais e musicais dos afrodescendentes nas Américas são fundamentais para se compreender as evidências fragmentárias analisadas neste capítulo, sobre as manifestações culturais da classe de escravizados e seus descendentes no Caribe Francês e Inglês. Essas são observadas, principalmente, como forma de ação política coletiva, pois, como afirma Gilroy, “as culturas do Atlântico Negro criaram veículos de consolação através da mediação do sofrimento” e foram sistematicamente conjuradas por pessoas que agiram em conjunto, abastecendo-se da energia fornecida por uma comunidade, e devemos tentar compreender sua história no momento que incorporaram e manifestaram críticas ao mundo em que viviam (GILROY, 2001, p. 13).

As performances pretendem sempre comunicar algo a um público mais amplo, emitir uma mensagem que atinge não apenas os seus próprios sujeitos criadores. As performances negras no Caribe, mas também ao longo de todo continente americano, tornaram-se expressões públicas de escolhas, sentidos e enunciados elaborados a partir dos valores e lógicas, tradições e expectativas de homens e mulheres negras submetidas a sociedades racistas e violentas que pretendiam constantemente controlá-los, silenciá-los e negá-los.

Buscando compreender as escolhas e sentidos criados por homens e mulheres africanas e seus descendentes através de sua atuação pública por meio de performances culturais, analisaremos os casos da *Bamboula* e do *Canboulay*, na Martinica e em Trinidad, respectivamente, entre finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Pretendemos refletir sobre o processo abolicionista e

a construção das sociedades pós-abolição no Caribe levando em consideração os embates e tensões entre os projetos coloniais e as experiências sociais dos atores dessas performances.

Para tanto, o capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro, apresenta um breve histórico sobre a colonização do Caribe, com foco no processo de abolição da escravidão e a ação de africanos e descendentes escravizados e livres; na segunda parte, analisamos, através de fontes primárias e secundárias as características das performances, assim como sua história social e a repressão por parte das forças coloniais. No último tópico, refletimos sobre as relações entre mobilizações culturais e ações políticas radicais, através de revoltas contra o poder colonial.

2 CARIBE FRANCÊS E BRITÂNICO

Na segunda metade do século XVII, a França estabeleceu seu domínio nas ilhas do Caribe. Em 1664, com o crescimento das plantações de açúcar e a utilização da força do trabalho escravo de homens e mulheres trazidos compulsoriamente do continente africano, o rei Luís XIV emitiu um édito estabelecendo a criação da Companhia das Índias Ocidentais e colocou os territórios franceses na América do Norte e no Caribe sob o domínio da coroa. Em 1685, foi promulgado o “Código Negro”, conjunto de ordenações que passaram a regulamentar a vida dos africanos e afrodescendentes, escravizados ou libertos, nas colônias francesas, legislando sobre seu estatuto civil e penal. Em meados do século XVIII, Martinica, Guadalupe e São Domingos se tornaram importantes regiões produtoras de açúcar. Naquela época, grande parte da população destas ilhas, em torno de 80%, já era formada por africanos e seus descendentes, a maioria escravizados (MOITT, 2001; ELISABETH, 1972).

Após 1789, o Caribe Francês foi abalado por revoltas, guerras e revoluções, nas quais diversos setores da população se confrontaram. O grupo social mais importante e em maior número populacional, das pessoas escravizadas, tornou-se o mais radical em suas ações políticas. A Revolução Haitiana (1791-1804) se configurou um dos eventos mais marcantes da era das Revoluções, não apenas para as colônias e a França metropolitana. Com a perda de São Domingos / Haiti em 1804, a Martinica⁵ se tornou a mais importante colônia produtora de açúcar no Caribe francês, com a maior população escravizada e livre entre as possessões francesas (DUBOIS, 2004; FICK, 1990; TOMICH, 1990).

Desde o início dos turbilhões revolucionários, a Martinica foi disputada pela França e Inglaterra. Entre 1794 e 1802, com o apoio dos proprietários martinicanos (colonos franceses), a ilha ficou sob a administração britânica e, por conta disso, foi a única colônia nas Antilhas francesas na qual a primeira abolição da escravidão não foi proclamada (1794). Como parte da batalha entre Grã-Bretanha e Napoleão Bonaparte, em fevereiro de 1809 aproximadamente 15 mil soldados ingleses tomaram novamente a Martinica. Assim como sob o domínio francês, a administração britânica sempre assegurou seu apoio à elite branca da ilha. Em dezembro de 1814, a França retomaria

⁵ Com uma superfície de 1.128 quilômetros quadrados, a Martinica faz parte das Pequenas Antilhas, assim como Trinidad — em oposição às Grandes Antilhas (Cuba, Haiti, Jamaica). Está a sete mil quilômetros da França. Atualmente, é um Departamento Francês da América, região *d’outre-mer* (*ultramarina*).

oficialmente a Martinica, sem perder sua possessão novamente a partir dessa época (DORIGNY, 1995; SCHLOSS, 2009; TOMICH, 1990).

Entre 1802 e 1848, a Martinica passaria por várias mudanças administrativas, devido às diversas transformações que ocorreriam na França metropolitana no intervalo de cinquenta anos: do Império Napoleônico à Restauração monárquica conservadora; da Monarquia de Julho (1830), constitucional e liberal, à Revolução de fevereiro de 1848, e a instauração da Segunda República Francesa, quando, finalmente, a escravidão foi abolida definitivamente nos territórios franceses (SCHLOSS, 2009; TOMICH, 1990; CANELAS, 2017).

Localizada a aproximadamente vinte quilômetros do litoral da Venezuela, possuindo em torno de três mil quilômetros quadrados, a ilha de Trinidad não despertaria muita atenção de seus conquistadores espanhóis ao longo do século XVI. Eles estavam por demais interessados em extrair até a última grama de ouro e prata de suas colônias continentais.

Nos séculos XVII e XVIII, tentativas modestas de implementação de plantações de tabaco e cacau foram realizadas. Apesar de abrirem demanda ao tráfico de africanos escravizados, não obtiveram êxito no período de domínio espanhol (Matthews, 2007). Na década de 1780, o Rei espanhol assinou a “Cédula de Población”, permitindo que estrangeiros de nações amigas se estabelecessem em Trinidad, desde que professassem sua religião Católica Romana. A partir de então, intensificou-se a imigração de proprietários franceses, que chegavam à ilha trazendo seus escravizados (Wooding, 1960). Essa imigração foi impulsionada pela Revolução Francesa (1789) e pela Revolução do Haiti (1791), visto que muitos proprietários franceses que viviam em São Domingos buscaram asilo em Trinidad. Isso explica a existência de uma “aristocracia fundiária francesa” numa ilha que nunca pertenceu à França.

Se compararmos a colonização inglesa das ilhas vizinhas, como Jamaica e Barbados, perceberemos que Trinidad possuía uma população escrava menor e muito mais recente. A entrada maciça de escravizados na ilha se deu a partir da década de 1780 – com a entrada de proprietários franceses – e, sobremaneira, a partir de 1797, com a ocupação inglesa e a intensificação da produção de cana-de-açúcar. Dentre os escravizados, além dos chegados diretamente da África, muitos vinham das ilhas vizinhas, como Barbados e Granada – colônias britânicas – e Guadalupe e Martinica – colônias francesas.

Assim como na Martinica, a Revolução do Haiti teve um impacto enorme na história política e social da ilha de Trinidad. O temor de uma possível “Emancipação Revolucionária”, como chama o historiador Claudius Fergus, coloca em discussão a questão “do real valor da escravidão racial” entre abolicionistas metropolitanos e mesmo entre fazendeiros das colônias e em seu centro estava o debate entre prosperidade e segurança (FERGUS, 2013). O pragmatismo da luta pela abolição do tráfico inglês foi sobremaneira direcionado pela preocupação em manter a ordem e a segurança interna, temor esse ditado pela insatisfação e ações dos escravizados nas ilhas do Caribe, e não apenas fruto do humanitarismo inglês ou do determinismo econômico da expansão capitalista

britânica, como presente em inúmeros debates historiográficos (FERGUS, 2009). Trinidad surge como elemento chave nas discussões sobre a questão do tráfico transatlântico de escravos e do próprio futuro do Império colonial. Entre 1802 e 1804 desembarcam na ilha mais de dez mil africanos escravizados. Essa conjuntura possibilitou aos abolicionistas metropolitanos argumentarem que Trinidad poderia ser um novo São Domingos, e que o fim do tráfico seria fundamental para a manutenção da segurança em todo o Caribe.

Nesse período, importantes abolicionistas e membros do Parlamento britânico iniciam uma campanha para que Trinidad fosse um “novo modelo de colônia” (MATTHEWS, 2007). A experiência deveria ser baseada em uma “colonização crioula”, recebendo soldados oriundos dos regimentos de negros das Índias Ocidentais, africanos livres e descendentes de ilhas vizinhas, trabalhadores da Venezuela, ameríndios das missões religiosas, imigrantes asiáticos. Dessa forma, ainda em 1805, o tráfico é proibido para Trinidad, dois anos antes da abolição definitiva e a colônia passa a receber os primeiros assentamentos de negros livres e imigrantes (FERGUS, 2009 e 2013).

Nos anos 1820, segundo Drescher (2011), o tema da abolição definitiva da escravidão ganharia força entre os abolicionistas britânicos. Entretanto, como demonstram as obras de Emília Viotti da Costa, Michael Craton, Mary Turner, Claudius Fergus, Beckles e Matthews, os escravizados das colônias inglesas do Caribe nunca deixaram de exercer seu papel de protagonistas na luta pela abolição definitiva da escravidão. Apesar do temor e violência dos fazendeiros e da desconfiança dos próprios abolicionistas metropolitanos, eles seriam sujeitos de sua própria história, influenciando diretamente no curso da abolição com ações bem organizadas e muitas vezes sacrificantes, especialmente entre as décadas de 1810 e 1830, quando politizaram revoltas ao ponto de acelerar sua liberdade, com muito sangue e lágrimas (BECKLES, 1989; BECKLES E SHEPERD, 2007; FERGUS, 2013; MATTHEWS, 2006).

3 DA KALINDA / KALENDA AO BAMBOULA NA MARTINICA E O CANBOULAY EM TRINIDAD

Desde o século XVII, nas Antilhas Francesas, os momentos de comemoração e performances culturais que foram identificados com os “costumes dos negros”, escravizados ou livres, sofreram perseguições e restrições legislativas. De acordo com uma ordenação da administração colonial da Martinica de 1765, devido às suas manifestações em ocasiões de festas, as “pessoas de cor”, sobretudo da cidade de Saint Pierre – no norte da ilha de Martinica –, foram consideradas como possuidoras de um “espírito de independência” e “insubordinação” indesejáveis. O texto legislativo afirmava que, apesar das proibições que existiam de outros tempos na colônia, tantos os “livres de cor”⁶ como os escravos realizavam reuniões públicas, danças e “corriam pelas ruas mascarados

⁶ As pesquisas mais recentes sobre a história do Caribe Francês utilizam o termo “livres de cor” (libres de couleur) para tratar a história de pessoas africanas ou afrodescendentes libertas ou nascidas livres nas colônias francesas. Dominique Rogers, Jessica Pierre-Louis, Abel Alexis Louis, Frédéric Régent, Jean-François Niort são alguns destes historiadores (franceses antilhanos) cujas pesquisas recentes utilizam o termo. Para manter diálogo com essa historiografia, utilizamos esta designação, mas sem deixar de observar as críticas contemporâneas (historiográficas e dos movimentos negros) a esta expressão (CANELAS, 2020).

e fantasiados em horas indevidas, armados com bastões de ferro, cutelos e espadas”. Retomando legislação precedente, a lei de 1765 proibiu, então, que as “pessoas de cor, mesmo livres”, se reunissem em grupos sob o pretexto de comemorações de casamentos, festins ou danças, para evitar problemas à “segurança pública” da colônia, ou seja, manter a ordem colonial dos senhores brancos (*Ordonnance de MM. Les Général e Intendant, concernant les Gens de Couleur, tant libres qu’esclaves*, Martinica, 9 de fevereiro de 1765, in Durand-Molard, 1807: p. 364-366).

É possível que esta decisão oficial tenha sido motivada, principalmente, pelo intuito de reprimir as performances culturais dos escravos e livres de cor durante o carnaval, pois foi promulgada no mês de fevereiro daquele ano. Os termos usados e os sujeitos e ações perseguidas pela autoridade colonial apontam tanto para uma similaridade entre a visão europeia sobre tais sujeitos no Caribe quanto para uma conexão profunda entre as performances negras caribenhas no período: o uso de bastões, fantasias, o próprio carnaval como espaço catalisador de disputas por autonomia também são fundamentais no Canboulay de Trinidad e pautam a ação das autoridades inglesas.⁷

A existência da lei, entretanto, não significa que os momentos de festas, danças ou rituais deixaram de ser realizados pela população africana e afrodescendente. Ao contrário, a recorrências das leis proibindo-as por todo o período colonial, seja durante o escravismo ou após a sua abolição, reforçam a persistência e relevância dessas práticas para a vida de seus criadores.

Diferentes viajantes ou colonos das Antilhas Francesas descrevem as “kalendas” ou o “bamboula”, por exemplo, que eram festejos realizados pelas pessoas negras, nos quais tocavam tambor, cantavam e dançavam. Pierre François Regis Dessalles, colono branco e senhor de escravos da Martinica, na segunda metade do século XVIII, comenta que mesmo com as antigas proibições das tais festas, os negros continuavam a realizá-las. Ele descreve o que se conhecia por “kalenda” (calenda) naquela época, como “uma reunião de negros”, onde eles dançavam “a seu modo, todos juntos ao redor de um tambor e de um instrumento que eles chama[va]m de “banza”. De acordo com Dessalles, este tambor era frequentemente feito de “um terço de barril” ou com “o primeiro pedaço de madeira que eles encontra[va]m”. Complementa com seu olhar de homem branco que a calenda era “uma dança muito lasciva e bastante fatigante” (DESSALLES, 1847: p. 297). Antes disso, em 1722, o padre Jean Baptiste Labat registrou um dos primeiros relatos sobre as calendas martinicanas: “o que mais lhes agrada e é sua dança mais comum é a calenda, a qual vem da costa da Guiné e, aparentemente, do reino de Ardá [região do Daomé]”. Assim como Dessalles, o padre Labat, sob sua visão de homem europeu e representante da igreja católica, também observou a calenda como uma dança “lasciva” que se “opõe à decência” (LABAT, 1972 [1722], p. 401-403).

Julian Gerstin observa que performances realizadas pelos africanos e afrodescendentes escravizados similares à calenda surgiram em várias ilhas do Caribe assim como nas colônias da América do Norte e da América do Sul, entre os séculos XVII e XVIII. Segundo o autor, inúmeros relatos de diferentes localidades fazem menções diretas ao termo “kalenda” ou descrições de

⁷ É interessante pensar como esses elementos e sua repressão não se restringem ao Caribe e podem servir como recursos analíticos que aproximem experiências diaspóricas nas Afro-Américas como um todo. VER: BRASIL, 2016a e SILVA, 2017.

danças sem nomes – geralmente se referem à “dança dos negros” – que parecem bastante com essa performance que une música, batuque e expressão corporal na Martinica (GERSTIN IN ADAMS, BIBLER & ACCILIEEN, 2007, p. 123-124).

Na língua creole martinicana, a palavra “kalenda” é grafada dessa forma, mas também há registros dos termos “calenda” ou “calinda” em diferentes lugares das Américas e do Caribe que se referem a festejos similares à kalenda martinicana (GERSTIN, 2004, p. 5). Baseando-se no estudos de John Cowley (*Kalenda: a sample of the complex development of african-derived culture in the Americas*), Gerstin destaca as referências à calenda que ele encontrou sobre o carnaval na ilha de Trinidad na década de 1830; em um artigo de jornal de Port of Spain, capital daquela ilha, em 1881; e um relato da antropóloga e coreógrafa Katherine Dunham, quem teria presenciado uma calenda em Trinidad em 1932, em seu artigo “The Dances of Haiti”, publicado em 1947 na revista *Acta Anthropologica* (GERSTIN, 2004, p. 8).

A presença francesa na ilha de Trinidad remonta ao século XVIII, como visto anteriormente, o que foi potencializado pelos eventos engendrados a partir da Revolução Francesa (1789) e da Revolução do Haiti (1791). Quando os britânicos tomaram posse da ilha em 1797, encontraram uma população expressiva de origem “francesa”, entre fazendeiros, escravizados e pessoas “livres de cor” originários do Caribe Francês (BRASIL, 2016). Esse é um indício de porque a kalenda, comumente referida como uma manifestação cultural dos africanos e afrodescendentes das Antilhas Francesas, esteve presente nas ruas, praças e campos da ilha de Trinidad.

Jeroen Dewulf afirma que a grande variedade de significados atribuída ao Kalinda nas Américas impossibilita uma definição que o vincule a uma única performance ou região geográfica específica (DEWULF, 2018). Dewulf afirma, contudo, que o termo está conectado diretamente a um “substrato afro-ibérico” que remonta aos séculos XVI e XVII, ligado a tradições ibéricas das irmandades religiosas que, inclusive, chegaram ao continente africano, especialmente na região centro ocidental, ainda no século XVI. Junto com inúmeras outras transformações e recriações, o termo, assim como as irmandades, não seriam uma exclusividade francesa nem mesmo caribenha, e teriam uma história de viagem pela diáspora desde a África.

Kalinda, com suas grafias variáveis e sua história ainda incerta, passou a representar uma prática bastante central no carnaval negro da cidade de Port-of-Spain ao longo do século XIX. Segundo J. D. Elder, kalinda eram as músicas, com seus tambores, que compunham a performance dos *stick-fighters*, os quais formavam os grupos de Canboulay que saíam às ruas nos dias de carnaval. Esse termo teria sua origem ligada a um expediente comum nas plantações de cana-de-açúcar, associado ao uso de fogo, incêndios controlados e estratégias para controlar incêndios realizados pelos escravos das fazendas. Deriva da expressão francesa *Cannes Brulées* [Cana queimada]. O termo francês seria transformado pela língua crioula em Canboulay e assim entraria para a história do carnaval.

Nas décadas iniciais do século XIX, uma das formas mais comuns de brincar o carnaval para a “plantocracia” [fazendeiros proprietários de terras] branca francófona da ilha era a encenação

de uma paródia das práticas dos escravizados, zombando de suas danças, formas estéticas, fala e características físicas. O auge dessa performance acontecia com a encenação de um *Cannes Brulées*, com brancos pintados de negros. Entretanto, após a abolição da escravidão, o Canboulay foi aos poucos incorporado e recriado a partir das experiências negras da cidade, extrapolando os sentidos racistas da sátira senhorial. O Canboulay passou a catalisar uma série de práticas e tradições negras que remontavam às memórias da África e do cativo, mais do que apenas uma atualização da sátira realizada pelas elites francófonas anteriormente.

Os grupos de Canboulay estavam socialmente fincados nas experiências urbanas dos trabalhadores negros, moradores dos cortiços [*Barracks*], conhecidos como *jamettes*,⁸ que desenvolveram um carnaval que unia tradições lembradas desde a África, memórias da escravidão e da abolição e dialogando estreitamente com as transformações da vida urbana de Port-of-Spain (LIVERPOOL, 2001). As diferentes bandas se enfrentavam nas ruas através de um duplo desafio: musical, através da Kalinda, e físico, através do *stick-fighting*, acompanhados de tambores e tochas, Reis e Rainhas e sua corte (BRASIL, 2016a, ELDER, 1998).

É importante destacar que nas fontes primárias é recorrente a associação entre classe e raça ao longo de todo período estudado. Visto que a sociedade de Trinidad possuía um elevadíssimo número de negros em sua composição e um reduzido número de brancos - que formavam as elites econômicas - a aproximação entre classe e raça, onde classes baixas [*lower classes*] correspondem população afrodescendente e classes altas a população de origem europeia. Grupos de classe média, intelectuais, indivíduos que ascenderam socialmente através da educação ou outros meios, que possuíam ascendência africana, serão sempre retratados como as exceções desse modelo.

A identidade do grupo era fundamental para sua sobrevivência e destaque no carnaval. O senso de pertencimento desses grupos tinha origem na experiência social, calcada na vida muitas vezes turbulenta e agitada das *barracks*. Os grupos rivais eram geralmente originários de territórios diferentes que utilizavam o palco carnavalesco para resolver rugas e conflitos ocorridos ao longo do ano: uma disputa por emprego ou relacionamento amoroso, um ato de violência ou ofensa pública.

Na Kalinda de Trinidad, a batalha de bastões [*sticks* ou *bois*] possuíam seus reis, e sua performance consistia em acertar seu oponente da cintura para cima, desde que não estivesse caído no chão ou ajoelhado. A música era elemento central: além dos tambores, os versos tratavam de desafio ou encorajamento, conquistas e zombaria, geralmente cantadas em tons menores, em crioulo francês, possuíam um refrão repetido pelo coro enquanto os reis improvisavam os versos.

The length of me wood is [A extensão do meu bastão é]

The length of you coffin [A extensão do seu caixão]

Oh yo yo! (ELDER, 1966, p. 199)

⁸ Atualmente, em Trinidad, *jamette* significa prostituta, contudo, nos carnavais de meados do século XIX seu significado era muito mais amplo. O termo tem origem no francês *diametre*, e em patois *jamette*, diâmetro. Esse termo designaria o grupo de pessoas localizado “abaixo do diâmetro da respeitabilidade”, aqueles representantes do “submundo” da cidade: prostitutas, criminosos, cantores, tocadores de tambor, dançarinos, *stickmen* [homens que duelavam com cacetes de madeira], *obeahmen* [curandeiros e feiticeiros afro-caribenhos] (PEARSE, 1956)

Essas mobilizações públicas, exibindo concepções e identidades particularmente desafiadoras para os projetos coloniais europeus, atraíram a sanha repressiva das autoridades e também o ataque moralizador da imprensa. Assim como na Martinica, uma série de leis e *Ordinances* foram criadas e repetidas ao longo do século XIX pelas autoridades coloniais buscando controlar e proibir elementos centrais das performances negras da ilha de Trinidad. Batuques e reuniões festivas foram reguladas, ajuntamentos de escravos foram limitados; foram proibidos o uso de instrumentos em público (Ordinance no.1 of 1832. TNA - CO 297/1, Ordinance No.4 of 1835), cantar “qualquer música profana ou obscena” e “aparecer mascarado exceto nas horas que for permitido se mascarar através de nota pública” (Ordinance No.6 of 1849. TNA - CO 297/4 e Ordinance No.6 of 1868. TNA - CO 297/8), Músicas e danças “obscenas”, ao som de tambores, chocalhos, sopro de cornetas e o porte de tochas foram banidas. Linguagem obscena, embriaguez, comportamento rebelde e quebra da paz se tornaram crimes. Essas medidas estavam aliadas a transmissão do controle do festival diretamente para as mãos da polícia e grande parte dessas ofensas passou a poder ser punida sumariamente (Ordinance No.6 of 1868, TNA CO 247/8).

Nas narrativas de viagem e outras fontes do século XIX sobre o Caribe Francês, dificilmente encontramos menções ao termo kalenda. O viajante francês Alphonse Maynard, quem visitou a Martinica na década de 1840, descreve a *Bamboula* como um festejo realizado com a presença de pessoas escravizadas e libertas, talvez similar ou o mesmo que as kalendas, descritas principalmente em fontes do século XVIII. A despeito do olhar enviesado de um homem de origem europeia, vale a pena reproduzir alguns trechos do texto no qual o viajante descreve seu encontro com a *Bamboula* que ocorria na “savana” próxima à cidade de Saint Pierre (Martinica), em 1842:

Na noite de minha chegada, realizou-se o bamboula [...] A noite chegou, eu fui à savana, seguindo ao longo do boulevard [...]. Aproximando-me, escutei um barulho estrondoso e vibrante, que ressoou dentro de meu peito com uma sensação de terror, seguido de luzes que perfuraram o véu de sombra que o céu havia jogada sobre a savana; nunca esquecerei a impressão que me causou esta dança selvagem do negro da Guiné, dança conduzida por um tambor de madeira tocado pelos dedos lépidos de um preto nu até a cintura; às vezes [tocada] numa medida, que sua cadência sobre as palavras cantadas, cujo significado permanece desconhecido, e que um refrão anima, é viva, acelerada; às vezes [tocada] lenta, suavizada, a voz do coro assume, e então ela explode em notas sonoras e retumbantes; [...] todos cantam, se balançam, participam desta tripla unidade que se compõem de um músico, da corista e da dançarina [...] (MAYNARD, 1843: p. 127-129).

Apesar da enunciação de sentimentos de terror e medo, e da narração que exprime o que para o francês metropolitano parecia a expressão cultural da “barbárie dos africanos pagãos”, transparece em seu relato algo que parece nos levar ao *O reino deste mundo* de Alejo Carpentier. Alphonse Maynard não percebe que narra o “real maravilhoso”, pois, como afirma Carpentier, os europeus colonizadores foram incapazes de compreender as cosmologias e manifestações formuladas através da “presença fáustica do índio e do negro, pela Revolução” de “uma terra onde milhares de

homens ansiosos por liberdade acreditaram nos poderes licantrópicos de Mackandal, a ponto de que essa fé coletiva produzisse um milagre no dia de sua execução”. Carpentier faz referência às histórias e mitologias em torno do quilombola e curandeiro africano, escravizado em São Domingos, que teriam inspirado as gerações de escravizados posteriores à sua execução (1758), e não apenas aqueles que lutaram na Revolução Haitiana, mas de outras ilhas caribenhas (CARPENTIER, 2009,).

No sentido das análises de Mary Louise Pratt (1999), o relato de viagem de Maynard revela um pouco do outro que lhe causa tanta estupefação, embora insista em descrever este outro como uma “raça inferior” e como “selvagem” (MAYNARD, 1842). O viajante francês não compreende a mensagem expressa nas palavras cantadas, talvez em *creole*, sob a cadência do tambor, da dança e da performance coletiva, mas podemos observar um importante momento de encontro, festejo e convívio comunitário de pessoas escravizadas e libertas da Martinica.

É interessante notar que Maynard caminha da cidade à “savana” (*savane* em francês), termo utilizado para se referir aos arredores da área urbana ou à área rural nas colônias francesas do Caribe, para observar a bamboula. Como mencionado anteriormente, performances culturais identificadas com os “costumes dos negros”, escravizados ou livres, sofreram perseguições e restrições legislativas, tanto no período escravista, como no pós-abolição. Provavelmente, a Bamboula era realizada na savana para evitar a repressão policial, que procurava manter a ordem colonial de acordo com a hegemonia da plantocracia branca.

Não obstante o viajante tenha ficado impressionado com o homem que tocava o tambor, a presença e os lugares, de aparente influência, ocupados pelas mulheres naquela bamboula se destacam na narrativa. Em seu relato, descreve que enquanto o tambor era responsabilidade de um homem, uma mulher liderava o canto e o grupo, que repetia a “melopeia”. Além disso, outras mulheres negras levavam “bandeiras ornadas de insígnias”, que distinguiam “as diversas confrarias, ou velas que elas balança[va]m, cobrindo-se em uma nuvem de fagulhas” (MAYNARD, 1842, p. 129).

Indícios semelhantes que evidenciam o papel das mulheres escravizadas nas performances musicais também aparecem no relato de viagem do publicista Adolphe Granier de Cassagnac.⁹ Ele narra que as pessoas escravizadas que trabalhavam a terra para a plantação da cana, “para dar regularidade a sua tarefa”, seguiam o ritmo de um tambor e de um canto. Sublinha, todavia, que enquanto um homem tocava o tambor, uma mulher negra “se coloca a cantar uma canção improvisada sobre qualquer assunto”, “a qual todos se agregam cantando o refrão”, e todo o grupo cava em ritmo e em tempos iguais. Ao observar o que desconhecia, Cassagnac descreve essa performance nos campos de cana como algo similar à bamboula, devido à performance do batuque, das canções e mesmo da dança: “um negro se coloca a uma pequena distância [do grupo], montado sobre seu tambor, como em uma *bamboula*; ele começa a bater com vigor, realmente como se ele dançasse” (GRANIER DE CASSAGNAC, 1842, p. 308-309).

⁹ Adolphe Granier de Cassagnac era um publicista francês e visitou a Martinica e Guadalupe na década de 1840. Foi financiado pela plantocracia das colônias, pois era considerado pelos colonos brancos um “defensor das colônias” devido aos seus escritos nos quais defendia a escravidão. (FOSTER & FOSTER, 1996: 156; JENNINGS, 1992: 957-978)

Um relato do administrador de uma fazenda em Guadalupe evidencia a importância destes cantos do trabalho da roça, os quais talvez explicitem também os sentidos das canções performadas na Bamboula. A carta do administrador ao proprietário francês mencionava as *tensões entre brancos e negros na colônia em 1829, e registra a letra de uma canção entoada pelos escravizados nas plantações de cana*:

[...] os escravos mesmo, segundo seus costumes, já colocaram o evento em canção. Eu escutei recentemente o seguinte refrão da boca de vossos escravos: Os brancos estão patrulhando, armas e equipagem, todas as noites / eles vêem espíritos e dizem que são escravos fugidos/ eles vêem espíritos e dizem que são escravos fugidos / são espíritos e dizem que são escravos fugidos / eles amarram os espíritos e dizem que são escravos fugidos.¹⁰

No registro original, parte da música está escrita em *creole*: “*io ka voë zombie, io ka di c’est nègres marrons*”¹¹. O relato do administrador – ressaltando que “segundo seus costumes”, os escravos “colocaram o evento em canção” –, e a própria letra dessa música são indícios de que os cantos da roça e, possivelmente, da bamboula, eram maneiras de registrar os acontecimentos, a forma de pensar e explicar o mundo dos africanos escravizados e seus descendentes e de transmitir a outras gerações seus conhecimentos ancestrais e percepções sobre o contexto vivido. Essa fonte indica, ainda, que essas performances musicais, com seus tambores, ritmos e canções, também eram um meio de comunicar aos senhores brancos e avisá-los ou lembrá-los que eles, os escravos, não estavam alheios aos acontecimentos políticos e sociais das colônias e, mesmo, das metrópoles europeias.

De acordo com a linguista francesa Marie Treps, “bamboula” ou, ainda, “ka-mombulon” e “kam-bumbulu”, significava “tambor” nas línguas “sara” e “bola”, faladas na região da Guiné portuguesa no período colonial. Em 1714, na Costa do Marfim, a palavra apareceu sob o gênero feminino e passou a designar, então, “dança dos negros”, já com uma conotação negativa na visão dos brancos europeus, porque estava associada aos “negros”, à “escravidão negra”, num momento que o tráfico de africanos escravizados estava em plena expansão. No século XIX, a palavra bamboula se tornou sinônimo de dança violenta e primitiva no vocabulário dos brancos de origem europeia. Treps destaca em seu estudo que no século XX, com a intensificação do imperialismo francês na África, o termo bamboula passou a ser utilizado na França continental para se referir às pessoas de origem africana (principalmente senegaleses) como indivíduos que precisavam ser civilizados, tornando-se com o tempo uma injúria racista (TREPS, 2017).

Contudo, a despeito da apropriação racista do termo na França, há ao menos um registro fotográfico de um festejo denominado bamboula do início do século XX na ilha de Martinica, no qual homens, mulheres e crianças aparecem tocando tambores, cantando e dançando.¹² Isso indica que os franceses antilhanos de pele negra continuaram a realizar aquela manifestação cultural de

¹⁰ ANOM (Archives Nationales d’Outre-Mer, França), 170, APOM/5, apud CAMARA & DION, 2008: 169.

¹¹ “eles vêem espíritos e dizem que são escravos fugidos”. (tradução nossa).

¹² A fotografia “Bamboula, Fort de France, Martinique” (1902) pode ser observada no website *The Caribbean Photo Archive*, disponível em: <https://www.flickr.com/photos/caribbeanphotoarchive/3293641544/>, visto em 10 de julho de 2020.

herança africana, apesar das constantes proibições e visões preconceituosas sobre seus costumes ao longo da história do Caribe Francês.

4 CARNAVAL E REVOLTAS

Logo depois da Revolução de Julho de 1830 na França, em fevereiro de 1831, uma revolta de escravos ocorreu na cidade de Saint Pierre (Martinica) e em seus arredores. De acordo com o historiador Lawrence Jennings, revoltas como esta que aconteceram na Martinica nas décadas finais da escravidão, foram eventos menores em comparação à grande insurreição de escravos na Jamaica (1831-1832), que teve sucesso em pressionar o governo britânico em relação à abolição nas colônias inglesas (JENNINGS, 2002). No entanto, embora a revolta em Saint Pierre não tenha derrubado o sistema escravista francês, sua ocorrência demonstra que os escravos e escravas da Martinica não estavam passivos diante das mudanças em curso.

Em uma carta que relata a Revolta de 1831, sob a visão dos colonos brancos, o autor (anônimo) narra que na véspera da insurreição, na noite entre cinco e seis de fevereiro, uma bandeira tricolor com a inscrição “La liberté ou la mort”, foi colocada na porta da igreja da paróquia do Mouillage, em Saint Pierre. O incêndio começou nas fazendas nos arredores da cidade no dia sete e continuou até a noite de nove de fevereiro. Era período de Carnaval. Os relatos sobre essa insurreição afirmam que vários escravos atacaram e incendiaram onze engenhos de açúcar próximos à cidade de Saint Pierre, passando de fazenda em fazenda, invocando o fervor revolucionário que recentemente havia chacoalhado a França¹³. A elite branca ficou exasperada, reagindo implacavelmente contra os libertos e escravos da colônia, com o apoio do governo colonial¹⁴ (SCHLOSS, 2007).

Para a classe senhorial martinicana, aquela revolta de escravos de fevereiro de 1831 foi motivada pelas reverberações na colônia dos acontecimentos revolucionários ocorridos na metrópole. De acordo com aquele relato anônimo de um colono branco da Martinica, a notícia sobre a revolução chegou à ilha “nos primeiros dias de setembro” de 1830 e trouxe com ela uma “inquietação” que desestabilizou a “tranquilidade das Colônias” – embora essa “tranquilidade” seja apenas retórica, pois a década de 1820 não foi pacífica para os senhores de escravos da Martinica.¹⁵ Relata que “canções sediciosas” eram cantadas pelos escravos, assim como se ouvia falar de “ameaças de incêndio e de morte”. Segundo o autor do texto, nestas canções cheias de ditos significativos, na maneira dos “gestos” e da “linguagem”, revelava-se uma revolução em curso na mentalidade dos afrodescendentes da colônia:

¹³ A Revolução de Julho de 1830 pôs fim ao período da Restauração, dando início ao reinado de Luis Filipe I, sob um regime monárquico progressista. Homens negros livres que viviam na França metropolitana participaram ativamente desse processo e mantinham contato com as colônias.

¹⁴ ANOM – DPPC – Série Géographique – Martinique – Carton 18, dossier 160: Correspondance – Révolte de février 1831 (St. Pierre).

¹⁵ Em 1822, ocorreu uma grande revolta de escravos no município do Carbet e, há evidências sobre outra tentativa de revolta na mesma localidade em 1826; em 1823-24, dezenas de homens livres de cor foram acusados de conspiração e condenados à prisão, ao exílio e até à marca com ferro quente (“caso Bisette”); entre 1822-1827, houve alarde da elite branca em relação aos casos de “envenenamento” na Martinica, levando à condenação de várias pessoas escravizadas (THÉSÉE, 1997: 77-114; SAVAGE, 2006: 35-36).

A inquietude aumentou entre uns, a efervescência entre outros [negros e livres de cor]. Canções sediciosas estavam em todas as bocas, ameaças de incêndio e de morte em muitas; adágios significativos, uma certa maneira de gestos e de linguagem anunciavam uma revolução já feita nas ideias e pronta a explodir para fora. (ANOM – DPPC, SG – Carton 18, dossier 160)

A revolta do Canboulay de 1881, em Port-of-Spain, leva a pensar se esse levante em Saint Pierre em 1831, na época do carnaval, não teria um significado mais profundo que os senhores de escravos e mesmo os historiadores perceberam. No carnaval de 1880, o chefe de polícia, Capitão Baker, empreendeu uma ação ordenada de confisco dos instrumentos e tochas dos grupos de Canboulay, impossibilitando seus desfiles pelas ruas da cidade.

No ano seguinte, munidos de uma percepção de garantia de direitos e defesa de autonomia, os grupos rivais de Canboulay se unem pela primeira vez na história, elaboram estratégia ação coletiva, e enfrentam a polícia. Conseguem não só forçar a retirada da polícia para o quartel, como conseguem audiência com o governador e a garantia do direito de manter o carnaval daquele ano, com sus performance do Canboulay (BRASIL, 2016b).

Na sublevação de 1831 na Martinica, além de ocorrer no período do Carnaval, com relatos sobre “canções sediciosas”, os escravos insurgentes queimaram os campos de cana - cannes brulées. Não encontramos mais indícios para aprofundar a análise deste evento nesse sentido, mas consideramos pertinente destacar as conexões entre o que ocorreu na colônia francesa e a performance do Canboulay em Trinidad.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Trinidad, mesmo com predominância das elites francófonas, o carnaval teve participação negra já nos anos 1820 e 1830, gerando a reação das autoridades coloniais, que buscaram estabelecer formas de controle. Nesse sentido, a abolição da escravidão em 1834 foi um marco importante também para a história do carnaval, visto que se intensifica a participação negra na festa, catalisa práticas festivas que lembravam o tempo do cativo, das lutas pela liberdade e de memórias da África.

No carnaval de 1838, o jornal *Port-of-Spain Gazette* publicou a carta de um leitor que se intitulou “a Scotchman”:

Nós não vamos nos debruçar sobre todas as cenas nojentas e indecentes encenadas em nossas ruas – nós não vamos dizer quantos de nós vimos num estado tão próximo da nudez, [capaz de] enraivecer a decência e chocar a modéstia – nós não vamos descrever particularmente a prática africana de carregar a figura de uma mulher num andor, o qual foi seguido por centenas de negros gritando uma música selvagem da Guiné, (lamentamos dizer que nove décimos dessas pessoas eram crioulas) – nós não vamos descrever a luta feroz entre “Damas” e “Waterloos” que resultou desses préstitos – mas nós vamos dizer que de uma vez a prática de manter o carnaval, permitindo às classes baixas da sociedade correrem pelas ruas da cidade em fantasias miseráveis, pertence a outros tempos e deve ser abolida. (POSG, 2/3/1838: 2-3)

Centenas de negros gritando uma música “selvagem de Guiné”; carregando uma alegoria de mulher num pálio, num “costume africano”; com poucas roupas, beirando a nudez. Esses grupos seriam formados por “nove décimos” de crioulos – negros nascidos na ilha, sem contato direto com a África. O texto conclui pedindo a abolição do carnaval.

Essa referência à origem africana das performances no Carnaval em Trinidad, acerca da “música selvagem da Guiné”, também aparece nos relatos de homens brancos sobre a Martinica. O viajante francês Maynard, a despeito de seu olhar europeu do século XIX, carregado de preconceito e racismo, apontou que o bamboula tinha elementos de uma cultura negra, “africana”, que ele identifica como uma “dança selvagem do negro da Guiné” (MAYNARD, 1843, p. 128).

Percebemos nessas fontes a constante intenção de associar diretamente “classes baixas” com pessoas de ascendência africana, associar uma ideia de África a adjetivos como selvagem, indecência, nojo, e apresentar seus sujeitos como responsáveis por atos violentos e que ameaçavam a decência. Estratégias que sintetizam uma representação sobre as performances negras construída por membros da imprensa, autoridades coloniais e elite econômica no Caribe, mas também por todo Atlântico Negro e mesmo no continente africano.

O fato dos escravos da Martinica transformarem em canções e batuques – “segundo seus costumes”, como afirma o administrador de uma fazenda nas colônias francesas – suas visões e revoltas em relação ao sistema colonial e escravista não é mencionado pelos historiadores que abordam a história da escravidão nas Antilhas Francesas. Em geral, a historiografia valoriza e destaca a ação da imprensa abolicionista (JENNINGS, 1992; JENNINGS, 2002) e sua cultura letrada, mas não procura compreender o que significavam nas colônias a cultura oral e as estratégias dos afrodescendentes escravizados frente ao contexto político. Enquanto os abolicionistas escreviam e usavam a tribuna, os homens e mulheres escravizados cantavam e entoavam tambores nos campos de cana e nas ruas das cidades coloniais, espalhando sua mensagem e manifestando sua cultura *negra* antiescravista.

O Canboulay dos carnavais Pós-Abolição em Trinidad apresentava uma série de práticas e tradições negras que remontavam a memórias da África e da abolição da escravidão, estava diretamente associado às batalhas, disputas e alianças construídas no cotidiano urbano. Ocupar as ruas da capital nos dias de Carnaval representava uma oportunidade de representação pública de críticas ao passado escravista e às práticas racistas encampadas pelas elites coloniais.

A realização de uma história social da cultura transnacional nos mostrou que tais performances culturais dos africanos e afrodescendentes escravizados, libertos e livres nas Antilhas Francesas, como aquelas denominadas kalenda ou bamboula, ou ainda a Kalinda e o Canboulay de Trinidad, estiveram presentes nas disputas por emprego, moradia, melhores condições de vida e nas batalhas constantes por direitos e por espaços de autonomia. As performances caribenhas criadas no Pós-abolição dialogam com nexos culturais e sociais muito profundos, compartilhados desde os processos engendrados na África, reconfigurados na Passagem do Atlântico dentro dos navios negreiros, e, finalmente, nos encontros e experiências sociais nas Afro-Américas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. *Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930*. Campinas, Editora da Unicamp, 2017.
- ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, Eric. Introdução. In: ABREU, Martha et al. *Cultura negra: Festas, carnavais e patrimônios negros*. Niterói: EdUFF, 2018. v. 1
- ABREU, Martha. ASSUNÇÃO, Matthias. Da cultura popular à cultura negra. In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, Eric (orgs.) *Cultura negra: Festas, carnavais e patrimônios negros*. Niterói: EdUFF, 2018. v. 1
- ADAMS, Jessica; BIBLER, Michael P.; ACCILIEN, Cécile (orgs.). *Just Below South: intercultural performance in the Caribbean and the U. S. South*. Charlottesville, University of Virginia Press, 2007.
- BECKLES, H. *Natural Rebels: A Social History of Enslaved Black Women in Barbados*. New Burnswick: Rutgers University Press, 1989.
- BECKLES, H.; SHEPERD, V. A. *Freedoms won: Caribbean emancipations, ethnicities, and nationhood*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BRASIL, Eric. *Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no pós-abolição do Rio de Janeiro, Brasil e Porto de Espanha, Trinidad (1838-1920)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História: Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016a.
- BRASIL, Eric. *Carnaval como direito: A Revolta Canboulay de 1881, em Porto de Espanha, Trinidad*. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 20, p. 48–77, jun. 2016b.
- BRASIL, Eric. *Abolição e Carnaval: performance e experiência social negra em Trinidad (cc. 1790-1850)*. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 3, p. 204–227, 2018.
- BRASIL, Eric. *Cordões e Canboulay Bands: Performances negras no Pós Abolição (Rio de Janeiro e Port-of-Spain)*. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 3, p. e33507, 16 dez. 2020.
- BRASIL, Eric; CANELAS, Letícia. *Apresentação do Dossiê: Afro-Américas*. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 27, ago.- dez, 2019, p. 1-11. Disponível em <https://revista.anphlac.org/anphlac/article/view/3449/2820>. Acesso em: 12 out. 2019.

CAMARA, Evelyne; DION, Isabelle; DION, Jacques (orgs.). *Esclaves – Regards de Blancs, 1672 – 1913*. Collection *Histoires d’outre-mer*. Aix-en-Provence (França): ANOM, Images En Manoeuvres Éditions, 2008.

CANELAS, Letícia G. *Escravidão e Liberdade no Caribe Francês: a alforria na Martinica sob uma perspectiva de gênero, raça e classe (1830-1848)*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: Unicamp, 2017.

CANELAS, Letícia G. “Livres de cor” na Martinica: questões sobre raça e gênero no Caribe Francês (séculos XVIII-XIX). *Revista de História* (São Paulo), n. 179, a03319, 2020.

CANELAS, Letícia G. Do canto na roça ao “bamboula”: canções, batuques, trabalho e resistência escrava no processo de abolição da escravidão no Caribe francês. In: BUENO, A.; DURÃO, G.; GARRIDO, M. (Eds.). *História da África: debates, temas e pesquisas para além da sala de aula*. Rio de Janeiro, Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

CARPENTIER, Alejo. *O Reino deste mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DESSALLES, Adrien. *Histoire Générale des Antilles*. Série 1, Tome troisième: *Histoire Législative des Antilles ou Annales du Conseil Souverain de la Martinique (...)* par Pierre Régis Dessalles. Paris, Libraire-Éditeur, 1847.

DEWULF, J. From the Calendas to the Calenda: On the Afro-Iberian Substratum in Black Performance Culture in the Americas. *Journal of American Folklore*, v. 131, n. 519, p. 3–29, 2018. Disponível em: https://www.institutdesamericques.fr/sites/default/files/dewulf_jeoren_-_from_the_calendas_to_the_calenda_on_the_afro-iberian_performance_culture_in_the_americas_2018.pdf. Acesso em: 21 fev. 2018.

DORIGNY, Marcel (org). *Les Abolitions de l’esclavage de L. F. Sonthonax à V. Schoelcher, 1793, 1794, 1848*. Paris, Presses universitaires de Vincennes, 1995.

DRESCHER, S. *Abolição: uma História da Escravidão e do Antiescravismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DUBOIS, Laurent. *A Colony of Citizens: Revolution and Slave - Emancipation in the French Caribbean, 1787–1804*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

DURAND-MOLARD. *Code de la Martinique*, contenant les Actes Législatifs de la Colonies. Tomo 2. Saint-Pierre (Martinique), Jean-Baptiste Thounens, 1807.

ELDER, J. D. “Kalinda”: Song of the Battling Troubadours of Trinidad. *Journal of the Folklore Institute*, v. 3, n. 2, p. 192, ago. 1966.

ELDER, J. D. Cannes Brûlées. *TDR* (1988-), v. 42, n. 3, p. 38–43, 1998.

FERGUS, C. K. *Revolutionary Emancipation: Slavery and Abolitionism in the British West Indies*. Louisiana State University Press, 2013.

FERGUS, C. “Dread of Insurrection”: Abolitionism, Security, and Labor in Britain’s West Indian Colonies, 1760-1823. *The William and Mary Quarterly*, v. 66, n. 4, p. 757–780, 2009.

FICK, Carolyn. *The Making of Haiti: The Saint–Domingue Revolution from Below*. Knoxville, University of Tennessee Press, 1990.

FOSTER, Elborg & FOSTER, Robert (orgs.). *Sugar and slavery, family and race: the letters and diary of Pierre Dessalles, planter in Martinique, 1808-1856*. Baltimore, Johns Hopkins University, 1996.

GEGGUS, David Patrick. *The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*. Columbia, University of South Carolina Press, 2001.

GERSTIN, Julian. Tangled roots: kalenda and other neo-african dances in the Circum-Caribbean. *New West indian guide/Nieuwe West/Indische Gids*, v. 78, n. 1-2, p. 5-41, 2004.

GERSTIN, Julian. The Allure of Origins: Neo-African Dances in the French Caribbean and the Southern United States. In: ADAMS, Jessica; BIBLER, Michael P.; ACCILLEN, Cécile (orgs.). *Just Below South: intercultural performance in the Caribbean and the U. S. South*. Charlottesville, University of Virginia Press, 2007.

GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Editora 34, 2001.

GRANIER DE CASSAGNAC, Adolphe. *Voyages aux Antilles françaises, anglaises, danoises, espagnoles, à Saint-Domingue et aux Etats-Unis d’Amérique*. Premier Partie: Les Antilles Françaises. Paris, Dauvin et Fontaine Libraires, 1842.

HERKOVITZ, M. J. *The Myth of the Negro Past*. Nova Iorque, Londres: Harper and Brothers Publishers, 1941.

JENNINGS, Lawrence C. Le second mouvement pour l’abolition de l’esclavage colonial français. *Ou-tre-mers*, v. 89, n. 336-337, p. 177-191, 2o. sem. 2002.

JENNINGS, Lawrence C. Slavery and the Venality of the July Monarchy Press. *French Historical Studies*, v. 17, n. 4, p. 957-978, 1992.

LABAT, Jean Baptiste. *Nouveaux voyages aux isles de l'Amérique*, 1693-1705. Fort-de-France, Editions des Horizons Caraïbes, 1972 [1722].

LIVERPOOL, H. *Rituals of Power and Rebellion: The Carnival Tradition in Trinidad and Tobago*, 1763-1962. Chicago: Research Associates School Times, 2001.

LOPES, Antônio Herculano. *Performance e história*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. *Diagonais do afeto: teorias do intercâmbio cultural nos estudos da diáspora africana*. São Paulo, Intermeios/Fapesp, 2016.

MATA, Iacy Mata. *Conspirações da raça de cor: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2015.

MATTHEWS, G. Trinidad: A Model Colony for British Slave Trade Abolition. *Parliamentary History*, v. 26, n. 4S, p. 84–96, 2007.

MAYNARD, Alphonse (Conde de La Cornillière). *La Martinique en 1842: intérêts coloniaux, souvenirs de voyage*. Paris, Gide Libraire-éditeur, 1843.

MINTZ, Sidney W. & Price, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro, Pallas, Universidade Cândido Mendes, 2003.

MOITT, Bernard. *Women and Slavery in the French Antilles, 1635-1848*. EUA: Indiana University Press, 2001.

MONTEIRO, Livia Nascimento. *“A congada é do mundo e da raça negra”*: memórias da escravidão e da liberdade nas festas de congada e moçambique de Piedade do Rio Grande – MG (1873-2015). Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História: Universidade Federal Fluminense,. Niterói: 2016.

PEARSE, A. Mitto Sampson on Calypso Legends of the Nineteenth Century. *Caribbean Quarterly*, v. 4, n. 3/4, p. 250–262, 1956.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

ROCHA, Elaine P. Um lugar para chamar de seu: a luta dos negros barbadianos pela moradia no Pós-abolição. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, dossiê *Afro-Américas*, n. 27, p. 37-65, ago. - dez, 2019. Disponível em <https://revista.anphlac.org/anphlac/article/view/3449/2820>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SAVAGE, John. Unwanted Slaves: The Punishment of Transportation and the Making of Legal Subjects in Early Nineteenth-Century Martinique. *Citizenship Studies*, v. 10, n. 1, p. 35-53, fevereiro de 2006.

SCHLOSS, Rebecca Hartkopf. *Sweet liberty: the final days of slavery in Martinique*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2009.

SCHLOSS, Rebecca Hartkopf. The february 1831 slave uprising in Martinique and the Policing of white identity. *French Historical Studies*, v. 30, n. 2, p. 203-236, 2007.

SIDBURDY, James; CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Mapping Ethnogenesis in the Early Modern Atlantic. *William and Mary Quarterly*. 3d ser., v. 68, n. 2, p. 181-208, abr. 2011. Disponível em: 10.5309/willmaryquar.68.2.0181. Acesso em: 12 abr. 2020.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SLENES, Robert W., “ ‘Eu venho de muito longe, eu venho cavando’: jongueiros cumba na senzala centro-africana”. In: LARA, Silvia H.; PACHECO, Gustavo (orgs.) *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007.

THÉSÉE, Françoise. *Le général Donzelot à la Martinique. Vers la Fin de L’Ancien Régime colonial (1818-1826)*. Paris: Karthala, 1997.

TOMICH, Dale. *Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the World economy, 1830-1848*. Baltimore: John Hopkins Univ., 1990.

TREPS, Marie. *Maudits mots: la fabrique des insultes racistes*. França,: TohuBohu Editions, 2017.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, p. 9-36, jan./jun. 2013.

WOODING, H. O. B. The Constitutional History of Trinidad and Tobago. *Caribbean Quarterly*, v. 6, n. 2/3, p. 143–159, 1960. Notas.

OS TROFÉUS DE GUERRA E A GEOPOLÍTICA: O PÓS-GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA E A DEVOLUÇÃO DE OBJETOS SIMBÓLICOS

ANA BEATRIZ RAMOS DE SOUZA

“... nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. [...] Estamos intimamente envolvidos com objetos que amamos, desejamos ou com os quais presenteados os outros. Marcamos nossos relacionamentos com objetos (...). Através dos objetos fabricamos nossa autoimagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. (...) não apenas nos fazem retroceder no tempo como também t ornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro.”
(WEINER, 1987, p. 159)

1 INTRODUÇÃO

A região da bacia platina, área de extrema importância para o Império Colonial Espanhol no período da conquista e exploração, pode ser considerada como uma das mais complexas de formação dos Estados Nacionais e de formatação das fronteiras. Mesmo após as independências, a região ainda era palco de grande disputa e talvez o auge dessa ação tenha sido a guerra da Tríplice Aliança, que opôs o Império do Brasil, Argentina e Uruguai ao Paraguai. Ela apresenta tamanha importância na história do continente que é considerada por alguns autores um divisor de águas, marcando inclusive o que consideramos a crise do Império do Brasil. As décadas que se seguiram ao final do conflito representaram uma disputa pelo poder geopolítico da região, com a Argentina praticando uma política externa mais ofensiva a fim de assumir essa liderança.

Nesse sentido, as questões relacionadas ao processo referente à devolução dos chamados “troféus de guerra”, pode nos fornecer valiosas informações sobre esse reordenamento geopolítico,

bem como sobre a própria reformulação da identidade nacional dos países da região entre o final do século XIX até meados do século XX.

2 TROFÉUS DE GUERRA E A GEOPOLÍTICA DO RIO DA PRATA

A principal obra para entender de que forma inicia a discussão sobre os troféus de guerra e sua devolução foi escrito pelo paraguaio Leonardo Torrents em 1899. Morador do Rio de Janeiro, os escritos de Torrents se transformaram no primeiro libelo a favor, não somente da devolução, mas pelo perdão da dívida de guerra. Torrents era presidente do *Centro Paraguai*, uma organização de paraguaios positivistas e que era protegido por positivistas ortodoxos como Raul do Nascimento Guedes, presidente da *Comissão Benjamin Constant*, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que tinha como objetivo disseminar a memória de Constant e o positivismo, bem como propalar a amizade entre os povos, levando em conta a necessidade de se pedir desculpas ao Paraguai pela guerra.¹

Com a República, Benjamin Constant, que foi ministro da guerra até 1891, propôs por sugestão do capitão José Beviláqua² a restituição dos troféus. Mas a ideia não foi adiante e, logo ao final do governo provisório, ela encontrou resistência no novo governo, bastando lembrar que tanto o Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, quanto o Vice Floriano Peixoto eram veteranos da campanha (TORRENS, 1899, p. VIII).

Com a morte de Benjamin Constant, Teixeira Mendes resolveu retomar a campanha a partir da proposta de biografia que escreveu sobre Constant. Segundo Teixeira Mendes, o governo quis “manter a herança fratricida da monarquia”, e que era “inadmissível” guardar “troféus”, pois eles representavam uma espécie de “afronta àquele heroico povo”, acreditando que as gerações

¹ Apesar de discordar de algumas das suas interpretações relativas ao conflito, Mario Maestri escreveu sobre a disputa entre os positivistas e o contexto do pós-guerra, o que vale uma leitura (Maestri, 2014). Cf. Mário Maestri. “Os Positivistas Ortodoxos e a Guerra do Paraguai”. In: Mário Maestri. *Guerra no Papel: história e historiografia da guerra no Paraguai*. Porto Alegre, FCM, 2014.

² José Bevilacqua nasceu em Nossa Senhora da Assunção de Viçosa, atual Viçosa do Ceará (CE), no dia 18 de março de 1863, filho de João Bevilacqua e de Mariana Rabelo Bevilacqua. Seu pai era tenente da Guarda Nacional e sua mãe era professora. Chegou ao Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 14 de outubro, aos 16 anos de idade. Embora sua família fosse de posses modestas, a patente de tenente da Guarda Nacional que seu pai tinha, lhe possibilitou ser reconhecido como cadete de segunda classe. Em fevereiro de 1880, matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar da Praia Vermelha e, em 1882, iniciou o curso superior da mesma instituição, passando a alferes-aluno no início de 1885. A partir de então, passou a compartilhar o clima intelectual marcado pelo “cientificismo” de matriz positivista, bem como o posicionamento político antigovernista e republicano que prevalecia entre os alunos. Suas cartas aos pais (disponíveis em seu arquivo pessoal) trazem repetidas críticas ao governo. Numa delas, de 29 de abril de 1886, defendia a República como “a forma de governo em que os direitos dos cidadãos são melhor definidos, porquanto não admitindo privilégios de famílias ou de classes, as leis igualam todos os cidadãos e a única distinção é aquela que é oriunda do mérito e das virtudes individuais”. Pertenceu também à Sociedade Abolicionista, a qual os alunos mantinham na Escola Militar. Promovido a segundo-tenente no final de 1888, nos anos finais do Império, participou ativamente da agitação republicana que, reunida em torno de Benjamin Constant, professor de matemática da Escola Militar, resultou na conspiração que sairia vitoriosa no golpe de Estado de 15 de novembro de 1889. Após a República, teve rápida ascensão na carreira, sendo promovido a primeiro-tenente “por serviços relevantes” em janeiro de 1890 e a capitão em maio seguinte. Em 15 de setembro do mesmo ano, foi eleito deputado pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte e tomou posse em 15 de novembro. Em janeiro de 1891, concluiu o curso de engenharia na Escola Militar e recebeu o grau de bacharel em matemática e ciências físicas e naturais. Depois de promulgada a primeira Constituição republicana do país no dia 24 de fevereiro de 1891, assumiu, em maio seguinte, sua cadeira na Câmara dos Deputados, com mandato até dezembro de 1893. Durante os trabalhos parlamentares, propôs que fossem solenemente restituídos ao Paraguai os troféus conquistados na guerra, projeto que nunca foi levado adiante. No dia 15 de novembro de 1891, casou-se com Alcida Botelho de Magalhães, terceira filha de Benjamin Constant, líder republicano e primeiro ministro da Guerra do novo regime. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 21 de julho de 1930.

vindouras ouviriam Constant como “a voz do fundador da República Brasileira” e acabariam por restituir os aludidos troféus, além de eximir a dívida imposta àquele país (MENDES, 1936).

Naquele momento, o Uruguai já havia perdoado a dívida de guerra e se cobrava que o Brasil e a Argentina fizessem o mesmo. No ano de 1883, o governo enviou a Assunção uma missão diplomática liderada por Enrique Kluby a fim de finalizar os Tratados de Paz, Comércio e Navegação, pendentes desde o final da guerra. Dois anos mais tarde, o presidente uruguaio Máximo Santos dirigiu mensagem ao Parlamento solicitando a devolução dos troféus de guerra tomados do Paraguai. A segunda iniciativa uruguaia ocorreu em 1914, quando da devolução de uma bandeira do Paraguai, que se considerava pertencente ao conflito, o que formalmente só ocorreu em 1915, com o envio de uma delegação especial de representantes uruguaiois ao Paraguai, com a presença de políticos e a grande afluência de público.

Mesmo que não se pretendesse cobrar de fato a dívida, os governos brasileiros evitavam cancelá-la pois acreditavam que sua manutenção seria a uma garantia da independência paraguaia frente a “eventuais projetos anexionistas argentinos”. Interessante pensar que o governo Floriano Peixoto utilizou, de certa forma, a memória da guerra para se solidificar. Uma das formas foi a colocação do Panteão de Osorio na Praça XV de Novembro e a outra foi usar nas comemorações do 15 de novembro de 1892, três anos apenas da jovem República, troféus da guerra que foram expostos em vários quartéis a fim de “melhor abrilhantar a festa desse dia” (Gazeta de Notícias, 1892).

A eleição de Prudente de Moraes em 1894 representou a transição entre os militares e os civis, e, para além disso, iniciou o que se convencionou chamar de Primeira República (1894 – 1930). Após a tensão relacionada à posse de Prudente, visto que acreditava que Floriano Peixoto não aceitaria e promoveria um golpe, o grupo dos jacobinos tentava de todas as maneiras questionar o governo que pacificou o Rio Grande do Sul finalizando com a Revolta Federalista, mas encontrou um entrave na Revolta de Canudos. Nesse contexto, lembravam-se os 30 anos de início da guerra da Tríplice Aliança.

Foi justamente naquele momento que as críticas dos positivistas ortodoxos passam a ser mais diretas. Naquele ano, Miguel Lemos publicou um panfleto intitulado “À nossa irmã: a República do Paraguai”, onde criticava o que chamou de “erros da política filauciosa e violenta” que “atirou três nações sul-americanas a uma guerra encarniçada contra outra de suas irmãs” (MENDES, 1894, p. 3). Segue o texto, ainda, afirmando que caberia aos positivistas [ortodoxos] “auxiliarem o Paraguai a cicatrizar as suas cruentas feridas, manifestando-lhe sempre a solidariedade. A cortesia sincera, [...] procuramos atenuar e fazer esquecer os efeitos das faltas cometidas por àqueles que nos achamos ligados por laços íntimos, no passado e no presente” (MENDES, 1894, p. 3). A motivação para esse panfleto foi a visita de uma delegação uruguaia ao Brasil a fim de distribuir medalhas comemorativas relativas à guerra.

Contudo, os positivistas continuaram a agir e a tornar público seu descontentamento com o caminhar da matéria. Em fevereiro de 1899, os republicanos positivistas, presididos por Raul do

Nascimento Guedes, fundaram a chamada Comissão Benjamin Constant, a qual tinha o objetivo de fazer lembrar a memória do homenageado, colocando a proposta de devolução à frente, até ser aceita pelo governo (TORRENS, 1899). Em maio do mesmo ano, representantes do Apostolado Positivista, da Comissão Benjamin Constant e do Centro Paraguaio elaboraram uma recepção festiva para Fernando Iturbúru, ministro paraguaio e ex-legionário.³ Como uma resposta, no mesmo ano foi fundada a Associação dos Veteranos da Guerra do Paraguai, tendo como presidente o veterano da guerra e o almirante Arthur Silveira da Motta, o Barão de Jaceguai. Em seu discurso de inauguração da Associação, Silveira da Motta acusou os positivistas de antipatriotas, sendo respondida na sequência por Teixeira Mendes, que responsabilizava exclusivamente os nobres e a monarquia pela guerra, utilizando para isso a chamada “visão internacionalista” do positivismo ao afirmar que

guerra do Paraguai foi um crime não é afirmar que a Pátria é criminosa. Porque a responsabilidade da guerra não cabe à Pátria, e sim aos diretores da Pátria naquela época. A Pátria é o conjunto das gerações passadas, futuras e presentes, que concorrem, em cada região da terra, para a existência da Humanidade (Jornal do Comércio, 1894).

Essa configuração resultou em uma “batalha pela memória” da guerra: de um lado àqueles que questionavam sua importância para a construção da memória nacional, e até mesmo a rejeitavam, e do outro, àqueles que viam na guerra o auge do momento histórico do Brasil-nação. Não demorou muito para que surgisse no Congresso uma proposta balizada com a ideia de Benjamin Constant e de Teixeira Mendes. Em 16 de agosto de 1899, Barbosa Lima apresentou à tribuna do Congresso Nacional a proposta de devolução dos troféus e cancelamento da dívida, sendo apoiado inclusive pelo então jovem escritor Lima Barreto e o futuro Marechal Rondon.

Alguns anos mais tarde, já com a retomada das lembranças da guerra, foram realizadas comemorações das batalhas que o início da República fizera questão de esquecer. Em dezembro de 1907, o jornal “A Notícia” publicou uma reportagem sobre as comemorações do combate de Lomas Valentinas que “há 39 anos conquistou para o nosso museu muitos troféus de guerra” (A Notícia, 1907). Não demorou para que Miguel Lemos se manifestasse, não somente pelo fato de ocorrerem comemorações, mas também contra o traslado dos restos mortais do Almirante Barroso e Saldanha da Gama. Ele enfatizava a posição do Apostolado Positivista quanto à guerra e, sobretudo à Revolta da Armada, acreditando que não seria pertinente homenageá-los por aquilo que considera “sucessos históricos negativos”.

³ Em 18 de dezembro de 1864, é fundada em Buenos Aires a *Legião Paraguaia*, cuja denominação inicial era *Associação Paraguaia* integrada por paraguaios e descendentes que, haviam sido exilados por serem contrários aos governos de Francia e dos dois López. Alguns de seus integrantes foram ativos na política e intelectualidade paraguaia após o conflito como, por exemplo, os irmãos Decoud, Frederico Baéz, Egusquiza, Benigno Ferreira e Iturburu. Foram considerados heróis por um tempo, mas com o revisionismo paraguaio, iniciado nas primeiras décadas do século XX, tendo como principal expoente Juan de O’Leary, *os legionários*, passaram a ser *personas non gratas*, na história paraguaia, acusados de crimes e antipatriotismo. Para saber mais cf. Beatriz Gonzalés de Bosio. *Los legionários*. Assunción: El Lector, 2013. Coleção 150 anos da Grande Guerra. Torrens, ib.pp. 168 et seq. Ver, também: Ricardo Brugada. *Brasil-Paraguay*. Rio de Janeiro, 1903. http://www.archive.org/stream/brasilparaguay00bruggoog/brasilparaguay00bruggoog_djvu.txt

Anuncia-se que o governo da República está fazendo partilhar das honras fúnebres tributadas oficialmente ao almirante Barroso, a memória de um dos mais condenáveis protagonistas da revolta de 6 de setembro de 1893. À vista disto, julgamos do nosso dever recordar as seguintes páginas, em que o fundador e diretor da Igreja e do Apostolado Positivista do Brasil caracterizou a guerra do Paraguai e a referida revolta. Esses trechos bastam para explicar a significação das homenagens prestadas ao almirante Barroso, desligando-as de qualquer aberração militarista. Eles patenteiam igualmente monstruosidade da assimilação que o atual governo da República tenta estabelecer, e que só o ceticismo político e moral das classes dominantes e a indiferença cívica do público, em geral, tornam possível (LEMOS, 1908, p. 3-4).

Em maio de 1908, o jornal “Diário de Pernambuco” comentava sobre uma matéria a respeito de deputados argentinos aprovarem a proposta de devolução dos troféus de guerra em poder daquele país e a contestação da mesma matéria por parte de Teixeira Mendes (Diário de Pernambuco, 1908). Através da circular intitulada “Ainda o militarismo e a política moderna: a propósito das recentes glorificações oficiais da guerra do Paraguai”, ele condenava novamente as comemorações e mencionava a necessidade de auxílio ao Paraguai que, segundo ele, estaria em estado de penúria devido à guerra. Nesse sentido, Teixeira Mendes defendia, não somente a devolução dos troféus pelo Brasil, Uruguai e Argentina, mas também o perdão da dívida (Jornal do Comércio, 1908). Em 1910, voltou a publicar no mesmo jornal críticas às comemorações relativas à Batalha de Tuiuti exigindo a “cabal reparação do crime que a Guerra do Paraguai constitui” (O Século, 1911).

Em setembro de 1912, a proposta levantada por Benjamin Constant e propagada pelos positivistas virou projeto de lei pelas mãos do deputado gaúcho Octávio Rocha (A República, 1912). A partir de então, as críticas passaram a ser mais incisivas, chegando a publicação em 1913 por Teixeira Mendes da circular “Paraguai-Argentina-Brasil: a confraternização brasílico-Argentina, a independência da nossa cara irmã a República do Paraguai, e o cancelamento da sacrílega dívida resultante, para esta, da guerra fraticida entre ela e o Brasil, a Argentina e o Uruguai”. Apesar do longo título, a circular possuía apenas 57 páginas, mas trouxe uma riqueza de assuntos, reunindo um conjunto de outras circulares contendo notícias veiculadas na imprensa, principalmente no “Jornal do Commercio” do Rio de Janeiro (MENDES, 1913).

Nas primeiras páginas, a grande discussão era sobre a dívida que, naquele momento, havia sido perdoada pelo Uruguai. O autor apelava para os presidentes do Brasil, Hermes da Fonseca, e da Argentina, Sáenz Peña, por uma política altruísta que auxiliasse o Paraguai, mas também retomava a ideia de devolução dos troféus, citando agora o projeto do deputado Octávio Rocha (MENDES, 1913). No trecho intitulado “Nota acerca de uma tentativa para restituição dos troféus e cancelamento da dívida paraguaia”, Teixeira Mendes relembra os esforços da Igreja Positivista para o cancelamento da dívida e restituição dos objetos.

A devolução seria, para ele, a principal forma de reparar o que considerava um erro. Ela deveria ser plena, direta e imediata, e solicitar ao Paraguai “a aceitação da restituição dos troféus e o cancelamento da dívida (não o perdão), só assim procederiam de maneira honrosa e altruísta

pela Humanidade, pela paz entre as Repúblicas irmã” (MENDES, 1913, p. 6-7,11). O interessante é que Teixeira Mendes propusera dedicar à memória do general Osorio o projeto de devolução dos troféus, citando o livro “História do General Osorio”, escrito por seu filho Fernando Osorio, interpretando de forma equivocada a informação de que Osorio era contra a guerra (MENDES, 1913). Existia, igualmente na Argentina, uma campanha para a devolução dos troféus, sendo que os jornais de maior circulação como “La Nacion” e “El Diario” lançavam artigos manifestando-se contrários à devolução (Correio Paulistano, 1915).

A discussão chegou ao governo. Em 1916, em meio a Primeira Guerra Mundial, o jornal “A Província” publicou uma notícia intitulada “Tropheus de guerra” afirmando que “dizem” que o presidente Venceslau Bráz e o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, opinavam pela devolução ao Paraguai dos troféus de guerra. O jornal ainda acrescentava que a ideia seria mal recebida pelos veteranos brasileiros (A Província, 1916). O periódico acrescentava a fala do general Caetano de Farias, então Ministro da Guerra, que, ao ser entrevistado sobre essa possível afirmação do presidente e de Lauro Müller, disse que “a projetada devolução dos troféus que tomamos àquela nação é uma pieguice muito própria de nosso proverbial sentimentalismo” (A Província, 1916). Destacava também que a Inglaterra comemorava todos os anos a Batalha de Trafalgar e que isso não trazia problemas em suas relações com a França, e finalizava a entrevista dizendo que “não temos o direito de dispor de uma coisa de que somos apenas depositários da geração que conquistou esses troféus e só ela poderia dar voto decisivo pela conservação ou entrega de tais despojos valorosamente ganhos no Paraguai na famosa guerra da Tríplice Aliança” (Jornal do Recife, 1916). Não obstante, essas duas matérias foram veiculadas no dia 1º de março de 1916, dia em que se comemorava o término da guerra e a morte de Solano López.

Estava claro que os militares não aceitariam o projeto e que essa discussão ainda renderia não somente no meio político, mas na sociedade. Em requerimento enviado ao presidente da República, Marcolino de Magalhães, funcionário da polícia, recolheu dezenas de assinaturas solicitando que não fossem mais celebrados o 24 de maio (Batalha de Tuiuti) e o 11 de junho (Batalha Naval do Riachuelo), visto que a “rememoração em meio de públicas solenidades, [...] ofende aos intuitos e destoa dos ditames de uma sã política racional orientada pelo sentimento de fraternidade existente no coração de todos os brasileiros”, e continua, “vimos a solicitar ao 1º Magistrado da República a supressão das festas com que costumamos celebrar os aniversários das batalhas [...] o que de nenhum modo significa o desconhecimento do alto valor dos serviços prestados pelos heróis de Tuiuti ou Riachuelo” (BRASIL, 1916). Pela solicitação, vemos claramente a noção de fraternidade entre os povos divulgada pelo positivismo.

Ele ainda argumentava que devemos render homenagens aos que no passado souberam amar e servir à Pátria, e, desta forma, deveria ser homenageado então o aniversário da “Capitulação da Campina do Taborda”, luta que “durante 24 anos, em prol da integridade do pátrio território, pelos guerreiros heróicos do indígena Felipe Camarão, do negro Henrique Dias e do branco André

Vidal e Fernando Vieira, representantes denodados das três raças constitutivas do nosso povo” (BRASIL, 1916, p. 2). Vemos nesse trecho algo interessante: não sendo a primeira vez que a expulsão dos holandeses era mencionada (os jornais da época fazem isso a todo o momento), o autor do Requerimento mencionava “as três raças constitutivas do nosso povo”, antecipando o pensamento das décadas seguintes sobre a miscigenação como positiva a nação brasileira. O autor propõe, então, a designação de um dia para comemorar os serviços prestados no mar e em terra, a fim de estreitar os laços entre militares e civis. Note-se que nessa fala ele não mencionava os eventos, pelo contrário, militava a favor de um apagamento dos mesmos.

Em 1917, uma grande exposição agitou a Curitiba: eram os troféus de guerra da Primeira Grande Guerra, trazidos dos campos da França. Eles foram expostos na redação do jornal “A República” e fizeram bastante sucesso. Eram capacetes franceses, armas, munições e peças de vestuário tomadas dos alemães (A República, 1916).⁴ Mas, no que isso poderia impressionar ao pesquisador da memória da Tríplice Aliança? Em dezembro do mesmo ano, o presidente do Centro Cívico Sete de Setembro anunciou uma grande exposição de troféus da guerra da Tríplice Aliança, a fim de comemorar os eventos da chamada “Dezembrada”. A pedido do deputado Joaquim Osorio a Exposição não foi realizada e no seu lugar foram colocados painéis dos grandes vultos nacionais (Estado do Pará, 1917). Vemos então uma exaltação à França e seus feitos na Primeira Guerra, igualmente a vontade de tecer uma homenagem próxima a data tão cara aos positivistas que era o 14 de julho, tomada da Bastilha, e um apagamento dos feitos militares brasileiros na Tríplice Aliança. Dois pesos, duas medidas.

As agitações do início da década de 1920, bem como a influência da doutrina francesa da chamada Missão Militar Francesa nos quartéis, juntamente com o desaparecimento dos positivistas históricos como Teixeira Mendes e Miguel Lemos, fez decrescer e, em alguns momentos, desaparecer as publicações relacionadas à devolução dos troféus e perdão das dívidas. Em 1922 o presidente argentino Hipólito Yrigoyen apresentou ao Congresso um projeto para que fosse declarada extinta a dívida paraguaia com aquele país, mas ela negada pela comissão de Negócios Constitucionais. Três anos depois, o deputado Guillermo Sullivan tentou implantar uma lei similar, sendo mais uma vez negada. Em 1928 foi então aprovado o projeto que perdoava a dívida e restituía os objetos “pertencentes ao povo e identidade paraguaios”, sendo criada a Liga Patriótica que se opunha a devolução, mas aceitava o perdão da dívida (A Federação, 1928).

Nem com a Revolução de 1930, que colocou Vargas no poder, os ânimos arrefeceram. De alguma forma, ocorriam embates mais abertos entre quem apoiava a ideia da devolução e quem, afirmando estar movidos por sentimentos patrióticos e de respeito aos veteranos, ainda comemorava as batalhas e exibia orgulhosamente os símbolos da vitória. Em agosto de 1931, o Jornal do Recife trouxe uma denúncia sobre a bandeira do 17º batalhão de voluntários da pátria

⁴ A República, 6 de julho de 1917. Biblioteca Nacional. O jornal teve como seus fundadores e redatores, membros do *Club Republicano* e do próprio Partido Republicano. Surgiu em 16 de março de 1886 e durou até 5 de outubro de 1930. Cf. Oswaldo Pilloto. *100 anos de imprensa no Paraná*. Paraná: edição do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, 1976, p. 16-17.

que estava sendo anunciada em um leilão por um colecionador particular (Jornal do Recife, 1931). Traçavam todo o caminho das bandeiras desde os campos do Paraguai até chegarem ao Brasil, sendo depositadas nas igrejas, pois “na época pensava-se que as relíquias deveriam ser guardadas pela religião, posteriormente o governo recolheu para os Museus” (Jornal do Recife, 1931). Citava ainda uma frase atribuída ao Barão do Rio Branco onde “os troféus pertencem à nação e são conservados com o maior cuidado e respeito em algum templo ou museu” (Jornal do Recife, 1931). Essa fala corroborava com o pensamento no momento de definição de uma estratégia política por parte de Vargas, a qual foi se consolidar durante o Estado Novo, onde o nacionalismo deveria prevalecer.

Nesse sentido, a política de criação de Museus ampliou absurdamente, além da criação do SPHAN (Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Cabe ressaltar que o Museu Histórico Nacional se tornou um fiel depositário da história do Brasil, bem como da história militar, e as relíquias e troféus possuíam lugar de honra em suas exposições.⁵ Em 1932, foi lançado o filme “A alma do Brasil”, baseado na obra do visconde de Taunay sobre a Retirada da Laguna. Foi exibido nas principais salas de cinema do país na época, mas no Rio de Janeiro, capital federal, recebeu um incentivo a mais: em 6 de agosto de 1932 estreou no Cinema Eldorado, na Cinelândia, com exibição no hall de entrada do prédio de armas, relíquias e troféus de guerra.⁶

Entre os anos de 1932 e 1935, Paraguai e Bolívia disputaram a posse do território do Chaco Boreal, porção que é delimitada pelos rios Paraguai, a leste, Pilcomaio, a oeste, e Parapetí, no sudeste boliviano (DORATIOTO, 2000)⁷. A querela em torno dessa região já era antiga devido à posse de territórios, mas foi enfatizada com a descoberta do petróleo. A Guerra do Chaco e seu desenlace criaram, no Paraguai, uma situação revolucionária, que serviu para “unir, num mesmo movimento, todas as correntes antiliberais” (MORAES, 2000, p. 27). Lorena Soler (2007) argumenta que a Guerra do Chaco fomentou um nacionalismo na sociedade paraguaia, com diversas correntes, desde as fascistas até aquelas que reivindicavam direitos sociais e políticos (SOLER, 2007, p. 1-2). No início do conflito, o Brasil se manteve neutro, mesmo com o pedido da Bolívia, e a Argentina tentou intermediar a situação, tendo grande destaque no cenário das relações exteriores nesse contexto.

A vitória paraguaia na Guerra do Chaco em 1938 abriu caminho para olhares heróicos para o passado militar e os manuais de história voltaram a ser reescritos para contar que foram declarados próceres beneméritos José Gaspar de Francia, Carlos López e Francisco Solano López

⁵ Sobre o tema conferir entre outros: Letícia Julião. “O Sphan e a cultura museológica no Brasil”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 141-161, Daryle Williams. “Ad perpetuum rei memoria: The Vargas Regime and Brazil’s National Historical Patrimony, 1930-1945” In: *Luso-Brazilian Review*, volume 31, number 2, winter 1994

⁶ Além do nome ser sugestivo para a fabricação de um sentimento nacional e para formalizar a presença do Estado no Mato Grosso (como veremos no Capítulo IV), o filme foi exibido no centro, na região da Cinelândia, que foi ressignificada a partir da instalação dos cinemas, a partir do projeto de Francisco Serrador na década de 1920. A cidade ganhou ares cosmopolitas, atraiu os investidores internacionais e recebeu enorme contingente de imigrantes, estabelecendo as bases sociais e mercadológicas para a recepção do modelo industrial do cinema americano, que Serrador trouxe ao Brasil. cf. Jonas da Silva Abreu. *O papel do cinema na construção da identidade da Cinelândia*. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009. O filme *A alma do Brasil*, pode ser visto no Arquivo Nacional, mas também está disponível no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=Njj1UfLpXyM>.

⁷ Sobre a Guerra do Chaco, além de Doratioto, 2000, conferir: Arce, 1974; Carvalho, 1958. Querejazu, 1998; Silveira, 2009.

(AFONSO, 2017, p. 94). Foi naquele contexto de renascimento patriótico que o presidente Rafael Franco criou, em 1936, uma expedição a Cerro Corá a fim de resgatar os restos mortais de Solano López, utilizando os relatos dos expedicionários. Em 1º de março de 1936, data simbólica relativa à morte de Solano López em Cerro Corá, chamada de “épica”, o governo revolucionário restabeleceu López com o decreto-lei que cancelava todos os documentos referentes à indisposição de López para com o Paraguai, bem como o declarava herói nacional e ainda determinava a glorificação de sua memória em um grande monumento comemorativo na mais alta colina, às margens do Rio Paraguai na entrada da cidade de Assunção. Toda essa dinâmica forneceu mais combustível nas críticas paraguaias relacionadas ao comportamento do Brasil com relação aos troféus de guerra.

A Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e a participação do Brasil no conflito, bem como a necessidade de incentivar o alistamento, fez com que o governo se voltasse ainda mais para a guerra da Tríplice Aliança. Além de biografias e episódios semanalmente escritos em jornais de grande circulação por intelectuais alinhados com o regime, o governo precisava de mais. Em 1942 o Brasil aprovou a resolução que extinguiu a dívida de guerra, mas os troféus não foram devolvidos, pelo contrário, foram cada vez mais expostos como uma efetiva propaganda do governo.

Podemos perceber que com a Segunda Grande Guerra existiu uma mudança na imprensa sobre a devolução. No “Correio da Manhã” de 4 de julho de 1942, o jornalista e político Pedro da Costa Rego escreveu um grande texto intitulado “Os troféus do Paraguai” onde deixa claro que a aproximação do Brasil com o Paraguai não deveria resultar na entrega dos objetos, visto que eles são importantes para a constituição da nacionalidade (Correio da Manhã, 1942). Em fevereiro de 1944, o Tenente Coronel e chefe de gabinete do Ministro da Guerra, Affonso de Carvalho publicou na revista “A Ilustração Brasileira” um artigo de página inteira criticando os positivistas por terem “sabotado o heroísmo militar da Guerra do Paraguai”, afirmando ainda que “os primeiros anos da República assistem a este aberrante crime de lesa-patriotismo: o menosprezo dos nossos heróis, a deturpação, em nosso desfavor das causas da guerra do Paraguai, e, o pior de tudo, o aviltamento da glória militar”.

Seguia afirmando que os Generais veteranos, segundo afirmara Tasso Fragoso, sentiam-se constrangidos em usar suas condecorações obtidas na guerra (A Ilustração Brasileira, 1944). Mencionava ainda a Revolta da Armada e a necessidade de chamar veteranos da guerra, citando o então presidente Floriano Peixoto e Gomes Carneiro, para a defesa dos “ideais da Pátria” (A Ilustração Brasileira, 1944). Affonso de Carvalho foi também poeta, crítico literário e jornalista, tendo colaborado em “O Jornal”, na “Revista da Semana”, que fundou e dirigiu, em “O Radical” e na “Nação Armada”, todos do Rio de Janeiro. Publicou ainda “O Brasil não é dos brasileiros”; “Bilac, o homem, o poeta, o patriota”; “Caxias e Bilac” e “Teu filho não voltará mais”, obras pelo selo da Biblioteca do Exército. Portanto, esse texto não foi obra de mero acaso, ele tinha objetivo, lembrando que nesse contexto o Brasil seguia para a guerra na Europa.

Finda a Segunda Guerra e deposto Vargas, tendo o Brasil como presidente o General Eurico Gaspar Dutra, os jornais voltariam a estampar matérias relativas aos troféus de guerra e sobre o Museu Histórico Nacional. A “Revista da Semana” de maio de 1946 teve como matéria central as salas do Museu. Um detalhe interessante foi ao mencionar a “Sala Duque de Caxias” e “as relíquias de nossa história militar e nossos troféus de guerra” ali depositados, contando a história do tenente Fidêncio Lemos do Prado que, em 1922, fora a redação do “Jornal do Commercio” entregar uma bandeira que gostaria de passar às mãos do Conde d’Eu durante as comemorações do centenário da Independência, mas o Conde acabou falecendo antes de chegar ao Brasil (Revista da Semana, 1945). A história de Fidêncio é a seguinte:

Veio ao Rio de propósito para assistir as festas de sete de setembro. Imaginando encontrar o Conde d’Eu trouxe para oferecer ao Marechal da Vitória uma preciosa relíquia histórica que desde 1869 guardava sob o seu poder. Esta relíquia está encerrada numa caixa de madeira com esta inscrição em letras douradas: “A memória de D. Pedro II – valor e constância”. Trata-se de uma bandeira do Império. Quando o exército imperial entrou na cidade de Assunção, capital da República do Paraguai, em 05 de janeiro de 1869, não encontramos ninguém. A cidade estava deserta. Depois que aquartelamos, convidei o mestre de música Clarimundo José da Silva e o corneteiro –mor Antonio Roberto e dirigimo-nos ao palácio do ditador Solano López. (...) Encontramos um grande arquivo velho contendo muitos papéis de música. O mestre de música e o corneteiro estiveram a escolher esses papéis enquanto eu seguia em direção ao último andar. Ali encontrei uma bandeira brasileira estendida no assoalho, na frente da cadeira do referido ditador, servindo de tapete. Levantei-a e levei-a comigo. Às 5 horas apresentaram-se três paraguaios (...) que faziam parte do piquete do ditador. (...) à esses três paraguaios inquiri como foi que López obtivera aquela bandeira, e os três afirmaram que, quando os paraguaios haviam aprisionado o vapor Marquês de Olinda, (...) foram tiradas duas bandeiras, do aludido vapor. Uma delas ficara no quartel-general de Humaitá para tapete, e a outra viera para o palácio de López na capital e destinada a mesma serventia. Esta última, por mim achada, guardei-a na mochila e ninguém mais soube do fato. (...) Conservei-a com carinho em minha casa, como recordação do tempo que, com meu sangue defendi a idolatrada Pátria. O meu desejo era que esse sagrado pavilhão me servisse de mortalha quando morresse: mas vindo agora ao Rio, assistir ao Centenário, trouxe a bandeira com pensamento de oferecê-la ao Conde d’Eu. O Conde morreu antes de chegar ao Rio, e eu, devendo regressar a Imbituva onde resido, compreendo que o símbolo da Pátria merece figurar em algum lugar onde todos possam vê-lo e venerá-lo. Aparto-me dela com infinita saudade e peço ao Jornal do Comércio que lhe dê o destino que achar melhor” (Jornal do Comércio, 1922).

Em maio de 1946 essa história era recontada pois a tal bandeira de Fidêncio estava exposta na sala e o responsável por ela afirmou que todos os anos no dia 5 de janeiro, Fidêncio ia ao Museu e passava horas contemplando-a. A revista ainda fala da “Sala Almirante Barroso” onde estariam os troféus da marinha como as correntes que fechavam o Rio Paraguai em Humaitá (que por sinal ainda são a peça de maior destaque no Museu), ao lado da roda do monitor “Alagoas”, que forçou a passagem. Ao final mencionava ainda o canhão “el Cristiano” também com orgulho (Revista da

Semana, 1946). No contexto pós Segunda Guerra, exaltar os feitos de outra vitória militar não seria estranho. Dois anos depois, o Procurador da República, Mário Accioly, manifestou parecer favorável à restituição dos troféus ao Paraguai, se baseando no “reconhecimento do sentimento pan-americano, quando os Estados Unidos restituíram ao México as relíquias das batalhas de Chapultepec de 1947” (BREZZO, 2013). O Paraguai passou então a reclamar de modo formal a restituição dos objetos, principalmente a espada de Solano López que estava exposta no Museu Histórico Nacional.

Em 1953, Argentina e Chile assinaram um convênio destinado a formalizar uma união econômica entre os dois países. Especulava-se em Assunção, que este acordo seria replicado naquele país, e a Argentina passou a estudar a possibilidade como uma nova forma de unidade continental, bem como a afirmação da política externa de Perón que pretendia uma integração não somente econômica, mas também sua integração política. Neste sentido, o Ministério das Relações Exteriores argentino firmou, em 14 de agosto de 1953, um Tratado com o o governo paraguaio que fora denominado de Convênio de União Econômica Paraguaio-Argentina que reafirmava propostos de cooperação entre os dois países que havia sido firmado em dezembro de 1943. Seriam três anos de acordo, a ser renovado anualmente a partir de então, com o objetivo de coordenar políticas econômicas e planos de expansão da produção e de assegurar a estabilidade das reservas, a concessão de facilidades para empresas, acordos para atividades de exploração mineral e de petróleo, eliminação de impostos entre os dois países e facilidades para importação de mercadorias de terceiras nações.

No escopo desse Tratado, o Ministro da defesa do Paraguai ressaltou que Perón manifestava o interesse na ideia de revisionismo histórico em certos aspectos com respeito à Guerra da Tríplice Aliança, a qual considerava um erro. Em 3 de outubro de 1953, Perón visitou novamente o Paraguai a fim de “retribuir” a ida do presidente paraguaio Frederico Chaves a Buenos Aires em ocasião da celebração do centenário do General San Martín, em abril de 1950. Com grande recepção popular nas ruas de Assunção, Perón cuidou de insistir em uma espécie de vinculação de “irmandade sem supremacias”, além de afirmar a tomada de medidas concretas de cooperação entre os dois países, prometendo cooperar na solução dos problemas de navegação, transporte, comunicação, hídricos e de fronteira, além de coordenar junto ao governo paraguaio a troca comercial e fixar uma espécie de câmbio que regeria a compra e venda de mercadorias de importação e exportação.

Em 17 de outubro, na Praça de Maio, em Buenos Aires, Perón proclamou o “Decálogo de Confraternidad Argentino-Paraguay”, onde paraguaios e argentinos eram compatriotas, a fim de consolidar a justiça social e aderir às premissas ideológicas da independência econômica e a soberania política. Como pano de fundo de todo esse acordo, que era mais benéfico para os argentinos que os paraguaios, estava a devolução dos troféus de guerra, sancionado pelo Congresso da Nação Argentina, através da Lei 14299, de 6 de maio de 1954. Já sob presidência de Alfredo Stroessner, o Paraguai preparou uma grande festa e, entre 14 e 16 de agosto de 1954, diversos desfiles e comemorações exaltavam o retorno dos objetos ao país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos o contexto, percebemos que a guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870) foi lembrada e esquecida a depender dos interesses envolvidos em termos políticos, sociais, econômicos e culturais. A projeção brasileira no cenário latino-americano tinha, como contrapartida, o problema em relação a devolução de objetos considerados como troféus e, ao mesmo tempo, a constituição de uma memória nacional que ora esquecia, ora rememorava os feitos do conflito. É possível perceber também que a devolução ou não dos troféus de guerra mobilizou setores da intelectualidade nos países envolvidos no confronto, bem como líderes de Estado.

No pós Segunda Guerra, as negociações com o Brasil para a devolução dos troféus foram retomadas durante o segundo governo Vargas (1950 – 1954), para ao menos restituir a documentação relacionada com a independência paraguaia. Contudo, o seu suicídio acabou por interromper as negociações. Somente na década de 1970 que a história dos troféus teve uma ligeira definição. Com a intenção do governo militar em assinar o acordo para a construção da Usina de Itaipu e com a Argentina entregando todos os materiais, de documentos a objetos em evento solene em Assunção, novamente o Brasil se via pressionado, principalmente pela imprensa, que entendia ser essa manutenção uma espécie de ato de usurpação da história do Paraguai.

O centenário de Cerro Corá (1970) e do nascimento de Solano Lopez (1977) reativaram as negociações que culminaram com a devolução não somente dos documentos da “Coleção Rio Branco”, mas também de objetos relacionados a Solano López e sua família como jóias, condecorações, objetos de uso cotidiano, um quepe atribuído ao “Mariscal”, sua cadeira usada em Cerro Corá, além da espada que afirmavam estar com a ponta quebrada devido ao golpe desferido contra o General Câmara (ABC, 1975). Mas o canhão “el Cristiano” não foi devolvido, sendo ainda motivo de disputa entre os dois países, como um símbolo de uma época para o Paraguai, e como testemunha de uma vitória para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABC, Assunção, 5 de maio de 1975. Manuscritos. Coleção Edmar Morel. Loc. 25,2,7, nº 49.

A Federação, 23 de agosto de 1928. Biblioteca Nacional.

A Ilustração Brasileira, fevereiro de 1944. Biblioteca Nacional.

A Notícia, 21-22 de dezembro de 1907. Biblioteca Nacional.

A Província, 29 de fevereiro de 1916. Biblioteca Nacional.

A República, 25 de setembro de 1912.

A República, 6 de julho de 1917. Biblioteca Nacional.

Brasil. *Livro de controle de material*. Setor de documentação do acervo. Museu Histórico Nacional.

Brasil. *Requerimento de Marcolino de Magalhães pedindo abolição dos festejos*. Bahia, 21 de janeiro de 1916. Manuscritos. Loc. I-46-18-5.

BREZZO, Liliana M. *La devolución de los troféus de guerra*. Assuncion: ed. El Lector, 2013.

Correio da Manhã, 4 de julho de 1942. Biblioteca Nacional.

Correio Paulistano, 31 de maio de 1915. Biblioteca Nacional.

Diário de Pernambuco, 23 de maio de 1908. Biblioteca Nacional.

Estado do Pará. 28 de dezembro de 1917.

Flaubert, Gustave. *Correspondance*. v.3 Troisième Série (1854-1869). Paris: Bibliothèque – Charpentier, 1892.

Gazeta de Notícias, 15 de novembro de 1892. Biblioteca Nacional.

Jornal do Commercio, 20 de abril de 1894. Biblioteca Nacional.

Jornal do Commercio, 16 de junho de 1908. Biblioteca Nacional.

Jornal do Comércio, 19 de setembro de 1922. Biblioteca Nacional.

Jornal do Recife, 01 de março de 1916. Biblioteca Nacional..

Jornal do Recife. 02 de agosto de 1931. Biblioteca Nacional.

LEMOS, Miguel. *À nossa irmã: a República do Paraguai*. Apostolado Positivista do Brasil, nº 48. Rio de Janeiro: Capela da Humanidade, 1894.

LEMOS, Miguel. *A propósito da transladação dos restos dos Almirantes Barroso e Saldanha*. Apostolado Positivista do Brasil, n. 260, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1908.

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: CEM, 1967.

O Século, 24 de maio de 1911. Biblioteca Nacional.

Revista da Semana, 25 de maio de 1945. Biblioteca Nacional.

TEIXEIRA MENDES, R. *Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira*. 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892.

TEIXEIRA MENDES, R. Paraguai-Argentina-Brasil a confraternização Brasília-argentina, a independência da nossa cara irmã a República do Paraguai, e o cancelamento da sacrílega dívida resultante, para esta, da guerra fratricida entre ela e o Brasil, a Argentina e o Uruguai. *Apostolado Positivista do Brasil*, n. 338, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1913.

TORRENS, Leonardo. *Dívida e trophéos paraguayos e a propaganda no Brazil*. Contendo alguns documentos e factos pouco conhecidos no Brasil. Rio de Janeiro: Montenegro, 1899.

WEINER, Annette. *The trobians of Papua New Guinea*. Stanford University. 1987.

SOBRE OS AUTORES

ANA BEATRIZ RAMOS DE SOUZA

É pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2020). Atualmente, é Professor I – na área de História pela Secretaria Municipal de Educação - Rio de Janeiro. Foi uma das vencedoras do Prêmio Educador Nota 10 e da etapa Rio, do projeto “Professores do Brasil”, promovido pelo Ministério da Educação em 2018, com o trabalho intitulado: “As caravanas: limites da visibilidade”. É autora de diversos artigos e capítulos de livros referentes as temáticas sobre o Brasil no século XIX e início da República, especialmente relacionadas com a cidadania, memória, identidade e formação nacional. É líder do Núcleo de Pesquisadores em Conflitos, Material de Emprego Militar e História Militar na Rede HERMES - Pesquisadores Internacionais de Fronteiras, Integração e Conflitos. <https://www.redeinternacionalhermes.org/>. E-mail: abyasouza@yahoo.com.br.

ANA PAULA PEREIRA COSTA

Professora adjunta de História do Brasil Colonial de Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Mestre, Doutora e Pós-doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou estágio de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ULISBOA). É Pesquisadora do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES), vinculado à UFJF. Foi Professora do Curso de Licenciatura em História e do Bacharelado em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Tem experiência nas áreas de História Moderna e História do Brasil colonial, atuando nas seguintes temáticas: história militar, história das elites, escravidão, Minas Gerais colonial. E-mail: appcosta18@gmail.com.

BRUNO SILVA

Formado em História pela Universidade Federal Fluminense, com Mestrado e Doutorado pela mesma instituição, sob orientação do Prof. Ronald Raminelli. Realizou um período de estágio na Universidade do Texas pelo Programa de de Doutorado Sanduíche com o Prof. Jorge Cañizares-Esguerra. É professor de História da América da Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA) e coordenador do Mestrado Profissional em História - ProfHistória/Unifesspa. É autor dos livros “Genealogias mazombas: castas luso brasileiras em crônicas coloniais” (2016) e “As cores do Novo Mundo: degeneração, ideias de raça e racismos nos séculos XVII e XVIII” (2020). E-mail : slvbruno2004@yahoo.com.br.

CARLA MARIA CARVALHO DE ALMEIDA

Professora titular do departamento de História da UFJF, onde atua na área de História Moderna e Brasil Colonial. Atuou como coordenadora do Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição, de abril de 2012 a julho de 2014. É formada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (1987), mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (1994) e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2001). Tem pós-doutoramento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e pela Universidade de Lisboa (2015). É bolsista de produtividade nível 2 do CNPq e pesquisadora do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: Minas colonial, mercado interno, homens ricos, poder local, Império português e elite econômica. E-mail: carlamca@uol.com.br.

DENISE DA SILVA MENEZES DO NASCIMENTO

Formada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui Mestrado em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. É professora associada de História Medieval da Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua no Programa de Pós-Graduação em História da UFJF e no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), dedicando-se ao estudo das relações de solidariedade e às estratégias de controle e arbítrio estabelecidas pelas instâncias de poder, mormente o poder régio. E-mail: denise.nascimento.ufjf@gmail.com.

ERIC BRASIL

Professor e coordenador do curso de licenciatura em História e professor do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira), campus dos Malês, BA. Autor do livro “A Corte em Festa: experiências negras em carnavais do Rio de Janeiro (1879-1888)” (2016). Pesquisador do Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA. Membro do GT Nacional Emancipações e Pós-Abolição da Anpuh. Tem experiência na área de História Social da Cultura, Humanidades e História Digital, Abolição da escravidão e o Pós-Abolição no Brasil e no Caribe, atuando principalmente, nos seguintes temas: Carnaval, Cidadania, História Transnacional, Diáspora Africana, Pós-Abolição, História das Afro-Américas. Foi professor de ensino fundamental, médio e pré-vestibular no Rio de Janeiro, entre 2007 e 2017. E-mail: profericbrasil@unilab.edu.br.

FÁBIO PEREIRA DA SILVA

Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira, Mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (2016) e Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2014), Bacharel em Ciências Militares (AMAN – 2000), Mestre em Educação Militar (CEP – 2016) e Mestre em Operações Militares (EsAO – 2009). É integrante do Laboratório de História Militar, Política e Fronteiras, da UNIVERSO, coordenado pelo professor Fernando da Silva Rodrigues. E-mail: fabio.pereira.historia@gmail.com.

FERNANDO DA SILVA RODRIGUES

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ (2008) e realizou estágio de pós-doutorado em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013). Atualmente, é professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Laboratório de História Militar, Política e Fronteiras da Universidade Salgado de Oliveira, diretor nacional da Rede HERMES - Pesquisadores Internacionais de Fronteiras, Integração e Conflitos, coordenador geral do roteiro Fontes de História Militar, líder do Grupo de Pesquisa História Militar, Política e Fronteiras do CNPq. É autor do livro “Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946).” E-mail: fernandoahex@gmail.com.

GUILLERMO ALBERTO RODRÍGUEZ ORTIZ

Doutor em História pela Benemérita Universidad de Puebla - México (2015) e professor do curso de Direito na mesma instituição. Leciona disciplinas relativas a História do México, História dos negros e afrodescendentes e Relações Internacionais. É autor do livro “El lado afro de Puebla de los Ángeles: un acercamiento al estudio sobre la presencia africana 1595-1710” (2015) e do livro “Cultura transnacional: ‘estar aquí y ser de allá’, vivir en ambos lados al mismo tiempo” (2011). E-mail: guillorodriguez81@hotmail.com.

HEVELLY FERREIRA ACRUCHE

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2017). É professora adjunta de História da América na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. É autora do livro “A fronteira e as gentes. Diplomacia, lealdades e soberanias no extremo sul da América ibérica (1750 – 1830)” (2019). É pesquisadora do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES/UFJF). Faz parte do Grupo de Estudos de Fronteira (GEF) e do Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (Gepam). Seus temas de interesse se concentram nas áreas de História do Brasil, História da América colonial e independente, com ênfase nos estudos sobre escravidão e história indígena, liberdade e relações internacionais em áreas de fronteira. E-mail: hfacruche@ufjf.br.

LETÍCIA GREGÓRIO CANELAS

Doutora em História pela Unicamp (2017), sob orientação de Robert W. Slenes. Realizou doutorado sanduíche na França, vinculada ao CIRES (Centre de International de Recherches sur Esclavages) – EHESS, sob a supervisão de Myriam Cottias. Atualmente, desenvolve um pós-doutorado sobre gênero e escravidão nas Américas e é professora colaboradora (PART) no Departamento de História – FFLCH – USP. E-mail: leticia.canelas@gmail.com.

MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019). É professor da área de Ensino de História da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FacEd/UFJF), professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ProfHistória/UFRJ). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH/UFJF), Pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEPEH/UFRJ). Também é pesquisador e vice-líder do Grupo de Estudos Currículo, Conhecimento e Ensino de História (GECCEH/UFRJ/CNPq). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de História, Avaliação, Currículo, Didática da História, Aprendizagem histórica e Conhecimento Histórico Escolar. E-mail: marcus.bomfim@gmail.com.

MATEUS REZENDE DE ANDRADE

Professor de História da América do Departamento de História e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisador do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES/UFJF) e do Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (Gepam). Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal de Viçosa (2012), mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014), doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018), com estágio pós-doutoral no Department of History, College of Arts, University of Guelph, Canada. E-mail: mateus.andrade@ich.ufjf.br.